

AVALIAÇÃO DE MEIO TERMO DO
PROJETO BRA/00/021
SUSTENTABILIDADE E REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA
BIODIVERSIDADE

Elaborado por: Francisca Mendes de Menezes

Em, 31 de outubro de 2007

SUMÁRIO

	Página
1. RESUMO	3
2. INTRODUÇÃO	4
3. METODOLOGIA	5
4. CONCEPÇÃO E DESENHO DO PROJETO	7
4.1. Estrutura do Projeto	9
4.1.1. Objetivo Geral	
4.1.2. Objetivo Imediato 1	
4.1.3. Objetivo Imediato 2	
4.1.4. Objetivo Imediato 3	
4.1.5. Objetivo Imediato 4	
4.1.6. Objetivo Imediato 5	
4.1.7. Objetivo Imediato 6	
4.1.8. Objetivo Imediato 7	
4.1.9. Objetivo Imediato 8	
4.2. Resultados dos Subprojetos	14
4.2.1. Implementação	
4.2.2. Aspectos Orçamentários	
4.2.3. Principais Realizações	
4.3. Pesquisa de Campo	76
4.4. Avaliação do Projeto	77
4.4.1. Avaliação da Relevância	
4.4.2. Avaliação da Eficiência	
4.4.3. Avaliação da Eficácia	
4.4.4. Avaliação do Impacto	
4.4.5. Avaliação da Sustentabilidade	
4.5. Lições Aprendidas da Implementação	156
5. CONCLUSÕES	157
6. RECOMENDAÇÕES	162

ANEXOS

I - Lista de documentos analisados

II - Questionário utilizado

1. RESUMO

A avaliação de Meio Termo realizada no Projeto BRA/00/021 – Sustentabilidade e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, executado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, refere-se ao período de julho de 2001 a dezembro de 2006 e tem a finalidade de servir de referencial para o aperfeiçoamento e a correção do Projeto, executado desde julho de 2001, e sem um trabalho avaliativo.

Essa avaliação foi recomendada durante a Reunião Tripartite realizada em 16 de janeiro de 2007 que contou com a participação das seguintes instituições: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA.

As avaliações de meio termo são realizadas em programas ou projetos em execução, servindo a dois objetivos imediatos: processo decisório e aprendizagem com a experiência. Em particular, uma avaliação de meio termo fornece aos gerentes de programas ou projetos uma base adequada para: a) tratar de questões específicas com relação ao desenho, implementação e gerenciamento, e b) reforçar iniciativas que demonstrem possuir um potencial de sucesso.

Vale registrar que o Projeto BRA/00/021 é composto de oito Subprojetos, com execução descentralizada, intitulados e executados por:

- Subprojeto 01 – Gestão do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - Departamento de Conservação da Biodiversidade;
- Subprojeto 02 – Gestão dos Recursos Genéticos, - Gerência de Recursos Genéticos;
- Subprojeto 03 – Recursos Pesqueiros Sustentáveis – Gerência de Recursos Pesqueiros;
- Subprojeto 04 – Gestão de Áreas Naturais Protegidas - Departamento de Áreas Protegidas;
- Subprojeto 05 - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - Departamento do Patrimônio Genético;
- Subprojeto 06 – Reservas da Biosfera - Departamento de Áreas Protegidas;
- Subprojeto 07 – Estratégia Nacional da Diversidade Biológica – Gerência da Estratégia Nacional da Diversidade Biológica;
- Subprojeto 08 – Biomas Brasileiros - Núcleos Caatinga, Cerrado e Pantanal;

Zona Costeira e Marinha, Programa Antártico Brasileiro, e Mata Atlântica e Pampa.

2. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta o resultado da Avaliação de Meio Termo e Externa do Projeto BRA/00/021 – Sustentabilidade e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, executado pela SBF/MMA.

Esta avaliação foi recomendada durante a Reunião Tripartite realizada em 16 de janeiro de 2007, que contou com a participação das seguintes instituições: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, tendo em vista que o Projeto BRA/00/021 estava sendo executado há mais de cinco anos (julho/2001-dezembro/2006) e não sofrera qualquer trabalho avaliativo.

O estudo avaliativo proposto obedece a três objetivos básicos. O primeiro consiste na Avaliação de Meio Termo do Projeto BRA/00/021, observando a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade dos subprojetos. O segundo concerne à verificação do cumprimento dos objetivos e do alcance dos resultados propostos pelos subprojetos do Projeto BRA/00/021. O terceiro requer a apresentação de conclusões, lições aprendidas e recomendações aos órgãos e entidades envolvidas na implementação e na execução dos subprojetos.

Em termos de resultados da consultoria espera-se os seguintes produtos: a) Relatório Preliminar contendo avaliação de meio termo do Projetos BRA/00/021, que deverá destacar a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade dos subprojetos; e b) Relatório final contendo a avaliação de meio termo do Projeto BRA/00/021, que deverá destacar a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade dos subprojetos, incluindo sumário executivo, conclusões e recomendações para correção de rumo.

Entre as questões tratadas na Avaliação merecem destaque as atividades realizadas: a) procedimento de leitura e análise do documento original dos subprojetos bem como de suas revisões; b) identificação dos produtos e resultados alcançados no período de vigência dos subprojetos, por meio de levantamento de campo e análise documental; c) análise das informações sobre desembolso de recursos em relação ao alcance dos objetivos propostos; d) avaliação dos procedimentos e processos de aquisição e seleção de bens e serviços realizados pelo Projeto BRA/00/021 de acordo com os manuais de procedimentos específicos; e e) submissão do Relatório Preliminar aos representantes do órgão executor dos subprojetos, da Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Na metodologia utilizada foram desenvolvidos os seguintes passos: a) coleta de informações primárias junto à SBF/MMA sobre o Projeto BRA/00/021; b) apresentação do desenho do Plano de Trabalho; c) procedimento de leitura e análise dos documentos, registros e memórias dos Relatórios de Progressos e das sucessivas

Revisões (gerais, mandatárias e substantivas) ocorridas desde o início das atividades de implementação do Projeto BRA/00/021; d) definição das técnicas para coleta de dados de cada um dos Subprojetos; e) identificação dos produtos e resultados alcançados pelos Subprojetos; f) análise dos dados encontrados; g) elaboração dos instrumentos para coleta de informação; h) estabelecimento das perguntas para formulação do Questionário-pesquisa, visando a coleta de informações qualitativas e quantitativas, para observação da percepção diretores, coordenadores, servidores e participantes da execução dos Subprojetos, que buscam melhores práticas e procedimentos, visando a uma reordenação e aperfeiçoamento da execução; i) elaboração do Relatório Preliminar; j) tabulação das informações coletadas; e k) elaboração do Relatório Final de Avaliação.

O Relatório Final da Avaliação do Projeto BRA/00/021 está estruturado em seis partes específicas. A primeira apresenta um resumo e a segunda uma introdução da avaliação. A terceira parte apresenta a metodologia adotada para o desenvolvimento da avaliação. A quarta aponta a contextualização do Projeto BRA/00/021, com estrutura do Projeto, resultados, dados da implementação, aspectos orçamentários e principais realizações. Segue, também, informações sobre a pesquisa de campo utilizada e a avaliação do Projeto, destacando as avaliações da relevância, da eficiência, da eficácia, dos impactos, da sustentabilidade; bem como, as lições aprendidas com a implementação. A quinta parte apresenta as conclusões e a sexta as recomendações. Seguem, ainda, os anexos, formados pela lista de documentos analisados e questionário utilizado.

3. METODOLOGIA

A avaliação externa do Projeto BRA/00/021, que contém oito subprojetos tem a finalidade de atender a três objetivos:

- a) Avaliação de meio termo do Projeto BRA/00/021 e seus subprojetos, observando a relevância, eficácia, impacto e sustentabilidade dos mesmos;
- b) Verificação do cumprimento dos objetivos e do alcance dos resultados propostos pelo projeto e seus subprojetos;
- c) Apresentação de conclusões, lições aprendidas e recomendações aos setores da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF envolvidos na implementação e execução dos subprojetos.

Por isso, levando-se em conta a estrutura administrativo-organizacional responsável pela execução dos Subprojetos e dos propósitos deste trabalho adotou-se uma definição operacional de avaliação, estendendo-a como um procedimento sistemático de levantamento e análise de dados, visando à identificação dos resultados, efeitos ou **impactos**, bem como à aferição pelos critérios estratégicos da **relevância**, da **eficiência** e da **sustentabilidade**, em confronto com os objetivos estabelecidos na concepção ou formulação do Projeto e seus subprojetos.

Dessa maneira, por se tratar de uma Avaliação de Meio Termo, os procedimentos metodológicos adotados obedecem a um modelo misto, resultante da

combinação dos modelos quantitativo e qualitativo, tendo com abordagem as orientações constantes em manuais de Organismos Internacionais, a exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a “Matriz Lógica” do Projeto e seus Subprojetos. e a agregação de subsídios utilizados em avaliação de projetos.

Portanto, dentro desse quadro de referência, a metodologia utilizada no presente trabalho de avaliação foi desenvolvida para distribuição em três etapas:

Primeira Etapa – **Análise Documental**

O desenvolvimento da avaliação teve como ponto de partida a coleta de informações sobre o Projeto BRA/00/021 e seus subprojetos constantes dos documentos oficiais que definem os objetivos, as diretrizes, as metas, os fluxos físico-financeiros previstos e realizados, as fontes de financiamento, o desempenho e o público-alvo, seguindo a:

- definição das técnicas para coleta de dados do Projeto;
- apresentação do desenho do Plano de Trabalho;
- leitura e análise dos documentos, dos três Relatórios de Progressos e das Revisões (simplificadas, substantivas e mandatárias) ocorridas desde o início das atividades de implementação do Projeto;
- identificação dos produtos e resultados alcançados pelo Projeto e seus Subprojetos;
- análises dos dados encontrados;
- elaboração do Relatório Preliminar.

Segunda Etapa – **Trabalho de Campo**

O trabalho de campo foi idealizado utilizando um instrumento de pesquisa, com a aplicação de um Questionário-pesquisa (autopreenchimento), com base em modelo teórico e não-experimental, constituído de pergunta semi-estruturadas (de múltiplas escolhas e abertas, como opcional), para observação da percepção dos principais atores do Projeto, no caso, dirigidos aos tomadores de decisões e implementadores, os diretores, coordenadores, servidores e participantes da execução dos Subprojetos, que buscam melhores práticas e procedimentos, visando a uma reordenação e aperfeiçoamento da execução, tendo o seguinte desmembramento:

- elaboração do instrumento para coleta de informação no campo (Questionário – pesquisa) que compreende, no seu formato final, questões com padrões mensuráveis relacionados às duas dimensões. A primeira concernente à Gestão Institucional e a segunda compreendendo os aspectos de Infra-estrutura, Recursos humanos e Sociais. O Questionário foi distribuído em categorias de análise, tais como: Estrutura organizacional e de gestão; Financiamento; Sustentabilidade Político institucional; Participação/Parcerias; Comunicação; Recursos humanos, Recursos Físicos, Sistema de Monitoramento e avaliação; e Resultados Sociais;

- atribuição de conceitos utilizados nos Questionários-pesquisa, mensuráveis percentualmente, tendo a seguinte classificação: CAS – Condições Altamente Satisfatórias (resultado executado acima do esperado): CS – Condições Satisfatórias (o resultado apresenta-se conforme o esperado): CI – Condições Insatisfatórias (o resultado não corresponde ao esperado); e NSA – Não se aplica (resultado fora do padrão definido). Por solicitação dos avaliadores foram acrescentadas as classificações: “Sim” e “Não”.
- identificação dos usuários do processo de avaliação e elaboração do cadastro das pessoas-chave utilizadas nas pesquisas (diretores, coordenadores, servidores e participantes da execução dos Subprojetos);
- coube à Chefia de Gabinete da Secretaria de Biodiversidade e Florestas a aplicação, durante uma semana de agosto de 2007, dos Questionários-pesquisa, utilizando o encaminhamento dos mesmos, por via eletrônica, para os locais onde existe execução de atividades dos Subprojetos.

Terceira Etapa – **Tabulação e Apresentação de Dados**

Após a aplicação do Questionário-pesquisa, a última etapa foi de sistematização da pesquisa, com tabulação e conseqüente interpretação e apresentação dos dados, visando a subsidiar a elaboração do Relatório Final de Avaliação.

Houve a organização e a análise dos dados das pesquisas dos Subprojetos, utilizando-se de recursos computacionais para dar suporte à elaboração de índices e cálculos estatísticos, tabelas, quadros e gráfico, voltados para a elaboração e, em conseqüência, a disseminação dos resultados da avaliação.

4. CONCEPÇÃO E DESENHO DO PROJETO

O Projeto, em sua versão original, foi desenhado para cooperar com o empenho nacional de implementar os dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações futuras, por meio de quatro subprojetos com os objetivos de:

- 1) possibilitar à Dcbio a melhoria dos mecanismos e instrumentos de gestão e execução do Probio, a implementação da Rede de Informações em Biodiversidade e o desenvolvimento de indicadores para o acompanhamento da implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica como forma de incrementar a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos biológicos;
- 2) promover o estabelecimento e a coordenação de ações de gestão de recursos genéticos no País mediante o suporte técnico na formulação e implementação de políticas, normas e instrumentos para o acesso, o conhecimento, a conservação, o uso sustentável desses recursos e a repartição dos benefícios derivados de sua utilização;
- 3) contribuir com os esforços empreendidos pelos agentes públicos e privados no sentido de recuperar e manter a exploração dos estoques pesqueiros em níveis sustentáveis para gerar impactos positivos no meio ambiente e na qualidade de

vida da população;

- 4) propiciar apoio à gestão do patrimônio ambiental brasileiro mediante o desenvolvimento de ações direcionadas a facilitar a coordenação e integração dos esforços de criação e gestão de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal;

Em dezembro de 2002, por meio da Revisão "C" foram adicionados três subprojetos com os objetivos de:

- 5) propiciar apoio ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético na implementação de políticas para a gestão do patrimônio genético brasileiro e outras ações da sua competência;
- 6) trabalhar no apoio às iniciativas para a consolidação de formas de uso do solo nos domínios das Reservas da Biosfera brasileiras, com o objetivo de construir modelos para o ordenamento do desenvolvimento regional integrado e sustentável dos biomas que as contêm;
- 7) consolidar a estratégia nacional de biodiversidade brasileira no cumprimento aos objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica, por intermédio da atualização do relatório nacional sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica, da implementação da Política Nacional da Biodiversidade e da consolidação do fórum permanente de biodiversidade como forma de incrementar a conservação, utilização, sustentabilidade e repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos biológicos.

Em julho de 2005, por meio da revisão "K", foi adicionado um novo Subprojeto com o objetivo de:

- 8) Propiciar a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios viabilizados para os biomas brasileiros Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica, Zona Costeira e Marinha e no âmbito do Programa Antártico Brasileiro.

A partir da Revisão "K" o projeto conta com oito subprojetos.

O projeto inicial foi firmado em 15 de julho de 2001, no valor total de US\$ 8.058.892,00 (oito milhões, cinqüenta e oito mil, oitocentos e noventa e dois dólares) e com duração prevista para até 15 de dezembro de 2004. As revisões posteriores incrementaram o orçamento que alcançou o total de US\$21.487.878,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e oito dólares) e estendeu a vigência até 31 de dezembro de 2007.

O objetivo de desenvolvimento do projeto é: *Cooperar com o empenho nacional de implementar os dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações futuras ao prover suporte técnico ao Ministério do Meio Ambiente para definir e executar a política, o plano de ação e o programa de biodiversidade; estabelecer e coordenar ações de gestão de recursos genéticos; promover a sustentabilidade dos recursos pesqueiros; coordenar e integrar esforços para criar e gerir áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal e desenvolver a conservação ex situ, a pesquisa e o ensino em botânica tropical.*

Entretanto, na Revisão "C" de dezembro de 2002, visando otimizar recursos e agilizar procedimentos, as atividades, produtos e meios de verificação foram reordenados. A revisão integrou mais três subprojetos decorrentes da consolidação e expansão das atividades que vinham sendo executadas para atendimento do objetivo geral do projeto.

Na concepção do projeto está implícita a prioridade de prover o Ministério do Meio Ambiente com os meios indispensáveis para maximizar o processo de busca e compartilhamento de soluções mais adequadas para os problemas ambientais atuais e o cumprimento dos compromissos assumidos para implementação dos instrumentos internacionais.

Para tanto, o projeto contaria com o apoio técnico e administrativo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que tem no seu mandato central o combate à pobreza, a uso sustentável do meio ambiente e os objetivos de desenvolvimento humano sustentável.

No que concerne ao PNUD, caberia, também, assegurar sistemático compartilhamento de informações; conhecimentos e experiências em matéria de cooperação internacional na área de meio ambiente; a unidade e integridade do Projeto; e a possibilidade de identificar ações passíveis de cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

4.1 ESTRUTURA DO PROJETO

4.1.1. Objetivo Geral

O projeto tem como **Objetivo Geral** cooperar com o empenho nacional de implementar os dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações futuras ao prover suporte técnico ao Ministério do Meio Ambiente para definir e executar a política, o plano de ação e o programa de biodiversidade; estabelecer e coordenar ações de gestão de recursos genéticos; promover a sustentabilidade dos recursos pesqueiros; coordenar e integrar esforços para criar e gerir áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal e desenvolver a conservação ex situ, a pesquisa e o ensino em botânica tropical.

4.1.2 Objetivo Imediato 1

1. O **Objetivo Imediato 1** refere-se ao **Subprojeto 01 – Gestão do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade** e busca possibilitar à Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade a melhoria dos mecanismos e instrumentos de gestão do Probio e seu sucessor, na coordenação de ações visando à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, monitorando a implantação da Política Nacional de Biodiversidade e do Programa Nacional de Diversidade Biológica – Pronabio.

Quanto aos **resultados esperados** para o Objetivo Imediato 1, tem-se:

- i) instrumentos de gestão do Probio e seu sucessor, revisados, aperfeiçoados e

consolidados em Manual Operativo;

ii) novos métodos e procedimentos de planejamento e gestão dos subprojetos do Probio e seu sucessor, implementados;

iii) rede de Informação em Biodiversidade para promover a disseminação do conhecimento e a cooperação técnica e científica entre instituições nacionais e com as Partes Contratantes da Convenção sobre Diversidade Biológica, ampliada e mantida atualizada ao longo de 36 meses (**transformado em Subprojeto 7, na Revisão "C"**);

iv) indicadores para garantir o acompanhamento da adoção dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica e da Implantação da Política Nacional da Biodiversidade, formulados;

v) estudos técnicos, fornecendo subsídios para iniciativas nacionais e internacionais relacionadas à biodiversidade brasileira, elaborados e garantidos em 30 meses;

vi) participação técnico-científica em debates nacionais e em negociações internacionais sobre biodiversidade, assegurada.

4.1.3 Objetivo Imediato 2

O **Objetivo Imediato 2** refere-se ao **Subprojeto 02 -Gestão de Recursos Genéticos** e visa implementar e coordenar no País, ações relativas à gestão dos recursos genéticos e à agrobiodiversidade, com ênfase na proteção, conservação, promoção do uso sustentável e gestão dos aspectos relativos à biossegurança dos organismos geneticamente modificados e das espécies exóticas invasoras, além de prover o suporte técnico na formulação de políticas, normas e instrumentos e a ampliação do conhecimento desses recursos.

Quanto aos **resultados esperados** para o Objetivo Imediato 2, tem-se:

i) Diagnóstico da situação de conservação (*ex situ, on farm e in situ*) de recursos genéticos no País (fauna, flora e microrganismos), realizado e Sistema de Rede que permita uma melhor conservação e intercâmbio de recursos genéticos, fluxo de informações e desenvolvimento de trabalhos conjuntos, implantado em 30 meses;

ii) Revisão da Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção e Elaboração da Primeira Lista Nacional das Espécies de Microorganismos Brasileiros Ameaçados de Extinção realizadas em 18 meses e planos de gestão e estratégias de recuperação de espécies da fauna, da flora e de microrganismos, definidos em 30 meses;

iii) Espécies da flora brasileira de valor econômico, atual e potencial, subutilizadas ou utilizadas apenas em âmbito local ou regional, identificadas e priorizadas nas cinco grandes regiões do País em 18 meses e seu uso direto pelo pequeno agricultor, bem como a criação de oportunidades de investimento para utilização em larga escala, incentivadas em 30 meses;

iv) Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético instalada em seis meses e operando plenamente nos próximos 36 meses

(transformado em Subprojeto 5 na Revisão "C");

v) Ações voltadas à biossegurança relacionadas à liberação de organismos geneticamente modificados no meio ambiente definidas, coordenadas e implementadas; estratégias para proteção da biodiversidade definidas; diretrizes e critérios para a análise e manejo de riscos ambientais estabelecidos e internalizados ao Princípio da Precaução e à capacitação de analistas e fiscais de órgãos federais e estaduais, implementadas em 30 meses;

vi) Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão de estudos de valoração ambiental, inclusive com vistas à adoção de incentivos para a conservação e a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade/recursos genéticos, realizados em 36 meses **(excluído, na Revisão "K", porque as atividades estão contempladas nos estudos do Subprojeto 01)**;

vii) Levantamento do conhecimento taxonômico da flora do Brasil e dos demais países da região neotropical realizado e as demandas relacionadas ao fomento da integração dos países da região, com vistas à elaboração de projeto regional a ser submetido a organismo internacional, identificadas em 30 meses;

viii) Participação técnico-científica em reuniões nacionais e em negociações internacionais sobre recursos genéticos, repartição dos benefícios, conhecimento tradicional e biossegurança e subsídios ao MRE na preparação das posições brasileiras nos temas acima relacionados, assegurados nos próximos 30 meses;

ix) Resgate, conservação, promoção do uso e intercâmbio da agrobiodiversidade com princípios agroecológicos (incluindo variedades crioulas e raças locais, plantas medicinais, plantas para outros usos, sistemas agroflorestais e extrativismo sustentável) utilizados por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais e povos indígenas, incentivados em 30 meses;

x) Identificação dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, raças locais e variedades crioulas, mapeamento da distribuição geográfica e avaliação das condições de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm*, implementadas em 24 meses, e a promoção do uso e proposição de medidas para conservação, definidas em 30 meses;

xi) Identificação das principais espécies exóticas invasoras ocorrentes no País, avaliação dos impactos no meio ambiente, monitoramento e definição de estratégias para controle, mitigação e eventual erradicação, incluindo o estabelecimento de metas para o período de 2005 a 2010 e o levantamento e revisão da legislação nacional implementados em 30 meses;

xii) Objetivos, direitos e compromissos assumidos pelo Brasil com a ratificação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, internalizados nos diversos setores da sociedade e os procedimentos de acordo prévio, avaliação e manejo de risco e o princípio da precaução sobre o movimento transfronteiriço de organismos geneticamente modificados, implementados em 36 meses;

xiii) Compromissos assumidos pelo Governo brasileiro com a assinatura do Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação, no âmbito da FAO, bem como sua internalização nos diversos setores da sociedade, com

ênfase nos aspectos relativos à conservação e à utilização sustentável dos recursos fitogenéticos, aos direitos dos agricultores e ao sistema multilateral, realizados em 30 meses.

4.1.4 Objetivo Imediato 3

O **Objetivo Imediato 3** refere-se ao **Subprojeto 03 – Recursos Pesqueiros Sustentáveis** e procura contribuir com os esforços empreendidos pelos agentes públicos e privados no sentido de recuperar e manter a exploração dos estoques pesqueiros em níveis sustentáveis para gerar impactos positivos no meio ambiente e na qualidade de vida da população.

Quanto aos **resultados esperados** para o Objetivo Imediato 3, tem-se:

i) Estudos indispensáveis ao processo participativo de definição do Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros, realizados em 18 meses;

ii) Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros, que assegure a sustentabilidade na apropriação destes recursos naturais, implementado, de forma participativa, em 2 anos;

iii) Planos de Gestão para os Recursos Pesqueiros, definidos em 2 anos e implantados em todo o País ao longo de 10 anos;

iv) Legislação sobre acesso e uso de recursos pesqueiros revisada e harmonizada em todo o País;

v) Consultas internacionais sobre recursos pesqueiros, acompanhadas e seus resultados internalizados no País.

4.1.5 Objetivo Imediato 4

O **Objetivo Imediato 4** refere-se ao **Subprojeto 04 – Gestão de Áreas Naturais Protegidas** e visa propiciar apoio à gestão do patrimônio ambiental brasileiro mediante o desenvolvimento de ações direcionadas a facilitar a coordenação e integração dos esforços de criação e gestão de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal.

Quanto aos **resultados esperados** para o Objetivo Imediato 4, tem-se:

i) Processo de elaboração participativa de uma Política Nacional para Áreas Protegidas, realizado em 22 meses;

ii) Dispositivos legais relativos ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulamentados em 6 meses;

iii) Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, destinado ao registro e disseminação de informações básicas e geo-referenciadas sobre as áreas protegidas, desenvolvido e implantado em 12 meses;

iv) Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), para assegurar a representatividade ecológica de cada bioma, assegurada em 36 meses;

v) Captação de R\$ 2,0 milhões em recursos nacionais e internacionais para custear o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, garantida ao longo de 30

meses;

vi) Dispositivos constantes em Atos Internacionais relativos a Áreas Protegidas, implantados ao longo de 30 meses;

vii) Instrumentos, normas e procedimentos de gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definidos e implantados em 30 meses;

viii) Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) implementado com 18 milhões de hectares de UCs criadas, estabelecidas e articuladas em mosaicos de áreas protegidas.

4.1.6 Objetivo Imediato 5

O **Objetivo Imediato 5** refere-se ao **Subprojeto 05 – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético** e procura propiciar apoio ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético na coordenação e na implementação de políticas para a gestão do patrimônio genético brasileiro e outras ações da sua competência.

Quanto ao **resultado esperado** para o Objetivo Imediato 5, tem-se:

i) Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético operando plenamente nos próximos 30 meses.

4.1.7 Objetivo Imediato 6

O **Objetivo Imediato 6** refere-se ao **Subprojeto 06 – Reserva da Biosfera** e busca a implantação de Reservas da Biosfera que irá trabalhar no apoio às iniciativas para a consolidação de formas de uso do solo nos domínios das Reservas da Biosfera brasileiras, com o objetivo de construir modelos para o ordenamento do desenvolvimento regional integrado e sustentável dos biomas que as contém.

Quanto aos **resultados esperados** para o Objetivo Imediato 6, tem-se:

i) Elaboração de estudos técnicos, modelos e avaliação de propostas de uso e ocupação do solo nas Unidades de Conservação, nas Reservas da Biosfera brasileiras, e entornos, buscando promover o ordenamento territorial do desenvolvimento regional integrado e sustentável de seus biomas;

ii) Apoio à implantação e funcionamento das Reservas da Biosfera brasileiras e Unidades de Conservação por intermédio de estratégia para Gestão e de capacitação de seus gestores;

iii) Implantação dos Sistemas de Gestão da Rede das Reservas da Biosfera Brasileiras, para facilitar o intercâmbio, o fluxo de informações e o desenvolvimento de trabalhos conjuntos entre as Reservas da Biosfera, Unidades de Conservação, entorno e Áreas Protegidas.

4.1.8 Objetivo Imediato 7

O **Objetivo Imediato 7** refere-se ao **Subprojeto 07 – Estratégia Nacional da Diversidade Biológica** e visa consolidar a estratégia nacional de biodiversidade

brasileira em cumprimento aos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, por intermédio da atualização do relatório nacional sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica, da implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da consolidação de fórum permanente de biodiversidade, como forma de incrementar a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos biológicos.

Quanto aos **resultados esperados** para o Objetivo Imediato 7, tem-se:

i) Implementação da Política Nacional da Biodiversidade e avaliação, por intermédio da execução de estudos especiais e consolidação de planos de ação setoriais (setor não governamental, comunidades locais, setor acadêmico e setor empresarial) e/ou de planos de ação por componentes da Política Nacional da Biodiversidade (conhecimento, conservação *in situ* e *ex situ*, monitoramento, repartição de benefícios, educação e fortalecimento jurídico-institucional);

ii) Fórum Permanente da Biodiversidade, por intermédio da estruturação de portal e rede de informação sobre biodiversidade e de estabelecimento de infraestrutura em conformidade com o estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica, no que se refere ao Mecanismo de Intermediação de Informação sobre Biodiversidade (*Clearing-House Mechanism*);

iii) Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica atualizado e distribuído em versões: português, inglês e espanhol;

iv) 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, realizadas.

4.1.9 Objetivo Imediato 8

O **Objetivo Imediato 8** refere-se ao **Subprojeto 08 – Biomas Brasileiros** e busca a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios viabilizados para os biomas brasileiros Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, Zona Costeira e Marinha, e no âmbito do Programa Antártico Brasileiro.

Quanto aos **resultados esperados** para o Objetivo Imediato 8, tem-se:

i) Conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios no bioma Caatinga, viabilizados ;

ii) Conservação e uso sustentável dos biomas Cerrado e Pantanal, viabilizados;

iii) Conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios na Zona Costeira e Marinha, viabilizados;

iv) Cumprimento dos compromissos assumidos pelo país no âmbito do Programa Antártico Brasileiro, viabilizado;

v) Conservação e uso sustentável dos biomas Mata Atlântica e Pampa, viabilizados.

4.2. RESULTADOS DOS SUBPROJETOS

4.2.1 Implementação

Com base na contextualização das ações do Projeto BRA/00/021 e seus subprojetos refletidas nas diversas Revisões e Relatórios de Progressos, observa-se que ao longo dos seis anos de existência e de implementação, aconteceram mudanças substanciais voltadas para a melhoria de execução.

Nas diversas revisões ocorridas no Projeto nota-se a inclusão de ações e modificações nos Objetivos, Resultados e Atividades, decorrentes do processo de formulação de políticas nacionais do meio ambiente.

A título de ilustração, o Quadro 01 demonstra a estrutura lógica do Projeto, com as alterações ocorridas nos últimos seis anos de execução.

Quadro 1 – Demonstrativo das mudanças ocorridas no Projeto

Versão Original	Revisão "O"	Alterações Ocorridas
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO: Cooperar com o empenho nacional de implementar os dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações futuras ao prover suporte técnico ao Ministério do Meio Ambiente para definir e executar a política, o plano de ação e o programa de biodiversidade; estabelecer e coordenar ações de gestão de recursos genéticos; promover a sustentabilidade dos recursos pesqueiros; coordenar e integrar esforços para criar e gerir áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal e desenvolver a conservação ex situ, a pesquisa e o ensino em botânica tropical	OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO: Cooperar com o empenho nacional de implementar os dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações futuras ao prover suporte técnico ao Ministério do Meio Ambiente para definir e executar a política, o plano de ação e o programa de biodiversidade; estabelecer e coordenar ações de gestão de recursos genéticos; promover a sustentabilidade dos recursos pesqueiros; coordenar e integrar esforços para criar e gerir áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal e desenvolver a conservação ex situ, a pesquisa e o ensino em botânica tropical.	
OBJETIVO IMEDIATO 1 (Subprojeto 1) Possibilitar à Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade a melhoria dos mecanismos e instrumentos de gestão do PROBIO, a implementação da Rede de Informações em Biodiversidade e o desenvolvimento de indicadores para o acompanhamento da implementação da Convenção, como forma de incrementar a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos biológicos.	OBJETIVO IMEDIATO 1 (Subprojeto 1) Possibilitar à Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade a melhoria dos mecanismos e instrumentos de gestão do PROBIO e seu sucessor, na coordenação de ações visando à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, monitorando a implantação da Política Nacional de Biodiversidade e do Programa Nacional de Diversidade Biológica – PRONABIO.	Alterado na Revisão "K"
Resultado 1.1 Instrumentos de gestão do PROBIO, revisados, aperfeiçoados e consolidados em Manual Operativo em 36 meses.	Resultado 1.1 Instrumentos de gestão do PROBIO e seu sucessor, revisados, aperfeiçoados e consolidados em Manual Operativo.	Alterado na Revisão "K". 8 atividades originais. A atividade 1.1.7 foi excluída na Revisão "C", as demais encontram-se em execução.
Resultado 1.2 Novos métodos e procedimentos de planejamento e gestão dos subprojetos do PROBIO, implementados ao longo de 36 meses.	Resultado 1.2 Novos métodos e procedimentos de planejamento e gestão dos subprojetos do PROBIO e seu sucessor implementados.	Alterado na Revisão "K". Das 7 atividades originais, 4 foram excluídas na Revisão "C", o restante continua em execução.
Resultado 1.3 Rede de Informação em Biodiversidade para	Resultado 1.3 Transformado em Subprojeto 7	Alterado na Revisão "K".

Versão Original	Revisão "O"	Alterações Ocorridas
promover a disseminação do conhecimento e a cooperação técnica e científica entre instituições nacionais e com as Partes Contratantes da Convenção sobre Diversidade Biológica, ampliada e mantida atualizado ao longo de 36 meses.		
Resultado 1.4 Indicadores para garantir o acompanhamento da adoção dos dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da implementação da Política Nacional da Biodiversidade, definidos e adotados em 36 meses.	Resultado 1.4 Indicadores para garantir o acompanhamento da adoção dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica e da Implantação da Política Nacional da Biodiversidade formulados.	Alterado na Revisão "K". Das 5 atividades originais 3 foram modificadas e 2 foram acrescentadas na Revisão "C". Na Revisão "K" foi incluída mais 1 atividade. Todas em execução.
Resultado 1.5 Subsídios técnicos para iniciativas nacionais e internacionais relacionadas à biodiversidade brasileira, garantidos ao longo de 36 meses	Resultado 1.5 Estudos técnicos fornecendo subsídios para iniciativas nacionais e internacionais relacionadas à biodiversidade brasileira, elaborados e garantidos em 30 meses.	Alterado na Revisão "K". Das 3 atividades originais 2 foram modificadas e 1 acrescentada na Revisão "C". Todas em execução.
Resultado 1.6 Participação técnico-científica em debates nacionais e em negociações internacionais sobre diversidade, assegurada nos próximos 3 anos.	Resultado 1.6 Participação técnico-científica em debates nacionais e em negociações internacionais sobre biodiversidade assegurada.	Alterado na Revisão "K". 4 atividades originais e 2 acrescentadas na Revisão "C".
OBJETIVO IMEDIATO 2 (Subprojeto 2) Promover o estabelecimento e a coordenação de ações de gestão de recursos genéticos no País, mediante o suporte técnico na formulação e implementação de políticas, normas e instrumentos para o acesso, o conhecimento, a conservação, o uso sustentável desses recursos e a repartição dos benefícios derivados de sua utilização.	OBJETIVO IMEDIATO 2 (Subprojeto 2) Implementar e coordenar no País, ações relativas à gestão dos recursos genéticos e à agrobiodiversidade, com ênfase na proteção, conservação, promoção do uso sustentável e gestão dos aspectos relativos à biossegurança dos organismos geneticamente modificados e das espécies exóticas invasoras, além de prover o suporte técnico na formulação de políticas, normas e instrumentos e a ampliação do conhecimento desses recursos.	Alterado na Revisão "K".
Resultado 2.1 Rede de Conservação <i>ex situ</i> de Recursos Genéticos, para facilitar a conservação, o intercâmbio, o fluxo de informações e o desenvolvimento de trabalhos conjuntos entre as várias instituições integrantes, implantada e funcionando adequadamente em 36 meses.	Resultado 2.1 Diagnóstico da situação de conservação (ex situ, on farm e in situ) de recursos genéticos no País (fauna, flora e microrganismos) realizado e Sistema de Rede que permita uma melhor conservação e intercâmbio de recursos genéticos, fluxo de informações e desenvolvimento de trabalhos conjuntos implantado em 30 meses	Alterado na Revisão "K" 8 atividades originais, 1 foi acrescentada na Revisão "C", porém 3 foram concluídas e 6 acrescentadas na Revisão "K". Todas estão em execução.
Resultado 2.2 Espécies da flora e fauna brasileiras, ameaçadas de extinção, identificadas em 24 meses e estratégias pra sua recuperação, definidas em 36 meses.	Resultado 2.2 Revisão da Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção e Elaboração da Primeira Lista Nacional das Espécies de Microorganismos Brasileiros Ameaçados de Extinção realizadas em 18 meses e planos de gestão e estratégias de recuperação de espécies da fauna, da flora e de microrganismos definidos em 30 meses.	Alterado na Revisão "K". As 7 atividades originais sofreram alterações na Revisão "C". Na Revisão "K" foram excluídas 2 atividades e acrescentadas 10 atividades. As que permaneceram estão em execução.
Resultado 2.3 Principais espécies da flora nativa de valor econômico, identificadas e priorizadas em 18 meses e seu aproveitamento comercial em larga escala, incentivado em 24 meses.	Resultado 2.3 Espécies da flora brasileira de valor econômico, atual e potencial, subutilizadas ou utilizadas apenas em âmbito local ou regional identificadas e priorizadas nas cinco grandes regiões do País em 18 meses e seu uso direto pelo pequeno agricultor, bem como a criação de	Alterado na Revisão "K". As 7 atividades originais sofreram ajustes de redação na Revisão "C" onde, também, foi acrescentada 1 atividade. E na Revisão "K" foram acrescentadas 4 atividades.

Versão Original	Revisão "O"	Alterações Ocorridas
	oportunidades de investimento para utilização em larga escala incentivadas em 30 meses.	Todas em execução.
Resultado 2.4 Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético instalada em seis meses e operando plenamente nos próximos 36 meses.	Resultado 2.4 Transformado em Subprojeto 5 na Revisão "C"	Alterado na Revisão "C".
Resultado 2.5 Instrumentos de fiscalização e controle de aspectos ambientais relacionados à Biossegurança, definidos e implementados em 36 meses.	Resultado 2.5 Ações voltadas à biossegurança relacionadas à liberação de organismos geneticamente modificados no meio ambiente definidas, coordenadas e implementadas; estratégias para proteção da biodiversidade definidas; diretrizes e critérios para a análise e manejo de riscos ambientais estabelecidos e internalizados ao Princípio da Precaução e à capacitação de analistas e fiscais de órgãos federais e estaduais implementadas em 30 meses.	Alterado na Revisão "K". 5 atividades originais. 1 atividade foi acrescentada na Revisão "C". 1 foi concluída na Revisão "K". 6 atividades foram acrescentadas na Revisão "K". Todas em execução.
Resultado 2.6 Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão de estudos de valorização ambiental, inclusive com vistas a adoção de incentivos para a conservação e a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade/recursos genéticos, realizados em 36 meses.	Resultado 2.6 Excluído. Está contemplado no Subprojeto 01.	Alterado na Revisão "K".
Resultado 2.7 Produção e utilização do conhecimento taxonômico da flora brasileira avaliadas, por meio de levantamentos específicos, com a finalidade de promover a integração com as demandas da região neotropical, com vistas à elaboração de projeto regional, nos próximos 36 meses.	Resultado 2.7 Levantamento do conhecimento taxonômico da flora do Brasil e dos demais países da região neotropical realizado e as demandas relacionadas ao fomento da integração dos países da região, com vistas à elaboração de projeto regional a ser submetido a organismo internacional identificadas, em 30 meses.	Alterado na Revisão "K". As 12 atividades originais sofreram modificações de redação na Revisão "C" e encontram-se em execução.
Resultado 2.8 Participação técnico-científica em reuniões nacionais e em negociações internacionais sobre recursos genéticos, repartição de benefícios, conhecimento tradicional e biossegurança, e subsídios ao MRE na preparação das posições brasileiras nos temas acima relacionados, assegurados nos próximos 36 meses.	Resultado 2.8 Participação técnico-científica em reuniões nacionais e em negociações internacionais sobre recursos genéticos, repartição dos benefícios, conhecimento tradicional e biossegurança e subsídios ao MRE na preparação das posições brasileiras nos temas acima relacionados, assegurados nos próximos 30 meses.	Alterado na Revisão "K". As 4 atividades originais permanecem inalteradas e 1 foi acrescentada na Revisão "K". Todas em execução.
	Resultado 2.9 Resgate, conservação, promoção do uso e intercâmbio da agrobiodiversidade com princípios agroecológicos (incluindo variedades crioulas e raças locais, plantas medicinais, plantas para outros usos, sistemas agroflorestais e extrativismo sustentável) utilizados por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais e povos indígenas incentivados em 30 meses	Incluído na Revisão "K" com 10 atividades que estão em execução.
	Resultado 2.10 Identificação dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, raças locais e variedades crioulas, mapeamento da distribuição geográfica e avaliação das condições de conservação <i>in situ</i> e <i>on farm</i> , implementadas em 24 meses, e a promoção do uso e proposição de medidas para conservação, definidas	Incluído na Revisão "K" com 10 atividades que estão em execução.

Versão Original	Revisão "O"	Alterações Ocorridas
	em 30 meses.	
	RESULTADO 2.11 Identificação das principais espécies exóticas invasoras ocorrentes no País, avaliação dos impactos no meio ambiente, monitoramento e definição de estratégias para controle, mitigação e eventual erradicação, incluindo o estabelecimento de metas para o período de 2005 a 2010 e o levantamento e revisão da legislação nacional implementados em 30 meses.	Incluído na Revisão "K" com 20 atividades que estão em execução.
	RESULTADO 2.12 - Objetivos, direitos e compromissos assumidos pelo Brasil com a ratificação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança internalizados nos diversos setores da sociedade e os procedimentos de acordo prévio, avaliação e manejo de risco e o princípio da precaução sobre o movimento transfronteiriço de organismos geneticamente modificados implementados em 36 meses.	Incluído na Revisão "K" com 2 atividades que estão em execução.
	RESULTADO 2.13 - Compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro com a assinatura do Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação, no âmbito da FAO, bem como sua internalização nos diversos setores da sociedade, com ênfase nos aspectos relativos à conservação e à utilização sustentável dos recursos fitogenéticos, aos direitos dos agricultores e ao sistema multilateral realizados em 30 meses.	Incluído na Revisão "K" com 3 atividades que estão em execução.
OBJETIVO IMEDIATO 3 (Subprojeto 3) Contribuir com os esforços empreendidos pelos agentes públicos e privados no sentido de recuperar e manter a exploração dos estoques pesqueiros em níveis sustentáveis para gerar impactos positivos no meio ambiente e na qualidade de vida da população.	OBJETIVO IMEDIATO 3 (Subprojeto 3) Contribuir com os esforços empreendidos pelos agentes públicos e privados no sentido de recuperar e manter a exploração dos estoques pesqueiros em níveis sustentáveis para gerar impactos positivos no meio ambiente e na qualidade de vida da população.	
RESULTADO 3.1 Estudos indispensáveis ao processo participativo de definição do Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros, realizados em 24 meses.	RESULTADO 3.1 Estudos indispensáveis ao processo participativo de definição do Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros, realizados em 18 meses.	Alterado na Revisão "K". As 5 atividades originais estão em execução.
RESULTADO 3.2 Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros, que assegure a sustentabilidade na apropriação deste recurso natural, definido, instituído e implementado de forma participativa, em 2 anos.	RESULTADO 3.2 Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros, que assegure a sustentabilidade na apropriação destes recursos naturais, implementado de forma participativa, em 2 anos.	Alterado na Revisão "K". As 9 atividades originais estão em execução.
RESULTADO 3.3 Planos de Gestão para os Recursos Pesqueiros, definidos em 2 anos e implantados em todo o País ao longo de 10 anos.	RESULTADO 3.3 Planos de Gestão para os Recursos Pesqueiros, definidos em 2 anos e implantados em todo o País ao longo de 10 anos.	Mantido. As 4 atividades originais estão em execução.
RESULTADO 3.4 Legislação sobre acesso e uso de recursos pesqueiros, revisada e harmonizada em todo o País.	RESULTADO 3.4 Legislação sobre acesso e uso de recursos pesqueiros, revisada e harmonizada em todo o País.	Mantido. As 3 atividades originais estão em execução.

Versão Original	Revisão "O"	Alterações Ocorridas
RESULTADO 3.5 Consultas internacionais sobre recursos pesqueiros, acompanhadas e seus resultados internalizados no País.	RESULTADO 3.5 Consultas internacionais sobre recursos pesqueiros, acompanhadas e seus resultados internalizados no País.	Mantido. As 5 atividades originais estão em execução.
RESULTADO 3.6 Sistema Nacional de Informações Pesqueiras, objetivando armazenar e disseminar informações geo-referenciadas sobre as atividades conduzidas pelo setor pesqueiro em seus diversos níveis, definido e implementado em 2 anos.	RESULTADO 3.6 Excluído.	Excluído na Revisão "K" Transformado em Ação do PPA.
OBJETIVO IMEDIATO 4 (Subprojeto 4) Propiciar apoio à gestão do patrimônio ambiental brasileiro mediante o desenvolvimento de ações direcionadas a facilitar a coordenação e integração dos esforços de criação e gestão de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal.	OBJETIVO IMEDIATO 4 (Subprojeto 4) Propiciar apoio à gestão do patrimônio ambiental brasileiro mediante o desenvolvimento de ações direcionadas a facilitar a coordenação e integração dos esforços de criação e gestão de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal.	
Resultado 4.1 Processo de elaboração participativa de uma Política Nacional para Áreas Protegidas, realizado em 22 meses.	Resultado 4.1 Processo de elaboração participativa de uma Política Nacional para Áreas Protegidas, realizado em 22 meses.	Mantido. Das 9 atividades originais 3 foram concluídas (Rev."C") e as demais estão em execução.
RESULTADO 4.2 Dispositivos legais relativos ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulamentados em 6 meses.	RESULTADO 4.2 Dispositivos legais relativos ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulamentados em 6 meses.	Mantido. Das 4 atividades originais 3 foram concluídas (Rev."C"). Na Revisão "C" foram acrescentadas 5 atividades. Todas estão em execução.
RESULTADO 4.3 Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, destinado ao registro e disseminação de informações básicas e geo-referenciadas sobre as áreas protegidas, desenvolvido e implantado em 12 meses.	RESULTADO 4.3 Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, destinado ao registro e disseminação de informações básicas e geo-referenciadas sobre as áreas protegidas, desenvolvido e implantado em 12 meses.	Mantido. As 7 atividades originais estão em execução.
RESULTADO 4.4 Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), para assegurar a representatividade ecológica de cada bioma, assegurada em 36 meses.	RESULTADO 4.4 Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), para assegurar a representatividade ecológica de cada bioma, assegurada em 30 meses.	Alterado na Revisão "K". Às 6 atividades originais foram acrescentadas 2 na Revisão "C". Todas em execução.
RESULTADO 4.5 Captação de R\$ 2,0 milhões em recursos nacionais e internacionais para custear o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, garantida ao longo de 36 meses.	RESULTADO 4.5 Captação de R\$ 2,0 milhões em recursos nacionais e internacionais para custear o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, garantida ao longo de 30 meses.	Alterado na Revisão "K". Às 4 atividades originais foi acrescentada 1 na Revisão "C". Todas em execução.
RESULTADO 4.6 Dispositivos constantes em Atos Internacionais relativos a Áreas Protegidas, implantados ao longo de 36 meses.	RESULTADO 4.6 Dispositivos constantes em Atos Internacionais relativos a Áreas Protegidas, implantados ao longo de 30 meses.	Alterado na Revisão "K". Às 5 atividades originais foi acrescentada 1 na Revisão "C". A atividade 4.6.3 foi alterada na Revisão "C". Todas em execução.
RESULTADO 4.7 Instrumentos, normas e procedimentos de gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), definidos e implantados em 36 meses.	RESULTADO 4.7 Instrumentos, normas e procedimentos de gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), definidos e implantados em 30 meses.	Alterado na Revisão "K". 6 atividades originais. 2 foram alteradas e 6 acrescentadas, na Revisão "C". Todas em execução.
	RESULTADO 4.8 Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) implementado com 18 milhões de hectares de UCs criadas, estabelecidas e	Incluído na Revisão "K". 4 atividades originais em execução.

Versão Original	Revisão "O"	Alterações Ocorridas
	articuladas em mosaicos de áreas protegidas.	
	OBJETIVO IMEDIATO 5 (Subprojeto 5) Propiciar apoio ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético na coordenação e na implementação de políticas para a gestão do patrimônio genético brasileiro e outras ações da sua competência.	Incluído na Revisão "C" e alterado na Revisão "K".
	RESULTADO 5.1 Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético instalada e operando plenamente nos próximos 30 meses.	Incluído na Revisão "C" e alterado na Revisão "K". Das 17 atividades originais, 2 foram concluídas, 1 excluída e 8 modificadas. Na Revisão "K". As demais estão em execução.
	OBJETIVO IMEDIATO 6 (Subprojeto 6) Implantação de Reservas da Biosfera irá trabalhar no apoio às iniciativas para a consolidação de formas de uso do solo nos domínios das Reservas da Biosfera brasileiras, com o objetivo de construir modelos para o ordenamento do desenvolvimento regional integrado e sustentável dos biomas que as contém.	Incluído na Revisão "C".
	RESULTADO 6.1 Elaboração de estudos técnicos, modelos e avaliação de propostas de uso e ocupação do solo nas Unidades de Conservação, nas Reservas da Biosfera e entornos, buscando promover o ordenamento territorial do desenvolvimento regional integrado e sustentável de seus biomas.	Incluído na Revisão "C" e alterado na Revisão "K". Das 6 atividades originais, 3 foram modificadas na Revisão "K". Todas estão em execução.
	RESULTADO 6.2 Implantação e funcionamento das Reservas da Biosfera brasileiras e Unidades de Conservação por intermédio de estratégia para Gestão e de capacitação de seus gestores, apoiadas.	Incluído na Revisão "C" e alterado na Revisão "K". Das 6 atividades originais, 5 foram modificadas na Revisão "K". Todas estão em execução.
	RESULTADO 6.3 Implantação dos Sistemas de Gestão da Rede de Reservas da Biosfera Brasileiras, para facilitar o intercâmbio, o fluxo de informações e o desenvolvimento de trabalhos conjuntos entre as Reservas da Biosfera, Unidades de Conservação, entorno e Áreas Protegidas.	Incluído na Revisão "C" e alterado na Revisão "K". Das 6 atividades originais, 1 foi modificada na Revisão "K". Todas estão em execução.
	OBJETIVO IMEDIATO 7 ((Subprojeto 7) Consolidar a estratégia nacional de biodiversidade brasileira em cumprimento aos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, por intermédio da atualização do relatório nacional sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica, da implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da consolidação de fórum permanente de biodiversidade, como forma de incrementar a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos biológicos.	Incluído na Revisão "C".
	RESULTADO 7.1 Implementação da Política Nacional da Biodiversidade e avaliação, por intermédio da execução de estudos especiais e consolidação de planos de ação setoriais	Incluído na Revisão "C". 6 atividades originais e 2 acrescentadas na Revisão "K". Todas estão em execução.

Versão Original	Revisão "O"	Alterações Ocorridas
	(setor não governamental, comunidades locais, setor acadêmico e setor empresarial) e/ou de planos de ação por componentes da Política Nacional da Biodiversidade (conhecimento, conservação <i>in situ</i> e <i>ex situ</i> , monitoramento, repartição de benefícios, educação e fortalecimento jurídico-institucional).	
	RESULTADO 7.2 Fórum Permanente da Biodiversidade, por intermédio da estruturação de portal e rede de informação sobre biodiversidade e de estabelecimento de infra-estrutura instalados, em conformidade com o estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica, no que se refere ao Mecanismo de Intermediação de Informação sobre Biodiversidade (<i>Clearing House Mechanism</i>).	Incluído na Revisão "C" e alterado na Revisão "K". Das 6 atividades originais, 2 foram excluídas e 2 foram acrescentadas na Revisão "K". Todas em execução.
	RESULTADO 7.3 Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica atualizado e distribuído em versões: português, inglês e espanhol.	Incluído na Revisão "C" e alterado na Revisão "K". Das 4 atividades originais, 1 foi concluída e 7 foram acrescentadas na Revisão "K". Todas em execução.
	RESULTADO 7.4 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança realizada.	Incluído na Revisão "K". As 3 atividades originais foram realizadas pois a 8ª COP e 3ª MOP ocorreram em março de 2006.
	OBJETIVO IMEDIATO 8 (Subprojeto 8) Conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios viabilizados para os biomas brasileiros Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, Zona Costeira e Marinha e no âmbito do Programa Antártico Brasileiro.	Incluído na Revisão "K".
	RESULTADO 8.1 Conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios no bioma Caatinga, viabilizados.	Incluído na Revisão "K". As 14 atividades originais estão em execução.
	RESULTADO 8.2 Conservação e uso sustentável dos biomas Cerrado e Pantanal viabilizados.	Incluído na Revisão "K". As 20 atividades originais estão em execução.
	RESULTADO 8.3 Conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios na Zona Costeira e Marinha, viabilizados.	Incluído na Revisão "K". As 15 atividades originais estão em execução.
	RESULTADO 8.4 Cumprimento dos compromissos assumidos pelo país no âmbito do Programa Antártico Brasileiro, viabilizados.	Incluído na Revisão "K". As 6 atividades originais estão em execução.
	RESULTADO 8.5 Conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios nos Biomas Mata Atlântica e Pampa, bem como as atividades pertinentes.	Incluído na Revisão "O". As 9 atividades originais estão em execução.

4.2.2 Aspectos Orçamentários

O Projeto BRA/00/021 foi assinado em 15 de julho de 2001 com o orçamento de US\$ 8.058.892,00 (oito milhões, cinqüenta e oito mil, oitocentos e noventa e dois dólares) que, calculados à taxa de câmbio das Nações Unidas de junho de 2001, equivalente a US\$ 1,00=R\$ 2,30, corresponde a R\$ 18.535.452,00 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e dois reais), oriundos do orçamento do Ministério do Meio Ambiente.

O Projeto foi modificado, por meio de revisões, ao longo de sua execução (15/julho/2001 a 31/dezembro/2007), como especificadas no Quadro 02 a seguir:

Quadro 2 – Demonstrativo das revisões ocorridas no Projeto

Nº Ordem	Especificação	Data da Assinatura	Valor US\$	Motivo da Revisão
01	Revisão Mandataria "B"	5/03/02	8.058.892,00	Refletir os gastos de 2001 e refazer o orçamento para 2002.
02	Revisão Substantiva "C"	31/12/02	9.876.353,00	Aumentar o orçamento em US\$1.817.461,00 e ajustar as atividades de acordo com essa alteração.
03	Revisão Mandatária "D"	6/03/03	9.876.353,00	Lançar os gastos de 2002 e transferir o saldo para 2003.
04	Revisão Geral "E"	15/01/04	9.876.353,00	Realocar orçamento entre sublinhas.
05	Revisão Mandatária "F"	18/03/04	9.876.353,00	Lançar os gastos de 2003, transferir o saldo para 2004 e remanejar o orçamento entre as sublinhas.
06	Revisão Geral "G"	06/10/04	9.876.353,00	Realocar orçamento entre sublinhas.
07	Revisão Geral "H"	27/12/04	9.876.353,00	Estender a duração do projeto até 30 de abril de 2005.
08	Revisão Mandatária "I"	23/03/05	9.876.353,00	Refletir os gastos de 2004 e realocar o saldo para o ano subsequente.
09	Revisão Geral "J"	02/05/05	9.876.353,00	Estender as atividades do Projeto até 30 de junho de 2005.
10	Revisão Substantiva "K"	22/09/05	12.598.989,00	Refletir o novo orçamento do projeto de US\$12.598.989,00 (recursos adicionais de US\$2.722.636,00) , prorrogar a vigência do projeto para 31/12/07 e incluir o Subprojeto 8.
11	Revisão Geral "L"	13/02/06	21.487.878,00	Aumentar o total do orçamento em US\$8.888.889,00.
12	Revisão Mandatária "M"	27/07/06	21.487.878,00	Lançar os gastos de 2005 e transferir o saldo para 2006.
13	Revisão Mandatária "N"	15/02/07	21.487.878,00	Transferir o saldo de 2006 para 2007 e remanejar o orçamento entre sublinhas.
14	Revisão Substantiva "O"	18/06/07	21.487.878,00	Incluir o Resultado 8.5 com a descrição das atividades desenvolvidas pelos Biomas Mata Atlântica e Pampa e alterar o ressarcimento dos custos administrativos (COA) incorridos pelo PNUD para 5% a partir de 01 de maio de 2007.

Observa-se que houve incremento do orçamento do Projeto em 3 ocasiões: 1ª) na Revisão Substantiva "C" com acréscimo de US\$1.817.461,00 quando houve a inclusão de 3 novos Subprojetos: 5 – Gestão do Patrimônio Genético, 6 – Gestão das Reservas da Biosfera, e 7 – Gestão da Política Nacional da Biodiversidade; 2ª) na Revisão Substantiva "K" com um acréscimo do orçamento de US\$2.722.636,00 e a inclusão do Subprojeto 8 – Biomas Brasileiros e estendeu a vigência para 31/12/07; e 3ª) na Revisão Substantiva "L" que incrementou o orçamento em US\$ 8.888.889,00 para fazer face as despesas decorrentes da realização da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

Assim, o orçamento original de US\$8.058.892,00 (oito milhões, cinqüenta e oito mil, oitocentos e noventa e dois dólares) passou para US\$21.487.878,00 (vinte e

um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e oito dólares). O que representa um crescimento orçamentário em cerca de 267%.

Quadro 03 – Demonstrativo do Orçamento do Projeto por Revisão

Componentes	Orçamento Original (Jul/2001)	Revisão "B"	Revisão "C"	Revisão "D"	Revisão "E"	Revisão "F"	Revisão "G"	Revisão "H"	Revisão "I"	Revisão "J"	Revisão "K"
010 PESSOAL											
011 Consultores Internac,											
011.01 Consultores Internacionais	21.740	21.740	20.920	20.920	20.920	20.920	20.920	20.920	22.420	22.420	53.940
011.99 Sub Total	21.740	21.740	20.920	20.920	20.920	20.920	20.920	20.920	22.420	22.420	53.940
013 Apoio Administrativo											
013.01 Administrativo	422.610	422.610	98.131	115.259	115.259	115.259	98.333	98.333	96.832	96.832	82.858
013.51 Administrativo	-	-	5.217	-	3.100	3.100	3.030	3.030	3.030	3.030	3.030
013.52 Serviços Eventuais	-	-	4.587	9.729	9.729	9.729	4.674	4.674	4.673	4.673	4.673
013.99 SubTotal	422.610	422.610	107.935	124.988	128.088	128.088	106.037	106.037	104.535	104.535	90.561
015 Monitoramento e Avaliação											
015.01 Viagens Nacionais	595.260	595.260	858.451	859.286	859.286	859.286	1.873.297	1.880.297	1.961.776	1.961.776	1.588.208
015.02 Viagens Internacionais	382.608	382.608	295.386	294.454	294.454	294.454	330.142	330.142	379.511	379.511	733.241
015.51 Viagens Nacionais	-	-	27.087	27.020	27.020	27.020	66.000	66.000	115.580	115.580	86.764
015.52 Viagens Internacionais	-	-	34.782	34.782	34.782	34.782	35.000	35.000	35.000	35.000	18.671
015.99 Sub Total	977.868	977.868	1.215.706	1.215.542	1.215.542	1.215.542	2.304.439	2.311.439	2.491.867	2.491.867	2.426.884
016 Custos de Missão											
016.71 Custos de Missão – PNUD & ABC/MR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.000
016.99 Sub Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.000
017 Consultores Nacionais											
017.01 Consultores Longo Prazo – Equipe Base (NPPP)	3.187.820	3.187.820	2.101.357	2.141.571	2.132.097	2.132.097	1.246.821	1.278.721	1.412.900	1.412.900	1.118.131
017.02 Consultores Curto Prazo	785.219	785.219	1.014.482	1.007.469	992.469	992.469	957.929	967.712	990.445	990.445	1.704.300
017.03 Consultores NPPP -Retainer	-	-	532.000	505.000	505.000	505.000	156.456	156.456	103.237	103.237	55.418
017.04 Consultores NPPP-Eventual	-	-	246.000	241.000	241.000	241.000	231.375	231.375	250.040	250.040	149.999
017.51 Consultores NPPP -LongPrazo	-	-	343.261	228.586	228.586	228.586	148.318	148.318	196.938	196.938	167.249
-017.52 Consultores NPPP-CurtPrazo	-	-	218.585	218.585	218.585	218.585	171.000	171.000	71.000	71.000	3.750
017.53 Consultores NPPP -Retainer	-	-	93.912	93.912	93.912	93.912	-	1.000	-	-	90.000
017.99 Sub Total	3.973.039	3.973.039	4.549.597	4.436.123	4.411.649	4.411.649	2.911.839	2.954.582	3.024.560	3.024.560	3.288.847
019 TOTAL PESSOAL	5.395.257	5.395.257	5.894.158	5.797.573	5.776.199	5.776.199	5.343.295	5.392.978	5.643.382	5.643.382	5.892.232
020 CONTRATOS											
021 Contrato A											
021.01 Subprojetos/Ssubcontratos	-	-	441.620	451.620	451.620	451.620	737.253	749.499	493.554	493.554	1.010.014
021.02 Subcontratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000
021.03 Subcontratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000
021.11 Subcontratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
021.13 Indicador de Impacto-PROBIO	26.088	26.088	13.500	13.500	13.500	13.500	-	-	-	-	-
021.14 Subprojetos	195.652	195.652	142.811	142.811	142.811	142.811	374.207	374.207	417.086	417.086	374.162
021.15 Indicadores – CDB	91.304	91.304	5.755	45.755	45.755	45.755	45.735	45.735	46.755	46.755	105.735
021.16 Indicadores	130.434	130.434	61.845	61.845	61.845	61.845	56.845	56.845	62.253	62.253	54.845
021.17 Indicadores – RecGen	39.310	39.310	-	-	-	-	-	-	-	-	-
021.18 Publicações	43.479	43.479	45.000	30.000	30.000	30.000	37.000	25.476	44.546	44.546	37.796
021.21 Subcontratos – Diretório	4.348	4.348	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Componentes	Orçamento Original (Jul/2001)	Revisão "B"	Revisão "C"	Revisão "D"	Revisão "E"	Revisão "F"	Revisão "G"	Revisão "H"	Revisão "I"	Revisão "J"	Revisão "K"
021.22 Subcontratos – Edit.Publ.Est.	4.348	4.348	4.348	4.348	4.348	4.348	4.348	4.348	4.348	4.348	-
021.23 Subcontratos – Aluguel Inst.	78.260	78.260	8.505	10.005	10.005	10.005	9.229	9.229	9.229	9.229	259.229
021.24 Subcontratos – Formulários	8.696	8.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-
021.25 Subcontratos – Relat.Anuais	6.522	6.522	-	-	-	-	-	-	-	-	-
021.26 Subcontratos – Serv. Gerais	39.130	39.130	15.687	19.187	19.187	19.187	17.787	17.787	17.787	17.787	17.787
021.27 Subcontratos – Loc. Xerox	23.478	23.478	3.795	5.795	5.795	5.795	5.218	5.218	5.218	5.218	5.218
021.28 Subcontratos – Aluguel	45.652	45.652	45.652	45.992	45.992	45.992	30.992	30.992	10.992	10.992	340
021.31 Subcontratos – Geral	65.218	65.218	57.468	57.468	57.468	57.468	60.327	60.327	32.859	32.859	2.859
021.32 Subcontratos – Informática	65.218	65.218	102.827	102.827	102.827	102.827	12.827	12.827	12.827	12.827	-
021.41 Subcontratos – Editoração de Textos sobre Políticas	3.216	3.216	6.048	6.048	6.048	6.048	4.287	4.287	4.287	4.287	787
021.42 Subcontratos – Editor. Leis	2.174	2.174	22.174	22.174	22.174	22.174	34.403	34.403	35.401	35.401	34.096
021.43 Subcontratos – CD Rom	30.434	30.434	5.000	-	-	-	-	-	-	-	-
021.44 Subcontratos – Cartilha	2.174	2.174	4.000	4.000	4.000	4.000	521	521	521	521	521
021.45 Subcontratos – Mat.Divulg.	13.044	13.044	33.219	33.219	33.219	33.219	41.957	41.957	54.640	54.640	47.400
021.46 Subcontratos – Manual Trabalho Voluntário	4.348	4.348	2.638	2.638	2.638	2.638	42.638	42.638	49.692	49.692	25.954
021.47 Subcontratos – Manual Uso Público	4.348	4.348	4.000	4.000	4.000	4.000	14.000	14.000	14.002	14.002	8.249
021.48 Subcontratos – Public. Estud.	10.870	10.870	41.065	41.065	41.065	41.065	38.748	38.748	60.944	60.944	33.377
021.49 Subcontratos – Geral	-	-	10.000	10.000	10.000	10.000	23.320	23.320	31.103	31.103	41.283
021.51 Subcontratos – Reprografia	-	-	21.196	20.856	20.856	20.856	1.375	5.917	2.917	2.917	42.917
021.52 Subcontratos – Aluguel Maq.	-	-	23.478	23.478	23.478	23.478	2.128	2.128	2.128	2.128	2.128
021.53 Subcontratos – Serv.Gerais	-	-	32.608	28.411	28.411	28.411	67.856	49.956	74.832	74.832	70.224
021.99 Sub Total	937.610	937.610	1.154.239	1.187.042	1.187.042	1.187.042	1.663.001	1.650.365	1.487.921	1.487.921	2.176.921
022 Contratos B											
022.71 Apoio NEX	77.490	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
022.99 Sub Total	77.490	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
029 TOTAL SUBCONTRATOS	1.015.100	937.610	1.154.239	1.187.042	1.187.042	1.187.042	1.663.001	1.650.365	1.487.921	1.487.921	2.176.921
030 TREINAMENTO											
031 Treinamento											
031.01 Treinamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
031.99 Sub Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.100
032 Outros Treinamentos											
032.01 Workshops e Treinamentos	-	-	418.000	386.000	386.000	386.000	447.830	434.888	476.604	476.604	1.489.398
032.02 Workshops Internacionais	-	-	20.000	40.000	40.000	40.000	3.000	3.000	3.000	3.000	217.900
032.14 Reuniões Projetos Probio	104.348	104.348	82.000	82.000	82.000	82.000	82.153	82.153	97.989	97.989	112.154
032.21 Seminário Planejamento	54.783	54.783	54.783	54.783	54.783	54.783	84783	84783	50.000	50.000	-
032.22 Seminário– Eng.Financeira	31.304	31.304	31.304	31.304	31.304	31.304	46.304	46.304	46.304	46.304	-
032.23 Seminários Subregionais	54.783	54.783	54.783	54.783	54.783	54.783	56.859	56.859	75.097	75.097	24.832
032.31 Seminários Nacionais/Reg.	91.304	91.304	90.451	90.451	90.451	90.451	140.451	140.451	75.147	75.147	106.597
032.32 Consultores Técnicos	85.216	85.216	115.216	115.216	115.216	115.216	115.216	115.216	82.174	82.174	97.147
032.33 Seminários Regionais	391.305	391.305	361.305	361.305	361.305	361.305	361.304	361.304	161.304	161.304	305.064
032.41 Seminários Biomias	65.218	65.218	14.447	14.447	14.447	14.447	2.438	2.437	4.532	4.532	5.132
032.42 Seminário Nacional	21.739	21.739	60.822	60.822	60.822	60.207	101.561	97.457	142.565	142.565	111.013
032.43 Seminário – Regulamentação	21.739	21.739	10.000	10.000	13.151	13.766	13.911	13.911	14.526	14.526	13.766
032.44 Seminário Conduta Consc.	13.044	13.044	9.524	9.524	9.524	9.524	5.171	5.171	5.171	5.171	5.171
032.45 Curso Gestão	26.088	26.088	5.000	5.000	5.000	5.000	800	800	800	800	5.800
032.46 Curso Inst. Consciente	8.696	8.696	7.000	7.000	7.000	7.000	922	922	922	922	922

Componentes	Orçamento Original (Jul/2001)	Revisão "B"	Revisão "C"	Revisão "D"	Revisão "E"	Revisão "F"	Revisão "G"	Revisão "H"	Revisão "I"	Revisão "J"	Revisão "K"
032.47 Reuniões e Treinamentos	-	-	102.500	102.500	102.500	102.500	63.620	43.620	68.451	68.451	83.620
032.48 Workshops Nacionais	-	-	21.300	21.300	39.523	39.523	61.300	61.300	64.806	64.806	49.300
032.51 Reuniões Tema Câmara	-	-	14.130	22.120	22.130	22.130	22.167	22.167	24.900	24.900	144.485
032.99 SubTotal	969.567	969.567	1.472.565	1.468.565	1.489.939	1.489.939	1.609.790	1.572.743	1.394.292	1.394.292	2.826.328
033 Treinamento em Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
033.01 Treinamento em Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.550
033.99 Sub Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1550
034 Conferências e Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
034.02 Consultas Técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
034.32 Treinamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.000
034.99 Sub Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.000
039 TOTAL TREINAMENTO	969.567	969.567	1.472.565	1.468.565	1.489.939	1.489.939	1.609.790	1.572.743	1.394.292	1.394.292	2.929.978
040 EQUIPAMENTO											
045 Equipamento											
045.01 Material de Consumo	45.217	45.217	220.528	209.238	209.238	209.238	196.041	196.041	215.534	215.534	268.163
045.02 Material Permanente	214.326	214.326	307.614	375.115	375.115	375.115	437.726	437.726	480.128	480.128	440.129
045.03 Manutenção/Operação Equip.	28.480	28.480	55.507	65.254	65.254	65.254	75.706	75.706	76.441	76.441	104.200
045.04 Manut./Operação Escritório	13.696	13.696	72.598	73.598	73.598	73.598	68.524	68.524	71.569	71.569	72.363
045.99 Sub Total	301.719	301.719	656.247	723.205	723.205	723.205	777.997	777.997	843.672	843.672	884.855
049 TOTAL EQUIPAMENTO	301.719	301.719	656.247	723.205	723.205	723.205	777.997	777.997	843.672	843.672	884.855
050 DIVERSOS											
052 Custos Relatórios											
052.01 Custos Relatórios	84.782	84.782	335.043	334.643	334.643	334.643	132.803	132.803	155.344	155.344	245.850
052.02 Custos Relatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.696
052.03 Custos Relatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.394
052.51 Custos Relatórios Finais	-	-	1.956	2.767	2.767	2.767	-	-	-	-	4.500
052.99 Sub Total	84.782	84.782	336.999	337.410	337.410	337.410	132.803	132.803	155.344	155.344	285.440
053 Diversos											
053.01 Diversos	60.000	135.232	53.046	53.459	53.459	53.459	56.368	56.368	58.643	58.643	46.816
053.02 Miscelâneos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.086
053.11 Suprimento	-	-	16.000	16.000	16.000	16.000	-	-	-	-	7.500
053.51 Suprimento	-	-	5.438	5.438	5.438	5.438	5.438	5.438	5.438	5.438	7.200
053.99 Sub Total	60.000	135.232	74.484	74.897	74.897	74.897	61.806	61.806	64.081	64.081	62.602
059 TOTAL DIVERSOS	144.782	220.014	411.483	412.307	412.307	412.307	194.609	194.609	219.425	219.425	348.042
099 TOTAL PARCIAL	7.826.425	7.824.167	9.588.692	12.232.028							
101 CUSTOS OPERACIONAIS	232.467	234.725	287.661	366.961							
109 TOTAL GERAL US\$	8.058.892	8.058.892	9.876.353	12.598.989							

Componentes	Revisão "L"	Revisão "M"	Revisão "N"	Revisão "O"							
010 PESSOAL											
011 Consultores Internac,											
011.01 Consultores Internacionais	33.004	43.004	38.004	32.667							
011.99 Sub Total	33.004	43.004	38.004	32.667							
013 Apoio Administrativo											
013.01 Administrativo	82.858	82.858	82.858	82.858							
013.51 Administrativo	3.030	3.030	3.030	3.030							
013.52 Serviços Eventuais	4.673	4.673	4.673	4.673							
013.99 SubTotal	90.561	90.561	90.561	90.561							
015 Monitoramento e Avaliação											
015.01 Viagens Nacionais	6.073.933	4.341.528	4.495.568	4.627.213							
015.02 Viagens Internacionais	876.367	1.031.674	997.511	933.560							
015.51 Viagens Nacionais	101.774	101.774	101.774	101.774							
015.52 Viagens Internacionais	9.304	9.304	13.024	13.006							
015.99 Sub Total	7.061.378	5.484.280	5.607.877	5.675.553							
016 Custos de Missão											
016.71 Custos de Missão – PNUD & ABC/MR	22.000	34.446	34.446	6.862							
016.99 Sub Total	22.000	34.446	34.446	6.862							
017 Consultores Nacionais											
017.01 Consultores Longo Prazo – Equipe Base (NPPP)	1.085.925	1.176.997	1.205.568	1.199.373							
017.02 Consultores Curto Prazo	1.606.304	2.878.824	2.633.114	2.490.075							
017.03 Consultores NPPP -Retainer	15.418	81.001	81.001	74.025							
017.04 Consultores NPPP-Eventual	85.906	80.327	72.311	73.700							
017.51 Consultores NPPP -LongPrazo	153.472	153.472	213.203	153.472							
-017.52 Consultores NPPP-CurtPrazo	3.750	3.750	3.750	3.750							
017.53 Consultores NPPP -Retainer	60.000	30.000	30.000	29.694							
017.99 Sub Total	3.010.775	4.404.371	4.238.947	4.024.089							
019 TOTAL PESSOAL	10.217.718	10.056.662	10.009.835	9.829.732							
020 CONTRATOS											
021 Contrato A											
021.01 Subprojetos/Ssubcontratos	6.465.613	5.801.768	5.704.121	5.792.875							
021.02 Subcontratos	1.000	6.000	6.000	5.945							
021.03 Subcontratos	1.000	6.000	14.000	18.806							
021.11 Subcontratos	-	33.123	33.123	33.031							
021.13 Indicador de Impacto-PROBIO	-	-	-	-							
021.14 Subprojetos	299.200	623.753	485.943	610.677							
021.15 Indicadores – CDB	85.718	94.918	79.454	85.199							
021.16 Indicadores	49.298	49.298	49.298	49.298							
021.17 Indicadores – RecGen	-	-	-	-							
021.18 Publicações	39.306	59.306	115.071	104.344							
021.21 Subcontratos – Diretório	-	-	-	-							
021.22 Subcontratos – Edit.Publ.Est.	-	-	-	-							
021.23 Subcontratos – Aluguel Inst.	9.229	9.229	9.229	9.229							
021.24 Subcontratos – Formularios	-	-	-	-							
021.25 Subcontratos - Relat.Anuais	-	-	-	-							
021.26 Subcontratos – Serv. Gerais	17.787	17.787	17.787	17.787							

Componentes	Revisão "L"	Revisão "M"	Revisão "N"	Revisão "O"						
021.27 Subcontratos – Loc. Xerox	5.218	5.218	5.218	5.218						
021.28 Subcontratos - Aluguel	340	340	340	340						
021.31 Subcontratos – Geral	2.859	2.859	2.859	2.859						
021.32 Subcontratos – Informática	-	-	-	-						
021.41 Subcontratos – Editoração de Textos sobre Políticas	787	787	787	787						
021.42 Subcontratos – Editor. Leis	46.119	46.119	73.348	73.214						
021.43 Subcontratos – CD Rom	-	-	-	-						
021.44 Subcontratos – Cartilha	521	521	521	521						
021.45 Subcontratos – Mat.Divulg.	35.400	35.400	35.400	30.349						
021.46 Subcontratos – Manual Trabalho Voluntário	18.167	18.167	18.167	13.116						
021.47 Subcontratos – Manual Uso Público	3.773	3.773	3.773	3.772						
021.48 Subcontratos – Public. Estud.	33.377	33.377	33.377	33.377						
021.49 Subcontratos – Geral	16.921	16.921	16.921	15.403						
021.51 Subcontratos – Reprografia	23.253	53.085	53.085	34.605						
021.52 Subcontratos – Aluguel Maq.	2.128	2.128	2.128	2.128						
021.53 Subcontratos – Serv.Gerais	28.518	69.371	69.371	50.680						
021.99 Sub Total	7.185.532	6.989.248	6.829.321	6.993.741						
022 Contratos B										
022.71 Apoio NEX	-	-	-	-						
022.99 Sub Total	-	-	-	-						
029 TOTAL SUBCONTRATOS	7.185.532	6.989.248	6.829.321	6.993.741						
030 TREINAMENTO										
031 Treinamento										
031.01 Treinamento	31.000	176.000	176.000	172.629						
031.99 Sub Total	31.000	176.000	176.000	172.629						
032 Outros Treinamentos										
032.01 Workshops e Treinamentos	1.460.452	1.051.912	1.336.040	1.327.882						
032.02 Workshops Internacionais	145.370	388.465	368.954	366.982						
032.14 Reuniões Projetos Probio	95.570	145.70	142.890	132.644						
032.21 Seminário Planejamento	-	-	-	-						
032.22 Seminário- Eng.Financeira	-	-	-	-						
032.23 Seminários Subregionais	24.028	24.028	24.028	24.028						
032.31 Seminários Nacionais/Reg.	54.093	54.093	60.547	50.642						
032.32 Consultores Técnicos	37.174	37.174	37.174	6.025						
032.33 Seminários Regionais	209.064	209.064	207.064	204.983						
032.41 Seminários Biomas	4.119	4.119	4.119	4.119						
032.42 Seminário Nacional	112.313	112.313	112.313	111.616						
032.43 Seminário – Regulamentação	13.766	13.766	13.766	13.766						
032.44 Seminário Conduta Consc.	5.171	5.171	5.171	5.171						
032.45 Curso Gestão	800	800	800	800						
032.46 Curso Inst. Consciente	922	922	922	922						
032.47 Reuniões e Treinamentos	29.764	59.764	24.764	19.662						
032.48 Workshops Nacionais	36.030	46.030	46.030	46.009						
032.51 Reuniões Tema Câmara	75.499	105.992	105.992	75.361						
032.99 SubTotal	2.304.135	2.257.183	2.490.574	2.390.612						
033 Treinamento em Serviço										
033.01 Treinamento em Serviço	1.000	10.585	10.585	12.785						
033.99 Sub Total	1.000	10.585	10.585	12.785						

Componentes	Revisão "L"	Revisão "M"	Revisão "N"	Revisão "O"							
034 Conferências e Reuniões											
034.02 Consultas Técnicas	-	-	-	-							
034.32 Treinamento	70.000	70.000	70.000	69.286							
034.99 Sub Total	70.000	70.000	70.000	69.286							
039 TOTAL TREINAMENTO	2.406.135	2.513.768	2.747.159	2.645.312							
040 EQUIPAMENTO											
045 Equipamento											
045.01 Material de Consumo	316.099	291.240	292.141	296.133							
045.02 Material Permanente	329.128	417.095	411.013	411.852							
045.03 Manutenção/Operação Equip.	77.804	143.912	143.911	145.957							
045.04 Manut./Operação Escritório	62.356	106.144	106.144	96.942							
045.99 Sub Total	785.387	958.391	953.209	950.884							
049 TOTAL EQUIPAMENTO	785.387	958.391	953.209	950.884							
050 DIVERSOS											
052 Custos Relatórios											
052.01 Custos Relatórios	191.133	180.063	161.109	135.078							
052.02 Custos Relatórios	21.696	22.196	22.196	21.990							
052.03 Custos Relatórios	5.394	6.394	6.394	6.334							
052.51 Custos Relatórios Finais	3.000	23.750	23.750	23.508							
052.99 Sub Total	221.223	232.403	213.449	186.910							
053 Diversos											
053.01 Diversos	36.680	107.103	107.102	106.612							
053.02 Miscelâneos	652	652	652	646							
053.11 Suprimento	5.000	2.500	-	-							
053.51 Suprimento	4.800	2.400	2.400	2.375							
053.99 Sub Total	47.132	112.655	110.154	109.633							
059 TOTAL DIVERSOS	268.355	345.058	323.603	296.543							
099 TOTAL PARCIAL	20.863.127	20.863.127	20.863.127	20.716.212							
101 CUSTOS OPERACIONAIS	624.751	624.751	624.751	771.666							
109 TOTAL GERAL US\$	21.487.878	21.487.878	21.487.878	21.487.878							

4.2.3 Principais Realizações

Considerando as ações realizadas na implementação do Projeto BRA/00/021 por meio de seus Subprojetos apresentadas nas diversas Revisões e Relatórios de Progressos, na busca do empenho nacional de implementar os dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações futuras, ao longo dos seis anos de existência, observa-se inúmeras realizações. Destacadas por Objetivo e por seus respectivos Resultados, seguem as principais realizações:

4.2.3.1 Objetivo Imediato 1 – Subprojeto 01

Para alcançar o que está proposto no **Objetivo Imediato 1**, que trata de possibilitar à Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade a melhoria dos mecanismos e instrumentos de gestão do Probio e seu sucessor, na coordenação de ações visando à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, monitorando a implantação da Política Nacional de Biodiversidade e do Programa Nacional de Diversidade Biológica – Pronabio, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

Resultado 1.1

- Câmara Técnica para seleção das propostas recebidas em respostas ao: i) Edital PROBIO/02/2001 - "Apoio à realização de inventários nas áreas consideradas prioritárias pra investigação científica"; ii) Edital FNMA/PROBIO nº 03/2001 Chamada II - "Utilização Sustentável de Recursos da Biodiversidade nas áreas de Entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em Ecossistemas Abertos";
- Capacitação de representantes das instituições executoras dos subprojetos, selecionados por meio dos editais: i) Probio 01/2001, FNMA/Probio 03/2001 e FNMA/Probio 04/2001, na aplicação do Manual de Operações do Probio, normas de execução de convênios e normas do Banco Mundial, em 3 treinamentos realizados em Brasília/DF, Curitiba/PR e Belo Horizonte/MG; ii) FNMA/Probio nº 03/2001 Chamada II - "Utilização Sustentável de Recursos da Biodiversidade nas áreas de Entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em Ecossistemas Abertos";
- i) 15 visitas de monitoria técnica e oito visitas de acompanhamento e orientação financeira aos subprojetos apoiados pelo Probio; ii) 30 visitas de monitoria técnicas e nove visitas de acompanhamento e orientação financeira nos Subprojetos do Probio;
- Duas capacitações técnico-financeiras dos executores dos subprojetos selecionados através do Edital Probio/02/2001 - "Apoio à realização de inventários nas áreas consideradas prioritárias pra investigação científica";
- Avaliação do Projeto "Gestão da Diversidade Biológica Brasileira - BRA/95/012", por meio da contratação de serviço de consultoria;
- Atualização do Manual Operativo do Probio;
- Elaboração de carta-consulta para seleção de propostas para elaboração de informe nacional sobre espécies exóticas invasoras e dos Editais Probio 03/2001 (Chamada I) Entorno de UCs; Probio 03/2001 (Chamada II) Entorno de UCs e Probio/FNMA 01/2003 para apoio a elaboração e implementação de planos de manejo para espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção;
- Apoio a 144 subprojetos apoiados pelo Probio, os quais foram todos concluídos;
- Monitoria financeira em 25 projetos e monitorias técnicas em 39 projetos, até 2006;

Resultado 1.2

- Contratação de serviços de consultoria para a elaboração de documento base e orientação das discussões visando uma publicação da série Biodiversidade denominado "Efeitos da fragmentação de ecossistemas sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas";
- Organização e realização do I Workshop, em Brasília/DF e do II Workshop, em Ilhéus, BA, com a presença de coordenadores e integrantes dos subprojetos para início da redação do livro "Efeitos da fragmentação de ecossistemas sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas", que apresenta os resultados obtidos e as recomendações dos 15 subprojetos que trataram da temática "fragmentação de ecossistemas" e que foram selecionados por meio do Edital 01/1997;
- Organização e realização do III Workshop, em Pirenópolis-GO, para finalização da redação do livro "Efeitos da fragmentação de ecossistemas sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas", com a participação dos coordenadores dos capítulos e dos subprojetos;
- Contratação de serviços gráficos para a publicação do livro "Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos e recomendações de políticas públicas";
- reunião de trabalho, para troca de informações e experiências, dos coordenadores dos subprojetos apoiados pelo Probio e pelo FNMA, que foram selecionados por meio do Edital FNMA/Probio 04/2001 para trabalhar a temática: "Manejo de Espécies Ameaçadas e Invasoras";
- Publicação do Relatório de Atividades de 1996-2002 do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio;
- Contratação de serviços de consultoria para elaborar um documento sumário sobre a avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade brasileira, a partir da junção dos sumários existentes;
- Publicação do Livro: Biodiversidade Brasileira – "Avaliação e Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Biodiversidade Brasileira";
- Participação de 5 técnicos do Probio no Curso "Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos Públicos";
- Apoio à reunião com os coordenadores dos grupos temáticos que participaram da elaboração da lista da fauna brasileira ameaçada de extinção, realizada no IBAMA, em março de 2003, para finalização da lista e discussão da inclusão das espécies de interesse econômico;
- Apoio à realização de duas reuniões da Comissão Coordenadora do Pronabio para discussão de novos temas de subprojetos a serem contratados pelo Probio;
- Participação de técnico na reunião "Workshop Estratégias de inventário para o conhecimento e conservação da biodiversidade da Amazônia", realizado pelo Museu Emílio Goeldi em Belém-PA com apresentação dos subprojetos apoiados pelo Probio relacionados ao tema;
- Acompanhamento da Missão de Supervisão do Probio realizada pelo Banco Mundial, em maio de 2003, com visitas a campo aos subprojetos, no Estado do Mato Grosso do Sul e realização de reuniões em Brasília para apresentação dos resultados técnicos e financeiros alcançados até aquela data e discussão de novos temas a serem apoiados;
- Apoio a evento realizado no Dia Internacional da Biodiversidade - 22 de maio – no Centro de Recepção de Visitantes do Parque Nacional de Brasília com a presença da Ministra do Meio Ambiente e outras autoridades, quando foi oficializada a Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção;

- Apoio à elaboração do Relatório de Atividades do Probio no ano de 2002;
- Apoio à instalação da Comissão Nacional da Biodiversidade e à realização de três reuniões para discussão de temas, entre os quais seleção de subprojetos a serem contratados pelo Probio;
- Apoio à realização da 1ª Conferência Nacional sobre o Meio Ambiente, em 2003, disponibilizando e elaborando material de divulgação de resultados de projetos; tais como: publicação do Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, indicando as 900 áreas, por municípios, no Brasil; CD ROM contendo o mapa das áreas prioritárias e o livro Biodiversidade Brasileira – Avaliação e Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Biodiversidade Brasileira e painéis contendo informações sobre os biomas brasileiros;
- Publicação dos seguintes livros: 1) Análise das variações da biodiversidade do bioma caatinga – suporte a estratégias regionais de conservação; 2) Biodiversidade da Chapa Diamantina; 3) Fragmentação de ecossistemas – causa, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas 2ª edição;
- Realização de 3 reuniões dos coordenadores e supervisores dos subprojetos voltados ao Mapeamento dos Remanescentes dos Biomas Brasileiros;
- Realização de 2 reuniões com os coordenadores dos projetos voltados à realização de inventários visando a elaboração de um livro síntese;
- Realização de 4 reuniões com todos os parceiros do Projeto que será o sucessor do Probio para elaboração da proposta de projeto;
- Apoio à realização do Simpósio “Passion Fruit Pollination” realizada em Uberlândia em julho de 2005;
- Realização do I Simpósio Internacional de Espécies Exóticas Invasoras;
- Publicação dos seguintes livros, em 2006: 1) Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina; 2) Diversidade Biológica e Conservação da Floresta Atlântica ao Norte do Rio São Francisco; 3) Monitoramento de Recifes de Coral do Brasil - Situação Atual e Perspectivas; 4) PROBIO: dez anos de atuação/10 years of activities; 5) Mapa “Priority Áreas for the Conservation, Sustainable Use and Benefit Sharing of Brazilian Biodiversity”; 6) Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira (re-edição); 7) A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais (re-edição); 8) Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação (re-impressão); 9) Educação Ambiental Probio;
- Lançamento de publicações em CD-rom:
 - i) Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação; Análise das Variações da Biodiversidade do Bioma Caatinga - Suporte a estratégias regionais de conservação; 2) Fragmentação de ecossistemas: causas e efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas;
- Participação e coordenação da reunião com coordenadores dos subprojetos de Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros, durante a COP 8, em Curitiba, PR, em março de 2006;
- Participação no lançamento da publicação “Ações para conservação de tubarões e raias no sul do Brasil” e na inauguração da exposição “Tubarões e Raias do Sul do Brasil”, realizados no Museu Oceanográfico “Eliézer de Carvalho Rios”, em Rio Grande/RS, ambos resultados de projeto apoiado pelo Probio;
- Participação da equipe técnica do Probio na COP 8, divulgando o resultado dos subprojetos apoiados e no evento paralelo realizado para discussão do

"mainstreaming" da biodiversidade, onde o "Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II" foi apresentado;

- Participação da equipe técnica do Probio em reuniões realizadas pelos subprojetos apoiados: a) Workshop Projeto Parentes Silvestres *Cucurbita*, de 05 a 06 de dezembro, Embrapa Sede; b) Workshop Projeto Parentes Silvestres Algodão (25/09), Embrapa Sede; Workshop Parentes Silvestres de *Arachis* (amendoim), 29 e 30 de novembro, Embrapa Sede; d) Seminário "Avaliação de Espécies de Plantas do Futuro na Região Norte"; e) Oficina para discussão da proposta de "Base Metodológica para a Gestão de Corredores";
- Apoio VI Semana da Biologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul realizada entre nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2006 em Uruguaiana, RS. Palestra proferida: "Contribuição do Ministério do Meio Ambiente para a conservação do Pampa";
- Participação de técnicos do Ministério do Meio Ambiente/Probio: apresentação de palestra durante o 57º Congresso Nacional de Botânica em Gramado, RS e estande de divulgação das publicações do MMA durante o evento; período: 05 a 10 de novembro de 2006;
- Apresentação de palestra sobre as ações do MMA no XXVI Congresso Brasileiro de Zoologia em Londrina, PR; período: 15 a 17 de fevereiro de 2006;
- Participação de técnica do Ministério do Meio Ambiente/PROBIO em evento comemorativo da Semana do Meio Ambiente, em junho de 2006. Alegrete, RS;
- Participação em reuniões com coordenadores de subprojetos de Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros durante a COP 8 em Curitiba/PR, em março de 2006, durante o 57º Congresso Nacional de Botânica em Gramado/RS, em 07 de novembro de 2006 e durante o lançamento dos resultados oficiais dos subprojetos para a Conabio em Brasília/DF; em 20 de dezembro de 2006;
- Realização de uma reunião com coordenadores dos subprojetos apoiados pelo Edital FNMA/Probio 04/2001 - "Manejo de espécies ameaçadas de extinção e de espécies invasoras", visando à conservação da diversidade biológica brasileira, com a finalidade de discutir organização de resultados e as recomendações obtidas pelos subprojetos em três documentos síntese. Esta reunião foi acompanhada pela consultora Denise Rambaldi, responsável pela coordenação dos trabalhos;

Resultado 1.3 (foi incorporado ao Resultado 7.2 na Revisão "C", dezembro de 2002)

- Em 2001, deu-se o início da avaliação externa da Rede de Informação em Biodiversidade, que foi resultante do apoio ao subprojeto "Rede de informação em biodiversidade", executado pela fundação André Tosello, com o apoio do Probio;
- Em 2002, foi concluída a avaliação externa da Rede de Informação em Biodiversidade, a qual concluiu que a Rede de Informação em Biodiversidade poderá ser melhor administrada e mantida se alojada em um portal do Governo. Encontra-se em processo o estabelecimento das bases para alojar esse portal;

Resultado 1.4

- Realização de reunião da Comissão Coordenadora do Pronabio para análise das propostas selecionadas em resposta aos editais Probio 01/2001, FNMA/Probio 03/2001 e FNMA/Probio 04/2001, que resultou na contratação de 31 novos subprojetos pelo Probio, em 2001;
- Elaboração do mapa do Brasil informando a rota do tráfico de animais silvestres no Brasil;
- Parecer jurídico ambiental sobre organismos geneticamente modificados e reunião no Conama para deliberar sobre o assunto;
- Reunião para tratar da inclusão da paisagem cultural no Rio de Janeiro como Sítio do Patrimônio Natural;
- Reunião da Comissão Brasileira do Programa "O Homem e a Biosfera" – Cobramab;
- Reunião do Secretário de Biodiversidade e Florestas com membros da Cobramab para tratar de assuntos relativos ao Parque Nacional da Serra do Itajaí;
- Em 2002, apoio ao Workshop Internacional sobre Manejo Local da Agrobiodiversidade – Rio Branco – AC;
- Apoio ao III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação: fôlderes, livro III e cartazes;
- Realização de consultoria para identificação e mapeamento das queimadas ocorridas no Parque Nacional das Emas – GO, no período de 1996-2001;
- Publicação do Livro: *"Pollinating Bees – The Conservation Link Between Agriculture And Nature"*;
- Publicação do Livro: Abelhas Brasileiras – "Sistemática e identificação";
- Realização de 04 reuniões no ano de 2002 da Comissão Coordenadora do PRONABIO, onde se discutiu a reformulação do Decreto Presidencial Nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994, que criou o Pronabio, revendo-se seu papel e as atribuições da Comissão Coordenadora do Pronabio. Foram discutidos ainda os novos temas de editais a serem apoiados pelo Probio e os subprojetos selecionados em resposta ao Edital Probio 02/2001 e Edital FNMA/Probio 03/2001 – Chamada II. Houve ainda discussões sobre a Política Nacional de Biodiversidade que se encontrava em elaboração em 2002;
- Reunião com a consultora Beatrice para tratar do assunto "Grupo Ad Hoc Technical Expert Group on Marine and Coastal Protected Areas" da CDB;
- Apoio técnico na leitura e análise dos documentos da política Nacional da Biodiversidade e nas reuniões regionais;
- Publicação do livro "Seria melhor ladrilhar. Biodiversidade: como, para que e porquê";
- Serviço de mapeamento da Reserva da Biosfera – Fase IV;
- Impressão do Atlas da Conservação da Diversidade Biológica Brasileira;
- Em 2003, impressão do livro em inglês e português: Biodiversidade e Florestas;
- Impressão dos fôlderes, em inglês e português: Reservas da Biosfera, Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil e Parque Nacional do Tumucumaque;
- Realização do Evento: Biodiversidade e Acesso a Recursos Genéticos;
- Oficina para o desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas e plantas medicinais e aromáticas no Vale do Ribeira;
- Mapas de biomas do Brasil;
- Reunião para discutir a metodologia para avaliação da capacidade de suporte dos reservatórios hídricos;
- As origens da mandioca – cultura nacional;
- Mudanças climáticas globais e seus efeitos nos ecossistemas brasileiros;
- Dispersão de sementes e regeneração do gênero Pinus;

- Gestão para lideranças e organizações de apoio aos povos indígenas do Brasil;
- Encontro nacional de plantas medicinais, fitoterápicas e assistência farmacêutica;
- Seminário de biodiversidade e cultura da mandioca;
- Reunião da América Latina e Caribe sobre o Mecanismo do *Clearing House* (CHM);
- Fórum global de biotecnologia;
- Plantas medicinais do cerrado – uso e conservação;
- Simpósio de etnobiologia e etnoecologia;
- 1º workshop de pesquisa e conservação de carnívoros neotropicais;
- Estratégias de Inventário para o conhecimento e conservação da biodiversidade da Amazônia;
- 3º encontro e feira dos povos do cerrado;
- Câmara técnica – espécies exóticas invasoras;
- São Paulo Declaration on Pollinators Plus 5º Fórum;
- Apoio à realização de dois módulos do Curso de Boas Práticas Populares de Manipulação e Manejo de Plantas Medicinais, promovido pela Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado e Universidade Católica de Goiás, em Goiânia de 11 a 15 de outubro de 2003;
- Oficina para o Desenvolvimento Sustentável de Cadeias Produtivas de Plantas Medicinais e Aromáticas no Vale do Ribeira, em parceria entre a SBF e a SDS do MMA, em Campinas (SP), dia 06 de novembro de 2003;
- Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural, em parceria entre o MMA e o Ministério da Cultura, em Brasília dias 28 e 29 de novembro de 2003;
- Acompanhamento e monitoramento das ações do Programa Plurianual do Programa Biovida no Orçamento Geral da União;
- Coordenação e monitoramento do cumprimento dos compromissos estabelecidos na Convenção sobre Diversidade Biológica;
- Em 2005, publicação do livro “Cem anos de devastação”;
- Apoio à atualização das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, que se estendeu até 2006;

Resultado 1.5

- Em 2002, VII reunião do Comitê Interseccional do Foro da América Latina e Caribe – preparatória para Cúpula Mundial para o desenvolvimento sustentável;
- Revisão ortográfica do 2º Relatório Nacional sobre Biodiversidade;
- Reunião do Conselho da Reserva da Biosfera da Caatinga;
- Reunião do Secretário de Biodiversidade e Florestas para discutir sobre o Corredor Ecológico da Bahia;
- Em 2003, apoio financeiro à participação de representantes da SBF nas delegações brasileiras às negociações internacionais, bilaterais e multilaterais, sobre gestão da biodiversidade. Reunião de Cancun;
- Em 2005, patrocínio ao Calendário da ONU de 2006, visando à disseminação do tema biodiversidade;
- Reunião da 2ª Consulta Nacional da Iniciativa brasileira de Polinizadores;
- Duas reuniões do Comitê Nacional de Assessoramento da Iniciativa Brasileira de Polinizadores;
- Elaboração do estudo “Sistematização e mapeamento de pesquisas desenvolvidas em universidades atuantes no bioma cerrado, referentes à conservação e uso sustentável das espécies vegetais do cerrado;
- Em 2006, publicação dos livros: “Ilhas Oceânicas Brasileiras - da pesquisa ao

manejo”; “Pollinating Bees” (reedição); “Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação”; “Bibliografia Brasileira sobre Polinização e Polinizadores” (versões impressa e em CD), resultantes de estudos técnicos;

Resultado 1.6

- Em 2001, realização da 11ª reunião ordinária do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Realização do 7º Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Realização do 3º Encontro Nacional de Comitês Estaduais das Reservas da Biosfera;
- Em 2002, apoio à reunião referente à negociação de apoio ao projeto “Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre os Ecossistemas Brasileiros”;
- Congresso Internacional sobre Polinizadores;
- Workshop internacional “Dimensões humanas da Biodiversidade”;
- *Meeting of Scientific Steering Committee (SCC) of the LBA*;
- Workshop “Dimensões humanas da Biodiversidade”;
- Em 2003, documento de consolidação de toda legislação nacional e internacional sobre as Reservas da Biosfera Brasileiras. As atividades realizadas até o momento têm contribuído para que as informações sobre os subprojetos apoiados pelo Probio e também informações sobre a biodiversidade brasileira de forma geral sejam divulgadas para a população, muitas delas disponibilizadas no endereço: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade>;
- Representação da SBF no I Encontro Mineiro da Articulação Pacari e participação da Oficina Farmacopéia Popular do Cerrado, promovido pela Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado em parceria com a Universidade Federal de Goiás, em Montes Claros (MG), de 7 a 10 de agosto;
- Representação da SBF na Oficina Políticas Públicas para o Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro, promovido em parceria pelo Instituto Socioambiental e pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), de 26 a 29 de agosto;
- Representação da DCBio no III Encontro Povos do Cerrado, promovido pela Rede Cerrado, e participação da Oficina de Trabalho de Plantas Medicinais realizado em Goiânia, de 12 a 14 de setembro;
- Representação da SBF no Festival Ecológico Cultural das Águas do Pantanal, e participação da Oficina Bioprospecção e Cadeias Produtivas, promovida pela SDS do MMA, em Cáceres (MT), entre os dias 13 e 16 de novembro;
- Apoio à reunião referente à negociação de apoio ao projeto “Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre os Ecossistemas Brasileiros”;
- Apoio a duas reuniões da Comissão Coordenadora do Pronabio;
- Em 2005, ocorreram 6 reuniões ordinárias, 3 extraordinárias da Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio e a realização de 4 reuniões da Câmara Técnica de Ameaçadas e Sobre-explotadas; 8 reuniões da Câmara Técnica da Caatinga; 4 reuniões da Câmara Técnica do Cerrado e Pantanal e 9 reuniões da Câmara Técnica da COP 8;
- Apoio ao “I Simpósio Nacional de Coleções Científicas” da Fiocruz, realizado no Rio de Janeiro;
- Curso de Capacitação de Povos Indígenas para participação na COP 8;
- Apoio à realização da “Reunião sobre Compensação Ambiental” realizada pelo IBAMA;
- Participação na “Reunião com o Setor Privado” para incorporação das diretrizes da CDB neste segmento, promovido pelo Cebeds;
- Participação na “Reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável”;

- Em 2006, ocorreram 5 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias da Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio e a realização de 1 reunião da Câmara Técnica de de Coleções Científicas;
- Apoio à realização do XXVI Congresso Brasileiro de Zoologia em Londrina, PR; período: 15 a 17 de fevereiro de 2006;
- Apoio à realização do VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina, em Ilhéus, BA, no período de 03 a 07 de setembro de 2006;
- Apoio à realização do 57º. Congresso Nacional de Botânica em Gramado, RS; período: 05 a 10 de novembro de 2006;
- Apoio ao Simpósio de Manejo de Polinizadores, em Ribeirão Preto/SP, em julho de 2006;
- Apoio ao Encontro da Rede Baiana de Polinizadores, em Salvador/BA, em novembro de 2006;
- Apoio à participação brasileira na reunião “*Pollinator Information in the America*) da Rede Interamericana de Informação em Biodiversidade (Iabin), em Indaiatuba/SP em dezembro de 2006;
- Apoio ao curso de “Ecologia de Dosséis” da Universidade Federal de Ouro Preto/MG, em julho de 2006.

4.2.3.2 – Objetivo Imediato 2

Quanto ao proposto no **Objetivo Imediato 2** que visa estabelecer e coordenar, no País, ações relativas à gestão dos recursos genéticos e à agrobiodiversidade, com ênfase na proteção, conservação, promoção do uso sustentável e gestão dos aspectos relativos à biossegurança dos organismos geneticamente modificados e das espécies exóticas invasoras, além de prover o suporte técnico na formulação de políticas, normas e instrumentos e ampliação do conhecimento desses recursos, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

Resultado 2.1

- Levantamento, de forma não sistemática, das entidades envolvidas na conservação *ex situ* de recursos genéticos;
- Planejamento dos diagnósticos dos acervos disponíveis relativos às entidades acima mencionadas;
- Lançamento, em maio de 2004, por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), Carta Consulta para a seleção de propostas visando a realização de levantamento das instituições que desenvolvem atividades voltadas a conservação dos recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos). Esse trabalho prevê, fundamentalmente: (i) identificação das instituições envolvidas com a conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* de recursos genéticos; (ii) definição da representatividade de cada coleção, em termos de espécies e área geográfica; (iii) situação das condições de conservação dos acessos em cada coleção; (iv) indicação da infraestrutura disponível para a manutenção das coleções; e (v) necessidades para a manutenção das coleções, a curto, médio e longo prazos. Embora as ações estejam concentradas na Região Centro-Oeste e estejam sendo conduzidas pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, os resultados serão fundamentais para a avaliação da situação de conservação dos recursos genéticos na região, para a definição de estratégia visando, em conjunto com outras instituições governamentais (federais e estaduais), não governamentais e da iniciativa privada ali localizadas, a tomada de ações para

a manutenção desse patrimônio, bem como a sua utilização em benefício da sociedade.

- Em 2006, realização de um amplo levantamento das instituições, incluindo os movimentos sociais e as organizações não governamentais, envolvidas na conservação dos recursos genéticos do País. Para cada componente, tanto *in situ* quanto *ex situ* e *on farm*, foram obtidas uma série de informações, com destaque para: i) representatividade de cada coleção, particularmente em relação à representatividade geográfica; ii) situação de conservação das amostras em cada coleção, incluindo recursos genéticos mantidos pelos agricultores; iii) intensidade de intercâmbio; iv) atividades de pesquisa realizadas com as coleções, tanto aquelas mantidas *ex situ* quanto aquelas utilizadas *on farm*; v) infra-estrutura disponível para a manutenção das amostras; e vi) necessidades para manutenção dessas coleções, tanto a curto quanto a médio e a longo prazo. Este projeto "Identificação das instituições envolvidas com a conservação de recursos genéticos, *in situ*, *ex situ* e *on farm*, da fauna, da flora e dos microorganismos" foi desenvolvido na região Centro-Oeste pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, com resultados bastante animadores.

Resultado 2.2

- Resultados expressivos foram obtidos, por meio de parceria realizada entre o MMA, o Ibama, a Fundação Biodiversitas, a Sociedade Brasileira de Zoologia e a Conservation International do Brasil, no que se refere à revisão, ao longo de 2002 e 2003, da Lista Oficial das Espécies Ameaçadas da Fauna Brasileira;
- Os subsídios, em forma de lista preliminar, foram preparados por oito grupos de trabalho temáticos: (i) Anfíbios; (ii) Aves; (iii) Insetos; (iv) Invertebrados Aquáticos; (v) Invertebrados Terrestres; (vi) Mamíferos; (vii) Peixes; E (viii) Réptéis. O resultado desse trabalho foi discutido no workshop "Revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção", realizado em Belo Horizonte, de 09 a 12 de dezembro de 2002;
- Em março de 2003, foi realizada reunião para a discussão de aspectos relacionados à publicação da lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. A reunião contou com a participação de representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Fundação Biodiversitas para a Conservação da Diversidade Biológica e dos coordenadores/integrantes dos grupos de trabalho científico, responsáveis pela preparação científica das listas. Foram definidos os diversos aspectos relacionados à edição de Portaria para a publicação da lista das espécies ameaçadas da fauna e as estratégias para sua recuperação. Decidiu-se que a lista seria publicada em duas etapas. Inicialmente, serão divulgadas, em curto prazo, as espécies ameaçadas dos seguintes grupos: (i) anfíbios; (ii) aves; (iii) insetos; (iv) invertebrados terrestres; (v) mamíferos e (vi) répteis. Juntamente com a publicação da Portaria deverão ser, também, anunciadas medidas do Governo Federal para reverter ou minimizar as ameaças. Ênfase será dada à elaboração de planos para a recuperação de cada uma das espécies ameaçadas, ou grupo de espécies afins; listagem das espécies com informações insuficientes, entre outras;
- Lançado o Edital 04/2001 – "Manejo de espécies ameaçadas de extinção e de espécies invasoras, visando à conservação da diversidade biológica brasileira", por meio de ação conjunta do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que selecionou 27 projetos para a elaboração de planos de manejo das espécies ou para a

implementação de planos de manejo já existentes, dos quais estão sendo apoiados financeiramente 14 projetos. Ainda como ação diretamente relacionada com o tema o MMA, por meio do IBAMA, criou na Paraíba, junto à Reserva Biológica de Guariba, o Centro de Primatas que visa, particularmente, a conservação de espécies ameaçadas;

- Revisão, a partir de um amplo processo consultivo solicitado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo IBAMA, da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Edição da Instrução Normativa nº 3, de 26 de maio de 2003, com a Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (anfíbios, aves, invertebrados terrestres, mamíferos e répteis). Edição da Instrução Normativa nº 5, de 21 de maio de 2004, com a Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Brasileiros Ameaçadas de Extinção e Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexploração;
- Criação, dentro do Portal do Ministério do Meio Ambiente, do Site sobre espécies ameaçadas. Inicialmente o Site contém informações sobre a Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (anfíbios, aves, invertebrados aquáticos e terrestres, mamíferos, peixes e répteis);
- Ainda em 2005, foi lançado por meio do Probio, Carta-Consulta para selecionar proposta de instituição que ficará responsável pela preparação de textos sobre cada uma das espécies da fauna brasileira incluídas na lista oficial das ameaçadas de extinção (anfíbios, aves, invertebrados aquáticos e terrestres, mamíferos, peixes e répteis). O documento resultante subsidiará o MMA na preparação de livro sobre as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
- Ao longo de 2006, por exemplo, foi realizado um amplo trabalho relacionado à revisão da Lista das Espécies da flora Brasileira Ameaçadas de Extinção. O MMA, o IBAMA e o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro realizaram uma criteriosa análise da proposta submetida pela Fundação Biodiversitas ao Ministério do Meio Ambiente. De fato, foram revistos todos os formulários preenchidos pelos especialistas e que serviram de base para o workshop técnico e para a proposta encaminhada ao MMA pela Fundação Biodiversitas. Das 5.213 espécies analisadas, incluindo as 108 espécies que fazem parte da atual lista das ameaçadas (Portaria Ibama nº 37-N/92), o grupo de especialistas recomendou a inclusão de 1.537 espécies na nova lista das espécies ameaçadas. O workshop indicou ainda 8 espécies na condição de extintas, 4 extintas na natureza, 36 quase ameaçadas, 2513 com dados deficientes, 683 não ameaçadas e 481 não avaliadas. Esta é a proposta que está em processo de análise e avaliação pelos técnicos do MMA, Ibama e IJBRJ. De modo a integrar as ações dos diferentes setores envolvidas no tema, o MMA lançou, em 2006, por meio da Portaria MMA nº 182, de 22 de maio de 2006, o Fórum Brasileiro pela Extinção Zero. Na mesma oportunidade foi assinado pela Senhora Ministra Marina Silva um Protocolo de Intenções visando à implementação no Brasil da Aliança Brasileira para a Extinção Zero, que pretende conjugar as capacidades técnicas, científicas, financeiras e políticas de organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais em prol da formulação e implementação da Aliança.

Resultado 2.3

- Seleção de propostas, com vistas à identificação, à priorização e à divulgação de informações sobre espécies da flora brasileira sub-utilizadas, de valor econômico atual ou potencial, das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, com vistas a fomentar a sua utilização direta e o

- desenvolvimento de produtos voltados para o mercado interno e de exportação, observando-se sempre os critérios de maiores benefícios sócio-ambientais;
- Por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), que se valerá dos Termos de Referência elaborados, serão encaminhadas Cartas-Consultas a diferentes instituições, em todas as regiões geopolíticas do País, com a solicitação de encaminhamento de propostas para o desenvolvimento do projeto "Plantas para o Futuro". Para cada região será selecionada uma instituição ou um consórcio de instituições para a implementação do projeto;
 - Lista das espécies da flora regional identificadas, com base em critérios sócio-ambientais, como de importância econômica atual ou potencial. Para cada espécie deverão ser incluídas, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) dados taxonômicos (família, gênero, espécie);
 - b) nome (s) popular (es);
 - c) distribuição regional – mapas – e, se possível, coordenadas geográficas;
 - d) dados bibliográficos de cada espécie, com ênfase para: domesticação, germinação e quebra de dormência de sementes, tratamentos agrônômicos, entre outros;
 - e) uso econômico atual ou potencial, apontando-se, sempre que possível, os principais mercados para as espécies medicinais-fitoterápicas, alimentícias, de uso na indústria química, madeiras, entre outros, e partes da planta utilizada.
 - *Workshop* regional para a apresentação e avaliação dos resultados obtidos e definição das espécies a serem priorizadas para utilização imediata ou mesmo para futuros trabalhos de pesquisa;
 - Resultados do *Workshop*, incluindo-se, entre outros: (i) a lista das espécies selecionadas na categoria de prioritárias para a condução de ações em curto prazo; (ii) formas de incentivar o aproveitamento comercial, tanto para o mercado interno como externo; (iii) identificação, para cada espécie priorizada, dos eventuais fatores que possam dificultar a sua utilização comercial, recomendando, sempre que possível, os caminhos a serem seguidos em cada caso, observados os critérios de maiores benefícios sócio-ambientais. (iv) conclusões e recomendações outras dos participantes;
 - Criação, no âmbito da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Ameaçadas de Extinção e Espécies Sobreexploradas ou Ameaçadas de Sobreexploração. A Câmara Técnica foi criada por meio da Portaria MMA nº 290, de 22 de novembro de 2004, em substituição ao Grupo de Trabalho sobre Espécies Ameaçadas de Extinção, instituído pela Portaria MMA nº 231, de 26 de maio de 2003. Todas as atividades relativas às espécies ameaçadas de extinção (fauna, flora e microrganismos) será acompanhado, *pari passu*, por essa Câmara Técnica Permanente;
 - Lançamento pelo Probio, em 2004, de Carta-Consulta visando a seleção de propostas para a identificação, a priorização e a divulgação de informações sobre espécies nativas da flora brasileira (regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), de importância econômica atual ou potencial, de uso local e regional. A iniciativa busca a seleção de espécies promissoras para uso direto pelo Agricultor e/ou para ampliação das oportunidades de investimento pelo Setor Empresarial, com vistas a fomentar o desenvolvimento de produtos voltados para o mercado interno e de exportação;
 - Aprovação de propostas para a Região Sul; da Fundação Biodiversitas, para a Região Sudeste; da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, para a Região

Centro-Oeste; para a Região Nordeste; e do Museu Paraense "Emílio Goeldi", para a Região Norte. À exceção da Região Norte, todas as outras regiões lograram êxito no desenvolvimento de suas atividades. Após a indicação das espécies prioritárias, cada região realizou, com a participação de representantes do MMA, um Workshop para a avaliação dos resultados, análise e validação das espécies consideradas prioritárias.

- Lançamento pelo Probio, em 2004, de Carta-Consulta para a seleção de propostas visando à identificação dos parentes silvestres e/ou variedades crioulas de espécies de plantas cultivadas no País. Para o desenvolvimento desse trabalho, foram selecionadas, inicialmente, oito culturas: (i) algodão; (ii) abóbora; (iii) amendoim; (iv) arroz; (v) cajú; (vi) mandioca; (vii) milho; e (viii) pupunha, todas de importância estratégica para o País;
- Por ocasião da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 20 a 31 de março de 2006, o Ministério do Meio Ambiente lançou uma primeira abordagem do trabalho realizado. A publicação, que teve como título "Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas";
- O projeto: "Identificação e divulgação de informações sobre as espécies da flora brasileira de importância atual e potencial, de uso local e regional" objetiva, portanto, provocar uma mudança nessa situação. Por meio de ações regionais foi realizado um amplo levantamento das espécies nativas da flora brasileira de uso local já consagrado ou de aproveitamento potencial, as Plantas para o Futuro;
- Realização de cinco seminários regionais para a definir a lista das espécies mais prioritárias, com a participação de representantes dos principais setores da sociedade (acadêmico-científico, governamental, não-governamental, comunidades locais e o setor empresarial). Por meio de reuniões específicas, organizadas por grupo de produtos e também de caráter geral, as plenárias, foram priorizadas as espécies com perspectivas de uso direto pelo agricultor e aquelas com maior possibilidade de investimento pelo Setor Empresarial.
- As listas aprovadas nos seminários priorizaram 775 espécies, sendo 255 espécies da Região Sul, 128 do Sudeste, 131 do Centro-Oeste, 162 do Nordeste e 99 da Região Norte. As espécies contempladas na lista foram agrupadas nos seguintes grupos de uso: alimentícias; fruteiras; medicinais; aromáticas; ornamentais; oleaginosas; madeiras; apícolas; fibrosas; forrageiras; tóxicas/biocidas e ambientais.

Resultado 2.4 (transformado em Subprojeto 5 na Revisão C, em dezembro de 2002)

Resultado 2.5

- Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) aprovou, em 12 de junho de 2002, balizado nas decisões do Grupo de Trabalho Técnico coordenado pela Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade (DCBio/MMA) e pela Gerência do Projeto de Recursos Genéticos a Resolução nº 305/02. A Resolução disciplinou os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos ambientais competentes para o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que façam uso de organismos geneticamente modificados (OGM) e derivados, de modo que uma eventual liberação desses organismos

não venha a comprometer a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica;

- De forma semelhante, criou, por meio da Instrução Normativa nº 4, de junho de 2003, o registro de instalação e operação de laboratórios, biotérios e casas de vegetação para fins de pesquisa em regime de confinamento de organismos geneticamente modificados;
- Participação nas discussões que culminaram com a edição do Decreto nº 4.680, de abril de 2003, que trata do direito à informação sempre que ingredientes alimentares destinados ao consumo humano e animal contenham ou sejam produzidos a partir de OGMs. Da mesma forma com relação à Medida Provisória nº 113, de março de 2003, transformada na Lei nº 10.688, de junho de 2003, que dispõe sobre normas de comercialização de soja da safra de 2003. E, ainda, no que diz respeito à Medida Provisória nº 131 de setembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004;
- Participação na formulação do Projeto de Lei que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados;
- Em novembro de 2003, o Congresso Nacional aprovou a adesão do Brasil ao Protocolo, com forte atuação do MMA nas diferentes etapas envolvidas na adesão. Este é o primeiro grande marco regulatório internacional sobre biossegurança, particularmente no que diz respeito ao controle transfronteiriço dos OGMs;
- Técnicos da Gerência do Projeto de Recursos Genéticos integram a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), desde a sua instalação, em junho de 1996, até o presente. A Comissão tem atribuições na área de biossegurança, particularmente no que se refere à formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Por meio de reuniões mensais da Comissão, tanto Ordinárias, em Plenário, quanto das Subcomissões Setoriais Específicas das Áreas Vegetal e Ambiental os membros da CTNBio analisam, discutem e aprovam, ou não, solicitações para: (i) concessão de Certificados de Qualidade em Biossegurança (CQBs), (ii) liberação de OGMs em contenção (laboratório, biotério e Casa de Vegetação); (iii) liberação planejada de OGMs no meio ambiente; e (iv) Liberação de OGMs para fins de comercialização, entre outras;
- Relacionado à biossegurança de OGMs, em 2006, a Comissão de Biossegurança em Meio Ambiente, criada no âmbito do MMA, que conta com representantes do Ibama e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, reuniu-se seis vezes para analisar matérias relacionadas à temática de OGM, em especial os processos e Resoluções Normativas da CTNBio. Os representantes do MMA na CTNBio atuaram de maneira responsável, comparecendo a todas as reuniões, exceto uma, discutindo e relatando processos. No ano de 2006, a CTNBio analisou e decidiu sobre 430 processos. Cabe ressaltar que o MMA participou ainda de uma Sub-comissão extraordinária encarregada de realizar a revisão das Instruções Normativas. Ainda em 2006 foi criada, no Portal do MMA, uma página na Internet com ênfase para a segurança dos OGM, incluindo a legislação em vigor no país e artigos científicos, (www.mma.gov.br/biosseguranca). Também foi organizado um Curso de Capacitação em Biossegurança de OGM para técnicos, analistas e fiscais, a ser realizado no primeiro trimestre de 2007, em Cuiabá, MT.

Resultado 2.6

- Em 2004, foram iniciadas as ações conforme a programação estabelecida por ocasião da elaboração do Projeto, e, como exemplo pode-se citar o incentivo à elaboração de projetos de Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade, que possuem como principais linhas temáticas o manejo agroextrativista, as sementes crioulas e as plantas medicinais;
- Discussões para o desenvolvimento de ações conjuntas-parcerias com DADS/Agroextrativismo/ SDS que visam a realização de Seminários Regionais e Nacional sobre 'mercado de produtos da sociobiodiversidade' assim entendido todos os componentes da biodiversidade e recursos genéticos incluindo os produtos florestais não madeireiros (PFNMs), bem como à importantes discussões relacionadas à remuneração dos serviços ambientais, tendo em vista a necessidade de se desenvolver/criar mecanismos de incentivo à manutenção e melhoria das condições de nossos recursos naturais para produção de água e mitigação dos efeitos provocados pelos gases de efeito estufa que contribuem para as mudanças climáticas.

Em julho de 2005, pela Revisão "K", este Resultado(2.6) foi excluído porque as atividades estão contempladas nos estudos do Subprojeto 01.

Resultado 2.7

- O Ministério do Meio Ambiente, em 2006, continuava aguardando os avanços relativos à negociação do Projeto "Informação Taxonômica da Flora Neotropical, Essencial para sua Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios" a ser financiado pelo PNUD/GEF. Este Projeto beneficiará todos os países neotropicais e está sendo negociado em parceria entre o Brasil, a Colômbia e o México.

Resultado 2.8

- Subsídios às negociações internacionais sobre biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos com o Ministério das Relações Exteriores para transformá-las em posições nacionais.
- Participação do MMA, em outubro de 2001, da reunião aberta do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios derivados de sua utilização, conforme decisão V/26, da Conferência das Partes. As negociações culminaram com a aprovação das "Diretrizes de Bonn sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios derivados do seu uso". Essas diretrizes, cuja adoção se dará em base voluntária, serão utilizadas pelos países, particularmente aqueles que ainda não dispõem de legislação específica, como documento guia para a preparação de legislação voltada para a matéria;
- Participação do MMA, em Roma, Itália, em outubro/novembro de 2001, da Conferência da FAO que aprovou, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação. O Tratado distingue-se por ser um documento que dará aos países participantes a oportunidade para o

intercâmbio facilitado dentro do Sistema Multilateral (SM) e com regras conhecidas;

- Para prosseguir nas negociações que estão ocorrendo no âmbito dos Países Megadiversos e Afins, o MMA integrou a delegação brasileira na Reunião de Peritos do Grupo de Países Megadiversos e Afins sobre Desenvolvimento Institucional, em Kuala Lumpur, na Malásia, de 21 a 23 de julho de 2003. Esta, que foi a quinta reunião do grupo, logrou aprovar vários documentos de importância para os participantes, tais como: (i) Regras de Procedimento; (ii) Plano de Ação; (iii) Mecanismos de Financiamento e (iv) Declaração de Kuala Lumpur;
- O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Gerência de Recursos Genéticos, tem participado de uma série de eventos e negociações nacionais e internacionais, relacionadas à: (i) conservação dos recursos genéticos de raças locais, de variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies cultivadas, (ii) promoção do uso de seus componentes, (iii) conservação de espécies da agrobiodiversidade; (iv) edição de listas das espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção; (v) Convenção sobre Diversidade Biológica; (vi) Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; (vii) e Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação, no âmbito da FAO. Vale registrar que após uma longa negociação o Tratado Internacional foi ratificado pelo Congresso Nacional no dia 12 de abril de 2006. Essa aprovação deverá permitir ao País participar das negociações do Tratado, já na primeira reunião do Órgão Gestor do Tratado, na condição de Membro Efetivo e não de mero observador;
- Participação em palestras / debates e apoio a diversos eventos relacionados aos temas acima, com destaque para o resgate, conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade como: No 2º semestre de 2006, foram apoiados: a 3ª Feira de Sementes Crioulas, (Anchieta, SC), V Jornada de Agroecologia (Cascavel, PR), o IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia (Porto Alegre/RS), o IV Congresso Brasileiro de Agroecologia (Belo Horizonte/MG); o Congresso Brasileiro de Agricultura Biodinâmica, em Maria da Fé, MG, o III Encontro Nacional de Agroecologia – ENA (em Recife, PE);

- **Resultado 2.9**

- No final de 2004, foram conveniados 10 Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAs cujas metas/atividades começaram a ser executadas em 2005. Em visita de monitoramento aos projetos e áreas beneficiadas foram observados diferentes níveis de dificuldade na execução das atividades e metas previstas, sendo que, em algumas situações, sem prejuízo dos objetivos propostos inicialmente, recomendou-se a readequação de algumas metas, com vistas à melhoria dos resultados finais;
- Realização de oficina com representantes de 12 comunidades e supervisão da elaboração de 12 novas propostas de CIMAs, em fase de implementação;
- Participação no Grupo de Trabalho Interministerial e articulação com as comunidades para elaboração da proposta da Política Nacional. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a ser oficializada pela Presidência da República;
- Apoio, na forma de convênio de três experiências comunitárias com o uso de

plantas medicinais e fitoterápicos;

- Em fevereiro de 2006, foi realizado em Cruzeiro do Sul, AC, o Seminário dos Povos e Comunidades Tradicionais da Universidade da Floresta com objetivo de planejar ações da Universidade da Floresta integrando os saberes acadêmicos/científicos com os saberes tradicionais;
- Em 2006, teve continuidade a execução das atividades dos 11 Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAs e foi realizada oficina com representantes de comunidades e ONGs visando à elaboração de novas propostas de CIMAs, em fase de análise, visando assinatura de Convênio;
- Apoio, na forma de convênio, a três experiências comunitárias com o uso de plantas medicinais e fitoterápicos;
- Participação na implementação do Protocolo de Intenções do Projeto Piloto de Agroindústria de Fitoterápicos na Agricultura Familiar – AFAP e no Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Política/Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, oficializada pelo Decreto nº 5.813/06 da Presidência da República;
- Acompanhamento e apoio na implementação do Pólo de Biotecnologia para o Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade da Mata Atlântica por comunidades do Vale do Ribeira – SP;
- Participação na elaboração da proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Contribuição nas discussões no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais, do Ministério do Meio Ambiente;
- Em setembro de 2006, foi realizada a 2ª reunião de avaliação dos CIMAs onde discutiu-se o andamento da execução das atividades dos CIMAs por meio da troca de experiências; avaliados os avanços obtidos, os problemas pontuais e possíveis soluções; analisadas as estratégias metodológicas para a melhoria na implementação das ações pendentes; realizado o planejamento das ações futuras visando a consolidação e continuidade dos CIMAs;
- Apoio à realização de três eventos nacionais e um internacional envolvendo temáticas relacionadas à conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade (agroecologia/ melhoramento, biotecnologia e manejo da mandioca “espécie nativa do Brasil”/ sistemas agroflorestais/ etnobiologia);
- Publicação dos seguintes documentos: i) *Conservação e Uso Sustentável em Áreas Protegidas e Corredores: uma Contribuição para a Superação da Pobreza nos Biomas Caatinga e Cerrado*; ii) *Iniciativas Transversais do governo Brasileiro sobre Biodiversidade, Alimentação e Nutrição*.

Resultado 2.10

- Apoio à coleta de informações relativas à conservação *ex situ* e *in situ* de recursos genéticos, bem como dos recursos genéticos que são cultivados ou utilizados por comunidades locais e populações indígenas, especialmente no que se refere às variedades de plantas cultivadas e às raças de animais crioulas

(conservação *on farm*). Os dados obtidos contribuirão para que o Ministério possa, em parceria com as diversas áreas do governo e os diversos setores da sociedade, desenvolver políticas e propor ações voltadas à melhoria das condições de conservação dos recursos genéticos (coleções *in situ* e *ex situ*), à promoção do resgate e da troca e ao uso sustentável da agrobiodiversidade (*on farm*). Neste contexto, prioridade será dada para as espécies essenciais à segurança alimentar, bem como aquelas com potencial fitoterápico, em atendimento as necessidades básicas e culturais do ser humano;

- Elaboração e publicação do Livreto "Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas". O livreto foi lançado na COP-8, realizada de 20 a 31 de março de 2006, em Curitiba, PR;
- O sub-projeto: "Identificação e mapeamento da distribuição geográfica, situação de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* das variedades crioulas e dos parentes silvestres de espécies de plantas cultivadas e medidas necessárias para sua manutenção" teve por objetivo dar maior atenção e importância a estas variedades locais e aos parentes silvestres, todas ainda bastante negligenciadas, tanto pelo setor acadêmico-científico quanto pelas instituições diretamente voltadas ao melhoramento genético de muitas destas culturas. Nesta primeira etapa, o projeto tratou das culturas do *algodão*, *amendoim*, *arroz*, *cucúrbitas* (abóboras), *mandioca*, *milho* e *pupunha*. Ao final dos trabalhos foram realizados seminários de caráter multidisciplinar e interinstitucional para cada uma das culturas selecionadas. Por meio desses seminários foram analisadas e avaliadas as atividades conduzidas em cada um dos sub-projetos, bem como as projeções futuras;
- Durante a COP 8, em Curitiba-PR, foi efetivado o lançamento de livreto relativo a esta iniciativa, denominado de "Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas". O setor acadêmico-científico e outras instituições de pesquisa que tratam do tema relacionado à conservação, uso e ameaças aos dos parentes silvestres, consideraram este projeto uma das importantes atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Para ampliar a divulgação dessa iniciativa organizou-se ainda, no Portal do MMA, um Site específico sobre o tema.

Resultado 2.11

- Com o objetivo de desenvolver uma estratégia para o controle das espécies exóticas invasoras o MMA, por meio do Probio, decidiu realizar um Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras no País. Para tanto, o Probio lançou uma Carta-Consulta para a Seleção de cinco instituições para o desenvolvimento de cinco subprojetos relacionados à: (i) espécies que afetam os ambientes terrestres; (ii) espécies que afetam os ambientes de água doce; (iii) espécies que afetam os ambientes marinhos; (iv) espécies que afetam os sistemas de produção (agricultura, pecuária e silvicultura); e (v) espécies que afetam a saúde humana. As instituições selecionadas foram: (i) a The Nature Conservancy para o desenvolvimento dos trabalhos relacionados ao levantamento das informações relativas às espécies de ambientes terrestres, cujas ações foram desenvolvidas pelo Instituto Hórus; (ii) Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas – Fundespa, para o levantamento das espécies de ambientes marinhos; (iii) Fundação Arthur Bernardes – Funarbe, para a identificação das espécies que afetam os ambientes aquáticos continentais

(água doce); (iv) Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, para o levantamento dos dados relativos aos sistemas de produção; e finalmente (v) Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec, cuja execução ficou a cargo da Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz;

- Os resultados indicaram a existência de 543 espécies que afetam diretamente os diferentes sistemas, sendo: 176 nos ambientes terrestres; 66 no ambiente marinho; 49 em águas continentais; 155 que afetam os sistemas de produção; e 97 que afetam a saúde humana. Este é o primeiro diagnóstico nacional relacionado à distribuição destas espécies e à capacidade instalada no País para tratar o problema;
- De acordo com proposição da Ministra Marina Silva, está em fase de aprovação pela Conabio a criação da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras. A aludida Câmara desenvolverá suas atividades no âmbito daquela Comissão. Por meio da Câmara Técnica serão conduzidas discussões interdisciplinares (setor privado, ONGs, setor público e sociedade), voltadas à legislação do tema espécies invasoras; à elaboração de normas legais e à políticas públicas, inclusive visando a implementação das decisões da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, relacionadas às espécies exóticas invasoras; Em outubro de 2005, o MMA e o IBAMA realizaram, em parceria com a Fiocruz, Embrapa, Universidade Federal de Viçosa, Instituto Oceanográfico da USP, TNC e Instituto Hórus, o Primeiro Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras. A abertura do Simpósio foi presidida pela Ministra Marina Silva. O simpósio contou com 417 participantes, originados de sete países: África do Sul, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Jamaica, Nova Zelândia e Portugal. As instituições brasileiras participaram com um grande número de especialistas, com representatividade das cinco grandes regiões geopolíticas brasileiras: 66 da Região Sul; 121 da Região Sudeste; 188 da Região Centro-Oeste; 18 da Região Nordeste e 15 da Região Norte;
- O Ministério do Meio Ambiente – MMA vem desenvolvendo uma série de ações voltadas às espécies exóticas invasoras, com prioridade para a prevenção e detecção precoce, erradicação, controle e/ou manejo (dependendo se a espécie é ou não utilizada economicamente) e monitoramento. Para tanto, o MMA coordenou a realização de um Informe Nacional sobre as Espécies Exóticas Invasoras, com dois Diagnósticos, sendo um sobre “Espécies Exóticas Invasoras Atuais e Potenciais” e outro sobre “Estrutura Existente no País para a Prevenção e Controle”. Esse levantamento contou com a participação de inúmeras instituições de âmbito governamental e não-governamental;
- As ações foram conduzidas, fundamentalmente, pela The Nature Conservancy/Instituto Hórus; Instituto Oceanográfico – IOUSP; Universidade Federal de Viçosa; Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. De acordo com o Informe, 543 espécies foram consideradas na condição de exóticas invasoras, sendo: 176 de organismos que afetam o ambiente terrestre; 66 que afetam o ambiente marinho; 49 que afetam as águas continentais; 155 que afetam os sistemas de produção; e 97 que afetam a saúde humana. Por ocasião da última solenidade do Dia Internacional da Biodiversidade, em maio de 2006, o Ministério do Meio Ambiente e o Programa Global de Espécies Invasoras – GISP, com sede na África do Sul, assinaram Memorando de Entendimento visando desencadear, em âmbito nacional e internacional, um processo voltado para o monitoramento e controle mais efetivo das espécies exóticas invasoras, inclusive com apoio às ações das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Em agosto

de 2006, foi aprovada, no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio, a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras. Além disso, com o objetivo de inserir ações de transversalidade no trato deste tema e de buscar maior participação dos diversos setores do Governo Federal e dos diferentes segmentos da sociedade para uma cobertura mais abrangente deste processo, o MMA elaborou uma primeira versão de uma Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Durante a COP 8, foi lançada, em Curitiba, PR, publicação com informações sobre as ações que estão sendo empreendidas pelo MMA nesse tema. Em 2006, foi ainda reorganizado, ampliado e atualizado o Site sobre espécies exóticas invasoras, dentro do Portal do MMA.

Resultado 2.12

- Participação nas reuniões preparatórias e elaboração de documentos sobre os temas da agenda da COP 8-MOP 3, coordenado pelo MRE;
- Participação na COP 8-MOP-3, reunião realizada de 13 a 17 de março de 2006, na qual foram tomadas decisões sobre os requisitos em termos de informações que devem constar da documentação que acompanha o carregamento com grãos OGM.

Resultado 2.13

- O Congresso Nacional aprovou, em 12 de abril de 2006, a adesão ao Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação, que tinha sido aprovado, em novembro de 2001, pela Conferência da FAO. O Tratado entrou em vigor para o Brasil em 11 de julho de 2006. O Brasil participou na posição de membro, da I Reunião do Órgão Gestor do Tratado, realizada em Madri, Espanha, de 12 a 18 de junho de 2006.

4.2.3.3 – Objetivo Imediato 3

exploração dos estoques pesqueiros em níveis sustentáveis para gerar impactos positivos no meio ambiente e na qualidade de vida da população, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

Resultado 3.1

- 02 estudos teóricos efetuados visando desenvolver o quadro teórico para o Sistema de Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros ;
- 01 estudo teórico visando definir indicadores de sustentabilidade para o uso dos recursos pesqueiros (os indicadores propostos foram definidos como indicadores do Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis 2004 – 2007);
- Levantamento bibliográfico sobre recursos de uso comum e co-gestão no uso dos recursos pesqueiros;
- Elaboração de base de textos referentes a recursos de uso comum e co-gestão no uso dos recursos pesqueiros.
- Atividades preparatórias e de subsídio à realização dos estudos técnicos, incluindo formas alternativas de acesso e uso e metodologia de gestão de recursos foram aportadas em seminários para capacitação de gestores e uma

oficina de gestão compartilhada conduzidas no âmbito desse Subprojeto. Informações do estado-da-arte de recursos pesqueiros sobreexplotados aportadas em fóruns de discussão participativos com a sociedade, coordenados pelo Ibama, contribuíram como subsídio aos estudos previstos. Os estudos produzidos pelo projeto GEF Mangue representaram igualmente contribuição relevante aos estudos em tela. As atribuições da equipe de trabalho referentes à elaboração de projetos GEF de grande porte, Aquabio e GEF Mangue, impossibilitaram o atendimento dos resultados esperados dentro do cronograma previsto.

Resultado 3.2

- Versão preliminar do documento base para o Sistema de Gestão do Uso dos recursos Pesqueiros;
- Em parceria com o Ibama, oficina de gestão compartilhada de recursos pesqueiros, e duas oficinas de capacitação para fortalecimento institucional na gestão desse recursos, como etapas previstas para o planejamento e estruturação do modelo de Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros. Elaborados os documentos técnicos de subsídio às discussões temáticas previstas para os eventos e os resultados obtidos foram empregados no preenchimento de lacunas referentes a elaboração e implementação participativa do Sistema de Gestão em tela. Foram implantados e contribuem para a formação dos sistemas de gestão de recursos pesqueiros os seguintes colegiados: (i) Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta (CGSL); (ii) Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Sardinha (CGSS); (iii) Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Pesca na Bacia Amazônica (iv) GT Isca Viva (da pesca de atum);
- Proposta de Plano de Combate a Pesca Predatória, com previsão de articulação interministerial para sua execução e proposta preliminar de um Programa Nacional de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros, que deverão colaborar para estruturar o Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros.

Resultado 3.3

- Versão preliminar do Plano de Gestão dos Recursos Lagosteiros;
- Estudos básicos para o plano de gestão ecossistêmica das pescarias de arrasto da Região Sul, em elaboração;
- Atividades relacionadas a elaboração de planos de gestão e recuperação para os recursos pesqueiros, sob a coordenação do Ibama, de acordo com a IN MMA nº 05/2004 atualizada por meio da IN MMA nº52/2005. As atividades incluíram os trabalhos de comitês gestores do uso de recursos pesqueiros sobreexplotados coordenados pelo Ibama, a exemplo da sardinha e da lagosta, a elaboração do Plano de Gestão da Lagosta, o GT Isca viva e o planejamento e o lançamento de edital do FNMA para os planos de recuperação e gestão, de forma a atender a determinação de participação dos diversos atores envolvidos. Os resultados alcançados com o Edital FNMA 02/2006 ficaram aquém do esperado, e nova estratégia deverá ser apoiada em 2007 para a elaboração dos planos referidos.
- Atualização da legislação sobre o uso da Piramutaba, do Camarão da Costa

Norte e das Lagostas;

- Revisão da legislação sobre o uso dos recursos pesqueiros objeto de captura pela pesca esportiva;
- Revisão da legislação sobre o acesso e uso das pescarias dos seguintes recursos: caranguejo uçá, camarão, pargo, lagosta, sardinha, manjuba, cherne poveiro, tambaqui, pirarucu, acari. Além disso foram editadas normas com abordagem para grupos de espécies – peixes ornamentais, abordagem para espécies alvo de determinados petrechos, abordagem geográfica, por bacia hidrográfica e de acordos de pesca para a gestão de recursos de forma compartilhada e participativa. A lista nacional de espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçadas de extinção e sobreexplotadas (IN MMA nº 05/2004) foi atualizada por meio da IN MMA nº 52/2005. Foi dada continuidade a revisão de legislação referente à introdução, reintrodução e transferência de espécies exóticas no âmbito de GT Conama e conduzida, junto a outro GT Conama, a elaboração de resolução que definirá normas para o licenciamento ambiental em atividades de aqüicultura;
- Revisão da legislação sobre o acesso e uso das pescarias para determinados recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação. Realizada reunião para colher subsídios junto aos atores relevantes para a revisão da legislação pesqueira na Bacia Amazônica. Foram estabelecidas medidas e regulamentações para a gestão sustentável de recursos pesqueiros em reuniões dos seguintes colegiados: (i) Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta (CGSL); (ii) Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Sardinha (CGSS); (iii) GT Isca Viva (da pesca de atum). Foi obtida a proposta concensuada, estabelecida em dezembro de 2006 entre o MMA/IBAMA e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), do PLC da Pesca 29/2003, que substitui e atualiza o Decreto-Lei No. 221/67.

Resultado 3.5

- Participação nas reuniões plenárias da Comissão Internacional para Conservação do Atum do Atlântico dos anos de 2001 e 2002;
- Participação na elaboração dos instrumentos normativos que regulam a pesca de atuns e afins;
- A principal reunião internacional ocorrida no período foi a da Conferência de St. Johns, Canadá, sobre governança de pesca em alto mar e o acordo de pesca da ONU/95, da qual o MMA participou. Os resultados da Conferência não obstante falharem quanto ao alcance de consenso das Partes, trouxeram avanços importantes em temas como pesca ilegal, não regulamentada e não reportada, direitos de países com pesca de alto mar em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, ampliação e fortalecimento de organizações regionais de manejo de pesca na governança de pescarias de alto mar e o manejo ecossistêmico das pescarias. O MMA participou, também, de reunião da FAO, Roma, sobre abordagens interdisciplinares para o acesso a pescarias de pequena escala e o seu papel na segurança alimentar, diminuição da fome e uso sustentável dos recursos, fortalecendo proposta de parceria como subsídio aos Resultados 3.2 e 3.3. Com relação as reuniões da ICCAT o MMA esteve presente nas reuniões preparatórias junto ao Ministério das Relações Exteriores e as normas emanadas da ICCAT entram em vigor 06 meses após a reunião e são editadas no país pela SEAP, por ser sua área de competência;
- Com relação às reuniões da ICCAT o MMA esteve presente nas reuniões preparatórias junto ao Ministério das Relações Exteriores e as normas emanadas da ICCAT entram em vigor 06 meses após a reunião e são editadas no país pela SEAP, por ser sua área de competência.

coordenação e integração dos esforços de criação e gestão de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

- Consultas aos documentos resultantes dos workshops do Probio como base para criação de novas áreas;
- Elaboração de documentos base para a Política Nacional de Áreas Protegidas por bioma;
- Criação do Grupo de Trabalho (GT) Ministerial para elaborar o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), por meio da Portaria MMA nº 044/2005. O GT trabalhou durante o ano de 2005 numa dinâmica de 15 reuniões e oficinas participativas, com a contribuição de mais de 400 participantes, entre especialistas, gestores de unidades de conservação, lideranças de organizações e movimentos sociais e elaborou o documento a ser disponibilizado para consulta pública;
- Consulta pública, em 2006, do Plano Nacional de Áreas Protegidas, por meio do Fórum Nacional de Áreas Protegidas;
- Publicação o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
- Instalação da Comissão Coordenadora Nacional do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.

Resultado 4.2

- Publicação da 3ª edição do "Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC" para distribuição durante a I Conferência Nacional do Meio Ambiente, (28 a 30 de novembro de 2003, em Brasília – DF);
- Elaboração de minuta de decreto de regulamentação da Lei nº. 9.985/00, de 12/07/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;
- Publicação do decreto de regulamentação da Lei nº. 9.985/00 - Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002;
- Edição, publicação e distribuição de cartilha para divulgação do Decreto nº. 4.340/02;
- Participação na "Mesa Redonda sobre APAs marinhas – subsídios para a regulamentação dessa categoria", (9-12 de novembro de 2002, Tamandaré-PE);
- Produção de material informativo sobre áreas protegidas marinhas, sua importância para a conservação dos recifes brasileiros e a legislação pertinente;

Resultado 4.3

- Contatos em todos os estados com instituições responsáveis pela gestão de áreas protegidas, a respeito dos dados já existentes de unidades de conservação estaduais e municipais. Os dados obtidos foram tabulados e organizados em um cadastro preliminar;
- Em 2005, foi implantado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação no âmbito federal e estadual, bem como disponibilizadas informações no site www.mma.gov.br/cadastro_uc. Há a previsão para inclusão de dados das

- Unidades de Conservação Municipais, a partir do 2º semestre de 2006;
- Em 2006, o sistema de gerenciamento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação foi reformulado;
 - Inclusão de todas as unidades de conservação federais e cadastramento de órgãos gestores estaduais e municipais;
 - Emissão de relatório sobre a implementação do Sistema Federal de Unidades de Conservação;
 - Atualização da site do Cadastro Nacional de Unidade de Conservação, www.mma.gov.br/cadastro_uc;
 - Elaboração do protótipo do Portal do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

Resultado 4.4

- Elaboração e publicação do "Atlas de Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras", MMA, 2003. A publicação do Atlas incluiu atividades de elaboração de textos técnicos, de *design* e editoração dos Mapas Temáticos. Outros materiais relacionados ao Atlas foram confeccionados por *designer* para divulgação da publicação: marcador de livro com texto do Atlas, *banner* para o lançamento do Atlas, convite para o lançamento do Atlas, apresentação em *power-point* para o lançamento e *Site* do Atlas;
- Mapeamento dos corais das UC's marinhas e costeiras do nordeste do Brasil para determinação de representatividade destes ecossistemas;
- Workshop de integração dos dados de mapeamento dos recifes de coral, 3ª etapa do projeto "Estudos nos recifes de coral brasileiros: treinamento e aplicação de técnicas de mapeamento por sensoriamento remoto" (participação de 25 pessoas);
- Participação do grupo de trabalho para aprovação do projeto "Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa" para identificar representatividade do bioma Amazonia e delimitação de novas áreas protegidas;
- Reuniões de articulação com o Ibama para estabelecimento de critérios para priorização das unidades de conservação a serem criadas;
- Participação do grupo de trabalho para aprovação do projeto "Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa" para definir critérios para criação de novas áreas protegidas na Amazônia;
- Criação de 30 unidades de conservação de uso sustentável, totalizando 4.6 milhões de hectares e 16 UC's de proteção integral, totalizando 6.0 milhões de hectares;
- Apoio à criação e ampliação de unidades de conservação federais por meio de negociações, análise e parecer técnico sobre processos de criação de UCs;
- Análise e encaminhamento, ao Ibama, dos pleitos da sociedade civil referentes à criação de unidades de conservação;
- Criação de 02 unidades de conservação federais de uso sustentável e 01 de proteção integral;
- Ampliação de 01 unidade de conservação federal de proteção integral;
- Acompanhamento da elaboração, divulgação e capacitação do edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA "Apoio à gestão integrada em Unidades de Conservação de proteção integral e Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN" ;
- Participação em workshop para definições sobre a implantação do corredor ecológico Cerrado/Pantanal (janeiro 2003);
- Articulação e acompanhamento do Workshop para Definição do Corredor Ecológico da Caatinga que teve como resultados a determinação da área do

- corredor e suas principais linhas estratégicas (11 a 13 julho 2002);
- Acompanhamento da elaboração, divulgação e capacitação do edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA "Fortalecimento da Gestão Participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável" - Edital FNMA 03/2003;
 - Análise do Decreto sobre o Serviço de Voluntariado nas Unidades de Conservação para estabelecer adequações para a elaboração de portaria sobre o tema;
 - Acompanhamento da elaboração, divulgação e capacitação dos editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica – Probio: "Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos";
 - Pareceres técnicos sobre Projetos de Lei dispendo sobre a criação de unidades de conservação federais;
 - Acompanhamento dos trâmites de criação de UC's junto ao IBAMA, à Consultoria Jurídica/MMA e à Casa Civil;
 - No ano de 2005, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no âmbito federal, foi ampliado em 6,2 milhões de hectares, resultante da criação de 20 unidades federais: duas Estações Ecológicas: Mata Preta/SC e Terra do Meio/PA; quatro Florestas Nacionais: Ibura/SE, Palmares/PI, Anauá/RR e Balata-Tufari/AM; quatro Parques Nacionais: Serra do Pardo/PA, Araucárias/SC, Chapada das Mesas/MA, Serra da Itabaiana/SE; uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Itatuã-Baquiá; uma Reserva Biológica: Serra do Cachimbo/PA; e oito Reservas Extrativistas: Ipaú-Anilzinho/PA, Arióca Pruanã/PA, Caetéaperaçu/PA, Arai-Peroba/PA, Gurupi-Piriá/PA, Tracuateua/PA, riozinho da Liberdade/AC e AM, Mapuá/PA;
 - No ano de 2006, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no âmbito federal, foi ampliado em 11.026.776,05 ha, resultante da criação de 22 unidades federais: Área de Proteção Ambiental do Tapajós/PA; Estação Ecológica da Guanabara/RJ; quatro Florestas Nacionais: Amaná/PA, Crepori/PA, Jamanxim/PA, Trairão/PA; cinco Parques Nacionais: Araguaia/PA, Juruena/AM/MT, Rio Novo/PA, Campos Amazônicos/AM/RO/MT, Campos Gerais/PR; duas Reservas Biológicas: Araucárias/PR, Perobas/PR; oito Reservas Extrativistas: Recanto das Araras de Terra Ronca/GO, Arapixi/AM, Canavieiras/BA, Lago do Cedro/GO, Rio Inini/AM, Rio Iriri/PA, Terra Grande/PA, Gurupá-Melgaço/PA e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas/PR.

Resultado 4.5

- Em 2003, identificadas fontes de financiamento para projetos relativos a áreas protegidas;
- Disponibilização no site da Diretoria de Áreas Protegidas fontes de financiamento para projetos relativos à áreas protegidas;
- Divulgação, para os gestores de Sítios Ramsar, das iniciativas de financiamento da Convenção de Ramsar: "Wetlands For the Future" e "Small Grants Fund";
- Aprovação do financiamento pela "Society of Wetlands Scientists" para desenvolvimento do projeto "World Wetlands Day in Brazil: outreach activities";
- Aprovação do financiamento pela "National Fish and Wildlife Foundation" para desenvolvimento do projeto "Northeastern Brazil Coral Education";
- Aprovação da proposta de financiamento ao projeto "Consolidação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil" pelo Fundo das Nações Unidas – UNF;
- Realização, em maio de 2004, da reunião de acompanhamento dos 26 projetos

que compõem as duas Redes de Pesquisa. Nessa reunião foram apresentados os primeiros resultados das pesquisas realizadas;

- Gestão junto aos parlamentares que elaboraram emenda de 3.5 milhões para o segmento ambiental do Programa Antártico Brasileiro, atividade que envolveu as instituições parceiras do Programa e intensa negociação interna;
- Visita técnica à Antártica para o acompanhamento do trabalho de campo de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito das Redes de Pesquisa sobre mudanças ambientais na Antártica, além da identificação de impactos existentes ou potenciais, resultantes das atividades brasileiras na Região Antártica, sejam elas científicas ou logísticas;
- Elaboração de pareceres sobre questões ambientais dos projetos desenvolvidos na Antártica;
- Elaboração de relatórios internacionais sobre a Avaliação de Impacto Inicial das Atividades Brasileiras na Antártica;
- Participação em inúmeras reuniões de colegiados do Sistema Antártico Brasileiro;
- Participação do Grupo de Trabalho de Reengenharia dos Processos de Gestão Administrativa (RGA), coordenado pela Fundação Getúlio Vargas, para o Programa Antártico Brasileiro;
- Palestra sobre o segmento ambiental do Programa Antártico Brasileiro na Petrobrás, Rio de Janeiro, em agosto de 2003;
- Palestra no Treinamento Pré-Antártico em setembro de 2003;
- 28 convênios celebrados entre o MMA e prefeituras municipais, governos estaduais, autarquias federais e ONG's visando à criação, implementação e consolidação de unidades de conservação, bem como para a realização de seminários, workshops e outros estudos relacionados à conservação *in situ* e suas relações com as atividades humanas;
- Articulação com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, possibilitando emendas destinadas à ampliação do SNUC, as quais foram aprovadas nos seguintes valores: 2001: R\$ 8.755.136,00; 2002: R\$ 52.000.000,00; 2003: R\$ 20.500.000,00;
- Em 2006, foi elaborado um projeto para a conservação da biodiversidade em terras indígenas para obtenção de recursos do *Global Environment Facility* – GEF.
- Criação do Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia que já captou cerca de 10 milhões de dólares.

Resultado 4.6

- Avaliação dos documentos (incluindo as Resoluções da Convenção) discutidos e/ou aprovados durante as seguintes reuniões internacionais relativas à Convenção de Ramsar:
 - 1ª. Reunião Regional Sul-americana sobre a Convenção de Ramsar (set 2001);
 - II Reunião Regional Pan-americana sobre a Convenção de Ramsar (jul 2002);
 - 8ª Conferência das Partes Contratantes – COP 8 (nov 2002);
- Avaliação dos documentos discutidos e/ou aprovados nas seguintes reuniões internacionais relativas ao Programa Antártico:
 - Reunião do Comitê de Proteção Ambiental (set 2002)
 - Reunião Consultivas do Tratado da Antártica – ATCM (set 2002)
 - Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino Americanos

- RAPAL (nov 2002)
- Reunião do Comitê de Proteção Ambiental (junho, 2003)
- Reunião Consultiva do Tratado da Antártica – ATCM (junho, 2003)
- Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino Americanos – RAPAL (setembro, 2003)
- Grupo de Contato Intersessional sobre Estado do Meio Ambiente
- Grupo de Contato Intersessional sobre Revisão do Anexo II
- Grupo Intersessional da Rede de Agentes Ambientais Latino-americanos;
- Avaliação dos documentos produzidos pelo “Ad hoc Technical Expert Group on Marine and Coastal Protected Areas” grupo assessor da Convenção de Diversidade Biológica;
- Resposta do questionário sobre áreas protegidas enviado ao PNUMA “Proyecto Áreas Naturales Protegidas 2002 – PNUMA – Informe sobre el estado actual de las áreas naturales protegidas na América Latina y el Caribe”;
- Encaminhamento ao Secretariado da Convenção de Ramsar indicação da RPPN do SESC Pantanal (MT) como Sítio Ramsar;
- Coordenação da elaboração de um projeto ambiental visando à avaliação de mudanças ambientais na Antártica, seus impactos globais e local, em parceria com o CNPq/MTC e SeCIRM. O projeto tem duas linhas de ação, na forma de duas redes de pesquisa: monitoramento dos indicadores ambientais básicos para avaliação do impacto local causado pelas atividades do PROANTAR na Antártica e mudança ambiental global e seu impacto no território brasileiro;
- Sistematização das informações para elaboração de *site* da internet sobre o Programa Antártico Brasileiro;
- Sistematização das informações para elaboração de *folder* sobre a Rede de Pesquisas sobre Mudanças Ambientais Globais e Programa de Monitoramento Ambiental;
- Criação do *site* com informações sobre o Programa Antártico Brasileiro;
- Criação e elaboração de *folder* sobre a Rede de Pesquisas sobre Mudanças Ambientais Globais e Programa de Monitoramento Ambiental;
- Participação em expedição à Estação Antártica Brasileira para avaliação ambiental dos projetos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa;
- Parecer técnico para análise de impacto ambiental por projetos científicos a serem desenvolvidos na Antártica, no âmbito do Grupo de Avaliação Ambiental do Proantar;
- Elaboração do relatório internacional sobre a Avaliação de Impacto Inicial das Atividades Brasileiras na Antártica;
- Elaboração do relatório sobre a Área Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado (AAEG) para apresentação durante a ATCM;
- Reuniões com corpo diplomático do MRE para tratar de documentos e posição brasileira para reuniões da Convenção de Ramsar;
- Elaboração e encaminhamento ao Secretariado da Convenção de Ramsar do Informe Nacional sobre a Implementação da Convenção de Ramsar no Brasil para apresentação durante a COP 8;
- Elaboração do Informe Periódico sobre a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial – UNESCO;
- Elaboração e apresentação da proposta brasileira para o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas para o Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio para subsidiar a delegação brasileira na 9ª. Reunião do SBSTTA (CDB), (24 de outubro, Brasília – DF);
- Elaboração dos subsídios técnicos para participação da delegação brasileira na 9ª Reunião do SBSTTA (CDB);
- Elaboração dos subsídios técnicos para a Iniciativa Latino-Americana e

- Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável – ICAC;
- Confecção do relatório “Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas no Brasil” para subsidiar reunião sobre o tema durante o V Congresso Mundial de Parques, (8 a 19 setembro, Durban – África do Sul);
 - Reuniões com corpo diplomático do MRE para tratar de documentos e posição brasileira para reunião do Tratado da Antártica, realizada em Madri, Espanha, em junho de 2003;
 - Participação no Grupo de Contato Intersessional sobre Estado do Meio Ambiente, liderado pela Austrália e preparação de documento apresentado na reunião do Comitê de Proteção Ambiental;
 - Participação no Grupo de Contato Intersessional sobre revisão do Anexo II do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção Ambiental – Protocolo de Madri, liderado pela Argentina;
 - Participação nos trabalhos intersessionais da Rede de Encarregados Ambientais Latino-americanos – REAL para apresentação de documento durante a Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos – RAPAL;
 - Participação no *Steering Committee* da Rede de Agentes Ambientais Antárticos – AEON, do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos – COMNAP;
 - Elaboração de pareceres sobre propostas de cooperação internacional solicitados pelo MRE;
 - Elaboração de pareceres sobre avaliações de impacto ambiental, discutidas no âmbito do Comitê de Proteção Ambiental do Tratado da Antártica, e veiculadas pelo MRE;
 - Participação na viagem no âmbito da cooperação técnica entre o governo brasileiro e francês (MMA, Ibama e Federação de Parques Naturais Regionais da França), incluindo a participação no seminário França-Brasil “Por um programa de parceria para os espaços protegidos” (set 2002);
 - Participação nas seguintes reuniões internacionais relativas ao Programa Antártico:
 - Reunião do Comitê de Proteção Ambiental (set 2002);
 - Reunião de Consulta do Tratado da Antártica – ATCM (set 2002)
 - Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino Americanos – RAPAL (nov 2002);
 - Visita oficial aos Sítios Ramsar do estado do Maranhão (12 a 17 de março/2002) acompanhando a Coordenadora Regional para as Américas da Convenção de Ramsar, a sra. Margarita Astrálaga;
 - Participação no seminário “Estratégia para o Programa de Cooperação em Desenvolvimento entre os Países Baixos e o Brasil”, (Brasília, 5 e 6 de março);
 - Participação nas seguintes reuniões internacionais relativas à Convenção de Ramsar:
 - 1ª. Reunião Regional Sul-americana sobre a Convenção de Ramsar (set 2001);
 - II Reunião Regional Pan-americana sobre a Convenção de Ramsar (jul 2002);
 - 8ª Conferência das Partes Contratantes – COP8 (nov 2002);
 - Participado no workshop internacional “Abordagem de inter-relações para o manejo de zonas úmidas – melhores práticas, conscientização e capacitação”, (27 a 30 de outubro, Poconé – MT);
 - Coordenação do evento paralelo “Áreas Protegidas Brasileiras” durante o V Congresso Mundial de Parques, (8-19 setembro, Durban – África do Sul);
 - Participação e coordenação da reunião do Conselho da “*Red Latino Americana de Cooperación Técnica en Parques Nacionales, otras Áreas Protegidas, Flora y*

- Fauna Silvestres – REDLAC*”, durante o V Congresso Mundial de Parques, (8 a 19 setembro, Durban – África do Sul);
- Participação da “Oficina Sul-americana para Ampliação da Iniciativa Melhorando Nossa Herança a todos os Sítios do Patrimônio Mundial Natural da América Latina”, (4 a 6 de agosto, Quito – Equador);
 - Participação no “I Seminário Internacional sobre Recifes Artificiais Marinhos” e “workshop do GT interministerial sobre recifes artificiais marinhos”, (13 a 15 de novembro, Rio de Janeiro – RJ);
 - Participação no “V Congresso Mundial de Parques”, (8 a 19 de setembro, Durban – África do Sul);
 - Participação no Programa “*International Visitor – Conservation and management of marine and coastal biodiversity*”, (17 de março a 04 de abril, EUA);
 - Participação na Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM) e na reunião do Comitê de Proteção Ambiental, realizadas em Madri, Espanha, em junho de 2003;
 - Participação na Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos - RAPAL, realizada em Montevidéu, Uruguai, em setembro de 2003;
 - Coordenação do projeto “Dia Mundial das Zonas Úmidas no Brasil: atividades de conscientização”, desenvolvido em parceria com o Programa Nacional de Educação Ambiental/PNEA e IBAMA e criação de material educativo (folder e banner) para a ocasião (fevereiro 2003);
 - Participação do curso “International Course on Wetland Management” (Lelystad, Holanda, 21 ago a 2 out 2002) a convite da Embaixada dos Países Baixos no Brasil;
 - Realização do levantamento de pesquisadores em todas as instituições de ensino superior que desenvolvem atividades com as zonas úmidas;
 - Coordenação das reuniões do Sr. Alain Lambert, *senior trade and development advisor*, da Convenção de Ramsar com as Secretarias do MMA e com o MRE e organização de seminário onde Alain Lambert proferiu palestra sobre “Mecanismos de Financiamento para Zonas Úmidas”, (11 de agosto, Brasília – DF);
 - Coordenação e acompanhamento das reuniões entre setores do MMA e MRE e Sr. Peter Bridgewater, Secretário Geral da Convenção de Ramsar para discutir a implementação do tratado no país;
 - Publicação do livro infanto-juvenil “Mundo de Água” que traz informações sobre zonas úmidas. Esse livro resulta do projeto de conscientização pública no Dia Mundial das Zonas Úmidas (2 de fevereiro);
 - Participação do seminário “Mangrove 2003”, (20 a 24 de maio, Salvador – BA);
 - Criação o Comitê Nacional de Zonas Úmidas por meio do Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2003;
 - Reunião intersetorial (Governo e ONGs) para anúncio da criação e discussão de propostas para o Comitê Nacional de Zonas Úmidas, (24 de outubro, Brasília – DF);
 - Reunião extraordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas – CNZU para fornecer subsídios a delegação brasileira na COP 9;
 - Participação de delegação brasileira na COP 9 de Ramsar, em Kampala, Uganda, novembro 2005, com coordenação do evento paralelo “Iniciativas transfronteiriças nas áreas úmidas da América Latina” e apresentação da iniciativa sul-americana na Bacia do Prata;

- Início do processo de indicação de novos Sítios Ramsar: Complexo Iguape-Cananéia e ParNa de Abrolhos;
 - Participação no GT Conama "licenciamento ambiental de aqüicultura e carcinicultura na zona costeira" - Recomendação 001/2005 solicita o reconhecimento de salgados e apicuns como partes integrantes do ecossistema manguezal;
 - Iniciada primeira fase da elaboração do diagnóstico das zonas úmidas brasileiras;
 - Participação na reunião sobre instrumentos para implementação dos Acordos Multilaterais Ambientais, no México, em fevereiro de 2005, organizado pelo PNUMA: a delegação brasileira participou ativamente das discussões e contribuiu com o documento, relatando casos bem sucedidos e instrumentos nacionais para a implementação dos acordos ambientais multilaterais;
 - Participação no Congresso "Estrategias para la conservación de Áreas Naturales Protegidas de designación internacional: Reservas de la Biosfera, Sitios del Patrimonio Mundial y Sitios RAMSAR en Iberoamérica" - 25 a 28 de outubro de 2005, em Xalapa – México. O Brasil apresentou a palestra "estratégia nacional para integrar a gestão de reservas da biosfera, sitios ramsar e sitios do patrimônio mundial natural";
 - Conclusão da primeira fase do diagnóstico das zonas úmidas brasileiras;
 - Participação na "Reunión Sistema de Humedales Paraguay-Paraná: por un programa de sustentabilidad" e do 1o Encuentro de la Cuenca del Plata por una Cultura de agua" (Buenos Aires e Entre Ríos/Argentina, setembro 2006) que teve como objetivo dar continuidade ao processo de desenvolvimento de um Programa de Sustentabilidade para as Zonas Úmidas da Bacia do Prata;
 - Participação no "I TALLER RED 406 RT0285 – Efectos de los cambios globales sobre los humedales" onde foi apresentada a palestra "A Antártica, mudanças climáticas e influência no Brasil" e discutidos indicadores dos efeitos de mudanças climáticas nos ecossistemas alagados;
-
- Acompanhamento técnico do "Projeto de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil - Projeto Reef Check" nas unidades: APA Ponta da Baleia/Abrolhos, Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.
 - Elaboração do artigo "Coral Reef Conservation Campaign" aceito no Coastal Zone 03, Baltimore-EUA, julho 2003.
 - Organização e participação na 1ª Oficina sobre Diretrizes de Montanhismo e Escalada em Áreas Protegidas, (22 e 23 de novembro, Rio de Janeiro – RJ).
 - Palestra "O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – 1 ano de existência" no "1º. Simpósio de Áreas Protegidas: pesquisa e desenvolvimento sócio-econômico" (Pelotas, 3 a 5 outubro 2001).
 - Palestra "Estratégias para a Conservação da Biodiversidade: Sítios Ramsar" no "4º Encontro Nacional de Biólogos – 2º Encontro de Biólogos do CRBio 4 – 1º Encontro de Biologia de Ouro Preto" (Ouro Preto, 17 e 18 outubro 2002).
 - Elaboração de subsídios técnicos para a confecção de selo comemorativo sobre o tema "Ecossistemas de Recifes Coralíneos" para a Comissão Filatélica Nacional (incluindo textos explicativos e organização de elementos visuais).
 - Palestra "Formação básica, capacitação e voluntariado em unidades de conservação" no "III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação" (Fortaleza, 22 a 26 setembro 2002).
 - Palestra "Conduta Consciente em Ambientes Recifais" no "III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação" (Fortaleza, 22 a 26 setembro 2002).

- Acompanhamento técnico e viabilização do convênio com a ONG Synthesis para elaboração de documentos técnicos "Diagnóstico preliminar das unidades de conservação costeiras e marinhas de SC – a visão dos gerentes" para subsidiar a implantação do projeto de Gestão Integrada de UC's marinhas e costeiras de Santa Catarina.
- Workshop para harmonização de dados da 3ª. fase do projeto "Estudos nos recifes de coral brasileiros: treinamento e aplicação de técnicas de mapeamento por sensoriamento remoto" - 25 participantes - Tamandaré/PE.
- Apoio à coordenação do Programa Reef Check no Brasil: treinamento de gestores de unidades de conservação marinhas e costeiras (parceria com o Projeto Recifes Costeiros, CEPENE/IBAMA) - 26 e 27/12/2002.
- Capacitação nos editais do FNMA e PROBIO: "Apoio à gestão integrada em Unidades de Conservação de proteção integral e Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN" e "Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos".
- Seminário internacional: "Voluntários nos Parques do Brasil" - 4 e 5/12/01.
- Idealização da campanha de divulgação dos resultados do seminário "Voluntários nos Parque do Brasil".
- Criação, elaboração, editoração e publicação do "Manual do Voluntariado" e um CD destinados a auxiliar gestores de UC's interessados em implementar programas de voluntariado em suas unidades.
- Implantação do projeto piloto de voluntariado no Parque Nacional da Tijuca – RJ.
- Promulgação do Decreto nº 4.519 de 13/12/2002, autorizando o emprego de voluntários em UCs federais.
- Coordenação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 17, de 14/01/2002 para execução do Projeto "Gestão integrada das unidades de conservação costeiras e marinhas de Santa Catarina".
- Assessoria à implantação de projeto de gestão integrada das UC's marinhas e costeiras do litoral sul de São Paulo e litoral norte de Paraná (fevereiro 2003).
- Seminário para apresentação dos produtos/resultados do Projeto "Gestão Integrada das Unidades de Conservação Marinhas e Costeiras de Santa Catarina", (11 de agosto, Brasília – DF).
- Articulação da instalação de mosaico das UCs costeiras e marinhas do litoral sul de SP e norte do PR, por meio de participação em reuniões e confecção de minuta de portaria para instalação do GT.
- Coordenação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais, com a realização de um workshop para consulta aos gestores de unidades de conservação marinhas e costeiras. (Tamandaré/PE, 30/11 e 1/12).
- Ampla divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais nas unidades de conservação do nordeste brasileiro, OEMA's dos estados nordestinos e outros parceiros.
- Criação e elaboração de material de divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais (folder, banner, cartaz, livreto, apresentação em *Power Point*) e disponibilização da Campanha em diversos *sites*.
- Continuação com as ações de divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais com a publicação do livro da Campanha em inglês.
- Participação na *Adventure Sports Fair* – divulgação e identificação de parceiros para a campanha "Conduta Consciente em Ambientes Naturais", (12-16 de novembro, São Paulo – SP).
- Elaboração de relatório sobre abrangência e repercussão da Campanha Conduta

- Consciente em Ambientes Naturais.
- Idealização da divulgação aos pesquisadores antárticos da Campanha de Conduta Consciente no Ambiente Antártico (folder).
 - Criação e elaboração de material de divulgação da Campanha de Conduta Consciente no Ambiente Antártico.
 - Criação e elaboração de material de divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Naturais (folder, mini-cartilha, cartaz, CD-Rom, apresentação em *Power Point*) e disponibilização da Campanha em diversos *sites*.
 - Ampla divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Naturais destinada a informar visitantes de unidades de conservação a respeito dos princípios de conduta pessoal que precisam ser respeitados durante a permanência nessas áreas.
 - Atualização continuada do *site* referente ao Programa Nacional de Áreas Protegidas para disseminação de informações e conscientização do público quanto à importância das áreas protegidas.
 - Publicação de forma periódica o Jornal Eletrônico "Áreas Protegidas" com criação da Marca para o Áreas Protegidas em linha E-zine (já foram publicadas 5 edições).
 - Participação no Grupo de Trabalho "Áreas de Preservação Permanente – APP's, Áreas Úmidas e Pantanal" formado no âmbito da Câmara Técnica Temporária do Conama sobre Atualização do Código Florestal.
 - Representação como titular o MMA no GT Interministerial sobre recifes artificiais marinhos.
 - Elaboração de subsídios técnicos para a revisão do Plano Setorial de Recursos do Mar – PSRM, coordenado pela Comissão Interministerial de Recursos do Mar – CIRM.
 - Análise do parecer técnico sobre a problemática da carcinicultura marinha em APAs.
 - Participação na reunião para discussão do documento "Avaliação dos possíveis impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no banco dos Abrolhos e adjacências", (19 de maio, Salvador – BA).
 - Acompanhamento técnico sobre o processo de leilão de células para prospecção e exploração de petróleo sobre o Banco de Abrolhos e adjacências com elaboração de Moção para o CONAMA.
 - Participação na reunião realizada pelo IPEA e MMA para definir parcerias entre as duas organizações.
 - Participação em reunião para discutir termos do roteiro metodológico para planejamento de manejo de reservas extrativistas marinhas.
 - Participação no GT para elaboração do texto base e texto tese para a Conferência Nacional do Meio Ambiente.
 - Representação como suplente da SBF da "Comissão Intersetorial de Educação Ambiental do MMA".
 - Participação na oficina de trabalho "parcerias para conservação e uso sustentável da biodiversidade e florestas – Embrapa/MMA", Brasília – DF 20-21 de agosto.
 - Elaboração de parecer técnico em projetos apresentados para apoio pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA relacionados a áreas protegidas.
 - Representação na Câmara Técnica do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA para análise dos projetos concorrentes ao edital 02/2002 – "gestão participativa do uso dos recursos pesqueiros na zona costeira e marinha", 12-15 maio, BSB-DF;
 - Atividades para implementação de instrumentos, normas e procedimentos de

- gestão do SNUC. Entre elas destacam-se: 1) Programa Voluntariado em Unidades de Conservação - Sistematizadas informações de 40 unidades de conservação inscritas no programa e confeccionado o protótipo do site que disponibilizará as vagas e os perfis dos voluntários requeridos pelas UCs; 2) Programa Condução Consciente em Ambientes Naturais - disponibilizado material para 65 instituições parceiras; 3) Série Áreas Protegidas - reeditados os cadernos 1 e 2 que abordam, respectivamente, os temas: "*Conhecimentos e representações sociais das Unidades de Conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003*" e "*Gestão Participativa do SNUC*"; 4) Fórum Nacional de Áreas Protegidas - aprovados três temas para discussão (monitoramento da biodiversidade, sustentabilidade econômica e gestão participativa). Os documentos base que subsidiarão as discussões estão em fase final de elaboração; e 5) Jornal Áreas Protegidas – editado, publicado e distribuídos 3.000 exemplares para Unidades de Conservação e gestores;
- Atividades para implementação de instrumentos, normas e procedimentos de gestão do SNUC. Dentre estas destacam-se: 1) Publicado o Caderno 3 da Série Áreas Protegidas do Brasil: "Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação"; 2) Elaborada a versão preliminar do Plano de Ação visando à promoção do turismo nos Parques Nacionais inseridos no Programa de Visitação, por meio do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial n. 187, de 06 de junho de 2006; 3) Finalização do documento "Pilares para o Plano de Sustentabilidade Financeira do SNUC", no âmbito do Grupo de Sustentabilidade Econômica do Fórum Nacional de Áreas Protegidas; 4) Início da elaboração do sistema de monitoramento da biodiversidade e efetividade da gestão em Unidades de Conservação e monitoramento da paisagem; 5) Reconhecidos quatro Mosaicos de Unidades de Conservação: um formado pelas unidades de conservação Costeiras e Marinhas do litoral sul do estado de São Paulo e litoral do estado do Paraná; o Mosaico Bocaina; Mosaico mata Atlântica Central Fluminense e o Mosaico Mantiqueira; 6) Participação no I Encontro de Cooperação Internacional Descentralizada e Federativa Franco-Brasileira, que teve por objetivo promover o intercâmbio da gestão pública no âmbito dos governos locais e regionais; 7) Realização do Seminário Franco-Brasileiro sobre gestão territorial e desenvolvimento sustentável em Mosaicos de Áreas Protegidas, atividade inserida no âmbito da Cooperação Brasil-França para áreas protegidas.

4.2.3.5 – Objetivo Imediato 5

gestão do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado e outras ações da sua competência, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

Resultado 5.1

- Com a publicação da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23.08.2001 foi criado, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e o Departamento do Patrimônio Genético, que exercerá a função de Secretaria Executiva do Conselho;
- 9 Reuniões Ordinárias e uma Extraordinária do Conselho;
- 44 reuniões das Câmaras Temáticas do Conselho;
- Publicação de 1 Resolução e 12 Deliberações;

- Credenciamento de 6 instituições como fiéis depositárias do patrimônio genético nacional;
- Participação em 17 eventos nacionais como ouvinte, debatedor ou palestrante, constituindo-se em forma efetiva de divulgação das atividades do Conselho;
- Emissão de pareceres e acompanhamento de proposições no âmbito do Congresso Nacional relativos ao acesso ao patrimônio genético;
- Até 2004, contratação de 06 consultores por meio do Projeto BRA 00/021;
- 7 Reuniões Ordinárias e 2 Extraordinárias do Conselho;
- 50 reuniões das Câmaras Temáticas do Conselho;
- Publicação de 8 Resoluções, 42 Deliberações e 01 Orientação Técnica;
- Emissão de pareceres e acompanhamento de proposições no âmbito do Congresso Nacional relativos ao acesso ao patrimônio genético;
- Emissão de 14 autorizações de acesso e remessa de amostra de componente do patrimônio genético;
- Emissão de uma autorização especial de acesso e remessa;
- 11 credenciamentos de instituições fiéis depositárias de amostra do patrimônio genético;
- Um credenciamento para autorizar terceiros a acessar e remeter amostras de componentes de patrimônio genético;
- Participação em 21 eventos nacionais como ouvinte, debatedor ou palestrante, constituindo-se em forma efetiva de capacitação no tema e também para a divulgação das atividades do Conselho;
- Participação da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto *ad hoc* sobre acesso e repartição de benefícios e da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc* intersessional sobre o artigo 8j e disposições correlatas no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. De 29.11 a 14.12.2003;
- Publicação do Decreto nº 5.459, de 07.06.2005, que regulamenta o art. 30 da Medida Provisória nº 2.186-16/01 (MP), disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. Foram também publicadas as seguintes normas: Resolução nº 18, de 8.08.2005; Deliberação nº 107, de 25.05.2005; Portaria nº 209/2005, de 5.08.2005; Decreto nº—5.439, de 4.05.2005; Alteração das Resoluções nºs 5 e 9;
- Encaminhamento do Anteprojeto de Lei de Acesso ao Material Genético e seus Produtos e de proteção aos Conhecimentos Tradicionais associados a Casa Civil da Presidência da República para apreciação e posterior envio ao Congresso Nacional;
- Em 2005, organização e realização de 10 Reuniões Ordinárias do CGEN (29ª à 38ª Reunião) e 1 Reunião Extraordinária (4ª Reunião);
- Organização e realização de 29 reuniões de 4 Câmaras Temáticas do CGEN;
- Concessão de 22 autorizações de acesso e remessa de patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado e de credenciamento de instituição fiel depositária, sendo: Pesquisa científica, 16; Bioprospecção e/ou desenvolvimento tecnológico, 4; Constituição de coleção *ex situ* com potencial

de uso econômico, e Credenciamento de instituição fiel depositária;

- Capacitação de 51 pessoas para o Combate à biopirataria, sendo: 42 servidores do IBAMA, 3 policiais federais, 2 servidores da FUNAI, 2 militares da Marinha do Brasil e 2 agentes da ABIN;
- Assinatura, em junho de 2005, de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para integrar ações visando coibir a prática da biopirataria no território Nacional;
- Em 2005, assinatura de três contratos de repartição de benefícios entre interessados e a União (Ibama);
- Atendimento a 51 consultas autuadas na forma de processo, das quais 14 já foram arquivadas por solicitação ou por não se enquadrarem na MP nº 2.186-16/2001;
- Elaboração e encaminhamento da Lista Não Exaustiva de Nomes Associados à Biodiversidade de Uso Costumey no Brasil ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Esta lista será enviada aos principais escritórios de registro de marcas e patentes de outros países, com o objetivo de evitar-se o registro indevido de marcas com nomes populares de espécies da brasileiras;
- Em 2005, realização de 08 oficinas de formação junto a comunidades locais e indígenas, envolvendo cerca de 285 pessoas. Estas oficinas atenderam a demandas das próprias comunidades no que diz respeito a se informarem sobre a atual legislação sobre acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
- Criação da base de dados para controle dos processos de acesso e remessa de componentes do patrimônio genético;
- Participação na delegação brasileira que representou o Brasil na 3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada de 14 a 18 de fevereiro de 2005, em Bangkok, Tailândia;
- Participação na delegação brasileira que representou o Brasil na Xª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, realizada de 06 a 10 de junho de 2005, em Genebra, Suíça;
- Em 2006, organização e realização de 8 Reuniões Ordinárias do CGEN (39ª à 46ª Reunião);
- Organização e realização de 17 reuniões de 4 Câmaras Temáticas do CGEN;
- Criação de Grupo de Trabalho para propor formas de comprovação da observância da Medida Provisória na concessão de direitos de propriedade industrial (art. 31), com a realização de três reuniões;
- Em 2006, concessão de 33 autorizações de acesso e remessa de patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado e de credenciamento de instituição fiel depositária;
- Capacitação de 40 pessoas para o Combate à biopirataria, entre servidores do IBAMA, policiais federais, servidores da Secretaria Estadual de Povos Indígenas do Acre e agentes da ABIN;

- Assinatura de 4 contratos de repartição de benefícios referentes a projetos de bioprospecção com patrimônio genético proveniente de Unidades de Conservações Federais. Finalização e envio aos escritórios de patente do mundo da "Lista Não-Exaustiva de de Nomes Associados à Biodiversidade de Uso Costumeyiro no Brasil" com vistas a subsidiar o examinador de marcas estrangeiro de forma a evitar o registro de marcas constituídas com nomes da biodiversidade brasileira;
- Atendimento a 31 consultas autuadas na forma de processo, para esclarecimento de dúvidas sobre o enquadramento de atividades no âmbito da Medida Provisória nº 2.186-16/2001;
- Em 2006, realização de 11 oficinas de formação junto a comunidades locais e indígenas, envolvendo cerca de 285 pessoas. Estas oficinas atenderam a demandas das próprias comunidades no que diz respeito a se informarem sobre a atual legislação sobre acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
- Criação da base de dados para controle dos pedidos de autorização para acesso e remessa de componentes do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
- Criação de base de dados sobre atividades ilegais de acesso e remessa de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado no Brasil para fins de controle;
- Remodelagem do sitio eletrônico do CGEN, integrado ao sitio do MMA;
- Recebimento no Departamento do Patrimônio Genético de 03 visitas orientadas para conhecimento mais aprofundado da respeito da atuação do Departamento do Patrimônio Genético.

domínios das Reservas da Biosfera brasileiras, com o objetivo de construir modelos para o ordenamento do desenvolvimento regional integrado e sustentável dos biomas que as contêm, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para os:

Resultados 6.1 a 6.3

- Participação da 4ª Jornada de Estudos e Debates sobre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica- na região do Nordeste;
- Elaboração de Relatório Técnico com proposta de criação de UG, para administrar os projetos através da UG- SBF;
- Participação de técnicos na Conferência da Reserva da Biosfera " sub-programa Mata Atlântica";
- Contratação de estudo para inclusão do Programa Reservas da Biosfera, no Plano Plurianual;
- Realização de diversas reuniões a respeito da Região Amazônica referente a criação da Reserva Biosfera;
- Participação de técnico em reunião com a Srª Ministra, sobre a Avaliação dos dados sobre o desmatamento na Amazônia;
- Estudo e diagnóstico sobre o Corredor Central da Mata Atlântica, atividades desenvolvidas nas Unidades de Coordenação Estadual – Bahia e Espírito Santo;
- Contratação de colaborador eventual para assessoria relativo à rotina

- operacional e na execução do Projeto;
- Realização de Evento com participação de vários segmentos da área ambiental " Eco- Economia para um mundo sustentável ";
 - Contratação de colaborador eventual para levantamento e geração de uma base para Criação dos mosaicos, levantamento e produção de Mapas referentes a diversas áreas protegidas;
 - Contratação de colaborador eventual referente a elaboração de documento "Sistema de Controle : Cadeia ou Custódia.";
 - III Encontro e Feira dos povos do Cerrado;
 - Seminário "Tarde Ambiental ", onde vários temas relativos à área ambiental, foram discutidos;
 - Impressão e produção de folder referente ao Dia do Cerrado;
 - Reuniões a respeito de parcerias para a conservação e uso sustentável da Biodiversidade e das Florestas;
 - Coordenação e participação do projeto com seus diferentes temas, áreas protegidas e reservas da biosfera dentre outros, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, em novembro de 2003;
 - Publicação de vaga para contratação de técnico para desenvolver estudos a respeito da Reserva da Mata Atlântica, especificamente Araucária;
 - Apoio ao evento referente a Reserva da Biosfera do Cerrado, realizado em Diorama – GO;
 - Atividades de ampliação do Sistema de Unidades de Conservação na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, construção participativa de políticas públicas com abordagem específica para áreas com reconhecimento internacional incluindo Reservas da Biosfera e Sítios do Patrimônio, discussão de estratégias de conservação para espécies ameaçadas e a produção de materiais educativos e de divulgação. Alguns reconhecimentos ocorridos entre 2005 merecem destaque como: aprovação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, por meio de Portaria Ministerial nº. 366, de 14 de dezembro de 2005; reconhecimento da Serra do Espinhaço (MG) como Reserva da Biosfera brasileira, pelo Programa o Homem e a Biosfera da UNESCO;
 - Participação da Equipe técnica da DAP nos eventos abaixo citados contribuíram para a consolidação das Reservas da Biosfera no Brasil:
 - 6ª Reunião da Comissão Brasileira para o Programa o Homem e a Biosfera;
 - 9ª Reunião Ibero-americana sobre as Reservas da Biosfera – México
 - Seminário Internacional sobre Conservação Transfronteiriça e Reservas da Biosfera, Foz do Iguaçu, dezembro (apresentação da palestra sobre cooperação transfronteiriça do programa de sustentabilidade das zonas úmidas do Sistema Paraguay-Parana e participação na mesa redonda sobre "Instrumentos políticos e jurídicos para a conservação de ecossistemas compartilhados";
 - Em 2006, apoio à realização do 8º encontro nacional dos Conselhos Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da 16ª reunião do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e da Reunião da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera;
 - Participação na 10ª reunião da Rede Iberomab (Rede de Comitês do Programa "Homem e a Biosfera" e Reservas da Biosfera Iberoamericanas).

4.2.3.7 – Objetivo Imediato 7

Biológica, por intermédio da atualização do relatório nacional sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica, da implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da consolidação de fórum permanente de biodiversidade, como forma de incrementar a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios derivados do uso, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

Resultado 7.1

- Elaboração do Decreto 4.703, assinado em 21 de maio de 2003, que modificou a estrutura e as atribuições do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), que passou a ser a instância implementadora do Decreto 4.339 de 22 de Agosto de 2002, que instituiu os princípios e diretrizes para uma Política Nacional de Biodiversidade;
- Consolidação da Comissão Nacional da Biodiversidade, criada pelo Decreto 4.703 de 21 de maio de 2003, e organização técnica logística de suas reuniões entre junho e novembro de 2003;
- Elaboração e consolidação dos planos de ação por componente da Política Nacional da Biodiversidade, e definição (por deliberação da Comissão Nacional da Biodiversidade) da metodologia a ser utilizada para elaboração dos referidos planos de ação;
- Organização da Reunião para a Identificação de Temas em Biodiversidade para a Cooperação e Intercâmbio entre os países da América do Sul, a ser realizada nos dias 15 a 17 de dezembro de 2003;
- Apoio à participação de lideranças indígenas no evento "Conselho Diretor da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA", realizado em Quito, Equador, de 10 a 12 de dezembro de 2005;
- Reunião para acompanhamento das atividades de consultoria para a elaboração do texto sobre Diversidade de Vertebrados, o qual faz parte da publicação Avaliação do Estado do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira;
- Publicação, em CD, do livro "Estratégias Nacionais de Biodiversidade na América do Sul – Perspectivas para Cooperação Regional", em português, inglês e espanhol;
- Envio de exemplares de publicações da Diretoria de Conservação da Biodiversidade para a Décima Reunião do Órgão Subsidiário para Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica - SBSTTA, em Bangkok, Tailândia, de 7 a 11 de fevereiro de 2005;
- Elaboração, publicação e lançamento, durante a COP 8, das Diretrizes e Prioridades do Plano do Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – Panbio;
- Publicação do livro Avaliação do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira, lançado oficialmente durante a COP 8, em março de 2006.

Resultado 7.2

- Elaboração de termos de referência para contratação de consultores para elaboração de um portal da biodiversidade;
- Realização de seminário acerca da CDB, com o objetivo de divulgar os aspectos importantes dessa Convenção, inclusive aqueles referentes às posições brasileiras nas Conferências das Partes;
- Elaboração e publicação dos termos de referência para contratação de tradutor para o *Handbook on the Convention on Biological Diversity*;

- Elaboração e publicação do termo de referência para contratação de consultor para elaboração de versão do Segundo Relatório Nacional voltada ao público leigo;
- Atualização contínua do *site* da Estratégia Nacional da Biodiversidade no portal do Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em Reunião da Rede Interamericana de Informações em Biodiversidade para discussão de um plano de implementação da referida rede;
- Contratação de consultor para construção da *web page* da Rede Brasileira de Biodiversidade, no âmbito do *site* deste Ministério, nos moldes do *Toolkit* do *Clearing House Mechanism* da CDB;
- Elaboração e publicação do termo de referência para contratação de consultores para viabilizar o processamento de dados e atualização permanente da página do Portal Brasileiro sobre Biodiversidade;
- Elaboração e publicação do termo de referência para contratação de consultores para conversão de documentos para o formato eletrônico visando alimentar o conteúdo do Portalbio e websites do Projeto Estratégia e da Conabio; criação e consolidação de conteúdos, reestruturação dos menus e desenvolvimento de animações para o Portalbio;
- Estabelecimento de parceria entre a Diretoria de Conservação da Biodiversidade - DCBio, o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, da Secretaria Executiva - SECEX/DAÍ/MMA, Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática - CGTI/MMA, e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME para desenvolvimento do *SciELO* Biodiversidade que funcionará como uma biblioteca virtual disponibilizando informações técnicas e científicas na área de meio ambiente (artigos, textos, entre outros);
- Contratação de consultoria para processamento de dados e atualização permanente da página da Rede Brasileira de Biodiversidade (*Clearing-House Mechanism*).

Resultado 7.3

- Elaboração do Segundo Relatório Nacional para a CDB nas versões inglês e português;
- Elaboração de termo de referência relativo à metodologia a ser utilizada na elaboração do Terceiro Relatório Nacional para a CDB;
- Apoio à participação de consultores em reunião com Gerente de Conservação da Biodiversidade, sobre elaboração de relatório sobre taxas de perda da biodiversidade para as espécies ameaçadas e para espécies de interesse econômico, com intuito de subsidiar o Terceiro Relatório Nacional para a CDB;
- Publicação do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, português e inglês. Lançado oficialmente em março de 2006 durante a COP 8;
- Publicação do Sumário Executivo do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, em português. Lançado oficialmente em março de 2006 durante a COP 8;
- Contratação de consultor para elaborar relatório sobre levantamento das taxas de perda da Biodiversidade no que concerne a Variabilidade genética para definição das metas nacionais para redução da perda da Biodiversidade do Terceiro Relatório Nacional sobre Biodiversidade;

Resultado 7.4

- Oficinas de treinamento e qualificação a lideranças de comunidades quilombolas (de 28 a 30 de novembro de 2005, em São Luís, Maranhão) e indígenas da região Norte (de 5 a 7 de dezembro de 2005, em Manaus) para participação na COP 8;
- Apoio à participação de técnicos em reunião com setor privado (*Business & 2010 Biodiversity Challenge*), em São Paulo, de 3 a 5 de novembro de 2005;
- Reuniões preparatórias com o setor acadêmico (em 14 de outubro e de 6 a 7 de dezembro de 2005) com o objetivo de organizar o evento "*Biodiversity – the Megascience in Focus*", associado à COP 8;
- Apoio à participação de indígenas na II Conferência Estadual do Meio Ambiente, de 27 a 29 de novembro de 2005, em Belém;
- Produção de vídeo com depoimento da Ministra Marina Silva para divulgação internacional da COP 8;
- Consultoria para organização de eventos técnicos e culturais e recomendações técnicas para a realização da COP 8;
- Consultoria para a elaboração de documentos técnicos e propostas logísticas referentes à instalação, mobilização e exposições para a COP 8;
- Apoio à ida de técnicos para Manaus para participar da reunião do "*World Forest Observatories*" de preparação do evento na COP 8;
- 16ª reunião Ordinária da Conabio para discussão da organização da COP 8;

> SUBCONTRATOS FIRMADOS

- Contratação de empresa para organização geral da MOP 3 e da COP 8;
- Contratação de empresa de comunicação para cobertura jornalística da MOP 3 e da COP 8;
- Contratação de empresa de viagem para compra de passagens aéreas e hospedagem para os Chefes de Estado e/ou Ministros que participaram do Segmento de Alto Nível. Ao todo participaram 130 países, sendo 45 representados por seus Ministros do Meio Ambiente e 85 por Vice-Ministros, Embaixadores ou Chefes de Delegação e seis organismos internacionais representados por seus diretores;
- Contratação de empresa para serviços de pesquisa de opinião sobre "O que o Brasileiro pensa sobre a Biodiversidade".

> APOIO A PARTICIPANTES

- Compra de passagens aéreas e diárias para participantes do Simpósio científico: *Biodiversity, megascience in focus*, realizado durante a COP 8. Contou com a participação de aproximadamente 60 representantes do setor acadêmico, sendo cerca de 15 provenientes do exterior;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para os membros da Conabio para a realização da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão, realizada durante a COP 8;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para a delegação brasileira do Ministério do Meio Ambiente para acompanhamento da MOP 3 e/ou COP 8;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para representantes dos povos indígenas quilombolas e movimentos sociais;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para equipe do Ministério do Meio Ambiente que trabalhou na parte administrativa, logística e no apoio

aos eventos;

- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para especialistas para participação de mesas dos *sides events* e/ou participação no Dia Brasil;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para representantes indígenas responsáveis pela construção de ocas.

> APOIO A REALIZAÇÃO DE OFICINAS PREPARATÓRIAS

- Oficina Preparatória para a Convenção sobre Diversidade Biológica, contou com a participação de mais de 100 representantes de movimentos sociais de todas as regiões do país;
- Reunião de Capacitação de jornalistas para a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, contou com a participação de mais de 100 profissionais de Tv e rádio, provenientes de todas as regiões do país;
- Reunião de Qualificação dos Povos Indígenas da Região do Pantanal para a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, contou com a participação de 30 lideranças indígenas provenientes de vários estados.

> IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Livros:

- A Convenção sobre Diversidade Biológica: Entendendo e influenciando o processo/*The Convention on Biological Diversity: Understanding and influencing the process*;
- A floresta com araucária no Paraná: Conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais (reimpressão);
- Agrobiodiversidade e diversidade cultural (Série Biodiversidade 20);
- Atlas dos recifes de coral nas unidades de conservação brasileiras;
- Avaliação do conhecimento sobre biodiversidade (Vol I e II);
- Bibliografia brasileira sobre polinização e polinizadores (Série Biodiversidade 16);
- Cerrado: Ecologia, biodiversidade e conservação;
- Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (Série Biodiversidade 2);
- Diretrizes e prioridades para o plano de ação para implementação da Política Nacional da Biodiversidade - PANBio (Série Biodiversidade 22);
- Ilhas Oceânicas Brasileiras - Da pesquisa ao manejo;
- Mapa das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira;
- Monitoramento dos recifes de coral do Brasil – Situação atual e perspectivas;
- Relatório 10 anos de atuação do Probio / *Ten years of activities of Probio* (português/inglês).

Livretos:

- CDB Notícias - A Convenção sobre Diversidade Biológica - Da concepção à implementação;
- Iniciativa governamental sobre biodiversidade, alimentação e nutrição;
- Oitava Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica

e Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança / *Eighth Meeting of the Conference of the Parties of the Convention on Biological Diversity e Third Meeting of the Parties of the Cartagena Protocol on Biosafety / Octava Reunión de la Conferencia de las Partes del Convenio sobre Diversidad Biológica e Tercera Reunión de las Partes del Protocolo de Cartagena sobre Bioseguridad;*

- Parentes silvestres das espécies de plantas cultivadas;
- Sumário Executivo do Terceiro Relatório Nacional para Convenção sobre Diversidade Biológica.

Folhetos:

- CIMAS - Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade/*Centros Irradiadores de Manejo de la Agrobiodiversidad / Agrobiodiversity Management Irradiation Centers;*
- MOP 3 e COP 8;
- Programação de eventos associados a COP 8;
- Projeto Mangues;
- Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – Panbio;
- Avaliação do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira;
- Programação do Dia Brasil.

CD's:

- Análise das variações da biodiversidade do bioma Caatinga - Suporte a estratégias regionais de conservação (Série Biodiversidade 12);
- Avaliação do conhecimento sobre biodiversidade (Vol I e II);
- Biodiversidade da caatinga: Áreas e ações prioritárias para a conservação
Fragmentação de ecossistemas: Causas e efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas;
- Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação;
- Bibliografia de polinizadores.

Contratação de consultorias para:

- Organização de eventos técnicos e culturais e recomendações técnicas para a realização da 8^o Conferência das partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP 8, a se realizar em março de 2006;
- Elaboração de documentos técnicos e propostas logísticas referentes à instalação, mobilização e exposições para a 8^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP 8, a se realizar em março de 2006;
- Tradução, para o português, de textos técnicos disponibilizados pela Convenção sobre Diversidade Biológica para a 8^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

4.2.3.8 – Objetivo Imediato 8

Quanto ao proposto no **Objetivo Imediato 8** que objetiva propiciar a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios para os biomas brasileiros Caatinga, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, e o Programa Antártico Brasileiro, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

Resultado 8.1

- Em 2006, confecção de folders para o Dia Nacional da Caatinga;
- Participação na 5ª reunião do GT Caatinga.

Resultado 8.2

- Em 2006, provisão de diárias a técnicos em viagem de trabalho ao cerrado norte-mineiro, com vistas a estabelecer interlocução com as populações que demandam a criação de UC de uso sustentável;
- Provisão de diárias, passagens para os membros e de locação de salas de reunião para as Reuniões da Conacer (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª);
- Pagamento de produtos da consultora Paula Hanna Valdujo, referentes à coordenação técnica do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal";
- Aquisição de material gráfico (adesivos, banners) para utilização nas reuniões do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal";
- Apoio e participação no II Encontro Norte Mineiro de Agrobiodiversidade realizado em Januária-MG, entre 4 a 7 de setembro de 2006;
- Provisão de diárias, passagens para possibilitar a participação de entidades organizadas do Cerrado nas comemorações do Dia do Cerrado, realizado no dia 11 de setembro de 2006;
- Provisão de diárias, passagens para participação de técnicos e representantes da sociedade civil e de governo na 1ª reunião técnica do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal", realizada em Brasília, de 12 a 14 de julho de 2006;
- Locação de hotel onde foi realizada a 1ª Reunião Técnica do processo de atualização das áreas prioritárias, em Brasília;
- Provisão de diárias, passagens para participação de técnicos e representantes da sociedade civil e de governo na 2ª reunião técnica do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal", realizada em Brasília, entre 10 e 11 de outubro de 2006;
- Provisão de diárias, passagens para participação de técnicos e representantes da sociedade civil e de governo na 1ª reunião regional do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado", realizada em Brasília, de 20 a 23 de novembro de 2006;

- Locação de hotel onde foi realizada a 1ª Reunião Regional do processo de atualização das áreas prioritárias, em Brasília;
- Provisão de diárias, passagens para participação de participantes e de local para realização e participantes da sociedade civil e de governo na 2ª reunião regional do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Pantanal", realizada em Campo Grande-MS, de 6 a 8 de dezembro de 2006;
- Participação em seminário sobre uso sustentável;
- Participação de representante do MMA em reunião sobre a expansão do setor agrícola no Cerrado, com a Bunge Alimentos, em São Paulo;
- Provisão de passagem e diárias a pesquisador para participar de reunião de avaliação do mapa remanescentes de vegetação de Cerrado a ser lançado;
- Provisão de diárias a servidores para participarem do lançamento do Prolegal - Programa de Revisão, Regularização e Monitoramento da Áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, ocorrido entre os dias 17 e 19 de agosto de 2006, em Goiânia-GO;
- Provisão de diárias para a consultora Paula Hanna Valdujo, para levantamento preliminar em Tocantins, com vistas à criação de unidade de conservação, como sendo um dos produtos a serem entregues;
- Provisão de diárias a 11 pessoas e locação de 4 ônibus convencional, para transportar até 50 passageiros, por ocasião do V Encontro dos Povos do Cerrado e Mostra de experiências e de produtos sustentáveis do Cerrado, realizada de 23 a 26 de novembro de 2006, em Brasília;
- Adiantamento de fundo para o pagamento de deslocamento de participantes e para compra de material de consumo na cidade de Campo Grande-MS, por ocasião da 2ª reunião regional do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Pantanal";
- Provisão de diária para técnico do Núcleo Cerrado e Pantanal proferir palestra sobre a biodiversidade no Cerrado, na cidade de Unai;

Resultado 8.3

- Participação da delegação brasileira na COP 8 da CDB (Curitiba, março 2006) para os temas relacionados aos ambientes marinhos e costeiros;
- Mapeamento dos principais ecossistemas costeiros para subsidiar o processo de "Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha do Brasil" bem como o cálculo da representatividade dos ecossistemas costeiros sobre alguma categoria de Unidade de Conservação (executado em parceria com o CSR/IBAMA);
- Coordenação e realização de quatro reuniões técnicas (participação de especialistas da academia) e quatro regionais de consulta (participação de governos federal, estadual e municipal, ONG's e movimentos sociais, setor produtivo e de desenvolvimento e academia) para "Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha do Brasil";

- Conclusão do processo de revisão e atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha do Brasil”, com a publicação da Portaria Ministerial Nº 9, de 23/01/2007, DOU, 24/01/2007;
- Apoio e acompanhamento técnico para o Reef Check-Brasil - “Monitoramento dos recifes de coral em unidades de conservação do Brasil, desde o Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, e ilhas oceânicas” junto ao Instituto Recifes Costeiros (projeto conveniado com o MMA);
- Participação na “Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira” como membro suplente do MMA;
- Negociação para adesão do Brasil ao *Coral Reef Initiative* durante a COP 8 da CDB;
- Representação do Brasil na “*International Coral Reef Initiative (ICRI) – General Meeting*” (México, outubro 2006), ocasião em que foi declarada oficialmente a adesão do país a essa Iniciativa Internacional para a Conservação dos Recifes de Coral;
- Parte da coordenação tripartite de elaboração do Projeto *Full Sized* “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade de Manguezais em Áreas Protegidas no Brasil” a ser submetido ao GEF e entregue a SEAIN em janeiro de 2007;
- Coordenação do grupo técnico instituído no âmbito do GT do Plano Nacional de Áreas Protegidas para definição de objetivos e estratégias para áreas protegidas marinhas e costeiras. Plano Nacional aprovado por meio do Decreto no. 5.758 em junho/06;
- Reunião com o Funbio para discutir sobre as possibilidades de abertura de fundos específicos para a zona costeira e marinha;
- Representação da SBF na cerimônia de encerramento do Projeto Revizee no Espaço Cultural da Marinha/RJ (Rio de Janeiro, setembro 2006);
- Participação, como palestrante, do “Seminário Nacional Manguezal e Vida Comunitária: os impactos socioambientais da carcinicultura”, onde as políticas federais sobre o assunto foram apresentadas e discutidas com a sociedade (Fortaleza, agosto 2006);
- Participação em várias outras reuniões com outros setores de governo e da sociedade para discutir os impactos da carcinicultura e possíveis soluções para minimização desses impactos;
- Participação na reunião técnica do “Projeto de apoio à criação dos mosaicos na Serra do Mar”, onde foram discutidas o estabelecimento de 3 mosaicos de unidades de conservação sendo dois na Zona Costeira e Marinha (São Paulo, agosto 2006). Outras atividades de apoio técnico e político para a formação de mosaicos são realizadas pelo Núcleo;
- Participação no “Primeiro Workshop de Ilhas Oceânicas Brasileiras – da Pesquisa ao Manejo”, onde foram apresentadas as diretrizes nacionais para a conservação e uso sustentável desses territórios. (Rio de Janeiro 2005);
- Participação no “I Congresso Brasileiro de Biologia Marinha” para apresentar as políticas de apoio à conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha, e

acompanhamento da reunião anual da Sociedade Brasileira de Estudos de Recifes de Coral - Corallus (Rio de Janeiro, maio 2006);

- Lançamento do DVD educativo da "Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais" durante o workshop de Ilhas Oceânicas e na Adventure Sport Fare (julho de 2005);
- Edição, publicação e lançamento da 2ª edição do "Atlas dos Recifes de Coral em Unidades de Conservação do Brasil" durante a COP 8 da CDB;
- Participação nas câmaras técnicas da Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar – CIRM, representando o MMA (PSRM, Revizee, Mentalidade Marítima, Proarquipélago, Proantar);
- Integrante dos GTs "Licenciamento Ambiental para Aqüicultura" e "Espécies Exóticas" do CONAMA no âmbito da Câmara Técnica "Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros";
- Participação de reuniões do GEO-Brasil para o tema marinho e costeiro. Esse processo tem como finalidade elaborar documento de avaliação do estado da arte da conservação e uso sustentável do bioma e se pretende finalizar em 2007;
- Elaboração dos seguintes capítulos do livro "O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro", Coleção Explorando o Ensino Geografia, vol. 8, MEC, 2006: "Recifes de Coral" e "Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas".

Resultado 8.4

Desenvolvimento dos seguintes produtos, por meio de consultoria:

- Plano de Gerenciamento da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado (ASMA 1);
- Documento sobre os mecanismos de monitoramento para a Baía do Almirantado;
- Livro sobre Antártica e as Mudanças Ambientais Globais;
- Documento sobre estratégias de monitoramento para a Rede de Agentes Ambientais Antárticos;
- Documento sobre estratégias de gerenciamento de resíduos para a Rede de Agentes Ambientais Antárticos;
- Relatório de estado do Meio Ambiente da Baía do Almirantado;
- Documento Base para o Plano de Gerenciamento da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía Maxwell;
- Documentos de Trabalho e Informação para a Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica – ATCM;
- Participação no Workshop "*Possibilities for Environmental Management of the Fields Peninsula and Ardley Island*", ocorrido na Estação Bellingshausen, Ilha Rei George, Antártica, onde foi discutida a possibilidade de transformar a Peninsula Fields em uma Área Antártica Especialmente Gerenciada (ASMA) (janeiro 2006);
- XXIX Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (XXIX ATCM) e na IX Reunião do Comitê de Proteção Ambiental (CEP) ocorridas em Edimburgo, Escócia.

Aprovação e adoção do Plano de Gerenciamento da Baía do Almirantado (ASMA 1), e eleição da representante brasileira Dra. Tânia Brito à vice-presidência do Comitê de Proteção Ambiental (junho 2006);

- Participação como instrutor e palestrante no Treinamento Pré-antártico 2006 sobre o tema "O Protocolo de Madri e o Meio Ambiente Antártico", realizado na Ilha da Marambaia, Rio de Janeiro (agosto de 2006);
- Reunião do Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro (GAAM/PROANTAR), em Brasília, onde foi discutido assuntos ambientais relacionados ao PROANTAR (setembro 2006);
- XVII Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (XVII Rapal) durante as plenárias, e participação nas discussões da *Comisión de Asuntos Científicos y Ambientales*, em Punta Arenas, Chile, onde foi apresentado o trabalho brasileiro de monitoramento ambiental na Baía do Almirantado, e onde se discutiu possibilidades de apoio logístico e científico durante o Ano Polar Internacional (setembro 2006);
- Participação no XIV Simpósio Brasileiro sobre Pesquisa Antártica (XIV SPA) representando o Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro (GAAM/PROANTAR), em São Paulo (outubro 2006);
- Reunião do Grupo de Trabalho de Monitoramento Ambiental a Longo Prazo da Ilha Rei George, realizada em Pirenópolis. Esta foi a primeira reunião deste GT e contou com a presença de pesquisadores brasileiros, bem como representantes de programas antárticos do Chile, Argentina, Peru e Equador (outubro 2006);
- Reunião Preparatória do Comitê de Proteção Ambiental do Tratado da Antártica, realizada na sede do Secretariado da Antártica, em Buenos Aires, Argentina. A reunião tratou de assuntos relativos à organização e programação da próxima reunião do Comitê e do Tratado da Antártica, a se realizar na Índia, em 2007 (novembro 2006);
- Participação na XXV Operação Antártica (XXV Operantar) como representante do GAAM/Proantar, na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica, com o objetivo de fazer uma inspeção ambiental conjunta com os outros países que realizam atividades na área. (Dezembro 2006);
- Publicação dos livros "O Brasil e o Meio Ambiente Antártico" e "Antártica" na Coleção Explorando o Ensino, em parceria com o Ministério da Educação (Dezembro 2006). Os livros serão distribuídos em várias instituições de ensino, de governo e ONG's.

Resultado 8.5

Como foi incluído pela Revisão "O", de 18 de junho de 2006, não houve tempo hábil para a avaliação. O último relatório de progresso abrange o período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

4.3 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa pretendeu obter informações baseadas na estrutura administrativo-

organizacional do Projeto, estratégia metodológica de avaliação que procurou evidenciar a dinâmica da execução do Projeto, utilizando atribuições de conceitos, que foram mensurados percentualmente tendo com abrangência, variáveis em duas dimensões: a primeira concernente à Gestão Institucional e a segunda compreendendo os aspectos de Infra-estrutura, Recursos Humanos e Recursos Sociais.

As atribuições aos conceitos tiveram as seguintes classificações: CAS- Condições Altamente Satisfatórias (Resultado executado acima do esperado); CS – Condições Satisfatórias (Resultado apresenta-se conforme o esperado); CI – Condições Insatisfatórias (Resultado não corresponde ao esperado); NSA – Não se aplica (Resultado fora do padrão definido).

Cabe ressaltar que as dimensões de avaliação tiveram interface com diversas categorias de análise, que retratam o processo e o desempenho do Projeto e, ao mesmo tempo, refletem medidas avaliativas da eficácia, a exemplo: Estrutura organizacional e de gestão, financiamento, sustentabilidade político institucional, participação ou parcerias, sistema de monitoramento e avaliação, comunicação, recursos humanos, recursos físicos e recursos sociais.

Os resultados revelados na pesquisa sobre a percepção dos atores do Projeto serão incorporados às análises e avaliações, visando subsidiar o processo avaliativo, no que diz respeito à relevância, à eficiência, à eficácia e à sustentabilidade do Projeto.

Os Quadros 04 e 05, a seguir, revelam os resultados da Pesquisa de Campo, mensurados percentualmente e em conformidade com os aspectos de avaliação, indicadores e distribuídos por categoria de análise.

Quadro 04 – Primeira parte da Pesquisa – Gestão Institucional

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES/ASPECTOS AVALIADOS	Condições Altamente Satisfatórias (%)	Condições Satisfatórias (%)	Condições Insatisfatórias (%)	Não se Aplica (%)
Estrutura Organizacional e de Gestão	Grau de centralização e descentralização do Subprojeto. Grau de dependência e autonomia das instâncias do Subprojeto. Grau de articulação intra e inter ministerial. Grau de articulação interestadual e intermunicipal. Grau de articulação com os órgãos gestores nos estados e municípios. Grau de satisfação dos parceiros. Condições de trabalho e operativa das equipes nacional, estadual e municipal. Adequação, agilidade e eficiência das instâncias, instrumentos e processos de gestão (subprojeto, convênio e relatórios).	0	60	40	0
Financiamento	Evolução da captação de recursos financeiros. Informações sobre previsão e execução orçamentária do subprojeto. Grau de suficiência e fluxo dos recursos financeiros. Percentual de execução do	0	80	0	20

	orçamento.				
Sustentabilidade Político-Institucional	Grau de institucionalização do Subprojeto. Grau de articulação da rede de parceiros e apoiadores.	2	50	2	46
Sistema de Monitoramento e Avaliação	Qualidade e adequação dos instrumentos de monitoramento e avaliação. Frequência e continuidade do processo de monitoramento e avaliação. Quantidade e qualidade da difusão dos resultados. Grau de retroalimentação do Subprojeto.	2	40	58	0

Quadro 05 –Segunda parte da Pesquisa – Infra-Estrutura, Recursos Humanos e Sociais

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES/ASPECTOS AVALIADOS	Condições Altamente Satisfatórias (%)	Condições Satisfatórias (%)	Condições Insatisfatórias (%)	Não se Aplica (%)
Comunicação	Adequação e qualidade dos meios e instrumentos de comunicação utilizados. Fluência da informação entre instâncias de gestão e parceiros. Adequação dos meios de comunicação para disseminação de informações junto aos parceiros.	0	20	80	0
Recursos Humanos	Quantidade, suficiência e qualidade dos servidores. Forma de recrutamento e capacitação de recursos humanos.	0	30	70	0
Recursos Físicos	Disponibilidade e adequação de instalações e equipamentos. Disponibilidade dos meios de transportes.	5	70	13	12
Resultados Sociais	Percepção dos benefícios econômicos, sócio-culturais e ambientais advindo do Subprojeto.	0	20	40	40

4.4. AVALIAÇÃO DO PROJETO

O objetivo geral dessa avaliação foi verificar o processo de implementação do Projeto BRA/00/021, seu desempenho, seus resultados e impactos, com o propósito de servir de referencial para o aperfeiçoamento e a correção de rumo ou mesmo servir de parâmetro de experiência acumulada para subsidiar a elaboração de futuros projetos.

De um modo geral, os objetivos específicos dessa avaliação externa foram estabelecidos nos propósitos seguintes.

- Avaliação de meio termo do Projeto BRA/00/021, observando a relevância, a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade.
- Verificação do cumprimento dos objetivos e do alcance dos resultados propostos pelo Projeto BRA/00/021.

- Apresentação de conclusões, lições aprendidas e recomendações aos órgãos e entidades envolvidas na implementação e na execução do Projeto.

Para avaliar os resultados do Projeto foram enfatizadas três dimensões inter-relacionadas e importantes para avaliação de meio termo: a **Relevância**, o **Desempenho** e o **Sucesso**:

- a **Relevância**, para verificação de que o Projeto tem tido a capacidade de modificar a situação problema ou se os objetivos e metas definidos permanecem válidos e pertinentes;

- o **Desempenho**, voltado ao progresso do Projeto, com ênfase na execução dos objetivos e metas propostas, buscando determinar a **eficiência** e a **eficácia**.

- o **Sucesso**, para verificação do **impacto** e da **sustentabilidade** do Projeto.

No que se refere ao modelo de avaliação, conforme já descrito em etapa anterior, o estudo-pesquisa contempla uma combinação de procedimentos metodológicos, obedecendo a um modelo misto, resultante da combinação dos modelos quantitativo e qualitativo, tendo como abordagem as orientações constantes em manuais de Organismos Internacionais, a exemplo, o PNUD, o “Marco Lógico” do Projeto e a agregação de subsídios inerentes à junção de orientações do arcabouço conceitual-teórico utilizados em avaliação de projetos.

Portanto, dentro desse quadro de referência, o trabalho avaliativo foi desenvolvido e distribuído em três momentos. No primeiro, tratou-se da Análise Documental, com a coleta de informações primárias junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre o Projeto BRA/00/021, registradas nos Relatórios de Progressos e nas sucessivas Revisões acontecidas ao longo dos seis anos de execução, para verificação de objetivos, diretrizes, metas, natureza de financiamento, fluxos físico-financeiros previstos e realizados, desempenho, problemas e imprevistos acontecidos, lições positivas e negativas, medidas recomendadas e os beneficiários diretos e indiretos.

A seguir, como Trabalho de Campo, foi aplicado um Questionário-pesquisa de autopreenchimento, constituído de perguntas semi-estruturadas (de múltiplas escolhas, e abertas, como opcional), para observação da percepção dos beneficiários e principais atores do Projeto, no caso, dirigidos aos decisores e implementadores, os diretores, coordenadores, servidores e participantes da execução do Subprojeto, visando colher informações dos executores sobre os resultados e apreender o registro das experiências, das percepções e das observações, bem como compartilhar e aprofundar a análise dos resultados alcançados.

E por último, a Tabulação e a Apresentação dos Dados, com a tabulação da pesquisa e, conseqüentemente, a interpretação e apresentação dos dados, visando subsidiar e incorporar informações no Relatório Final de Avaliação.

A despeito do processo operacional da avaliação, partiu-se da compreensão do Projeto, com estudo da contextualização e da estrutura lógica para o entendimento das informações sistematizadas existentes, visando empreender uma metodologia a ser adotada, bem como elaborar o processo de planejamento ou do desenho da avaliação, em razão da exigência feita para observação da relevância, eficiência, eficácia, impacto e

sustentabilidade.

Sendo o marco lógico uma ferramenta utilizada nas etapas de elaboração de projetos, as atenções foram voltadas para a Matriz Lógica do Projeto, seus respectivos indicadores de desempenho, meios de verificação e pressupostos. Assim, pode-se observar que os indicadores estabelecidos na Matriz Lógica do Projeto permitiam concluir que os mecanismos adotados expressavam a possibilidade de avaliação no curto e no médio prazo, com especificação dos resultados esperados somente em uma variável de tempo.

Tendo em vista que os indicadores são utilizados como uma ferramenta de medição, nota-se que foram especificados no Projeto, de forma global, dificultando, assim, a aferição do processo de implementação, de acompanhamento e avaliação do desempenho, em razão da indisponibilidade de metas com indicadores mensuráveis. Ademais, os indicadores tornam específicos os resultados esperados, apresentando-se em três dimensões: quantidade, qualidade e tempo.

Cabe aqui ressaltar que a avaliação não contou com uma linha de base disponível, que possibilitasse a comparação de dados relativos à implementação do *antes* e do *depois* da atuação do Projeto. Dessa maneira, tornou-se imperativo trabalhar a partir dos documentos de Revisões e dos Relatórios de Progressos, sem contar com as ferramentas indicativas de medição.

Dado as dificuldades de não encontrar indicadores mensuráveis, foi necessária a utilização de indicadores de forma indireta, com outras variáveis e parte do que foi especificado e constante na Matriz Lógica do Projeto. Observa-se que alguns "Indicadores" e seus "Meios de Verificação" foram modificados por Revisões Substantivas. Assim foram considerados aqueles que constam da última Revisão Substantiva "O" tais como descritos a seguir.

Para o **Objetivo de Desenvolvimento**: Indicadores - *"1. Aumento progressivo do grau de sustentabilidade da biodiversidade nacional, a ser verificado a partir do 24º mês de execução do Projeto; 2. Aumento progressivo da repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos biológicos, a ser verificado a partir do 24º mês de execução do Projeto"*. Como meio de verificação: *"Relatórios Analíticos da aplicação dos indicadores estabelecidos para acompanhar a evolução da implementação da PNB e da CDB"*.

Vale registrar que este Projeto é composto de 8 Subprojetos e os Objetivos Imediatos são para cada Subprojeto.

Para o **Objetivo do Subprojeto 1**: Indicadores - *"Disponibilidade de informações qualitativas e quantitativas do desempenho do Probio, a ser verificado a partir do 15º mês de execução do Projeto; Disponibilidade de informações sobre os impactos ambientais decorrentes da implementação dos princípios da CDB no País, a ser verificado ao final da execução do Projeto"*. Como meio de verificação: *"Consulta ao sistema de informações do Probio; Consulta à Rede de Informações em Biodiversidade"*.

Quanto aos resultados do **Objetivo do Subprojeto 1**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 1.1**: *"Execução de 150 subprojetos no âmbito do Probio e seu sucessor"* e meios de verificação: *"Demonstrações Financeiras do Probio e*

Relatórios de Progresso”.

- **Resultado 1.2:** “Edição de publicação apresentando os resultados e as recomendações de diretrizes” e meios de verificação: “Edição da publicação e sua distribuição”.
- **Resultado 1.3:** Transformado em Subprojeto 7.
- **Resultado 1.4:** “Contratar 5 avaliações independentes; Realizar 8 simpósios; Apoiar no mínimo 30 seminários; Contratar 20 estudos técnicos; Realizar 6 reuniões nacionais da Iniciativa Brasileira de Polinizadores – IBP (2 reuniões anuais); 6. Realizar 22 reuniões com o Comitê Científico da IBP” e meios de verificação: Atas das reuniões; Relatórios de Avaliação; Anais dos simpósios e seminários; e Relatórios dos estudos técnicos.
- **Resultado 1.5:** “1. Contratar no mínimo 30 estudos técnicos e disponibilizados “on line”; 2. Participar de no mínimo 30 fóruns internacionais” e meios de verificação: “Relatórios dos estudos técnicos e inserção de link da página da Internet; Anais e atas dos eventos”.
- **Resultado 1.6:** “Produzir no mínimo 20 documentos sobre a posição brasileira; Participar no mínimo em 15 fóruns internacionais; Realizar no mínimo 28 Reuniões Ordinárias da Conabio (6 reuniões anuais); Realizar no mínimo 12 reuniões Extraordinárias da Conabio (4 reuniões anuais); Realizar no mínimo 50 reuniões anuais de Câmaras Técnicas” e meios de verificação: “Relatórios da posição brasileira; Atas dos fóruns; Atas das reuniões da Comissão; Atas das reuniões das Câmaras Temáticas”.

Para o **Objetivo do Subprojeto 2:** Indicadores – “ Aumento em, pelo menos 5% no investimento público e privado destinado à conservação, geração e distribuição de renda por meio da utilização sustentável do patrimônio genético nacional, a ser verificado ao final da execução do Projeto; Incremento de, pelo menos, 20% na eficiência da aplicação dos investimentos alocados na conservação de recursos genéticos, a ser verificado ao final da execução do Projeto; Aumentar em 1% o número de oportunidades para a geração de emprego e renda mediante o uso de espécies nativas, a ser verificado ao final da execução do Projeto”. Como meios de verificação: “Relatório Nacional da Biodiversidade; Relatórios de acompanhamento do PPA; Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD; Incorporação de espécies nativas sub-utilizadas no mercado.

No que concerne aos resultados do **Objetivo do Subprojeto 2**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 2.1:** “Diagnóstico das entidades envolvidas na conservação de recursos genéticos de recursos genéticos no País realizado; Estrutura da Rede de Conservação *ex situ* desenhada” e meios de verificação: “Entidades envolvidas na conservação de recursos genéticos no País, contemplando acervos de recursos genéticos e estrutura disponível; Estrutura operacional da Rede de Conservação *ex situ* de Recursos Genéticos, incluindo as necessidades em termos de recursos materiais, financeiros e de equipamentos indispensáveis a sua operacionalização”.
- **Resultado 2.2:** “Revisões e edições periódicas das listas oficiais de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção realizadas; Primeira Lista Nacional das

Espécies de Microorganismos Brasileiros Ameaçados de Extinção preparada; Lista Oficial de Espécies da Flora e de Microorganismos Ameaçadas de Extinção publicadas; Processo de identificação e avaliação do grau de ameaça de extinção existente sobre as espécies da flora e da fauna do País iniciado; Processo de recuperação das espécies ameaçadas organizado; Sistema de informação sobre espécies ameaçadas de extinção organizado na forma de livros e página na Internet” e meios de verificação “Listas oficiais de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção; Lista Nacional das Espécies de Microorganismos Brasileiros Ameaçados de Extinção; Relatórios de identificação e avaliação do grau de ameaça de extinção existente sobre as espécies da flora e da fauna do País e das medidas de controle utilizadas, ou em utilização, para a recuperação dessas espécies e as medidas futuras a serem adotadas iniciado; Sistema de informação, incluindo banco de dados e mecanismos para sua manutenção, ampliação e atualização, e disponibilização de informação, na forma de livros e por meio eletrônico – página na Internet”.

- **Resultado 2.3:** *“Espécies da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial identificadas; Estudos para incentivar o aproveitamento comercial dessas espécies realizado; Seminários sobre as espécies da flora brasileira com valor econômico atual ou potencial, em cada uma das cinco regiões geopolíticas do País, realizados; Material para divulgação das espécies de valor econômico (portfólios), para cada região geopolítica do País publicados” e meios de verificação: “Publicações sobre espécies da flora brasileira de importância econômica atual ou potencial contemplando o seu aproveitamento comercial, observados os critérios de maiores benefícios sócio-ambientais; Seminários regionais sobre as espécies da flora brasileira com valor econômico atual ou potencial; Material de divulgação sobre as espécies da flora com valor econômico atual ou potencial publicado”.*
- **Resultado 2.4** – transformado em Subprojeto 5.
- **Resultado 2.5:** *“Cursos de capacitação de analistas e fiscais, federais, estaduais e municipais e de instituições envolvidas com riscos e impactos ambientais causados por OGMs organizados e realizados nas diversas regiões geográficas do país; Informações para a elaboração de material técnico, didático e de divulgação, sobre os avanços científicos, experiências e procedimentos em biossegurança sistematizadas; Protocolos básicos para a realização de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco relacionadas à introdução de OGMs no meio ambiente elaborados, com a participação efetiva dos diversos setores da sociedade civil” e meios de verificação; Cursos de capacitação de técnicos de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e de instituições envolvidas com riscos e impactos ambientais causados por OGMs; Material técnico didático e de divulgação, de autoria ou com a participação do MMA, sobre os avanços científicos, experiências e procedimentos em biossegurança; Protocolos básicos para a realização de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco relacionadas à introdução de OGMs no meio ambiente”.*
- **Resultado 2.6 - Em julho de 2005, pela Revisão “K”, este Resultado foi excluído porque as atividades estavam contempladas nos estudos do Subprojeto 01.**
- **Resultado 2.7:** *“Oportunidades de emprego para taxonomistas no País e em outros Países da região neotropical aumentada; Perfil dos diferentes setores*

interessados nos resultados dos estudos taxonômicos identificado; Estado da arte da taxonomia no País definida”, e meios de verificação: Correspondências e questões em eventos internacionais sobre formas de aderir/participar do Projeto; Manifestações de usuários finais consolidadas em propostas.

- **Resultado 2.8:** *“Reuniões para internalizar os diversos aspectos relacionados à importância da ampliação do conhecimento, conservação e da promoção do uso dos recursos genéticos realizadas; Técnicos do MMA presentes em reuniões nacionais, reuniões preparatórias e em reuniões de negociação de âmbito internacional” e meios de verificação: “Relatos apresentados para cada reunião preparatória nacional e relatórios consubstanciados de participação em eventos internacionais; Relatórios técnicos das atividades realizadas e relatórios de viagem; Relatórios e publicações sobre as reuniões; Deliberações resultantes/ influenciadas pela participação do MMA”.*
- **Resultado 2.9:** *“Comunidades beneficiadas; Agricultores e técnicos capacitados; Variedades crioulas conservadas; Planos de manejo comunitários implementados; Áreas demonstrativas implementadas; Eventos de apoio ao uso da agrobiodiversidade apoiados” e meios de verificação: Relatórios de acompanhamento físico-financeiro de convênios; Relatórios de implementação dos CIMAs; Auto-avaliação dos participantes, relatórios de cursos de capacitação e listas de presença; Cadastro dos bancos de sementes implementados; Relatórios de implementação de planos de manejo.*
- **Resultado 2.10:** *“Espécies de parentes silvestres das principais plantas cultivadas no País identificadas e mapas com a distribuição geográfica dessas espécies elaborados; Condição de conservação dessas espécies, in situ, ex situ e on farm, e medidas de proteção para cada uma dessas espécies definidas” e meios de verificação: “Relatórios de acompanhamento físico-financeiro de convênios e/ou projetos; Relatórios de pesquisa sobre espécies de parentes silvestres; Cadastro Nacional de Espécies de Parentes Silvestres; Mapas de distribuição das principais Espécies de Parentes de Plantas Cultivadas”.*
- **Resultado 2.11:** *“ Diagnóstico das principais espécies exóticas invasoras que ocorrem no Brasil e a identificação daquelas de maior relevância realizado; Estudos para avaliação dos principais impactos causados ao meio ambiente, com ênfase para a biodiversidade, e saúde humana e animal implementados; Levantamento da ocorrência e dispersão de espécies exóticas invasoras em áreas protegidas iniciado; Ações prioritárias para o período 2005 a 2010 estabelecidas”; e meios de verificação: “Número das principais espécies exóticas invasoras problemas identificados; Estudos de avaliação do impacto econômico e ambiental das principais espécies exóticas invasoras publicados; Medidas para monitoramento, controle e mitigação das principais espécies exóticas invasoras implementadas”.*
- **Resultado 2.12:** *“ Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança internalizado no País; Princípio da Precaução internalizado nos instrumentos, normas, ações e documentos relacionados à biossegurança de OGMs”; e meios de verificação: Normas atualizadas, publicação de documentos e realização de reuniões temáticas relacionadas à biossegurança de OGMs; Normas revisadas, publicação de documentos e organização e reuniões temáticas, abordando o Princípio da Precaução.*

- **Resultado 2.13:** *“Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação, aprovado no âmbito da FAO internalizado no País; Estratégia de ação para a implementação do Tratado no País definida” e meios de verificação: Normas Atualizadas, publicação de documentos e realização de reuniões temáticas relacionadas ao Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação.*

Para o **Objetivo do Subprojeto 3**. Indicadores: *“Aumento de 25% na captura por unidade de esforço de pesca, associada à recuperação das principais pescarias nacionais (camarão N, NE, SUL/SE, lagostas, pargo, sardinha, peixes demersais SUL e piramutaba), a ser verificado dois anos após o término do Projeto; Quatro ecossistemas dotados de gestão integrada e participativa aplicada aos recursos multi-específicos, a ser verificada a partir do 30º mês de execução do Projeto; Quatro Bacias hidrográficas dotadas com modelos de gestão integrada e participativa de recursos pesqueiros, a ser verificado após o 32º mês de execução do Projeto”.* Como meios de verificação: *“Estatísticas de produção pesqueira; Estudo comparativo entre os níveis real e ótimo de exploração pesqueira; Planos integrados de manejo das espécies pesqueiras; Documentos probatórios da instalação e funcionamento de instâncias de deliberação coletiva voltada à gestão dos recursos pesqueiros; Documentos probatórios da instalação e funcionamento de instâncias de deliberação coletiva voltada à gestão dos recursos pesqueiros”.*

Quanto aos resultados do **Objetivo do Subprojeto 3**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 3.1:** *“Formas alternativas de acesso e uso dos recursos pesqueiros, a ser verificada no 18º mês de execução do Projeto; Alternativas metodológicas para a gestão dos recursos pesqueiros, a ser verificado no 18º mês de execução do e Projeto; Disponibilidade de informações atualizadas quanto ao acesso, uso e repartição de benefícios da utilização dos recursos pesqueiros, a ser verificado no 18º mês de execução do Projeto; Propostas de instrumentos econômicos para a gestão dos recursos pesqueiros, a ser verificado no 18º mês de execução do Projeto” e meios de verificação: “Documentos dos estudos realizados”.*
- **Resultado 3.2:** *“Modelo de gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros, a ser verificado a partir do 24º mês de execução do Projeto” e meios de verificação: “Documentação que comprova a existência e o funcionamento de instâncias de deliberação coletiva sobre o uso dos recursos pesqueiro”.*
- **Resultado 3.3:** *“Existência de, pelo menos, 10 planos de gestão para as espécies costeiro marinha sobrepescadas, 4 planos de gestão de recursos pesqueiros por ecossistemas e 4 por bacias hidrográficas, a serem verificados a partir do 24º mês de execução do Projeto” e meios de verificação: “Documentos dos Planos”.*
- **Resultado 3.4:** *“ Atualização dos diplomas legais que dispõe sobre o uso dos 10 principais recursos pesqueiros marítimos, a ser verificado ao final da execução do Projeto; Harmonização e atualização da legislação sobre pesca amadora em todo o País, a ser verificado no 24º mês execução do Projeto; Harmonização e atualização da legislação dispendo sobre o uso dos recursos pesqueiros em 3 das principais Bacias Hidrográficas do País, a ser verificado a partir do 30º mês de execução do Projeto” e*

meios de verificação: “*Diplomas legais atualizados*”.

- **Resultado 3.5:** “*Adoção de todas as normas e procedimentos internacionais de uso sustentável dos recursos pesqueiros, a ser verificado ao final da execução do Projeto*” e meios de verificação: “*Documentos legais disciplinando a adoção, no Brasil, das normas e procedimentos internacionais*”.

Para o **Objetivo do Subprojeto 4**. Indicadores: “*Preservar e conservar a biodiversidade brasileira em, pelo menos, 10% de cada bioma, a ser verificado no 30^o mês de execução do Projeto*”. Como meios de verificação: *Relatório Nacional sobre Diversidade Biológica; Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*.

Quanto aos resultados do **Objetivo do Subprojeto 4**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 4.1:** “*Consenso em matéria de diretrizes e prioridades para a conservação in situ, a ser verificado no final da execução do Projeto*”; e meios de verificação: *Relatório do seminário nacional para a discussão da política*”.
- **Resultado 4.2:** “*Aumento do uso público nas unidades de conservação, a ser verificado a partir do 24^o mês do Projeto*” e como meios de verificação: “*Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*”.
- **Resultado 4.3:** “*Disponibilidade, em tempo real, de informações sobre as unidades de conservação do País, a ser verificado a partir do 12^o mês de execução do Projeto*” e meios de verificação: “*Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*”.
- **Resultado 4.4:** “*Aumento de 4% do total de áreas protegidas no Território Nacional, a ser verificado ao final da execução do Projeto*” e como meio de verificação: “*Decreto de criação das unidades de conservação*”.
- **Resultado 4.5:** “*Pelo menos um projeto para captação de recursos desenhado por semestre, a ser verificado a partir do 8^o mês de implementação do Projeto*” e meios de verificação: “*Documentos dos projetos*”.
- **Resultado 4.6:** “*Aumento em 85% da participação da DAP em decisões tomadas em foros internacionais, a ser verificado ao final da execução do Projeto*” e meios de verificação: “*Relatórios das reuniões internacionais*”.
- **Resultado 4.7:** “*Pelo menos 100.000 pessoas atingidas pela campanha de conduta consciente em ambientes naturais, a ser verificado no 13^o mês de execução do Projeto*” e meios de verificação: “*Lista de distribuição dos informativos; Pesquisa de audiência; Revistas especializadas*”.

- **Resultado 4.8:** “Preservar e conservar a biodiversidade brasileira da Amazônia, a ser verificado em 24 meses de projeto” e meios de verificação: “Relatório de acompanhamento do projeto; Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação; Pesquisas de implementação do projeto”.

Para o **Objetivo do Subprojeto 5**. Indicadores: “Incremento de, pelo menos, 30% na emissão de autorizações para acesso e remessa de componentes do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado”. Como meios de verificação: “Autorizações de acesso e remessa a componentes do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado emitidas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético”.

Quanto ao resultado do **Objetivo do Subprojeto 5**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 5.1:** “Incremento, em pelo menos 100% no número de Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios” e meios de verificação: “Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios firmados entre usuários de componentes da biodiversidade (empresas, universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento) e provedores (proprietários de terras no país)”.

Para o **Objetivo do Subprojeto 6**. Indicador: “Implantação das Reservas da Biosfera e de seus Sistemas de Gestão até o final do Projeto”. Como meios de verificação: “Delimitações geográficas e implementação dos modelos de gestão”.

No que concerne aos resultados do **Objetivo do Subprojeto 6**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 6.1:** “Realização de estudos técnicos e diagnósticos” e meios de verificação: “Relatórios técnicos; Descrição dos modelos”.
- **Resultado 6.2:** “Constituição de conselhos das Reservas da Biosfera e respectivas Secretarias Executivas; Constituição de conselhos para áreas protegidas; Constituição dos Comitês Estaduais correspondentes às Reservas da Biosfera e suas respectivas secretarias de apoio” e meios de verificação: Organogramas do Sistema de Gestão das Reservas da Biosfera; Capacitação dos gestores das Unidades de Conservação”.
- **Resultado 6.3:** “Implantação da Rede virtual de intercâmbio e alimentação de informações dos Sistemas de Gestão das Reservas da Biosfera e unidades de conservação; Implementação das Unidades de Conservação, entorno e Áreas Protegidas” e meios de verificação: “Rede de informática implantada e Sistemas de Gestão das Reservas da Biosfera interligados; Cadastro Nacional de Áreas Protegidas”

Para o **Objetivo do Subprojeto 7**. Indicador: *“Estratégia brasileira de biodiversidade consolidada até o final do Projeto”*. Como meios de verificação: *“Planos de ação implementados”*.

No que concerne aos resultados do **Objetivo do Subprojeto 7**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 7.1:** *“Elaborar e consolidar no mínimo 3 planos de ação; Realizar e consolidar estudos de avaliação dos custos da Política Nacional da Biodiversidade e de diagnóstico das políticas públicas; Realizar reuniões para consolidar os arranjos institucionais; Edição e divulgação dos relatórios; Publicação de livro sobre o Plano de Ação Brasileiro para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade”* e como meios de verificação: *“Relatórios sobre os planos de ação e Relatório consolidado; Relatório de avaliação e relatório de diagnóstico; Atas de reuniões; Relatório do estudo de definição de indicadores; Publicação dos relatórios, distribuição e disponibilização on line; Livro sobre o Plano de Ação Brasileiro para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade publicado”*.
- **Resultado 7.2:** *“Implementar rede brasileira de informação sobre Biodiversidade; Produzir folhetos informativos; Implantar Rede Sul Americana de informações sobre biodiversidade”* e meios de verificação: *“Rede de informática implantada e interligada; Folhetos informativos impressos e distribuídos; Rede Sul Americana implantada”*.
- **Resultado 7.3:** *“Elaborar estudos preparatórios em português, espanhol e inglês; Elaborar Relatórios Nacionais em português, espanhol e inglês; Participar de eventos internacionais e nacionais para divulgação dos Relatórios Nacionais; Produzir, imprimir e distribuir os Relatórios Nacionais e os estudos preparatórios”* e meios de verificação: *“Relatórios dos Estudos; Relatórios Nacionais; Atas e Anais dos eventos; Impressão e distribuição dos relatórios; Divulgar on line os relatórios”*.
- **Resultado 7.4:** *“Auxiliar a realização da 8ª COP/MOP 3 para a CDB; Produzir textos técnicos para a 8ª COP para a CDB; Organizar os sides events e a exposições para a 8ª COP para a CDB”* e meios de verificação: *Evento realizado; Material produzido e distribuído”*.

Para o **Objetivo do Subprojeto 8**. Indicadores: *“Preservar e conservar a biodiversidade brasileira em pelo menos 10% de cada bioma”*. Como meios de verificação: *“Relatórios Nacionais com diagnósticos dos biomas; Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação”*.

Quanto aos resultados do **Objetivo do Subprojeto 8**, constam os seguintes indicadores e respectivos meios de verificação.

- **Resultado 8.1:** *“Conservação sustentável do bioma Caatinga”* e como meio de verificação: *“Relatórios técnicos; Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de*

Conservação; Índice de conservação”.

- **Resultado 8.2:** “*Conservação sustentável do bioma Cerrado*” e como meio de verificação: “*Relatórios técnicos; Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação; Índice de conservação*”.
- **Resultado 8.3:** “*Conservação sustentável da Zona Costeira e Marinha*” e como meio de verificação: “*Relatórios técnicos; Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação; Índice de conservação*”.
- **Resultado 8.4:** “*Conservação sustentável da Antártica*” e como meio de verificação: “*Relatórios técnicos; Acompanhamento técnico do GAAM; Índice de conservação*”.
- **Resultado 8.5:** “*Conservação sustentável dos biomas Mata Atlântica e Pampa*” e como meio de verificação: “*Relatórios técnicos; Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação; Índice de conservação*”.

Como se observa nos indicadores acima e constantes da Matriz Lógica do Projeto, existe somente a distribuição no tempo de execução, com questões genéricas e buscando resultados pouco tangíveis ou quantificáveis e passíveis de avaliação. Razão porque foi dada a preferência de utilização do métodos misto de avaliação para que pudesse responder questões, a exemplo: Em que medida os objetivos propostos pelo Projeto estão sendo (ou foram) atingidos com sua implementação? Ou como o Projeto funciona e quais os mecanismos específicos que levam a atingir (ou não) os seus resultados: Além de recorrer a outras variáveis que possibilitassem informações mensuráveis sobre a execução e avaliação do Projeto.

4.4.1. Avaliação da Relevância

A Avaliação de Relevância demonstra a capacidade do Projeto em modificar a situação problema ou indica que os objetivos e metas definidos permanecem válidos e pertinentes, segundo originalmente planejados ou posteriormente modificados, tendo em conta as circunstâncias dos contextos interno e externo do projeto.

Portanto, a relevância consiste em saber se os objetivos da intervenção ou se a concepção do Projeto continua adequada, correspondendo às expectativas dos beneficiários, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores financeiros ou por último, se ainda atende às necessidades do País.

Da análise empreendida nas atividades executadas pelo Projeto BRA/00/021, permitiu-se identificar que os objetivos e metas, embora de forma lenta, vêm sendo atingidos, e de algum modo, validam o cumprimento do propósito do Projeto.

A execução do Projeto indica que seu desempenho tem sido relevante na implementação dos dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e em salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações futuras, ao prover suporte técnico ao Ministério do Meio Ambiente para definir e executar a política, o plano de ação e o

programa de biodiversidade; estabelecer e coordenar ações de gestão de recursos genéticos; promover a sustentabilidade dos recursos pesqueiros; coordenar e integrar esforços para criar e gerir áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal e desenvolver a conservação *ex situ*, a pesquisa e o ensino em botânica tropical.

Nesse contexto e dentro do apanhado das realizações do Projeto, podem ser destacados por objetivo alguns pontos relevantes.

4.4.1.1. Objetivo Imediato 1

Para possibilitar à Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade a melhoria dos mecanismos e instrumentos de gestão do Probio e seu sucessor, na coordenação de ações visando à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, monitorando a implantação da Política Nacional de Biodiversidade e do Programa Nacional de Diversidade Biológica – Pronabio, constam nos documentos do Projeto, as seguintes realizações relevantes. As realizações estão citadas por Resultado, tendo em vista as particularidades de cada um:

Resultado 1.1

- Câmara Técnica para selecionar as propostas recebidas em respostas aos Editais lançados;
- Capacitação de representantes das instituições executoras dos subprojetos, selecionados por meio dos editais;
- Visitas de monitoria técnica e visitas de acompanhamento e orientação financeira aos subprojetos apoiados pelo Probio;
- Capacitações técnico-financeiras dos executores dos subprojetos selecionados por meio de Editais;
- Atualização do Manual Operativo do Probio;
- Apoio a 144 subprojetos apoiados pelo Probio, os quais foram todos concluídos;
- Até 2006, foram realizadas monitoria financeira em 25 projetos e monitorias técnicas em 39 projetos;

Resultado 1.2

- Elaboração de documento base e orientação das discussões visando uma publicação da série Biodiversidade denominado "Efeitos da fragmentação de ecossistemas sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas";
- Contratação de serviços gráficos para a publicação do livro "Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos e recomendações de políticas públicas";
- Publicação do Relatório de Atividades de 1996-2002 do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio;
- Publicação do Livro: Biodiversidade Brasileira – "Avaliação e Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Biodiversidade Brasileira";
- Apoio à instalação da Comissão Nacional da Biodiversidade e à realização de três reuniões para discussão de temas, entre os quais seleção de subprojetos a serem contratados pelo Probio;
- Apoio à realização da 1ª Conferência Nacional sobre o Meio Ambiente, em 2003, disponibilizando e elaborando material de divulgação de resultados de projetos; tais como: publicação do Mapa das Áreas Prioritárias para a

- Conservação da Biodiversidade, indicando as 900 áreas, por municípios, no Brasil; CD ROM contendo o mapa das áreas prioritárias e o livro Biodiversidade Brasileira – Avaliação e Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Biodiversidade Brasileira e painéis contendo informações sobre os biomas brasileiros;
- Publicação dos seguintes livros: 1) Análise das variações da biodiversidade do bioma caatinga – suporte a estratégias regionais de conservação; 2) Biodiversidade da Chapa Diamantina; 3) Fragmentação de ecossistemas – causa, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas 2ª edição;
 - Reuniões com os coordenadores e supervisores dos subprojetos voltados ao Mapeamento dos Remanescentes dos Biomas Brasileiros;
 - Realização de 2 reuniões com os coordenadores dos projetos voltados à realização de inventários visando a elaboração de um livro síntese;
 - Apoio à realização do Simpósio “Passion Fruit Pollination” realizada em Uberlândia em julho de 2005;
 - Realização do I Simpósio Internacional de Espécies Exóticas Invasoras;
 - Publicação dos seguintes livros: 1) Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina; 2) Diversidade Biológica e Conservação da Floresta Atlântica ao Norte do Rio São Francisco; 3) Monitoramento de Recifes de Coral do Brasil - Situação Atual e Perspectivas; 4) PROBIO: dez anos de atuação/10 years of activities; 5) Mapa “Priority Áreas for the Conservation, Sustainable Use and Benefit Sharing of Brazilian Biodiversity”; 6) Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira (re-edição); 7) A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais (re-edição); 8) Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação (re-impressão); 9) Educação Ambiental Probio;
 - Lançamento de publicações em CD-rom: i) Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação; Análise das Variações da Biodiversidade do Bioma Caatinga - Suporte a estratégias regionais de conservação; 2) Fragmentação de ecossistemas: causas e efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas;
 - Participação da equipe técnica do Probio na COP 8, divulgando o resultado dos subprojetos apoiados e no evento paralelo realizado para discussão do “*mainstreaming*” da biodiversidade, onde o “Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II” foi apresentado;
 - Participação da equipe técnica do Probio em reuniões realizadas pelos subprojetos apoiados: a) Workshop Projeto Parentes Silvestres *Cucurbita*, de 05 a 06 de dezembro, Embrapa Sede; b) Workshop Projeto Parentes Silvestres Algodão (25/09), Embrapa Sede; Workshop Parentes Silvestres de *Arachis* (amendoim), 29 e 30 de novembro, Embrapa Sede; d) Seminário “Avaliação de Espécies de Plantas do Futuro na Região Norte”; e) Oficina para discussão da proposta de “Base Metodológica para a Gestão de Corredores”;
 - Participação de técnicos do Ministério do Meio Ambiente/Probio: apresentação de palestra durante o 57º Congresso Nacional de Botânica em Gramado, RS e estande de divulgação das publicações do MMA durante o evento; período: 05 a 10 de novembro de 2006;
 - Apresentação de palestra sobre as ações do MMA no XXVI Congresso Brasileiro de Zoologia em Londrina, PR; período: 15 a 17 de fevereiro de 2006;
 - Participação de técnica do Ministério do Meio Ambiente/Probio em evento

comemorativo da Semana do Meio Ambiente, em junho de 2006. Alegrete, RS;

- Participação em reuniões com coordenadores de subprojetos de Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros durante a COP 8 em Curitiba/PR, em março de 2006, durante o 57º Congresso Nacional de Botânica em Gramado/RS, em 07 de novembro de 2006 e durante o lançamento dos resultados oficiais dos subprojetos para a Conabio em Brasília/DF; em 20 de dezembro de 2006;
- Quanto ao "Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II" foram realizadas reuniões com possíveis executores do Probio II, como FINEP, FNMA e Caixa Econômica Federal, estando ainda em negociação o modo de operação do novo Projeto;
- **Resultado 1.3 (foi incorporado ao Resultado 7.2 na Revisão "C", dezembro de 2002)**
- Em 2002, foi concluída a avaliação externa da Rede de Informação em Biodiversidade, a qual concluiu que a Rede de Informação em Biodiversidade poderá ser melhor administrada e mantida se alojada em um portal do Governo. Encontra-se em processo o estabelecimento das bases para alojar esse portal;

Resultado 1.4

- Reunião da Comissão Coordenadora do Pronabio para análise das propostas selecionadas em resposta aos editais Probio 01/2001, FNMA/Probio 03/2001 e FNMA/Probio 04/2001, que resultou na contratação de 31 novos subprojetos pelo Probio, em 2001;
- Elaboração do mapa do Brasil informando a rota do tráfico de animais silvestres no Brasil;
- Apoio ao III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação: pôsteres, livro III e cartazes;
- Consultoria para identificação e mapeamento das queimadas ocorridas no Parque Nacional das Emas – GO, no período de 1996-2001;
- Publicação do Livro: *"Pollinating Bees – The Conservation Link Between Agriculture and Nature"*;
- Publicação do Livro: *Abelhas Brasileiras – Sistemática e identificação"*;
- Realização de 04 reuniões no ano de 2002 da Comissão Coordenadora do PRONABIO, onde se discutiu a reformulação do Decreto Presidencial Nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994, que criou o Pronabio, revendo-se seu papel e as atribuições da Comissão Coordenadora do Pronabio. Foram discutidos ainda os novos temas de editais a serem apoiados pelo Probio e os subprojetos selecionados em resposta ao Edital Probio 02/2001 e Edital FNMA/Probio 03/2001 – Chamada II. Houve ainda discussões sobre a Política Nacional de Biodiversidade que se encontrava em elaboração em 2002;
- Publicação do livro *"Seria melhor ladrilhar. Biodiversidade: como, para que e porquê"*;
- Serviço de mapeamento da Reserva da Biosfera – Fase IV;
- Impressão do Atlas da Conservação da Diversidade Biológica Brasileira;
- Em 2003, impressão do livro em inglês e português: *Biodiversidade e Florestas*;
- Impressão dos pôsteres, em inglês e português: *Reservas da Biosfera, Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil e Parque Nacional do Tumucumaque*;
- Realização do Evento: *Biodiversidade e Acesso a Recursos Genéticos*;
- Mapas de biomas do Brasil;

- Reunião para discutir a metodologia para avaliação da capacidade de suporte dos reservatórios hídricos;
- As origens da mandioca – cultura nacional;
- Mudanças climáticas globais e seus efeitos nos ecossistemas brasileiros;
- Dispersão de sementes e regeneração do gênero Pinus;
- Gestão para lideranças e organizações de apoio aos povos indígenas do Brasil;
- Encontro nacional de plantas medicinais, fitoterápicas e assistência farmacêutica;
- Reunião da América Latina e Caribe sobre o Mecanismo do *Clearing House* (CHM);
- Fórum global de biotecnologia;
- Plantas medicinais do cerrado – uso e conservação;
- Simpósio de etnobiologia e etnoecologia;
- 1º workshop de pesquisa e conservação de carnívoros neotropicais;
- Estratégias de Inventário para o conhecimento e conservação da biodiversidade da Amazônia;
- Câmara técnica – espécies exóticas invasoras;
- São Paulo Declaration on Pollinators Plus 5º Fórum;
- Apoio à realização de dois módulos do Curso de Boas Práticas Populares de Manipulação e Manejo de Plantas Medicinais, promovido pela Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado e Universidade Católica de Goiás, em Goiânia de 11 a 15 de outubro de 2003;
- Oficina para o Desenvolvimento Sustentável de Cadeias Produtivas de Plantas Medicinais e Aromáticas no Vale do Ribeira, em parceria entre a SBF e a SDS do MMA, em Campinas (SP), dia 06 de novembro de 2003;
- Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural, em parceria entre o MMA e o Ministério da Cultura, em Brasília dias 28 e 29 de novembro de 2003;
- Coordenação e monitoramento do cumprimento dos compromissos estabelecidos na Convenção sobre Diversidade Biológica;
- Em 2005, publicação do livro “Cem anos de devastação”;
- Apoio à atualização das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, que se estendeu até 2006;

Resultado 1.5

- Em 2002, VII reunião do Comitê Interseccional do Foro da América Latina e Caribe – preparatória para Cúpula Mundial para o desenvolvimento sustentável;
- Reunião do Conselho da Reserva da Biosfera da Caatinga;
- Em 2003, apoio financeiro à participação de representantes da SBF nas delegações brasileiras às negociações internacionais, bilaterais e multilaterais, sobre gestão da biodiversidade. Reunião de Cancun;
- Reunião da 2ª Consulta Nacional da Iniciativa brasileira de Polinizadores;
- Duas reuniões do Comitê Nacional de Assessoramento da Iniciativa Brasileira de Polinizadores;
- Elaboração do estudo “Sistematização e mapeamento de pesquisas desenvolvidas em universidades atuantes no bioma cerrado, referentes à conservação e uso sustentável das espécies vegetais do cerrado;
- Em 2006, publicação dos livros: “Ilhas Oceânicas Brasileiras - da pesquisa ao manejo”; “Pollinating Bees” (reedição); “Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação”; “Bibliografia Brasileira sobre Polinização e Polinizadores” (versões impressa e em CD), resultantes de estudos técnicos;

Resultado 1.6

- Em 2001, realização da 11ª reunião ordinária do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Realização do 7º Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Realização do 3º Encontro Nacional de Comitês Estaduais das Reservas da Biosfera;
- Em 2002, apoio à reunião referente à negociação de apoio ao projeto "Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre os Ecossistemas Brasileiros";
- Congresso Internacional sobre Polinizadores;
- Workshop internacional "Dimensões humanas da Biodiversidade";
- *Meeting of Scientific Steering Committee (SCC) of the LBA*;
- Workshop "Dimensões humanas da Biodiversidade";
- Em 2003, documento de consolidação de toda legislação nacional e internacional sobre as Reservas da Biosfera Brasileiras. As atividades realizadas têm contribuído para que as informações sobre os subprojetos apoiados pelo Probio e também informações sobre a biodiversidade brasileira de forma geral sejam divulgadas para a população, muitas delas disponibilizadas no endereço eletrônico: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade>;
- Representação da SBF no I Encontro Mineiro da Articulação Pacari e participação da Oficina Farmacopéia Popular do Cerrado, promovido pela Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado em parceria com a Universidade Federal de Goiás, em Montes Claros (MG), de 7 a 10 de agosto;
- Representação da SBF na Oficina Políticas Públicas para o Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro, promovido em parceria pelo Instituto Socioambiental e pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), de 26 a 29 de agosto;
- Representação da DCBio no III Encontro Povos do Cerrado, promovido pela Rede Cerrado, e participação da Oficina de Trabalho de Plantas Medicinais realizado em Goiânia, de 12 a 14 de setembro;
- Representação da SBF no Festival Ecológico Cultural das Águas do Pantanal, e participação da Oficina Bioprospecção e Cadeias Produtivas, promovida pela SDS do MMA, em Cáceres (MT), entre os dias 13 e 16 de novembro;
- Apoio à reunião referente à negociação de apoio ao projeto "Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre os Ecossistemas Brasileiros";
- Apoio a duas reuniões da Comissão Coordenadora do Pronabio;
- Em 2005, ocorreram 6 reuniões ordinárias, 3 extraordinárias da Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio e 4 reuniões da Câmara Técnica de Ameaçadas e Sobre-explotadas; 8 reuniões da Câmara Técnica da Caatinga; 4 reuniões da Câmara Técnica do Cerrado e Pantanal e 9 reuniões da Câmara Técnica da COP 8;
- Apoio ao "I Simpósio Nacional de Coleções Científicas" da Fiocruz, realizado no Rio de Janeiro;
- Curso de Capacitação de Povos Indígenas para participação na COP 8;
- Apoio à realização da "Reunião sobre Compensação Ambiental" realizada pelo IBAMA;
- Participação na "Reunião com o Setor Privado" para incorporação das diretrizes da CDB neste segmento, promovido pelo Cebeds;
- Participação na "Reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável";
- Em 2006, ocorreram 5 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias da Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio e a realização de 1 reunião da Câmara Técnica de de Coleções Científicas;
- Apoio ao XXVI Congresso Brasileiro de Zoologia em Londrina, PR; período: 15 a

- 17 de fevereiro de 2006;
- Apoio ao VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina, em Ilhéus, BA, no período de 03 a 07 de setembro de 2006;
 - Apoio ao 57º Congresso Nacional de Botânica em Gramado, RS; período: 05 a 10 de novembro de 2006;
 - Apoio ao Simpósio de Manejo de Polinizadores, em Ribeirão Preto/SP, em julho de 2006;
 - Apoio ao Encontro da Rede Baiana de Polinizadores, em Salvador/BA, em novembro de 2006;
 - Apoio à participação brasileira na reunião “*Pollinator Information in the America*) da Rede Interamericana de Informação em Biodiversidade (Iabin), em Indaiatuba/SP em dezembro de 2006;
 - Apoio ao curso de “Ecologia de Dosséis” da Universidade Federal de Ouro Preto/MG, em julho de 2006.

4.4.1.2 Objetivo Imediato 2

Quanto ao estabelecimento e coordenação, no País, de ações relativas à gestão dos recursos genéticos e à agrobiodiversidade, com ênfase na proteção, conservação, promoção do uso sustentável e gestão dos aspectos relativos à biossegurança dos organismos geneticamente modificados e das espécies exóticas invasoras, além de prover o suporte técnico na formulação de políticas, normas e instrumentos e ampliação do conhecimento desses recursos, constam dos documentos as seguintes realizações relevantes para cada Resultado:

Resultado 2.1

- Levantamento, de forma não sistemática, das entidades envolvidas na conservação *ex situ* de recursos genéticos;
- Diagnósticos do acervo de recursos genéticos e das instituições envolvidas com a conservação *ex situ*.
- Lançamento, em maio de 2004, por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), Carta Consulta para a seleção de propostas visando à realização de levantamento das instituições que desenvolvem atividades voltadas a conservação dos recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos). Esse trabalho prevê, fundamentalmente: (i) identificação das instituições envolvidas com a conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* de recursos genéticos; (ii) definição da representatividade de cada coleção, em termos de espécies e área geográfica; (iii) situação das condições de conservação dos acessos em cada coleção; (iv) indicação da infraestrutura disponível para a manutenção das coleções; e (v) necessidades para a manutenção das coleções, a curto, médio e longo prazos. Embora as ações estejam concentradas na Região Centro-Oeste e estejam sendo conduzidas pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, os resultados serão fundamentais para a avaliação da situação de conservação dos recursos genéticos na região, para a definição de estratégia visando, em conjunto com outras instituições governamentais (federais e estaduais), não governamentais e da iniciativa privada ali localizadas, a tomada de ações para a manutenção desse patrimônio, bem como a sua utilização em benefício da sociedade.
- Em 2006, realizado um amplo levantamento das instituições, incluindo os movimentos sociais e as organizações não governamentais, envolvidas na

conservação dos recursos genéticos do País. Para cada componente, tanto *in situ* quanto *ex situ* e *on farm*, foram obtidas uma série de informações, com destaque para: i) representatividade de cada coleção, particularmente em relação à representatividade geográfica; ii) situação de conservação das amostras em cada coleção, incluindo recursos genéticos mantidos pelos agricultores; iii) intensidade de intercâmbio; iv) atividades de pesquisa realizadas com as coleções, tanto aquelas mantidas *ex situ* quanto aquelas utilizadas *on farm*; v) infra-estrutura disponível para a manutenção das amostras; e vi) necessidades para manutenção dessas coleções, tanto a curto quanto a médio e a longo prazo. Este projeto "Identificação das instituições envolvidas com a conservação de recursos genéticos, *in situ*, *ex situ* e *on farm*, da fauna, da flora e dos microorganismos" foi desenvolvido na região Centro-Oeste pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, com resultados bastante animadores.

Resultado 2.2

- Parceria entre o MMA, o Ibama, a Fundação Biodiversitas, a Sociedade Brasileira de Zoologia e a Conservation International do Brasil, para a revisão, ao longo de 2002 e 2003, da Lista Oficial das Espécies Ameaçadas da Fauna Brasileira;
- Os subsídios, em forma de lista preliminar, foram preparados por oito grupos de trabalho temáticos: (i) Anfíbios; (ii) Aves; (iii) Insetos; (iv) Invertebrados Aquáticos; (v) Invertebrados Terrestres; (vi) Mamíferos; (vii) Peixes; e (viii) Répteis. O resultado desse trabalho foi discutido no workshop "Revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção", realizado em Belo Horizonte, de 09 a 12 de dezembro de 2002;
- Em março de 2003, foi realizada reunião para a discussão de aspectos relacionados à publicação da lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Decidiu-se que a lista seria publicada em duas etapas. Inicialmente, seriam divulgadas, em curto prazo, as espécies ameaçadas dos seguintes grupos: (i) anfíbios; (ii) aves; (iii) insetos; (iv) invertebrados terrestres; (v) mamíferos e (vi) répteis. Juntamente com a publicação da Portaria deveriam ser, também, anunciadas medidas do Governo Federal para reverter ou minimizar as ameaças. Ênfase será dada à elaboração de planos para a recuperação de cada uma das espécies ameaçadas, ou grupo de espécies afins; listagem das espécies com informações insuficientes, entre outras;
- Lançado o Edital 04/2001 – "Manejo de espécies ameaçadas de extinção e de espécies invasoras, visando à conservação da diversidade biológica brasileira", por meio de ação conjunta do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que selecionou 27 projetos para a elaboração de planos de manejo das espécies ou para a implementação de planos de manejo já existentes, dos quais estão sendo apoiados financeiramente 14 projetos. Ainda como ação diretamente relacionada com o tema o MMA, por meio do IBAMA, criou na Paraíba, junto à Reserva Biológica de Guariba, o Centro de Primatas que visa, particularmente, a conservação de espécies ameaçadas;
- Revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Edição da Instrução Normativa nº 3, de 26 de maio de 2003, com a Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (anfíbios, aves, invertebrados terrestres, mamíferos e répteis). Edição da Instrução Normativa nº 5, de 21 de maio de 2004, com a Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Brasileiros Ameaçadas de

- Extinção e Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexploração;
- Criação, dentro do Portal do Ministério do Meio Ambiente, do Site sobre espécies ameaçadas;
 - Preparação de textos sobre cada uma das espécies da fauna brasileira incluídas na lista oficial das ameaçadas de extinção (anfíbios, aves, invertebrados aquáticos e terrestres, mamíferos, peixes e répteis). O documento resultante subsidiará o MMA na preparação de livro sobre as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
 - Ao longo de 2006, por exemplo, foi realizado um amplo trabalho relacionado à revisão da Lista das Espécies da flora Brasileira Ameaçadas de Extinção. O MMA, o IBAMA e o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro realizaram uma criteriosa análise da proposta submetida pela Fundação Biodiversitas ao Ministério do Meio Ambiente. Das 5.213 espécies analisadas, incluindo as 108 espécies que fazem parte da atual lista das ameaçadas (Portaria Ibama nº 37-N/92), foi recomendado a inclusão de 1.537 espécies na nova lista das espécies ameaçadas. O workshop indicou ainda 8 espécies na condição de extintas, 4 extintas na natureza, 36 quase ameaçadas, 2513 com dados deficientes, 683 não ameaçadas e 481 não avaliadas. Esta é a proposta que está em processo de análise e avaliação pelos técnicos do MMA, Ibama e IJBRJ. De modo a integrar as ações dos diferentes setores envolvidas no tema, o MMA lançou, em 2006, por meio da Portaria MMA nº 182, de 22 de maio de 2006, o Fórum Brasileiro pela Extinção Zero. Na mesma oportunidade foi assinado pela Senhora Ministra Marina Silva um Protocolo de Intenções visando à implementação no Brasil da Aliança Brasileira para a Extinção Zero, que pretende conjugar as capacidades técnicas, científicas, financeiras e políticas de organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais em prol da formulação e implementação da Aliança.

Resultado 2.3

- Seleção de propostas, com vistas à identificação, à priorização e à divulgação de informações sobre espécies da flora brasileira sub-utilizadas, de valor econômico atual ou potencial, das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, com vistas a fomentar a sua utilização direta e o desenvolvimento de produtos voltados para o mercado interno e de exportação, observando-se sempre os critérios de maiores benefícios sócio-ambientais;
- Por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), foram encaminhadas Cartas-Consultas a diferentes instituições, em todas as regiões geopolíticas do País, com a solicitação de encaminhamento de propostas para o desenvolvimento do projeto "Plantas para o Futuro".
- Lista das espécies da flora regional identificadas, com base em critérios sócio-ambientais, como de importância econômica atual ou potencial. Para cada espécie deverão ser incluídas, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) dados taxonômicos (família, gênero, espécie);
 - b) nome (s) popular (es);
 - c) distribuição regional – mapas – e, se possível, coordenadas geográficas;
 - d) dados bibliográficos de cada espécie, com ênfase para: domesticação, germinação e quebra de dormência de sementes, tratamentos agrônômicos, entre outros;
 - e) uso econômico atual ou potencial, apontando-se, sempre que possível, os principais mercados para as espécies medicinais-fitoterápicas, alimentícias, de uso na indústria química, madeiras, entre outros, e

partes da planta utilizada.

- *Workshop* regional para a apresentação e avaliação dos resultados obtidos e definição das espécies a serem priorizadas para utilização imediata ou mesmo para futuros trabalhos de pesquisa;
- Resultados do *Workshop*, incluindo-se, entre outros: (i) a lista das espécies selecionadas na categoria de prioritárias para a condução de ações em curto prazo; (ii) formas de incentivar o aproveitamento comercial, tanto para o mercado interno como externo; (iii) identificação, para cada espécie priorizada, dos eventuais fatores que possam dificultar a sua utilização comercial, recomendando, sempre que possível, os caminhos a serem seguidos em cada caso, observados os critérios de maiores benefícios sócio-ambientais. (iv) conclusões e recomendações outras dos participantes;
- Criação, no âmbito da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Ameaçadas de Extinção e Espécies Sobreexploradas ou Ameaçadas de Sobreexploração. A Câmara Técnica foi criada por meio da Portaria MMA nº 290, de 22 de novembro de 2004, em substituição ao Grupo de Trabalho sobre Espécies Ameaçadas de Extinção, instituído pela Portaria MMA nº 231, de 26 de maio de 2003. Todas as atividades relativas às espécies ameaçadas de extinção (fauna, flora e microrganismos) será acompanhado, *pari passu*, por essa Câmara Técnica Permanente;
- Lançamento, pelo Probio, em 2004, de Carta-Consulta visando à seleção de propostas para a identificação, a priorização e a divulgação de informações sobre espécies nativas da flora brasileira (regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), de importância econômica atual ou potencial, de uso local e regional. A iniciativa busca a seleção de espécies promissoras para uso direto pelo Agricultor e/ou para ampliação das oportunidades de investimento pelo Setor Empresarial, com vistas a fomentar o desenvolvimento de produtos voltados para o mercado interno e de exportação; f
- Aprovação de propostas para a Região Sul; da Fundação Biodiversitas, para a Região Sudeste; da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, para a Região Centro-Oeste; para a Região Nordeste; e do Museu Paraense "Emílio Goeldi", para a Região Norte. À exceção da Região Norte, todas as outras regiões lograram êxito no desenvolvimento de suas atividades.
- Lançamento, pelo Probio, em 2004, de Carta-Consulta para a seleção de propostas visando à identificação dos parentes silvestres e/ou variedades crioulas de espécies de plantas cultivadas no País. Para o desenvolvimento desse trabalho, foram selecionadas, inicialmente, oito culturas: (i) algodão; (ii) abóbora; (iii) amendoim; (iv) arroz; (v) cajú; (vi) mandioca; (vii) milho; e (viii) pupunha, todas de importância estratégica para o País;
- Por ocasião da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 20 a 31 de março de 2006, o Ministério do Meio Ambiente lançou uma primeira abordagem do trabalho realizado. A publicação, que teve como título "Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas";
- O projeto: "Identificação e divulgação de informações sobre as espécies da flora brasileira de importância atual e potencial, de uso local e regional" objetiva, portanto, provocar uma mudança nessa situação. Por meio de ações regionais foi realizado um amplo levantamento das espécies nativas da flora brasileira de uso local já consagrado ou de aproveitamento potencial, as Plantas para o Futuro;

- Para a definição da lista das espécies mais prioritárias foram realizados cinco seminários regionais, com a participação de representantes dos principais setores da sociedade (acadêmico-científico, governamental, não-governamental, comunidades locais e o setor empresarial). Por meio de reuniões específicas, organizadas por grupo de produtos e também de caráter geral, as plenárias, foram priorizadas as espécies com perspectivas de uso direto pelo agricultor e aquelas com maior possibilidade de investimento pelo Setor Empresarial.
- As listas aprovadas nos seminários priorizaram 775 espécies, sendo 255 espécies da Região Sul, 128 do Sudeste, 131 do Centro-Oeste, 162 do Nordeste e 99 da Região Norte. As espécies contempladas na lista foram agrupadas nos seguintes grupos de uso: alimentícias; fruteiras; medicinais; aromáticas; ornamentais; oleaginosas; madeireiras; apícolas; fibrosas; forrageiras; tóxicas/biocidas e ambientais.

Resultado 2.4 (transformado em Subprojeto 5 na Revisão C, em dezembro de 2002)

Resultado 2.5

- Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) aprovou, em 12 de junho de 2002, a Resolução nº 305/02. A Resolução disciplinou os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos ambientais competentes para o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que façam uso de organismos geneticamente modificados (OGM) e derivados, de modo que uma eventual liberação desses organismos não venha a comprometer a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica;
- De forma semelhante, criou, por meio da Instrução Normativa nº 4, de junho de 2003, o registro de instalação e operação de laboratórios, biotérios e casas de vegetação para fins de pesquisa em regime de confinamento de organismos geneticamente modificados;
- Participação nas discussões que culminaram com a edição do Decreto nº 4.680, de abril de 2003, que trata do direito à informação sempre que ingredientes alimentares destinados ao consumo humano e animal contenham ou sejam produzidos a partir de OGMs. Da mesma forma com relação à Medida Provisória nº 113, de março de 2003, transformada na Lei nº 10.688, de junho de 2003, que dispõe sobre normas de comercialização de soja da safra de 2003. E, ainda, no que diz respeito à Medida Provisória nº 131 de setembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004;
- Em novembro de 2003, o Congresso Nacional aprovou a adesão do Brasil ao Protocolo, com forte atuação do MMA nas diferentes etapas envolvidas na adesão. Este é o primeiro grande marco regulatório internacional sobre biossegurança, particularmente no que diz respeito ao controle transfronteiriço dos OGMs;
- Técnicos integram a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), desde a sua instalação, em junho de 1996, até o presente. A Comissão tem atribuições na área de biossegurança, particularmente no que se refere à formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Por meio de

reuniões mensais da Comissão, tanto Ordinárias, em Plenário, quanto das Subcomissões Setoriais Específicas das Áreas Vegetal e Ambiental os membros da CTNBio analisam, discutem e aprovam, ou não, solicitações para: (i) concessão de Certificados de Qualidade em Biossegurança (CQBs), (ii) liberação de OGMs em contenção (laboratório, biotério e Casa de Vegetação); (iii) liberação planejada de OGMs no meio ambiente; e (iv) Liberação de OGMs para fins de comercialização, entre outras;

- Relacionado à biossegurança de OGMs, em 2006, a Comissão de Biossegurança em Meio Ambiente, criada no âmbito do MMA, que conta com representantes do Ibama e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, reuniu-se seis vezes para analisar matérias relacionadas à temática de OGM, em especial os processos e Resoluções Normativas da CTNBio. Os representantes do MMA na CTNBio atuaram de maneira responsável, comparecendo a todas as reuniões, exceto uma, discutindo e relatando processos. No ano de 2006, a CTNBio analisou e decidiu sobre 430 processos. Cabe ressaltar que o MMA participou ainda de uma Sub-comissão extraordinária encarregada de realizar a revisão das Instruções Normativas. Ainda em 2006 foi criada, no Portal do MMA, uma página na Internet com ênfase para a segurança dos OGM, incluindo a legislação em vigor no país e artigos científicos, (www.mma.gov.br/biosseguranca). Também foi organizado um Curso de Capacitação em Biossegurança de OGM para técnicos, analistas e fiscais, a ser realizado no primeiro trimestre de 2007, em Cuiabá, MT.

Resultado 2.6

- **Em julho de 2005, pela Revisão "K", este Resultado foi excluído porque as atividades estão contempladas nos estudos do Subprojeto 01.**

Resultado 2.7

- O Ministério do Meio Ambiente, em 2006, continuava aguardando os avanços relativos à negociação do Projeto "Informação Taxonômica da Flora Neotropical, Essencial para sua Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios" a ser financiado pelo PNUD/GEF. Este Projeto beneficiará todos os países neotropicais e está sendo negociado em parceria entre o Brasil, a Colômbia e o México.

Resultado 2.8

- Subsídios às negociações internacionais sobre biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos discutidos com o Ministério das Relações Exteriores para transformá-los em posições nacionais.
- Participação da reunião aberta do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios derivados de sua utilização, conforme decisão V/26, da Conferência das Partes, realizada em Bonn, Alemanha, em outubro de 2001. As negociações culminaram com a aprovação das "Diretrizes de Bonn sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios derivados do seu uso". Essas diretrizes, cuja adoção se dará em base voluntária, serão utilizadas pelos países, particularmente aqueles que ainda não dispõem de legislação específica, como documento guia

para a preparação de legislação voltada para a matéria;

- Participação da Conferência da FAO que aprovou, o Tratado Internacional sobre Recursos Fito-genéticos para Agricultura e Alimentação, realizada em Roma, Itália, em outubro/novembro de 2001. O Tratado distingue-se por ser um documento que dará aos países participantes a oportunidade para o intercâmbio facilitado dentro do Sistema Multilateral (SM) e com regras conhecidas;
- Para prosseguir nas negociações que estão ocorrendo no âmbito dos Países Megadiversos e Afins, representante do MMA integrou a delegação brasileira na Reunião de Peritos do Grupo de Países Megadiversos e Afins sobre Desenvolvimento Institucional, em Kuala Lumpur, na Malásia, de 21 a 23 de julho de 2003. Esta, que foi a quinta reunião do grupo, logrou aprovar vários documentos de importância para os participantes, tais como: (i) Regras de Procedimento; (ii) Plano de Ação; (iii) Mecanismos de Financiamento e (iv) Declaração de Kuala Lumpur;
- O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Gerência de Recursos Genéticos, tem participado de uma série de eventos e negociações nacionais e internacionais, relacionadas à: (i) conservação dos recursos genéticos de raças locais, de variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies cultivadas, (ii) promoção do uso de seus componentes, (iii) conservação de espécies da agrobiodiversidade; (iv) edição de listas das espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção; (v) Convenção sobre Diversidade Biológica; (vi) Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; (vii) e Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação, no âmbito da FAO. Vale registrar que após uma longa negociação o Tratado Internacional foi ratificado pelo Congresso Nacional no dia 12 de abril de 2006. Essa aprovação deverá permitir ao País participar das negociações do Tratado, já na primeira reunião do Órgão Gestor do Tratado, na condição de Membro Efetivo e não de mero observador;
- Participação em palestras / debates e apoio a diversos eventos relacionados aos temas acima, com destaque para o resgate, conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade como: No 2º semestre de 2006 foram apoiada/os a 3ª Feira de Sementes Crioulas, (Anchieta, SC), V Jornada de Agroecologia (Cascavel, PR), o IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia (Porto Alegre/RS), o IV Congresso Brasileiro de Agroecologia (Belo Horizonte/MG); o Congresso Brasileiro de Agricultura Biodinâmica, em Maria da Fé, MG, o III Encontro Nacional de Agroecologia – ENA (em Recife, PE);

Resultado 2.9

- No final de 2004 foram conveniados 10 Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAs cujas metas/atividades começaram a ser executadas em 2005. Em visita de monitoramento aos projetos e áreas beneficiadas foram observados diferentes níveis de dificuldade na execução das atividades e metas previstas, sendo que, em algumas situações, sem prejuízo dos objetivos propostos inicialmente, recomendou-se a readequação de algumas metas, com vistas à melhoria dos resultados finais;
- Realização de oficina com representantes de 12 comunidades e supervisão da elaboração de 12 novas propostas de CIMAs, em fase de implementação;

- Participação no Grupo de Trabalho Interministerial e articulação com as comunidades para elaboração da proposta da Política Nacional. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a ser oficializada pela Presidência da República;
- Apoio, na forma de convênio de três experiências comunitários com o uso de plantas medicinais e fitoterápicos;
- Em fevereiro de 2006, foi realizado em Cruzeiro do Sul, AC, o Seminário dos Povos e Comunidades Tradicionais da Universidade da Floresta com objetivo de planejar ações da Universidade da Floresta integrando os saberes acadêmicos/científicos com os saberes tradicionais;
- Em 2006, teve continuidade a execução das atividades dos 11 Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAs e foi realizada oficina com representantes de comunidades e ONGs visando à elaboração de novas propostas de CIMAs, em fase de análise, visando assinatura de Convênio;
- Participação na implementação do Protocolo de Intenções do Projeto Piloto de Agroindústria de Fitoterápicos na Agricultura Familiar – AFAF e no Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Política/Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, oficializada pelo Decreto nº 5.813/06 da Presidência da República;
- Acompanhamento e apoio na implementação do Pólo de Biotecnologia para o Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade da Mata Atlântica por comunidades do Vale do Ribeira – SP;
- Participação na elaboração da proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Contribuição nas discussões no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais, do Ministério do Meio Ambiente;
- Em setembro de 2006, foi realizada a 2ª reunião de avaliação dos CIMAs onde discutiu-se o andamento da execução das atividades dos CIMAs por meio da troca de experiências; avaliados os avanços obtidos, os problemas pontuais e possíveis soluções; realizado o planejamento das ações futuras visando à consolidação e continuidade dos CIMAs;
- Apoio à realização de três eventos nacionais e um internacional envolvendo temáticas relacionadas à conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade (agroecologia/ melhoramento, biotecnologia e manejo da mandioca “espécie nativa do Brasil”/ sistemas agroflorestais/ etnobiologia);
- Publicação dos seguintes documentos: i) *Conservação e Uso Sustentável em Áreas Protegidas e Corredores: uma Contribuição para a Superação da Pobreza nos Biomas Caatinga e Cerrado*; ii) *Iniciativas Transversais do governo Brasileiro sobre Biodiversidade, Alimentação e Nutrição*.

Resultado 2.10

- Apoio à coleta de informações relativas à conservação *ex situ* e *in situ* de recursos genéticos, bem como dos recursos genéticos que são cultivados ou

utilizados por comunidades locais e populações indígenas, especialmente no que se refere às variedades de plantas cultivadas e às raças de animais crioulas (conservação *on farm*). Os dados obtidos contribuirão para que o Ministério possa, em parceria com as diversas áreas do governo e os diversos setores da sociedade, desenvolver políticas e propor ações voltadas à melhoria das condições de conservação dos recursos genéticos (coleções *in situ* e *ex situ*), à promoção do resgate e da troca e ao uso sustentável da agrobiodiversidade (*on farm*). Neste contexto, prioridade será dada para as espécies essenciais à segurança alimentar, bem como aquelas com potencial fitoterápico, em atendimento as necessidades básicas e culturais do ser humano;

- Elaboração e publicação do Livreto "Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas". O livreto foi lançado na COP-8, realizada de 20 a 31 de março de 2006, em Curitiba, PR;
- O sub-projeto: "Identificação e mapeamento da distribuição geográfica, situação de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* das variedades crioulas e dos parentes silvestres de espécies de plantas cultivadas e medidas necessárias para sua manutenção" teve por objetivo dar maior atenção e importância a estas variedades locais e aos parentes silvestres, todas ainda bastante negligenciadas, tanto pelo setor acadêmico-científico quanto pelas instituições diretamente voltadas ao melhoramento genético de muitas destas culturas. Nesta primeira etapa, o projeto tratou das culturas do *algodão*, *amendoim*, *arroz*, *cucúrbitas* (abóboras), *mandioca*, *milho* e *pupunha*. Ao final dos trabalhos foram realizados seminários de caráter multidisciplinar e interinstitucional para cada uma das culturas selecionadas, onde foram analisadas e avaliadas as atividades conduzidas em cada um dos sub-projetos, bem como as projeções futuras;
- Durante a COP 8, em Curitiba-PR, foi efetivado o lançamento de livreto relativo a esta iniciativa, denominado de "Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas". O setor acadêmico-científico e outras instituições de pesquisa que tratam do tema relacionado à conservação, uso e ameaças aos dos parentes silvestres, consideraram este projeto uma das importantes atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Para ampliar a divulgação dessa iniciativa organizou-se ainda, no Portal do MMA, um Site específico sobre o tema.

Resultado 2.11

- Com o objetivo de desenvolver uma estratégia para o controle das espécies exóticas invasoras o MMA, por meio do Probio, decidiu realizar um Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras no País. Para tanto, o Probio lançou uma Carta-Consulta para a Seleção de cinco instituições para o desenvolvimento de cinco subprojetos relacionados à: (i) espécies que afetam os ambientes terrestres; (ii) espécies que afetam os ambientes de água doce; (iii) espécies que afetam os ambientes marinhos; (iv) espécies que afetam os sistemas de produção (agricultura, pecuária e silvicultura); e (v) espécies que afetam a saúde humana. As instituições selecionadas foram: (i) a The Nature Conservancy para o desenvolvimento dos trabalhos relacionados ao levantamento das informações relativas às espécies de ambientes terrestres, cujas ações foram desenvolvidas pelo Instituto Hórus; (ii) Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas – Fundespa, para o levantamento das espécies de

ambientes marinhos; (iii) Fundação Arthur Bernardes – Funarbe, para a identificação das espécies que afetam os ambientes aquáticos continentais (água doce); (iv) Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, para o levantamento dos dados relativos aos sistemas de produção; e finalmente (v) Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec, cuja execução ficou a cargo da Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz;

- Os resultados indicaram a existência de 543 espécies que afetam diretamente os diferentes sistemas, sendo: 176 nos ambientes terrestres; 66 no ambiente marinho; 49 em águas continentais; 155 que afetam os sistemas de produção; e 97 que afetam a saúde humana. Este é o primeiro diagnóstico nacional relacionado à distribuição destas espécies e à capacidade instalada no País para tratar o problema;
- Em fase de aprovação pela Conabio, a criação da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras. A aludida Câmara desenvolverá suas atividades no âmbito daquela Comissão. Por meio da Câmara Técnica serão conduzidas discussões interdisciplinares (setor privado, ONGs, setor público e sociedade), voltadas à legislação do tema espécies invasoras; à elaboração de normas legais e à políticas públicas, inclusive visando a implementação das decisões da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, relacionadas às espécies exóticas invasoras; Em outubro de 2005, o MMA e o IBAMA realizaram, em parceria com a Fiocruz, Embrapa, Universidade Federal de Viçosa, Instituto Oceanográfico da USP, TNC e Instituto Hórus, o Primeiro Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras. O simpósio contou com 417 participantes, originados de sete países: África do Sul, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Jamaica, Nova Zelândia e Portugal. As instituições brasileiras participaram com um grande número de especialistas, com representatividade das cinco grande regiões geopolíticas brasileiras: 66 da Região Sul; 121 da Região Sudeste; 188 da Região Centro-Oeste; 18 da Região Nordeste e 15 da Região Norte;
- O Ministério do Meio Ambiente – MMA vem desenvolvendo uma série de ações voltadas às espécies exóticas invasoras, com prioridade para a prevenção e detecção precoce, erradicação, controle e/ou manejo (dependendo se a espécie é ou não utilizada economicamente) e monitoramento. Para tanto, o MMA coordenou a realização de um Informe Nacional sobre as Espécies Exóticas Invasoras, com dois Diagnósticos, sendo um sobre “Espécies Exóticas Invasoras Atuais e Potenciais” e outro sobre “Estrutura Existente no País para a Prevenção e Controle”. Esse levantamento contou com a participação de inúmeras instituições de âmbito governamental e não-governamental;
- As ações foram conduzidas, fundamentalmente, pela The Nature Conservancy/Instituto Hórus; Instituto Oceanográfico – IOUSP; Universidade Federal de Viçosa; Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e Fundação Oswaldo Cruz – Ficruz. De acordo com o Informe, 543 espécies foram consideradas na condição de exóticas invasoras, sendo: 176 de organismos que afetam o ambiente terrestre; 66 que afetam o ambiente marinho; 49 que afetam as águas continentais; 155 que afetam os sistemas de produção; e 97 que afetam a saúde humana. Por ocasião da última solenidade do Dia Internacional da Biodiversidade, em maio de 2006, o Ministério do Meio Ambiente e o Programa Global de Espécies Invasoras – GISP, com sede na África do Sul, assinaram Memorando de Entendimento visando desencadear, em âmbito nacional e internacional, um processo voltado para o monitoramento e controle mais efetivo das espécies exóticas invasoras, inclusive com apoio às ações das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Em agosto

de 2006, foi aprovada, no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio, a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras. Além disso, com o objetivo de inserir ações de transversalidade no trato deste tema e de buscar maior participação dos diversos setores do Governo Federal e dos diferentes segmentos da sociedade para uma cobertura mais abrangente deste processo, o MMA elaborou uma primeira versão de uma Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Durante a COP 8, foi lançada, em Curitiba, PR, publicação com informações sobre as ações que estão sendo empreendidas pelo MMA nesse tema. Em 2006, foi ainda reorganizado, ampliado e atualizado o Site sobre espécies exóticas invasoras, dentro do Portal do MMA.

Resultado 2.12

- Participação nas reuniões preparatórias e elaboração de documentos sobre os temas da agenda da COP 8 e da MOP 3, coordenado pelo MRE;
- Participação na COP 8 e na MOP-3, reunião realizada de 13 a 17 de março de 2006, na qual foram tomadas decisões sobre os requisitos em termos de informações que devem constar da documentação que acompanha o carregamento com grãos OGM.

Resultado 2.13

- O Congresso Nacional aprovou, em 12 de abril de 2006, a adesão ao Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação, que tinha sido aprovado, em novembro de 2001, pela Conferência da FAO. O Tratado entrou em vigor para o Brasil em 11 de julho de 2006. O Brasil participou na posição de membro, da I Reunião do Órgão Gestor do Tratado, realizada em Madri, Espanha, de 12 a 18 de junho de 2006.

4.4.1.3 Objetivo Imediato 3

No que diz respeito aos esforços empreendidos pelos agentes públicos e privados no sentido de recuperar e manter a exploração dos estoques pesqueiros em níveis sustentáveis para gerar impactos positivos no meio ambiente e na qualidade de vida da população, constam dos documentos as seguintes realizações:

Resultado 3.1

- Estudos teóricos visando desenvolver o quadro teórico para o Sistema de Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros ;
- Estudo teórico visando definir indicadores de sustentabilidade para o uso dos recursos pesqueiros (os indicadores propostos foram definidos como indicadores do Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis 2004 – 2007);
- Levantamento bibliográfico sobre recursos de uso comum e co-gestão no uso dos recursos pesqueiros;
- Elaboração de base de textos referentes a recursos de uso comum e co-gestão no uso dos recursos pesqueiros.
- Atividades preparatórias e de subsídio à realização dos estudos técnicos, Informações do estado-da-arte de recursos pesqueiros sobreexplorados aportadas em fóruns de discussão participativos com a sociedade, coordenados

pelo Ibama.

- Os estudos produzidos pelo projeto GEF Mangue representaram igualmente contribuição relevante aos estudos em tela.

Resultado 3.2

- Versão preliminar do documento base para o Sistema de Gestão do Uso dos recursos Pesqueiros;
- Em parceria com o Ibama, oficina de gestão compartilhada de recursos pesqueiros e duas oficinas de capacitação para fortalecimento institucional na gestão desse recursos, como etapas previstas para o planejamento e estruturação do modelo de Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros. Elaborados documentos técnicos de subsídio às discussões temáticas previstas para os eventos e os resultados obtidos foram empregados no preenchimento de lacunas referentes a elaboração e implementação participativa do Sistema de Gestão em tela. Foram implantados e contribuem para a formação dos sistemas de gestão de recursos pesqueiros os seguintes colegiados: (i) Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta (CGSL); (ii) Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Sardinha (CGSS); (iii) Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Pesca na Bacia Amazônica (iv) GT Isca Viva (da pesca de atum);
- Proposta de Plano de Combate a Pesca Predatória, com previsão de articulação interministerial para sua execução, e proposta preliminar de um Programa Nacional de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros, que deverão colaborar para estruturar o Sistema.

Resultado 3.3

- Versão preliminar do Plano de Gestão dos Recursos Lagosteiros;
- Estudos básicos para o plano de gestão ecossistêmica das pescarias de arrasto da Região Sul, em elaboração;
- Atividades relacionadas a elaboração de planos de gestão e recuperação para os recursos pesqueiros, sob a coordenação do Ibama, de acordo com a IN MMA nº 05/2004 atualizada por meio da IN MMA nº52/2005. As atividades incluíram os trabalhos de comitês gestores do uso de recursos pesqueiros sobreexplotados coordenados pelo Ibama, a exemplo da sardinha e da lagosta, a elaboração do Plano de Gestão da Lagosta, o GT Isca viva e o planejamento e o lançamento de edital do FNMA para os planos de recuperação e gestão, de forma a atender a determinação de participação dos diversos atores envolvidos. Os resultados alcançados com o Edital FNMA 02/2006 ficaram aquém do esperado, e nova estratégia deverá ser apoiada em 2007 para a elaboração dos planos referidos.
- Atualização da legislação sobre o uso da Piramutaba, do Camarão da Costa Norte e das Lagostas;
- Revisão da legislação sobre o uso dos recursos pesqueiros objeto de captura pela pesca esportiva;
- Revisão da legislação sobre o acesso e uso das pescarias dos seguintes recursos: caranguejo uçá, camarão, pargo, lagosta, sardinha, manjuba, cherne poveiro, tambaqui, pirarucu, acari. Além disso foram editadas normas com

abordagem para grupos de espécies – peixes ornamentais, abordagem para espécies alvo de determinados petrechos, abordagem geográfica, por bacia hidrográfica e de acordos de pesca para a gestão de recursos de forma compartilhada e participativa. A lista nacional de espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçadas de extinção e sobreexploradas (IN MMA nº 05/2004) foi atualizada por meio da IN MMA nº 52/2005. Foi dada continuidade a revisão de legislação referente à introdução, reintrodução e transferência de espécies exóticas no âmbito de GT Conama e conduzida, junto a outro GT Conama, a elaboração de resolução que definirá normas para o licenciamento ambiental em atividades de aqüicultura;

- Revisão da legislação sobre o acesso e uso das pescarias para determinados recursos sobreexplorados ou ameaçados de sobreexploração. Realizada reunião para colher subsídios junto aos atores relevantes para a revisão da legislação pesqueira na Bacia Amazônica. Foram estabelecidas medidas e regulamentações para a gestão sustentável de recursos pesqueiros em reuniões dos seguintes colegiados: (i) Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta (CGSL); (ii) Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Sardinha (CGSS); (iii) GT Isca Viva (da pesca de atum). Foi obtida a proposta concensuada, estabelecida em dezembro de 2006 entre o MMA/IBAMA e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), do PLC da Pesca 29/2003, que substitui e atualiza o Decreto-Lei No. 221/67.

Resultado 3.5

- Participação nas reuniões plenárias da Comissão Internacional para Conservação do Atum do Atlântico dos anos de 2001 e 2002;
- Participação na elaboração dos instrumentos normativos que regulam a pesca de atuns e afins;
- A principal reunião internacional ocorrida no período foi a da Conferência de St. Johns, Canadá, sobre governança de pesca em alto mar e o acordo de pesca da ONU/95, da qual o MMA participou. Os resultados da Conferência não obstante falharem quanto ao alcance de consenso das Partes, trouxeram avanços importantes em temas como pesca ilegal, não regulamentada e não reportada, direitos de países com pesca de alto mar em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, ampliação e fortalecimento de organizações regionais de manejo de pesca na governança de pescarias de alto mar e o manejo ecossistêmico das pescarias.
- Participação de reunião da FAO, Roma, sobre abordagens interdisciplinares para o acesso a pescarias de pequena escala e o seu papel na segurança alimentar, diminuição da fome e uso sustentável dos recursos.
- Com relação às reuniões da ICCAT, o MMA esteve presente nas reuniões preparatórias junto ao Ministério das Relações Exteriores e as normas emanadas da ICCAT entram em vigor 06 meses após a reunião e são editadas no país pela SEAP, por ser sua área de competência.

4.4.1.4 – Objetivo Imediato 4

de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal, constam dos documentos as seguintes realizações:

Resultado 4.1

- Consultas aos documentos resultantes dos workshops do Probio como base para criação de novas áreas;

- Elaboração de documentos base para a Política Nacional de Áreas Protegidas por bioma;
- Criação do Grupo de Trabalho (GT) Ministerial para elaborar o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), por meio da Portaria MMA nº 044/2005. O GT trabalhou durante o ano de 2005 numa dinâmica de 15 reuniões e oficinas participativas, com a contribuição de mais de 400 participantes, entre especialistas, gestores de unidades de conservação, lideranças de organizações e movimentos sociais e elaborou o documento a ser disponibilizado para consulta pública;
- Consulta pública, em 2006, do Plano Nacional de Áreas Protegidas, por meio do Fórum Nacional de Áreas Protegidas;
- Publicação do Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
- Instalação da Comissão Coordenadora Nacional do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.

Resultado 4.2

- Publicação da 3ª edição do "Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC" para distribuição durante a I Conferência Nacional do Meio Ambiente, (28 a 30 de novembro de 2003, em Brasília – DF);
- Publicação do Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002 regulamentando a Lei nº. 9.985/00 de 12/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc;
- Edição, publicação e distribuição da cartilha para divulgação do Decreto nº. 4.340/02;
- Participação na "Mesa Redonda sobre APAs marinhas – subsídios para a regulamentação dessa categoria", (9-12 de novembro de 2002, Tamandaré-PE);

Resultado 4.3

- Contatos em todos os estados com instituições responsáveis pela gestão de áreas protegidas, a respeito dos dados já existentes de unidades de conservação estaduais e municipais. Os dados obtidos foram tabulados e organizados em um cadastro preliminar;
- Em 2005, foi implantado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação no âmbito federal e estadual, bem como disponibilizadas informações no site [www.mma.gov.br/cadastro_uc.;](http://www.mma.gov.br/cadastro_uc;)
- Em 2006, o sistema de gerenciamento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, foi reformulado;
- Inclusão de todas as unidades de conservação federais e cadastramento de órgãos gestores estaduais e municipais;
- Emissão de relatório sobre a implementação do Sistema Federal de Unidades de Conservação;
- Atualização da site do Cadastro Nacional de Unidade de Conservação, www.mma.gov.br/cadastro_uc;
- Elaboração do protótipo do Portal do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

Resultado 4.4

- Elaboração e publicação do "Atlas de Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras", MMA, 2003. A publicação do Atlas incluiu atividades de elaboração de textos técnicos, de *design* e editoração dos Mapas Temáticos. Outros materiais relacionados ao Atlas foram confeccionados por *designer* para divulgação da publicação: marcador de livro com texto do Atlas, *banner* para o lançamento do Atlas, convite para o lançamento do Atlas, apresentação em *power-point* para o lançamento e *Site* do Atlas;
- Mapeamento dos corais das UC's marinhas e costeiras do nordeste do Brasil para determinação de representatividade destes ecossistemas;
- Workshop de integração dos dados de mapeamento dos recifes de coral, 3ª etapa do projeto "Estudos nos recifes de coral brasileiros: treinamento e aplicação de técnicas de mapeamento por sensoriamento remoto" ;
- Reuniões de articulação com o Ibama para estabelecimento de critérios para priorização das unidades de conservação a serem criadas;
- Participação do grupo de trabalho para aprovação do projeto "Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa" para definir critérios para criação de novas áreas protegidas na Amazônia;
- Criação de 30 unidades de conservação de uso sustentável, totalizando 4.6 milhões de hectares e 16 UC's de proteção integral, totalizando 6.0 milhões de hectares;
- Apoio à criação e ampliação de unidades de conservação federais por meio de negociações, análise e parecer técnico sobre processos de criação de UCs;
- Análise e encaminhamento ao Ibama os pleitos da sociedade civil referentes à criação de unidades de conservação;
- Criação de 02 unidades de conservação federais de uso sustentável e 01 de proteção integral;
- Ampliação de 01 unidade de conservação federal de proteção integral;
- Acompanhamento da elaboração, divulgação e capacitação do edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA "Apoio à gestão integrada em Unidades de Conservação de proteção integral e Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN" ;
- Articulação e acompanhamento do Workshop para Definição do Corredor Ecológico da Caatinga que teve como resultados a determinação da área do corredor e suas principais linhas estratégicas (11 a 13 julho 2002);
- Acompanhamento da elaboração, divulgação e capacitação do edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA "Fortalecimento da Gestão Participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável" Edital FNMA 03/2003;
- Análise do Decreto sobre o Serviço de Voluntariado nas Unidades de Conservação para estabelecer adequações para a elaboração de portaria sobre o tema;
- Acompanhamento da elaboração, divulgação e capacitação dos editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica – Probio: "Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos";
- No ano de 2005, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no âmbito federal, foi ampliado em 6,2 milhões de hectares, resultante da criação de 20 unidades federais: duas Estações Ecológicas: Mata Preta/SC e Terra do Meio/PA; quatro Florestas Nacionais: Ibura/SE, Palmares/PI, Anauá/RR e Balata-Tufari/AM; quatro Parques Nacionais: Serra do Pardo/PA, Araucárias/SC, Chapada das Mesas/MA, Serra da Itabaiana/SE; uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Itatuã-Baquió; uma Reserva Biológica: Serra do Cachimbo/PA; e oito Reservas

Extratrivistas: Ipaú-Anilzinho/PA, Arióca Pruanã/PA, Caetéperacu/PA, Arai-Peroba/PA, Gurupi-Piriá/PA, Tracuateua/PA, riozinho da Liberdade/AC e AM, Mapuá/PA;

- No ano de 2006, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no âmbito federal, foi ampliado em 11.026.776,05 ha, resultante da criação de 22 unidades federais: Área de Proteção Ambiental do Tapajós/PA; Estação Ecológica da Guanabara/RJ; quatro Florestas Nacionais: Amaná/PA, Crepori/PA, Jamanxim/PA, Trairão/PA; cinco Parques Nacionais: Araguaia/PA, Juruena/AM/MT, Rio Novo/PA, Campos Amazônicos/AM/RO/MT, Campos Gerais/PR; duas Reservas Biológicas: Araucárias/PR, Perobas/PR; oito Reservas Extrativistas: Recanto das Araras de Terra Ronca/GO, Arapixi/AM, Canavieiras/BA, Lago do Cedro/GO, Rio Inini/AM, Rio Iriri/PA, Terra Grande/PA, Gurupá-Melgaço/PA e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas/PR.

Resultado 4.5

- Em 2003, identificadas fontes de financiamento para projetos relativos a áreas protegidas;
- Disponibilização no site da Diretoria de Áreas Protegidas fontes de financiamento para projetos relativos à áreas protegidas;
- Divulgação, para os gestores de Sítios Ramsar, das iniciativas de financiamento da Convenção de Ramsar: "Wetlands For the Future" e "Small Grants Fund";
- Aprovação do financiamento pela "Society of Wetlands Scientists" para desenvolvimento do projeto "World Wetlands Day in Brazil: outreach activities";
- Aprovação do financiamento pela "National Fish and Wildlife Foundation" para desenvolvimento do projeto "Northeastern Brazil Coral Education";
- Aprovação da proposta de financiamento ao projeto "Consolidação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil" pelo Fundo das Nações Unidas – UNF;
- Realização, em maio de 2004, de reunião de acompanhamento dos 26 projetos que compõem as duas Redes de Pesquisa. Nessa reunião foram apresentados os primeiros resultados das pesquisas realizadas;
- Gestão junto aos parlamentares que elaboraram emenda de 3.5 milhões para o segmento ambiental do Programa Antártico Brasileiro, atividade que envolveu as instituições parceiras do Programa e intensa negociação interna;
- Visita técnica à Antártica para o acompanhamento do trabalho de campo de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito das Redes de Pesquisa sobre mudanças ambientais na Antártica, além da identificação de impactos existentes ou potenciais, resultantes das atividades brasileiras na Região Antártica, sejam elas científicas ou logísticas;
- Elaboração de relatórios internacionais sobre a Avaliação de Impacto Inicial das Atividades Brasileiras na Antártica;
- Participação em inúmeras reuniões de colegiados do Sistema Antártico Brasileiro;
- Participação do Grupo de Trabalho de Reengenharia dos Processos de Gestão Administrativa (RGA), coordenado pela Fundação Getúlio Vargas, para o Programa Antártico Brasileiro;
- 28 convênios celebrados entre o MMA e prefeituras municipais, governos estaduais, autarquias federais e ONG's visando à criação, implementação e consolidação de unidades de conservação, bem como para a realização de seminários, workshops e outros estudos relacionados à conservação *in situ* e suas relações com as atividades humanas;

- Articulação com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, possibilitando emendas destinadas à ampliação do SNUC, as quais foram aprovadas nos seguintes valores: 2001: R\$ 8.755.136,00; 2002: R\$ 52.000.000,00; 2003: R\$ 20.500.000,00;
- Em 2006, foi elaborado um projeto para a conservação da biodiversidade em terras indígenas para obtenção de recursos do *Global Environment Facility* – GEF.
- Criação do Fundo de Áreas Protegidas da Amazônia que já captou cerca de 10 milhões de dólares.

Resultado 4.6

- Avaliação dos documentos (incluindo as Resoluções da Convenção) discutidos e/ou aprovados durante as seguintes reuniões internacionais relativas à Convenção de Ramsar;
- Avaliação dos documentos discutidos e/ou aprovados nas reuniões internacionais relativas ao Programa Antártico;
- Avaliação dos documentos produzidos pelo "Ad hoc Technical Expert Group on Marine and Coastal Protected Areas" grupo assessor da Convenção de Diversidade Biológica;
- Resposta ao questionário sobre áreas protegidas enviado ao PNUMA "Proyecto Áreas Naturales Protegidas 2002 – PNUMA – Informe sobre el estado actual de las áreas naturales protegidas na América Latina y el Caribe";
- Encaminhamento ao Secretariado da Convenção de Ramsar indicação da RPPN do SESC Pantanal (MT) como Sítio Ramsar;
- Coordenação da elaboração de um projeto ambiental visando à avaliação de mudanças ambientais na Antártica, seus impactos globais e local, em parceria com o CNPq/MTC e SeCIRM. O projeto tem duas linhas de ação, na forma de duas redes de pesquisa: monitoramento dos indicadores ambientais básicos para avaliação do impacto local causado pelas atividades do PROANTAR na Antártica e mudança ambiental global e seu impacto no território brasileiro;
- Sistematização das informações para elaboração de *site* da internet sobre o Programa Antártico Brasileiro;
- Sistematização das informações para elaboração de *folder* sobre a Rede de Pesquisas sobre Mudanças Ambientais Globais e Programa de Monitoramento Ambiental;
- Criação do *site* com informações sobre o Programa Antártico Brasileiro;
- Criação e elaboração do *folder* sobre a Rede de Pesquisas sobre Mudanças Ambientais Globais e Programa de Monitoramento Ambiental;
- Participação em expedição à Estação Antártica Brasileira para avaliação ambiental dos projetos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa;
- Elaboração de parecer técnico para análise de impacto ambiental por projetos científicos a serem desenvolvidos na Antártica, no âmbito do Grupo de Avaliação Ambiental do Proantar;
- Elaboração do relatório internacional sobre a Avaliação de Impacto Inicial das Atividades Brasileiras na Antártica;
- Elaboração do relatório sobre a Área Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado (AAEG) para apresentação durante a ATCM;
- Realização de reuniões com corpo diplomático do MRE para tratar de documentos e posição brasileira para reuniões da Convenção de Ramsar;
- Elaboração e encaminhamento ao Secretariado da Convenção de Ramsar do Informe Nacional sobre a Implementação da Convenção de Ramsar no Brasil para apresentação durante a COP 8;

- Elaboração do Informe Periódico sobre a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial – UNESCO;
- Elaboração e apresentação da proposta brasileira para o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas para o Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio para subsidiar a delegação brasileira na 9ª. Reunião do SBSTTA (CDB), (24 de outubro, Brasília – DF);
- Elaboração dos subsídios técnicos para a Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável – ICAC;
- Confecção do relatório “Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas no Brasil” para subsidiar reunião sobre o tema durante o V Congresso Mundial de Parques, (8 a 19 setembro, Durban – África do Sul);
- Realização de reuniões com corpo diplomático do MRE para tratar de documentos e posição brasileira para reuniões do Comitê de Proteção Ambiental do Tratado da Antártica;
- Realização de reuniões com corpo diplomático do MRE para tratar de documentos e posição brasileira para reunião do Tratado da Antártica, realizada em Madri, Espanha, em junho de 2003;
- Participação no Grupo de Contato Intersessional sobre Estado do Meio Ambiente, liderado pela Austrália e preparação de documento apresentado na reunião do Comitê de Proteção Ambiental;
- Participação no Grupo de Contato Intersessional sobre revisão do Anexo II do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção Ambiental – Protocolo de Madri, liderado pela Argentina;
- Participação dos trabalhos intersessionais da Rede de Encarregados Ambientais Latino-americanos – REAL para apresentação de documento durante a Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos – RAPAL;
- Participação do *Steering Committee* da Rede de Agentes Ambientais Antárticos – AEON, do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos – COMNAP;
- Participação na viagem no âmbito da cooperação técnica entre o governo brasileiro e francês (MMA, Ibama e Federação de Parques Naturais Regionais da França), incluindo a participação no seminário França-Brasil “Por um programa de parceria para os espaços protegidos” (set 2002);
- Participação nas seguintes reuniões internacionais relativas ao Programa Antártico;
- Realização de visita oficial aos Sítios Ramsar do estado do Maranhão (12 a 17 de março/2002) acompanhando a Coordenadora Regional para as Américas da Convenção de Ramsar, a sra. Margarita Astrálaga;
- Participação do seminário “Estratégia para o Programa de Cooperação em Desenvolvimento entre os Países Baixos e o Brasil”, (Brasília, 5 e 6 de março);
- Participação em reuniões internacionais relativas à Convenção de Ramsar;
- Participação no workshop internacional “Abordagem de inter-relações para o manejo de zonas úmidas – melhores práticas, conscientização e capacitação”, (27 a 30 de outubro, Poconé – MT);
- Coordenação do evento paralelo “Áreas Protegidas Brasileiras” durante o V Congresso Mundial de Parques, (8-19 setembro, Durban – África do Sul);
- Participação e coordenação da reunião do Conselho da “*Red Latino Americana de Cooperación Técnica en Parques Nacionales, otras Áreas Protegidas, Flora y Fauna Silvestres* – REDLAC”, durante o V Congresso Mundial de Parques, (8 a 19 setembro, Durban – África do Sul);
- Participação da “Oficina Sul-americana para Ampliação da Iniciativa Melhorando Nossa Herança a todos os Sítios do Patrimônio Mundial Natural da América Latina”, (4 a 6 de agosto, Quito – Equador);
- Participação do “I Seminário Internacional sobre Recifes Artificiais Marinhos” e

“workshop do GT interministerial sobre recifes artificiais marinhos”, (13 a 15 de novembro, Rio de Janeiro – RJ);

- Participação no “V Congresso Mundial de Parques”, (8 a 19 de setembro, Durban – África do Sul);
- Participação no Programa “*International Visitor – Conservation and management of marine and coastal biodiversity*”, (17 de março a 04 de abril, EUA);
- Participação na Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM) e na reunião do Comitê de Proteção Ambiental, realizadas em Madri, Espanha, em junho de 2003;
- Participação na Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos - RAPAL, realizada em Montevidéu, Uruguai, em setembro de 2003;
- Coordenação do projeto “Dia Mundial das Zonas Úmidas no Brasil: atividades de conscientização”, desenvolvido em parceria com o Programa Nacional de Educação Ambiental/PNEA e IBAMA e criação de material educativo (folder e banner) para a ocasião (fevereiro 2003);
- Participação no curso “International Course on Wetland Management” (Lelystad, Holanda, 21 ago a 2 out 2002) a convite da Embaixada dos Países Baixos no Brasil;
- Realização do levantamento de pesquisadores em todas as instituições de ensino superior que desenvolvem atividades com as zonas úmidas;
- Coordenação das reuniões do Sr. Alain Lambert, *senior trade and development advisor*, da Convenção de Ramsar com as Secretarias do MMA e com o MRE e organização de seminário onde Alain Lambert proferiu palestra sobre “Mecanismos de Financiamento para Zonas Úmidas”, (11 de agosto, Brasília – DF);
- Coordenação e acompanhamento das reuniões entre setores do MMA e MRE e Sr. Peter Bridgewater, Secretário Geral da Convenção de Ramsar para discutir a implementação do tratado no país;
- Publicação do livro infanto-juvenil “Mundo de Água” que traz informações sobre zonas úmidas. Esse livro resulta do projeto de conscientização pública no Dia Mundial das Zonas Úmidas (2 de fevereiro);
- Participação do seminário “Mangrove 2003”, (20 a 24 de maio, Salvador – BA);
- Criação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas por meio do Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2003;
- Reunião intersetorial (Governo e ONGs) para anúncio da criação e discussão de propostas para o Comitê Nacional de Zonas Úmidas, (24 de outubro, Brasília – DF);
- Reunião extraordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas – CNZU para fornecer subsídios a delegação brasileira na COP 9;
- Participação de delegação brasileira na COP 9 de Ramsar, em Kampala, Uganda, novembro 2005, com coordenação do evento paralelo “Iniciativas transfronteiriças nas áreas úmidas da América Latina” e apresentação da iniciativa sul-americana na Bacia do Prata;
- Início da primeira fase da elaboração do diagnóstico das zonas úmidas brasileiras;
- Participação na reunião sobre instrumentos para implementação dos Acordos Multilaterais Ambientais, no México, em fevereiro de 2005, organizado pelo PNUMA: a delegação brasileira participou ativamente das discussões e contribuiu com o documento, relatando casos bem sucedidos e instrumentos nacionais para a implementação dos acordos ambientais multilaterais;

- Participação no Congresso "Estrategias para la conservación de Áreas Naturales Protegidas de designación internacional: Reservas de la Biosfera, Sitios del Patrimonio Mundial y Sitios RAMSAR en Iberoamérica" - 25 a 28 de outubro de 2005, em Xalapa – México. O Brasil apresentou a palestra "estratégia nacional para integrar a gestão de reservas da biosfera, sitios ramsar e sitios do patrimônio mundial natural;
 - Conclusão da primeira fase do diagnóstico das zonas úmidas brasileiras;
 - Participação na "Reunión Sistema de Humedales Paraguay-Paraná: por un programa de sustentabilidad" e do 1o Encuentro de la Cuenca del Plata por una Cultura de agua" (Buenos Aires e Entre Ríos/Argentina, setembro 2006) que teve como objetivo dar continuidade ao processo de desenvolvimento de um Programa de Sustentabilidade para as Zonas Úmidas da Bacia do Prata;
 - Participação no "I TALLER RED 406 RT0285 – Efectos de los cambios globales sobre los humedales" onde foi apresentada a palestra "A Antártica, mudanças climáticas e influência no Brasil" e discutidos indicadores dos efeitos de mudanças climáticas nos ecossistemas alagados.
-
- Acompanhamento técnico do "Projeto de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil - Projeto Reef Check" nas unidades: APA Ponta da Baleia/Abrolhos, Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha;
 - Elaboração do artigo "Coral Reef Conservation Campaign" aceito no Coastal Zona 03, Baltimore-EUA, julho 2003;
 - Organização e participação na 1ª Oficina sobre Diretrizes de Montanhismo e Escalada em Áreas Protegidas, (22 e 23 de novembro, Rio de Janeiro – RJ);
 - Proferida palestra "O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – 1 ano de existência" no "1º. Simpósio de Áreas Protegidas: pesquisa e desenvolvimento sócio-econômico" (Pelotas, 3 a 5 outubro 2001);
 - Palestra "Estratégias para a Conservação da Biodiversidade: Sítios Ramsar" no "4º Encontro Nacional de Biólogos – 2º Encontro de Biólogos do CRBio 4 – 1º Encontro de Biologia de Ouro Preto" (Ouro Preto, 17 e 18 outubro 2002);
 - Elaboração dos subsídios técnicos para a confecção de selo comemorativo sobre o tema "Ecossistemas de Recifes Coralíneos" para a Comissão Filatélica Nacional (incluindo textos explicativos e organização de elementos visuais);
 - Proferida palestra "Formação básica, capacitação e voluntariado em unidades de conservação" no "III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação" (Fortaleza, 22 a 26 setembro 2002);
 - Palestra "Conduta Consciente em Ambientes Recifais" no "III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação" (Fortaleza, 22 a 26 setembro 2002);
 - Acompanhamento técnico e viabilizado o convênio com a ONG Synthesis para elaboração de documentos técnicos "Diagnóstico preliminar das unidades de conservação costeiras e marinhas de SC – a visão dos gerentes" para subsidiar a implantação do projeto de Gestão Integrada de UC's marinhas e costeiras de Santa Catarina;
 - Workshop para harmonização de dados da 3ª. fase do projeto "Estudos nos recifes de coral brasileiros: treinamento e aplicação de técnicas de mapeamento por sensoriamento remoto" - 25 participantes - Tamandaré/PE.
 - Apoio à coordenação do Programa Reef Check no Brasil: treinamento de gestores de unidades de conservação marinhas e costeiras (parceria com o Projeto Recifes Costeiros, CEPENE/IBAMA) - 26 e 27/12/2002;
 - Capacitação nos editais do FNMA e PROBIO: "Apoio à gestão integrada em Unidades de Conservação de proteção integral e Reservas Particulares do

- Patrimônio Natural - RPPN” e “Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos”;
- Seminário internacional: “Voluntários nos Parques do Brasil” - 4 e 5/12/01;
 - Criação, elaboração, editoração e publicação do “Manual do Voluntariado” e um CD destinados a auxiliar gestores de UC’s interessados em implementar programas de voluntariado em suas unidades;
 - Implantação do projeto piloto de voluntariado no Parque Nacional da Tijuca – RJ.
 - Promulgação do Decreto nº 4.519 de 13/12/2002, autorizando o emprego de voluntários em UCs federais;
 - Coordenação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 17, de 14/01/2002 para execução do Projeto “Gestão integrada das unidades de conservação costeiras e marinhas de Santa Catarina”;
 - Assessoria à implantação de projeto de gestão integrada das UC’s marinhas e costeiras do litoral sul de São Paulo e litoral norte de Paraná (fevereiro 2003).
 - Seminário para apresentação dos produtos/resultados do Projeto “Gestão Integrada das Unidades de Conservação Marinhas e Costeiras de Santa Catarina”, (11 de agosto, Brasília – DF);
 - Articulação da instalação de mosaico das UCs costeiras e marinhas do litoral sul de SP e norte do PR, por meio de participação em reuniões e confecção de minuta de portaria para instalação do GT;
 - Coordenação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais, com a realização de um workshop para consulta aos gestores de unidades de conservação marinhas e costeiras. (Tamandaré/PE, 30/11 e 1/12);
 - Idealização de ampla divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais nas unidades de conservação do nordeste brasileiro, OEMA’s dos estados nordestinos e outros parceiros;
 - Criação e elaboração de material de divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais (folder, banner, cartaz, livreto, apresentação em *Power Point*) e disponibilização da Campanha em diversos *sites*;
 - Continuação das ações de divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais com a publicação do livro da Campanha em inglês;
 - Participação na *Adventure Sports Fair* – divulgação e identificação de parceiros para a campanha “Conduta Consciente em Ambientes Naturais”, (12-16 de novembro, São Paulo – SP);
 - Idealização da divulgação aos pesquisadores antárticos da Campanha de Conduta Consciente no Ambiente Antártico (folder);
 - Criação e elaboração do material de divulgação da Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Naturais (folder, mini-cartilha, cartaz, CD-Rom, apresentação em *Power Point*) e disponibilização da Campanha em diversos *sites*;
 - Representação do MMA no GT Interministerial sobre recifes artificiais marinhos;
 - Elaboração de subsídios técnicos para a revisão do Plano Setorial de Recursos do Mar – PSRM, coordenado pela Comissão Interministerial de Recursos do Mar – CIRM;
 - Participação na reunião para discussão do documento “Avaliação dos possíveis impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no banco dos Abrolhos e adjacências”, (19 de maio, Salvador – BA);
 - Realização do acompanhamento técnico sobre o processo de leilão de células para prospecção e exploração de petróleo sobre o Banco de Abrolhos e adjacências com elaboração de Moção para o CONAMA;

- Foram realizadas atividades para implementação de instrumentos, normas e procedimentos de gestão do SNUC.

4.4.1.5 – Objetivo Imediato 5

associado e outras ações da sua competência, constam dos documentos as seguintes realizações:

Resultado 5.1

- Criação, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e o Departamento do Patrimônio Genético, que exercerá a função de Secretaria Executiva do Conselho, por meio da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23.08.2001;
- Realização de 16 Reuniões Ordinárias e três Extraordinárias do Conselho;
- Realização de 94 reuniões das Câmaras Temáticas do Conselho;
- Credenciamento de 6 instituições como fiéis depositárias do patrimônio genético nacional;
- Participação em 17 eventos nacionais como ouvinte, debatedor ou palestrante, constituindo-se em forma efetiva de divulgação das atividades do Conselho;
- Publicação de 9 Resoluções, 54 Deliberações e 01 Orientação Técnica;
- Emissão de 14 autorizações de acesso e remessa de amostra de componente do patrimônio genético;
- Emissão de uma autorização especial de acesso e remessa;
- 11 credenciamentos de instituições fiéis depositárias de amostra do patrimônio genético;
- Um credenciamento para autorizar terceiros a acessar e remeter amostras de componentes de patrimônio genético;
- Participação em 21 eventos nacionais como ouvinte, debatedor ou palestrante, constituindo-se em forma efetiva de capacitação no tema e também para a divulgação das atividades do Conselho;
- Participação da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto *ad hoc* sobre acesso e repartição de benefícios e da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc* intersessional sobre o artigo 8j e disposições correlatas no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, de 29.11 a 14.12.2003;
- Publicação do Decreto nº 5.459, de 07.06.2005, que regulamenta o art. 30 da Medida Provisória nº 2.186-16/01 (MP), disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. Foram também publicadas as seguintes normas: Resolução nº 18, de 8.08.2005; Deliberação nº 107, de 25.05.2005; Portaria nº 209/2005, de 5.08.2005; Decreto nº—5.439, de 4.05.2005; Alteração das Resoluções nºs 5 e 9;
- Encaminhamento do Anteprojeto de Lei de Acesso ao Material Genético e seus Produtos e de proteção aos Conhecimentos Tradicionais associados a Casa Civil

da Presidência da República para apreciação e posterior envio ao Congresso Nacional;

- Em 2005, organização e realização de 10 Reuniões Ordinárias do CGEN (29ª à 38ª Reunião) e 1 Reunião Extraordinária (4ª Reunião);
- Organização e realização de 29 reuniões de 4 Câmaras Temáticas do CGEN;
- Concessão de 22 autorizações de acesso e remessa de patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado e de credenciamento de instituição fiel depositária, sendo: Pesquisa científica, 16; Bioprospecção e/ou desenvolvimento tecnológico, 4; Constituição de coleção *ex situ* com potencial de uso econômico, e Credenciamento de instituição fiel depositária;
- Capacitação de 51 pessoas para o Combate à biopirataria, sendo: 42 servidores do IBAMA, 3 policiais federais, 2 servidores da FUNAI, 2 militares da Marinha do Brasil e 2 agentes da ABIN;
- Assinatura, em junho de 2005, de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para integrar ações visando coibir a prática da biopirataria no território Nacional;
- Em 2005, assinatura de três contratos de repartição de benefícios entre interessados e a União (Ibama);
- Atendimento a 51 consultas autuadas na forma de processo, das quais 14 já foram arquivadas por solicitação ou por não se enquadrarem na MP nº 2.186-16/2001;
- Elaboração e encaminhamento da Lista Não Exaustiva de Nomes Associados à Biodiversidade de Uso Costumey no Brasil ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Esta lista será enviada aos principais escritórios de registro de marcas e patentes de outros países, com o objetivo de evitar-se o registro indevido de marcas com nomes populares de espécies da brasileiras;
- Em 2005, realização de 08 oficinas de formação junto a comunidades locais e indígenas, envolvendo cerca de 285 pessoas.;
- Criação da base de dados para controle dos processos de acesso e remessa de componentes do patrimônio genético;
- Participação na delegação brasileira que representou o Brasil na 3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada de 14 a 18 de fevereiro de 2005, em Bangkok, Tailândia;
- Participação na delegação brasileira que representou o Brasil na Xª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, realizada de 06 a 10 de junho de 2005, em Genebra, Suíça;
- Em 2006, organização e realização de 8 Reuniões Ordinárias do CGEN (39ª à 46ª Reunião);
- Organização e realização de 17 reuniões de 4 Câmaras Temáticas do CGEN;
- Criação de Grupo de Trabalho para propor formas de comprovação da observância da Medida Provisória na concessão de direitos de propriedade industrial (art. 31),

com a realização de três reuniões;

- Em 2006, concessão de 33 autorizações de acesso e remessa de patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado e de credenciamento de instituição fiel depositária;
- Capacitação de 40 pessoas para o Combate à biopirataria, entre servidores do IBAMA, policiais federais, servidores da Secretaria Estadual de Povos Indígenas do Acre e agentes da ABIN;
- Assinatura de 4 contratos de repartição de benefícios referentes a projetos de bioprospecção com patrimônio genético proveniente de Unidades de Conservações Federais. Finalização e envio aos escritórios de patente do mundo da "Lista Não-Exaustiva de de Nomes Associados à Biodiversidade de Uso Costumey no Brasil" com vistas a subsidiar o examinador de marcas estrangeiro de forma a evitar o registro de marcas constituídas com nomes da biodiversidade brasileira;
- Atendimento a 31 consultas autuadas na forma de processo, para esclarecimento de dúvidas sobre o enquadramento de atividades no âmbito da Medida Provisória nº 2.186-16/2001;
- Em 2006, realização de 11 oficinas de formação junto a comunidades locais e indígenas, envolvendo cerca de 285 pessoas. Estas oficinas atenderam a demandas das próprias comunidades no que diz respeito a se informarem sobre a atual legislação sobre acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
- Criação da base de dados para controle dos pedidos de autorização para acesso e remessa de componentes do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
- Criação de base de dados sobre atividades ilegais de acesso e remessa de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado no Brasil para fins de controle;
- Remodelagem do sitio eletrônico do CGEN, integrado ao sitio do MMA;
- Recebimento no Departamento do Patrimônio Genético de 03 visitas orientadas para conhecimento mais aprofundado da respeito da atuação do Departamento do Patrimônio Genético.

4.4.1.6 – Objetivo Imediato 6

com o objetivo de construir modelos para o ordenamento do desenvolvimento regional integrado e sustentável dos biomas que as contêm, constam dos documentos as seguintes realizações:

Resultados 6.1 a 6.3

- Participação da 4ª Jornada de Estudos e Debates sobre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica- na região do Nordeste;
- Elaboração de Relatório Técnico com proposta de criação de UG, para administrar os projetos através da UG- SBF;
- Participação de técnicos na Conferência da Reserva da Biosfera " sub-programa

- Mata Atlântica”;
- Contratação de estudo para inclusão do Programa Reservas da Biosfera, no Plano Plurianual;
 - Realização de diversas reuniões a respeito da Região Amazônica referente a criação da Reserva Biosfera;
 - Estudo e diagnóstico sobre o Corredor Central da Mata Atlântica, atividades desenvolvidas nas Unidades de Coordenação Estadual – Bahia e Espírito Santo;
 - Realização de Evento com participação de vários segmentos da área ambiental “ Eco- Economia para um mundo sustentável ”;
 - Elaboração de documento “Sistema de Controle : Cadeia ou Custódia.”;
 - III Encontro e Feira dos povos do Cerrado;
 - Seminário “Tarde Ambiental ”, onde vários temas relativos à área ambiental, foram discutidos;
 - Impressão e produção de folder referente ao Dia do Cerrado;
 - Coordenação e participação do projeto com seus diferentes temas, áreas protegidas e reservas da biosfera dentre outros, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, em novembro de 2003;
 - Atividades de ampliação do Sistema de Unidades de Conservação na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, construção participativa de políticas públicas com abordagem específica para áreas com reconhecimento internacional incluindo Reservas da Biosfera e Sítios do Patrimônio, discussão de estratégias de conservação para espécies ameaçadas e a produção de materiais educativos e de divulgação. Alguns reconhecimentos ocorridos entre 2005 merecem destaque como: aprovação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, por meio de Portaria Ministerial nº. 366, de 14 de dezembro de 2005; reconhecimento da Serra do Espinhaço (MG) como Reserva da Biosfera brasileira, pelo Programa o Homem e a Biosfera da UNESCO;
 - Participação da Equipe técnica da DAP nos eventos abaixo citados, contribuíram para a consolidação das Reservas da Biosfera no Brasil,:
 - 6ª Reunião da Comissão Brasileira para o Programa o Homem e a Biosfera;
 - 9ª Reunião Ibero-americana sobre as Reservas da Biosfera – México
 - Seminário Internacional sobre Conservação Transfronteiriça e Reservas da Biosfera, Foz do Iguaçu, dezembro (apresentação da palestra sobre cooperação transfronteiriça do programa de sustentabilidade das zonas úmidas do Sistema Paraguai-Parana e participação na mesa redonda sobre “Instrumentos políticos e jurídicos para a conservação de ecossistemas compartilhados”;
 - Em 2006, apoio à realização do 8º encontro nacional dos Conselhos Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da 16ª reunião do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e da Reunião da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera;
 - Participação na 10ª reunião da Rede Iberomab (Rede de Comitês do Programa “Homem e a Biosfera” e Reservas da Biosfera Iberoamericanas).

4.4.1.7 – Objetivo Imediato 7

nacional sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica, da implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da consolidação de fórum permanente de biodiversidade,

como forma de incrementar a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios derivados do uso, constam dos documentos as seguintes realizações:

Resultado 7.1

- Elaboração do Decreto 4.703, assinado em 21 de maio de 2003, que modificou a estrutura e as atribuições do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), que passou a ser a instância implementadora do Decreto 4.339 de 22 de agosto de 2002, que instituiu os princípios e diretrizes para uma Política Nacional de Biodiversidade;
- Consolidação da Comissão Nacional da Biodiversidade, criada pelo Decreto 4.703/03 e organização técnica logística de suas reuniões entre junho e novembro de 2003;
- Elaboração e consolidação dos planos de ação por componente da Política Nacional da Biodiversidade, e definição (por deliberação da Comissão Nacional da Biodiversidade) da metodologia a ser utilizada para elaboração dos referidos planos de ação;
- Organização da Reunião para a Identificação de Temas em Biodiversidade para a Cooperação e Intercâmbio entre os países da América do Sul, a ser realizada nos dias 15 a 17 de dezembro de 2003;
- Apoio à participação de lideranças indígenas no evento "Conselho Diretor da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA", realizado em Quito, Equador, de 10 a 12 de dezembro de 2005;
- Reunião para acompanhamento das atividades de consultoria para a elaboração do texto sobre Diversidade de Vertebrados, o qual faz parte da publicação Avaliação do Estado do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira;
- Publicação em CD o livro "Estratégias Nacionais de Biodiversidade na América do Sul – Perspectivas para Cooperação Regional", em português, inglês e espanhol;
- Envio de exemplares de publicações da Diretoria de Conservação da Biodiversidade para a Décima Reunião do Órgão Subsidiário para Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica - SBSTTA, em Bangkok, Tailândia, de 7 a 11 de fevereiro de 2005;
- Elaboração, publicação e lançamento, durante a COP 8, das Diretrizes e Prioridades do Plano do Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – Panbio;
- Publicação do livro Avaliação do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira, lançado oficialmente durante a COP 8, em março de 2006.

Resultado 7.2

- Contratação de consultores para elaboração de um portal da biodiversidade;
- Realização de seminário acerca da CDB, com o objetivo de divulgar os aspectos importantes dessa Convenção, inclusive aqueles referentes às posições brasileiras nas Conferências das Partes;
- Contratação de tradutor para o *Handbook on the Convention on Biological Diversity*;
- Contratação de consultor para elaboração de versão do Segundo Relatório Nacional voltada ao público leigo;
- Atualização contínua do *site* da Estratégia Nacional da Biodiversidade no portal do Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em Reunião da Rede Interamericana de Informações em Biodiversidade

- para discussão de um plano de implementação da referida rede;
- Contratação de consultor para construção da *web page* da Rede Brasileira de Biodiversidade, no âmbito do *site* deste Ministério, nos moldes do *Toolkit* do *Clearing House Mechanism* da CDB;
- Contratação de consultores para viabilizar o processamento de dados e atualização permanente da página do Portal Brasileiro sobre Biodiversidade;
- Contratação de consultores para conversão de documentos para o formato eletrônico visando alimentar o conteúdo do Portalbio e websites do Projeto Estratégia e da Conabio; criação e consolidação de conteúdos, reestruturação dos menus e desenvolvimento de animações para o Portalbio;
- Estabelecimento de parceria entre a Diretoria de Conservação da Biodiversidade - DCBio, o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, da Secretaria Executiva - SECEX/DAÍ/MMA, Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática - CGTI/MMA, e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME para desenvolvimento do *SciELO* Biodiversidade que funcionará como uma biblioteca virtual disponibilizando informações técnicas e científicas na área de meio ambiente (artigos, textos, entre outros);
- Contratação de consultoria para processamento de dados e atualização permanente da página da Rede Brasileira de Biodiversidade (*Clearing-House Mechanism*).

Resultado 7.3

- Elaboração do Segundo Relatório Nacional para a CDB nas versões inglês e português;
- Contratação de consultor para desenvolver metodologia a ser utilizada na elaboração do Terceiro Relatório Nacional para a CDB;
- Publicação do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, português e inglês. Lançado oficialmente em março de 2006 durante a COP 8;
- Publicação do Sumário Executivo do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, em português. Lançado oficialmente em março de 2006 durante a COP 8;
- Contratação de consultor para elaborar relatório sobre levantamento das taxas de perda da Biodiversidade no que concerne à variabilidade genética para definição das metas nacionais para redução da perda da Biodiversidade do Terceiro Relatório Nacional sobre Biodiversidade;
- Contratação de consultoria para elaboração de Sumário Executivo do Terceiro Relatório Nacional para Convenção sobre Diversidade Biológica.

Resultado 7.4

- Oficinas de treinamento e qualificação a lideranças de comunidades quilombolas (de 28 a 30 de novembro de 2005, em São Luís, Maranhão) e indígenas da região Norte (de 5 a 7 de dezembro de 2005, em Manaus) para participação na COP 8;
- Apoio à participação de técnicos em reunião com setor privado (*Business & 2010 Biodiversity Challenge*), em São Paulo, de 3 a 5 de novembro de 2005;
- Reuniões preparatórias com o setor acadêmico (em 14 de outubro e de 6 a 7 de dezembro de 2005) com o objetivo de organizar o evento "*Biodiversity – the Megascience in Focus*", associado à COP 8;
- Apoio à participação de indígenas na II Conferência Estadual do Meio Ambiente,

de 27 a 29 de novembro de 2005, em Belém;

- Produção do vídeo com depoimento da Ministra Marina Silva para divulgação internacional da COP 8;
- Consultoria para organização de eventos técnicos e culturais e recomendações técnicas para a realização da COP 8;
- Consultoria para a elaboração de documentos técnicos e propostas logísticas referentes à instalação, mobilização e exposições para a COP 8;
- Apoio à ida de técnicos para Manaus para participar da reunião do "World Forest Observatories" de preparação do evento na COP 8;
- 16ª reunião Ordinária da Conabio para discussão da organização da COP 8;

> SUBCONTRATOS FIRMADOS

- Contratação de empresa para organização geral da MOP 3 e da COP 8;
- Contratação de empresa de comunicação para cobertura jornalística da MOP 3 e da COP 8;
- Contratação de empresa de viagem para compra de passagens aéreas e hospedagem para os Chefes de Estado e/ou Ministros que participaram do Segmento de Alto Nível. Ao todo participaram 130 países, sendo 45 representados por seus Ministros do Meio Ambiente e 85 por Vice-Ministros, Embaixadores ou Chefes de Delegação e seis organismos internacionais representados por seus diretores;
- Contratação de empresa para serviços de pesquisa de opinião sobre "O que o Brasileiro pensa sobre a Biodiversidade".

> APOIO A PARTICIPANTES

- Compra de passagens aéreas e diárias para participantes do Simpósio científico: *Biodiversity, megascience in focus*, realizado durante a COP 8. Contou com a participação de aproximadamente 60 representantes do setor acadêmico, sendo cerca de 15 provenientes do exterior;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para os membros da Conabio para a realização da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão, realizada durante a COP 8;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para a delegação brasileira do Ministério do Meio Ambiente para acompanhamento da MOP 3 e/ou COP 8;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para representantes dos povos indígenas quilombolas e movimentos sociais;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para equipe do Ministério do Meio Ambiente que trabalhou na parte administrativa, logística e no apoio aos eventos;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para especialistas para participação de mesas dos *sides events* e/ou participação no Dia Brasil;
- Compra de passagens aéreas e pagamento de diárias para representantes indígenas responsáveis pela construção de ocas.

> APOIO A REALIZAÇÃO DE OFICINAS PREPARATÓRIAS

- Oficina Preparatória para a Convenção sobre Diversidade Biológica, contou com a participação de mais de 100 representantes de movimentos sociais de todas as regiões do país;

- Reunião de Capacitação de jornalistas para a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, contou com a participação de mais de 100 profissionais de Tv e rádio, provenientes de todas as regiões do país;
- Reunião de Qualificação dos Povos Indígenas da Região do Pantanal para a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, contou com a participação de 30 lideranças indígenas provenientes de vários estados.

> IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Livros:

- A Convenção sobre Diversidade Biológica: Entendendo e influenciando o processo/*The Convention on Biological Diversity: Understanding and influencing the process*;
- A floresta com araucária no Paraná: Conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais (reimpressão);
- Agrobiodiversidade e diversidade cultural (Série Biodiversidade 20);
- Atlas dos recifes de coral nas unidades de conservação brasileiras;
- Avaliação do conhecimento sobre biodiversidade (Vol I e II);
- Bibliografia brasileira sobre polinização e polinizadores (Série Biodiversidade 16);
- Cerrado: Ecologia, biodiversidade e conservação;
- Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (Série Biodiversidade 2);
- Diretrizes e prioridades para o plano de ação para implementação da Política Nacional da Biodiversidade - PANBio (Série Biodiversidade 22);
- Ilhas Oceânicas Brasileiras - Da pesquisa ao manejo;
- Mapa das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira;
- Monitoramento dos recifes de coral do Brasil – Situação atual e perspectivas;
- Relatório 10 anos de atuação do Probio / *Ten years of activities of Probio* (português/inglês).

Livretos:

- CDB Notícias - A Convenção sobre Diversidade Biológica - Da concepção à implementação;
- Iniciativa governamental sobre biodiversidade, alimentação e nutrição;
- Oitava Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança / *Eighth Meeting of the Conference of the Parties of the Convention on Biological Diversity e Third Meeting of the Parties of the Cartagena Protocol on Biosafety / Octava Reunión de la Conferencia de las Partes del Convenio sobre Diversidad Biológica e Tercera Reunión de las Partes del Protocolo de Cartagena sobre Bioseguridad*;
- Parentes silvestres das espécies de plantas cultivadas;
- Sumário Executivo do Terceiro Relatório Nacional para Convenção sobre Diversidade Biológica.

Folhetos:

- CIMAS - Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade/*Centros*

*Irradiadores de Manejo de la Agrobiodiversidad / Agrobiodiversity Management
Irradiation Centers;*

- MOP 3 e COP 8;
- Programação de eventos associados a COP 8;
- Projeto Mangues;
- Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – Panbio;
- Avaliação do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira;
- Programação do Dia Brasil.

CD´s:

- Análise das variações da biodiversidade do bioma Caatinga - Suporte a estratégias regionais de conservação (Série Biodiversidade 12);
- Avaliação do conhecimento sobre biodiversidade (Vol I e II);
- Biodiversidade da caatinga: Áreas e ações prioritárias para a conservação
Fragmentação de ecossistemas: Causas e efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas;
- Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação;
- Bibliografia de polinizadores.

Contratação de consultorias para:

- Organização de eventos técnicos e culturais e recomendações técnicas para a realização da 8^o Conferência das partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP 8, a se realizar em março de 2006;
- Elaboração de documentos técnicos e propostas logísticas referentes à instalação, mobilização e exposições para a 8^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP 8, a se realizar em março de 2006;
- Tradução, para o português, de textos técnicos disponibilizados pela Convenção sobre Diversidade Biológica para a 8^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

4.4.1.8 – Objetivo Imediato 8

Quanto à conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios para os biomas brasileiros Caatinga, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, e o Programa Antártico Brasileiro, constam dos Relatórios de Progresso as seguintes realizações para o:

Resultado 8.1

- Em 2006, confecção de folders para o Dia Nacional da Caatinga;
- Participação na 5^a reunião do GT Caatinga.

Resultado 8.2

- Em 2006, viagem de trabalho ao cerrado norte-mineiro, com vistas a estabelecer interlocução com as populações que demandam a criação de UC de uso sustentável;
- Apoio às Reuniões da Conacer (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª);
- Contratação de serviços de consultoria para exercer a coordenação técnica do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal";
- Material gráfico (adesivos, banners) para utilização nas reuniões do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal";
- Apoio e participação no II Encontro Norte Mineiro de Agrobiodiversidade realizado em Januária-MG, entre 4 a 7 de setembro de 2006;
- Apoio à participação de entidades organizadas do Cerrado nas comemorações do Dia do Cerrado, realizado no dia 11 de setembro de 2006;
- Participação de técnicos e representantes da sociedade civil e de governo na 1ª reunião técnica do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal", realizada em Brasília, de 12 a 14 de julho de 2006;
- Locação de hotel onde foi realizada a 1ª Reunião Técnica do processo de atualização das áreas prioritárias, em Brasília;
- Participação de técnicos e representantes da sociedade civil e de governo na 2ª reunião técnica do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado e Pantanal", realizada em Brasília, entre 10 e 11 de outubro de 2006;
- Participação de técnicos e representantes da sociedade civil e de governo na 1ª reunião regional do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Cerrado", realizada em Brasília, de 20 a 23 de novembro de 2006;
- Locação de hotel onde foi realizada a 1ª Reunião Regional do processo de atualização das áreas prioritárias, em Brasília;
- Participação de técnicos e representantes da sociedade civil e de governo na 2ª reunião regional do "Processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no Pantanal", realizada em Campo Grande-MS, de 6 a 8 de dezembro de 2006;
- Participação em seminário sobre uso sustentável;
- Participação de representante do MMA em reunião sobre a expansão do setor agrícola no Cerrado, com a Bunge Alimentos, em São Paulo;
- Participação de pesquisador na reunião de avaliação do mapa remanescentes de vegetação de Cerrado a ser lançado;
- Participação no lançamento do Prolegal -Programa de Revisão, Regularização e Monitoramento da Áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, ocorrido

entre os dias 17 e 19 de agosto de 2006, em Goiânia-GO;

- Apoio à participação da sociedade civil no V Encontro dos Povos do Cerrado e Mostra de experiências e de produtos sustentáveis do Cerrado, realizada de 23 a 26 de novembro de 2006, em Brasília;

Resultado 8.3

- Participação da delegação brasileira na COP 8 da CDB (Curitiba, março 2006) para os temas relacionados aos ambientes marinhos e costeiros;
- Mapeamento dos principais ecossistemas costeiros para subsidiar o processo de "Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha do Brasil" bem como o cálculo da representatividade dos ecossistemas costeiros sobre alguma categoria de Unidade de Conservação (executado em parceria com o CSR/IBAMA);
- Coordenação e realização de quatro reuniões técnicas (participação de especialistas da academia) e quatro regionais de consulta (participação de governos federal, estadual e municipal, ONG's e movimentos sociais, setor produtivo e de desenvolvimento e academia) para "Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha do Brasil";
- Conclusão do processo de revisão e atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha do Brasil", com a publicação da Portaria Ministerial Nº 9, de 23/01/2007, DOU, 24/01/2007;
- Apoio e acompanhamento técnico para o Reef Check-Brasil - "Monitoramento dos recifes de coral em unidades de conservação do Brasil, desde o Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, e ilhas oceânicas" junto ao Instituto Recifes Costeiros (projeto conveniado com o MMA);
- Participação na "Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira" como membro suplente do MMA;
- Negociação para adesão do Brasil ao *Coral Reef Initiative* durante a COP 8 da CDB;
- Representação do Brasil na "*International Coral Reef Initiative (ICRI) – General Meeting*" (México, outubro 2006), ocasião em que foi declarada oficialmente a adesão do país a essa Iniciativa Internacional para a Conservação dos Recifes de Coral;
- Coordenação do grupo técnico instituído no âmbito do GT do Plano Nacional de Áreas Protegidas para definição de objetivos e estratégias para áreas protegidas marinhas e costeiras. Plano Nacional aprovado por meio do Decreto no. 5.758 em junho/06;
- Reunião com o Funbio para discutir sobre as possibilidades de abertura de fundos específicos para a zona costeira e marinha;
- Participação, como palestrante, do "Seminário Nacional Manguezal e Vida Comuitária: os impactos socioambientais da carcinicultura", onde as políticas federais sobre o assunto foram apresentadas e discutidas com a sociedade

(Fortaleza, agosto 2006);

- Participação em várias outras reuniões com outros setores de governo e da sociedade para discutir os impactos da carcinicultura e possíveis soluções para minimização desses impactos;
- Participação na reunião técnica do "Projeto de apoio à criação dos mosaicos na Serra do Mar", onde foram discutidas o estabelecimento de 3 mosaicos de unidades de conservação sendo dois na Zona Costeira e Marinha (São Paulo, agosto 2006). Outras atividades de apoio técnico e político para a formação de mosaicos são realizadas pelo Núcleo;
- Participação no "Primeiro Workshop de Ilhas Oceânicas Brasileiras – da Pesquisa ao Manejo", onde foram apresentadas as diretrizes nacionais para a conservação e uso sustentável desses territórios. (Rio de Janeiro 2005);
- Participação no "I Congresso Brasileiro de Biologia Marinha" para apresentar as políticas de apoio à conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha, e acompanhamento da reunião anual da Sociedade Brasileira de Estudos de Recifes de Coral - Corallus (Rio de Janeiro, maio 2006);
- Lançamento do DVD educativo da "Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais" durante o workshop de Ilhas Oceânicas e na Adventure Sport Fare (julho de 2005);
- Edição, publicação e lançamento da 2ª edição do "Atlas dos Recifes de Coral em Unidades de Conservação do Brasil" durante a COP 8 da CDB;
- Participação nas câmaras técnicas da Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar – CIRM, representando o MMA (PSRM, Revizee, Mentalidade Marítima, Proarquipélago, Proantar);
- Integrante dos GTs "Licenciamento Ambiental para Aqüicultura" e "Espécies Exóticas" do CONAMA no âmbito da Câmara Técnica "Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros";
- Participação de reuniões do GEO-Brasil para o tema marinho e costeiro. Esse processo tem como finalidade elaborar documento de avaliação do estado da arte da conservação e uso sustentável do bioma e se pretende finalizar em 2007;
- Elaboração dos seguintes capítulos do livro "O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro", Coleção Explorando o Ensino Geografia, vol. 8, MEC, 2006: "Recifes de Coral" e "Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas".

Resultado 8.4

Desenvolvimento dos seguintes produtos, através de consultoria:

- Plano de Gerenciamento da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado (ASMA 1);
- Documento sobre os mecanismos de monitoramento para a Baía do Almirantado;
- Livro sobre Antártica e as Mudanças Ambientais Globais;
- Documento sobre estratégias de monitoramento para a Rede de Agentes Ambientais Antárticos;

- Documento sobre estratégias de gerenciamento de resíduos para a Rede de Agentes Ambientais Antárticos;
- Relatório de Estado do Meio Ambiente da Baía do Almirantado;
- Documento Base para o Plano de Gerenciamento da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía Maxwell;
- Documentos de Trabalho e Informação para a Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica – ATCM;
- Participação no Workshop "*Possibilities for Environmental Management of the Fields Peninsula and Ardley Island*", ocorrido na Estação Bellingshausen, Ilha Rei George, Antártica, onde foi discutida a possibilidade de transformar a Península Fields em uma Área Antártica Especialmente Gerenciada (ASMA) (janeiro 2006);
- XXIX Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (XXIX ATCM) e na IX Reunião do Comitê de Proteção Ambiental (CEP) ocorridas em Edimburgo, Escócia. Aprovação e adoção do Plano de Gerenciamento da Baía do Almirantado (ASMA 1), e eleição da representante brasileira Dra. Tânia Brito à vice-presidência do Comitê de Proteção Ambiental (junho 2006);
- Participação como instrutor e palestrante no Treinamento Pré-antártico 2006 sobre o tema "O Protocolo de Madri e o Meio Ambiente Antártico", realizado na Ilha da Marambaia, Rio de Janeiro (agosto de 2006);
- Reunião do Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro (GAAM/PROANTAR), em Brasília, onde foi discutido assuntos ambientais relacionados ao PROANTAR (setembro 2006);
- XVII Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (XVII Rapal) durante as plenárias, e participação nas discussões da *Comisión de Asuntos Científicos y Ambientales*, em Punta Arenas, Chile, onde foi apresentado o trabalho brasileiro de monitoramento ambiental na Baía do Almirantado, e onde se discutiu possibilidades de apoio logístico e científico durante o Ano Polar Internacional (setembro 2006);
- Participação no XIV Simpósio Brasileiro sobre Pesquisa Antártica (XIV SPA) representando o Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro (GAAM/PROANTAR), em São Paulo (outubro 2006);
- Reunião do Grupo de Trabalho de Monitoramento Ambiental a Longo Prazo da Ilha Rei George, realizada em Pirenópolis. Esta foi a primeira reunião deste GT e contou com a presença de pesquisadores brasileiros, bem como representantes de programas antárticos do Chile, Argentina, Peru e Equador (outubro 2006);
- Reunião Preparatória do Comitê de Proteção ambiental do Tratado da Antártica, realizada na sede do Secretariado da Antártica, em Buenos Aires, Argentina. A reunião tratou de assuntos relativos à organização e programação da próxima reunião do Comitê e do Tratado da Antártica, a se realizar na Índia, em 2007 (novembro 2006);
- Participação na XXV Operação Antártica (XXV OPERANTAR) como representante do GAAM/PROANTAR, na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Antártica, com o objetivo de fazer uma inspeção ambiental conjunta com os outros países que realizam atividades na área. (Dezembro 2006);
- Publicação dos livros "O Brasil e o Meio Ambiente Antártico" e "Antártica" na Coleção Explorando o Ensino, em parceria com o Ministério da Educação (Dezembro

2006). Os livros serão distribuídos em várias instituições de ensino, de governo e ONG's.

Resultado 8.5

Como foi incluído pela Revisão "O", de 18 de junho de 2006, não houve tempo hábil para a avaliação. O último relatório de progresso abrange o período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

4.4.2 Avaliação da Eficiência

A Avaliação de Eficiência é uma dimensão de desempenho que traz indicação de que o Projeto teve os resultados obtidos em relação aos recursos utilizados, com ênfase nos desembolsos realizados em relação à estrutura financeira programada, ou seja, é uma medição de rentabilidade econômica, onde existe uma transformação otimizada de insumos em produtos, que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos programados, isto é, uma avaliação que leva em consideração os benefícios e os custos dos programas sociais.

Portanto, o conceito de eficiência significa a relação entre os resultados e os custos envolvidos na execução de um projeto. É um conceito utilizado predominantemente em análise financeira e está associado à noção de ótimo (quantidades físicas mínimas de recursos requeridos para gerar quantidade de produto).

Convém lembrar que os indicadores para avaliação estabelecidos no Marco Lógico do Projeto estão direcionados para o seguinte momento:

- Disponibilidade de informações qualitativas e quantitativas do desempenho do Probio, a ser verificado a partir do 15º mês de execução do Projeto; Disponibilidade de informações sobre os impactos ambientais decorrentes da implementação dos princípios da CDB no País, a ser verificado ao final da execução do Projeto;
- Aumento em, pelo menos 5% no investimento público e privado destinado à conservação, geração e distribuição de renda por meio da utilização sustentável do patrimônio genético nacional, a ser verificado ao final da execução do Projeto; Incremento de, pelo menos, 20% na eficiência da aplicação dos investimentos alocados na conservação de recursos genéticos, a ser verificado ao final da execução do Projeto; Aumento em 1% o número de oportunidades para a geração de emprego e renda mediante o uso de espécies nativas, a ser verificado ao final da execução do Projeto.
- Aumento de 25% na captura por unidade de esforço de pesca, associada à recuperação das principais pescarias nacionais (camarão N, NE, SUL/SE, lagostas, pargo, sardinha, peixes demersais SUL e piramutaba), a ser verificado dois anos após o término do Projeto.- Quatro ecossistemas dotados de gestão integrada e participativa aplicada aos recursos multi-específicos, a ser verificada a partir do 300 mês de execução do Projeto. Quatro Bacias hidrográficas dotadas com modelos de gestão integrada e participativa de recursos pesqueiros, a ser verificado após o 32º mês de execução do Projeto.
- Preservação e conservação da biodiversidade brasileira em, pelo menos, 10% de cada bioma, a ser verificado no 30º mês de execução do Projeto.

- Incremento de, pelo menos, 30% na emissão de autorizações para acesso e remessa de componentes do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.
- Implantação das Reservas da Biosfera e de seus Sistemas de Gestão até o final do Projeto.
- Estratégia brasileira de biodiversidade consolidada até o final do Projeto.

Examinando os resultados alcançados, observa-se que, em termos de recursos financeiros, o Projeto teve evolução crescente, tendo sido submetido a 14 (quatorze) revisões, em cuja viabilização teve diferentes motivos: cinco revisões gerais com o propósito de transferência ou remanejamento de recursos entre linhas e sublinha orçamentária; seis revisões mandatárias para refletir os gastos finais do exercício e transferir os saldos para os exercícios seguintes; e três revisões substantivas, com o propósito de ajustar os objetivos, o orçamento e, ainda, estender o prazo de vigência do Projeto.

Observando, também, a evolução financeira entre 2001 e 2006, nota-se que houve um crescimento orçamentário do Projeto, em cerca de 267% em relação ao valor original da proposta. Situação demonstrada a partir de dezembro de 2002, com a segunda Revisão, denominada "C", seguida posteriormente, por outras revisões.

As revisões tiveram a seguinte classificação: na letra "B", refletiu o valor original do Projeto, US\$ 8.058.892,00. Em dezembro de 2002, por meio da Revisão Substantiva "C", o Projeto foi aumentado para US\$ 9.876.353,00, valor que permaneceu nas Revisões "D", "E", "F", "G", "H", "I" "J". A Revisão "H", em dezembro de 2004, estendeu a vigência do Projeto para abril de 2005 e a Revisão "J" estendeu a vigência do projeto para 30 de junho de 2005. A Revisão Substantiva "K" aumentou o orçamento para US\$ 12.598.989,00 e estendeu a vigência para 31 de dezembro de 2007. Pela Revisão Geral "L" o orçamento foi aumentado para US\$ 21.487.878,00, valor permanecido nas Revisões "M", "N" e "O".

Convém lembrar que o orçamento inicial do Projeto teve a distribuição de recursos para vigência inicial de quatro anos da seguinte maneira: 20% seria utilizado no primeiro anos; 33% no segundo ano, 27% no terceiro ano e o restante, 20%, foram destinados para o exercício final.

Segundo os resultados de execução do Projeto apontados no **Primeiro Relatório de Progresso** com o período de cobertura de 2001 a 2003, observa-se que as realizações nesse período de implementação indicam que as metas relacionadas e estabelecidas pelos indicadores tiveram a execução parcialmente cumprida.

No período houve relevantes realizações do Projeto, tais como para o:

Objetivo Imediato 1 (Subprojeto 1):

A publicação do Livro "Biodiversidade Brasileira – Avaliação e Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Biodiversidade Brasileira". Trata-se de um amplo diagnóstico sobre o atual nível de conhecimento sobre espécies nativas e o estado de conservação e conhecimento dos habitats que ocupam e traz recomendações de ações a serem desenvolvidas para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira. Tem sido um instrumento amplamente utilizado pelo MMA para priorização de áreas de trabalho e de ações. Deste trabalho resultou a indicação de 900 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, agora reconhecidas oficialmente,

tendo seu uso restrito. Igualmente importante é a conclusão do trabalho de organização do livro "Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos e recomendações de políticas públicas" que se encontra no prelo.

Objetivo Imediato 2 (Subprojeto 2):

A parceria realizada entre o MMA, o IBAMA, a Fundação Biodiversitas para a Conservação da Diversidade Biológica e a Sociedade Zoológica do Brasil, em associação com pesquisadores nacionais especialistas em fauna, permitiu a elaboração da Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. A Lista, contendo parte das espécies ameaçadas, foi publicada em 28 de maio de 2003, por meio de Instrução Normativa do MMA. A segunda parte da Lista, com as espécies ameaçadas de invertebrados aquáticos e peixes, será publicada no primeiro trimestre de 2004.

A Lista tem como característica singular alertar toda a sociedade para as ameaças, em diferentes graduações, que as espécies ali identificadas estão submetidas em todo o território nacional. A atualização desta Lista deve direcionar as pesquisas e as ações de conservação para as espécies que foram criteriosamente identificadas com relação às ameaças que estão sofrendo. A Lista deverá nortear, também, a ação dos agentes financeiros e as autoridades municipais e estaduais na definição das espécies que deverão receber prioridade na aplicação de recursos.

Da mesma forma, a identificação das espécies ameaçadas de extinção fornecerá importante ferramenta às esferas municipal, estadual e federal visando a coibição de possíveis crimes ambientais cometidos contra aqueles organismos. Além disso, a publicação da Lista contribuirá sobremaneira para inibir ações de pirataria, já que as espécies ameaçadas são focalizadas peculiarmente na Lei de Crimes Ambientais, potencializando as penas a que estarão sujeitos os transgressores da lei.

Com a definição da Lista das Espécies Ameaçadas fica facilitada sobremaneira a tarefa de estabelecer planos, programas e projetos voltados para a sua recuperação, fato que na sua integração se constituirá em vasto programa de conservação, fundamentado em dados categóricos de ameaça.

Objetivo Imediato 3 (Subprojeto 3):

As atividades relacionadas aos resultados imediatos 3.1, 3.2 e 3.3 se constituem as principais realizações por contribuírem de forma decisiva para o plano estratégico do MMA, expresso no PPA, de constituir e implementar um sistema de gestão de recursos pesqueiros e implementá-lo por meio de planos de gestão de recursos.

Objetivo Imediato 4 (Subprojeto 4):

O estabelecimento de áreas protegidas tem sido considerado o mecanismo mais efetivo para a conservação da biodiversidade e para o aumento das possibilidades de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. O incremento considerável de áreas sob proteção que se deu nesses últimos dois anos atende aos compromissos assumidos pelo governo federal e tem um impacto bastante positivo.

A publicação do Decreto nº. 4.34, de 22/8/2002 que regulamenta a Lei nº 9985

de 10/7/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Por outro lado, está na definição de normas para o estabelecimento e gestão das áreas protegidas já criadas e é assim um instrumento fundamental para o planejamento e implementação da Política Nacional de Áreas Protegidas.

A implantação da Gestão Integrada no Mosaico de UC's marinhas e costeiras de Santa Catarina apresenta-se como uma amostra para o desenvolvimento de um programa piloto de ações integradas nos campos biológicos, administrativos e institucionais, pois é composto por UC's de diferentes categorias de manejo administradas pelas 3 esferas de governo.

A criação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas que vem atender à política do governo de incrementar os processos participativos na gestão do meio ambiente, além de atender a Recomendação 5.7 da Convenção de Ramsar que considera os comitês nacionais como o centro principal das ações para aplicação da Convenção. Assim, a realização dessa ação é fundamental para fortalecer, reforçar e legitimar as ações adotadas pela autoridade administrativa do tratado no Brasil.

Outro ponto fundamental é a confecção do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, que embora ainda não esteja concluído, é um dos investimentos chave para o Sistema Nacional, já que será o banco de dados de referência.

A publicação do "Atlas de Recifes de Coral nas unidades de conservação brasileiras" é um dos resultados mais importante do período. Este é o primeiro documento nacional e internacional que traz o mapeamento de áreas de recifes de coral no país, o que servirá de referência para a tomada de decisões sobre a gestão do ecossistema.

A indução de um grande projeto ambiental que integra as várias disciplinas que atuam na região antártica com o objetivo comum de buscar respostas naquela região para fenômenos que ocorrem em nosso território e que afetam direta ou indiretamente a sociedade brasileira, justifica e fortalece as atividades do Programa Antártico Brasileiro.

A representação do Brasil nos foros internacionais assegura ao país sua posição como Membro Pleno do Tratado da Antártica, com direito a participar do seleto grupo de países que definem o destino daquele continente.

Objetivo Imediato 5 (Subprojeto 5):

A aquisição de bens que equipam o edifício onde se encontra instalado o Departamento do Patrimônio Genético, que atua como Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (contrapartida do MMA), contribuiu significativamente para a operacionalização das atividades administrativas; bem como, a contratação de 6 consultores especializados para analisar os pedidos de acesso e remessa do patrimônio genético e a viabilização da participação de consultores do projeto em eventos nacionais e internacionais sobre o acesso aos recursos genéticos e conhecimento tradicional associado.

Objetivo Imediato 6 (Subprojeto 6):

A participação na Conferência Nacional do Meio Ambiente, onde foram apresentados e divulgados, vários trabalhos e publicações além do panorama das

atividades exercidas pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Apoio a diversas reuniões para discussão a respeito de diretrizes para os diferentes biomas. A contratação de equipe para dedicação as ações e atividades do projeto.

Objetivo Imediato 7 (Subprojeto 7):

A definição da metodologia (participativa) a ser utilizada para a elaboração dos planos de ação por componente da Política Nacional da Biodiversidade e a contratação de consultores para elaborar tais planos de ação é uma das ações mais importantes, tendo em vista que a implementação adequada da Política Nacional da Biodiversidade irá requerer o estabelecimento de planos que reflitam as demandas da sociedade em relação aos temas ligados à biodiversidade.

A realização da Reunião para a Identificação de Temas em Biodiversidade para a Cooperação e Intercâmbio entre os países da América do Sul, tendo em vista que a partir dos temas levantados nessa reunião será possível elaborar planos de ações a serem realizadas em cooperação.

A publicação do livro *Avaliação do Estado do Conhecimento da Diversidade Biológica do País* é importante porque, a partir dele, podem ser definidas prioridades para pesquisa em biodiversidade, que deverão estar refletidas no plano de ação do Componente 1 da Política Nacional da Biodiversidade, que trata do Conhecimento da Biodiversidade.

A criação da Comissão Nacional da Biodiversidade é importante na medida em que tal Comissão é instância deliberativa das ações da Diretoria de Conservação da Biodiversidade e reflete as posições de diferentes atores sociais envolvidos na gestão da biodiversidade.

A contratação de consultores para implantação de um portal da biodiversidade pode ser considerada a ação mais importante, tendo em vista que a implantação da Rede de Informação em Biodiversidade será iniciada com o estabelecimento do Portal.

Também são importantes para a construção de tal rede a tradução do *Handbook on the Convention on Biological Diversity* e a publicação de versão popular do Segundo Relatório Nacional, pois essas ações permitem a difusão de informações importantes sobre a gestão da biodiversidade.

A elaboração do Segundo Relatório Nacional nas versões inglês e português, também, foi importante.

Em termos de desempenho, observa-se quanto **recursos financeiros** colocados à disposição do Projeto:

Ano	Programado	Executado
2001	1.593.777	137.091*
2002	4.110.102	1.187.210
2003	6.159.465	1.221.772
2004	7.330.280	1.390.977

(*) O Projeto BRA/00/021 foi elaborado no ano de 2000, mas só foi assinado em julho de 2001, o que justifica a baixa execução.

Pelos dados acima observa-se que houve uma baixa execução em relação aos recursos programados.

Em detalhe observa-se como ocorreram as despesas ano-a-ano (2001-2004*):

Ano	Pessoal Administ.	Pessoal Técnico (Equipe base e Consult)	Viagens Nac/Int.	Contrato Pessoa Jurídica	Treiname nto	Equipam entos	Relatóri os	Diver sos	Custos Adm.
2001	19.755	73.535	26.791	-	11.927	1.017	-	73	3.993
2002	55.284	564.338	212.561	153.853	36.472	126.957	-	3.166	34.579
2003	13.503	583.442	203.660	146.359	143.205	91.447	24.864	555	36.210
2004	2.019	335.918	584.564	146.388	172.262	67.942	20.522	-	39.889

* Embora o Relatório de Progresso se refira ao período 2001-2003, foram incluídos os dados financeiros de 2004 porque não existe Relatório de Progresso para esse ano, como se observa a seguir.

Analisando as ações realizadas constantes do **Segundo Relatório de Progresso** que cobre o período de janeiro a dezembro de 2005, destacam-se:

Objetivo Imediato 1 (Subprojeto 1):

- Contratação de 144 subprojetos apoiados pelo PROBIO, dos quais 120 já foram finalizados. Foram publicados 27 livros que trazem os resultados obtidos pelos subprojetos e que têm subsidiado a tomada de decisão sobre as políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.
- O avanço da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, e a participação ativa do Brasil no estabelecimento das metas e mecanismos de implementação.
- A apresentação pela Iniciativa Brasileira de Polinizadores de seu Full Size Project "Conservação e Manejo de Polinizadores para Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica" ao Ministério do Planejamento e ao GEF.
- A aprovação, durante a reunião do Secretariado do GEF, realizada em novembro de 2005 do Projeto que irá suceder o Probio, denominado "Projeto Nacional de Transversalização e Priorização da Biodiversidade e Consolidação Institucional",. Este Projeto conta com a participação de vários ministérios e pretende promover a incorporação da vertente "biodiversidade" no planejamento e nas políticas de outros setores que usam ou que impactam a biodiversidade, visando a sua conservação e uso sustentável.
- A escolha para o Brasil sedear a 8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8) e 3ª do Protocolo de Cartagena (MOP3) o que deve realçar a importância do país na condução das negociações sobre conservação, uso sustentável e repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos.

Objetivo Imediato 2 (Subprojeto 2):

As ações se desenvolveram enfaticamente dentro de quatro vertentes, conforme abaixo:

I - Conservação dos Recursos Genéticos:

- Levantamento das instituições envolvidas com a conservação *ex situ, on farm,*

e *in situ* de recursos genéticos da fauna, da flora e dos microrganismos, incluindo a representatividade de cada coleção; situação da conservação das amostras e indicação da infraestrutura disponível para a manutenção das coleções;

- Conservação das raças locais, das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas incluindo a identificação das espécies silvestres; o mapeamento das áreas de ocorrência e a indicação das medidas necessárias para a proteção dessas espécies;
- Revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna e da Flora Brasileiras Ameaçadas de Extinção, bem como desenvolvimento de planos para recuperação de espécies ameaçadas.

II - Uso Sustentável dos Recursos Genéticos:

- Identificação de espécies da flora brasileira de importância econômica atual ou potencial – “plantas para o futuro”, incluindo a identificação, priorização e divulgação, por meio de portfólio, das espécies selecionadas. Esta atividade visa promover o uso, bem como fomentar a agregação de valor às espécies nativas sub-utilizadas, estimulando a utilização pelo pequeno agricultor e abrindo oportunidades de investimento, pelo setor empresarial brasileiro.
- Instrumentos de Fiscalização e Controle de Aspectos Ambientais Relacionados a Biossegurança. Esta ação busca dotar o Ministério dos instrumentos necessários para disciplinar os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos ambientais competentes para o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que façam uso de organismos geneticamente modificados, de modo que uma eventual liberação no meio ambiente desses organismos não venha a comprometer a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.
- Implantação do Projeto: Obtenção, Sistematização e Uso de Informação Taxonômica para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. Esta iniciativa, em parceria com a Colômbia e o México, está direcionada para o usuário de recursos genéticos e prevê, fundamentalmente, o fortalecimento de ações voltadas ao conhecimento, a conservação e de uso sustentável da biodiversidade.
- Valoração da biodiversidade e dos recursos genéticos, Esta ação tem como objetivo básico evidenciar aos proprietários e aos usuários a necessidade de conservar e de utilizar sustentavelmente a riqueza biológica de que somos detentores.

III - Biossegurança dos organismos geneticamente modificados e das espécies exóticas invasoras: As atividades e os empreendimentos levados a efeito com organismos geneticamente modificados (OGMs) e com espécies exóticas invasoras precisam atender a legislação ambiental e de biossegurança. No que diz respeito aos OGMs, a Constituição Federal estabelece em seu Artigo 225, parágrafo 1º, inciso iv, que para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente será necessário realizar Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Da mesma forma, a Lei nº 6.938/81, da Política Nacional de Meio Ambiente e sua regulamentação, que deu origem a Lei nº 10,165/00 exigem o Licenciamento Ambiental Prévio de qualquer empreendimento ou atividade que possa, efetiva ou potencialmente, causar poluição ou degradação ambiental, constantes também das Resoluções do CONAMA nº 001/86; 237/97 e 305/02. As espécies

invasoras, por sua vez, são consideradas a segunda maior ameaça à biodiversidade mundial. Esta situação tem causado, em conseqüência, enormes prejuízos ecológicos e econômicos às áreas da agricultura, da pecuária, de florestas, de pesca, entre outros, além de sérios problemas à saúde humana. Cabe ressaltar, também, que a Constituição Federal estabelece, no seu artigo 225, parágrafo 1º, incisos i e ii, que o Poder Público deve preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; e ainda preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País.

IV - Agrobiodiversidade: A utilização de recursos genéticos por comunidades locais tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras), bem como por agricultores que praticam agricultura familiar constitui uma prática tradicional, considerada cada vez mais estratégica na conservação de materiais genéticos. Estas práticas estão sendo fundamentais na consolidação de estratégias voltadas à segurança alimentar e à própria autonomia do pequeno agricultor, garantindo, por conseqüência, a subsistência e a perpetuidade de suas práticas culturais e a sua permanência no campo. Tais ações envolvem aspectos relacionados ao uso, a manutenção e a valorização da diversidade genética de espécies e variedades de plantas utilizadas rotineiramente por essas comunidades. Dentro do amplo espectro de produtos potenciais derivados destas práticas agrícolas – a chamada agrobiodiversidade – destacam-se: as espécies alimentícias, as condimentares, as fitoterápicas, as fibrosas, e aquelas produtoras de resinas e de pigmentos, entre outras. Além da conservação do material genético, o conhecimento e a difusão das práticas culturais, tais como as técnicas de manejo agrícola, de intercâmbio de material genético e as tecnologias de processamento, constituem, também, objeto desta linha de ação. Da mesma forma, a legitimação do conhecimento tradicional associado à biodiversidade e aquele relativo à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da sua utilização são de extrema importância. A implementação de políticas públicas voltadas para o uso e conservação da agrobiodiversidade deve contribuir, efetivamente, para a segurança alimentar e para o aumento da geração de renda no campo.

Objetivo Imediato 3 (Subprojeto 3):

Houve avanços nos processos de negociação entre o governo e o setor produtivo para revisão das legislações e desenvolvimento de planos de gestão referentes ao acesso de recursos sobreexplorados como a lagosta e sardinha e no processo de preparação de planos de gestão e recuperação, preconizados pela IN MMA nº05/2004, bem como na definição das estruturas desses planos. Está composta uma equipe técnica base que, não obstante seu envolvimento em atividades preparatórias de projetos GEF de grande porte, aponta para o atingimento do objetivo dentro do marco temporal previsto.

Objetivo Imediato 4 (Subprojeto 4):

As principais linhas de ação, abordadas na execução desse Subprojeto, são:

- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Coordenação da Natureza: Lei 9.985/2002, que estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. Resultados relacionados: criação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas – Decreto de 5/06/2006; regulamentação de artigos pelo Dec. 4.320 de 22/08/2002, coordenação de grupos de trabalho técnico interinstitucionais voltados para a regulamentação de categorias de UCs.
- Serviço de Voluntariado: mecanismo imprescindível na manutenção das

unidades se bastante efetivo no envolvimento entre as comunidades e a área protegida. Foram realizadas campanhas de conscientização como a de Conduta Consciente em Ambientes Naturais, em parceria com agências de turismo, prefeituras, aeroportos, além de pesquisas de opinião, diagnósticos e levantamentos referentes ao uso público de UCs.

- Criação de Unidades de Conservação: em 2005 - Reserva Extrativista Arióca Pruanã, Parque Nacional da Chapada das Mesas, Floresta Nacional do Ibura, Estação Ecológica de Mata Preta, Parque Nacional das Araucárias, Parna da Serra de Itabaiana, RDS Itatuã-baquiá, Resex Ipaú-Anilzinho, Resex Mapuá, Resex Marinha Gurupi-Piriá, Resex Marinha Caete Taperaçu, Resex Marinha Tracuateua, Resex Marinha Arai-Peroba, Rebio Nascentes Serra do Cachimbo, Resex do Riozinho da Liberdade, Flona de Balata-Tufari, Flona de Anauá, Esec da Terra do Meio, Parna da Serra do Pardo, Flona de Palmares.

Objetivo Imediato 5 (Subprojeto 5):

Cerca de 30% das atividades desenvolvidas na Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético foram viabilizadas por meio do Subprojeto 5.

Objetivo Imediato 6 (Subprojeto 6):

Entre as realizações viabilizadas por esse Subprojeto destacam-se:

- Estudo e Diagnóstico sobre o corredor central da Mata Atlântica – Bahia e Espírito Santo.
- Levantamento e geração de base para a criação de Mosaicos.
- Levantamento e Produção de Mapas.
- Elaboração de Relatório Técnico com propostas de criação de Unidade Gestora para administrar os programas referentes às Reservas.
- Participação Técnica no IV Encontro e Feira dos povos do Cerrado.
- Participação Técnica no Seminário Conservação e Uso Sustentável das Áreas Protegidas e corredores: uma contribuição para a superação da pobreza nos Biomas Caatinga e Cerrado.
- Elaboração do Programa de Conservação e Uso sustentável do Cerrado.
- Lançamento do vídeo Conduta Consciente em Ambientes Recifais na Adventure Sports Fair em São Paulo-SP.

Objetivo Imediato 7 (Subprojeto 7):

O desempenho do Projeto foi bastante satisfatório, a seguir os principais avanços ocorridos:

- Reuniões preparatórias de capacitação de comunidades indígenas e quilombolas, para a participação na Oitava Conferência das Partes (COP 8) da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.
- Reuniões preparatórias com o setor privado para promover a sua integração com os assuntos relacionados à Oitava Conferência das Partes (COP 8) da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

- Reuniões com o setor acadêmico com o objetivo de organizar o evento “*Biodiversity – the Megascience in Focus*”, associado à COP 8.
- Apoio à participação indígena em eventos nacionais e internacionais.
- Apoio à participação de técnicos em eventos nacionais e internacionais.
- Lançamento em CD da publicação “Estratégias Nacionais de Biodiversidade na América do Sul – Perspectivas para Cooperação Regional”, em português, inglês e espanhol, como produto da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul, realizada no Rio de Janeiro de 14 a 17 de dezembro de 2003.
- Promoção de processo participativo, através de reuniões com representantes de todos os setores da sociedade, para a construção do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade, bem como do Terceiro Relatório Nacional para a CDB, ambos em parceria com o Projeto BRA/97/G31.
- Viabilização da construção da *web page* da Rede Brasileira de Biodiversidade, nos moldes do *Clearing House Mechanism* - CHM da CDB.
- Suporte técnico e logístico para a realização da Oitava Conferência das Partes (COP 8) da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

Em termos de desempenho, observa-se quanto **recursos financeiros** colocados à disposição do Projeto:

Ano	Programado	Executado
2005	5.939.303	1.992.793

Pelos dados acima observa-se que a execução continuou baixa em relação aos recursos programados.

Em detalhe observa-se como ocorreram as despesas no ano de 2005:

Ano	Pessoal Administ.	Pessoal Técnico (Equipe base e Consult.)	Viagens Nac/Int.	Contrato Pessoa Jurídica	Treinamento	Equipamentos	Relatórios	Diversos	Custos Adm.
2005	-	334.751	670.456	649.621	250.892	28.696	-	400	58.043

Vale ressaltar, que no período aconteceu a Revisão Substantiva “K”, de 1/07/05 que aumentou a dotação orçamentária em US\$ 2.722.636,00, elevou o orçamento para US\$ 12.598.989,00 e incluiu o Objetivo Imediato 8 (Subprojeto 8-Biomas Brasileiros).

No **Terceiro Relatório de Progresso** referente ao período de janeiro a dezembro de 2006, destacam-se as seguintes realizações:

Objetivo Imediato 1 (Subprojeto 1):

A execução do Probio foi finalizada em dezembro de 2006, tendo sido integralizado o recurso de contrapartida previsto no Acordo de Doação TF 28309. No

total foram apoiados 144 subprojetos. Foram publicados até o momento 30 livros que trazem os resultados obtidos pelos subprojetos e que têm subsidiado a tomada de decisão sobre as políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Em 2006, o Brasil sediou a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, demonstrando o engajamento e o interesse na implementação da CDB. O Brasil tem participado das discussões para o estabelecimento das metas e mecanismos de implementação. Durante o ano de 2006 o MMA realizou reuniões para discussão das metas brasileiras para 2010. O "Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II", que se encontra em negociação com o Banco Mundial e o GEF deve contribuir para que o Brasil atinja as metas de 2010 visando a redução drástica da perda da biodiversidade.

Objetivo Imediato 2 (Subprojeto 2):

As ações se desenvolveram enfaticamente dentro de quatro vertentes, conforme abaixo:

I - Conservação dos Recursos Genéticos: A conservação de recursos genéticos, tanto *ex situ* como *on farm* e *in situ*, é muito compartimentada e este Subprojeto busca a integração. Para tanto, estão sendo conduzidas/organizadas as seguintes ações para o cumprimento deste objetivo:

- Levantamento das instituições envolvidas com a conservação *ex situ*, *on farm*, e *in situ* de recursos genéticos da fauna, da flora e dos microrganismos, incluindo a representatividade de cada coleção; situação da conservação das amostras e indicação da infraestrutura disponível para a manutenção das coleções;
- Conservação das raças locais, das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas incluindo a identificação das espécies silvestres; o mapeamento das áreas de ocorrência e a indicação das medidas necessárias para a proteção dessas espécies;
- Revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna e da Flora Brasileiras Ameaçadas de Extinção, bem como desenvolvimento de planos para recuperação de espécies ameaçadas.

II - Uso Sustentável dos Recursos Genéticos: A sustentabilidade do uso dos recursos genéticos é condição primordial para a perpetuidade da sua utilização, sempre que os aspectos ecológicos, econômicos e sociais sejam, integralmente, observados. Trata-se, evidentemente, de uma forma avançada de conservação, já que o uso sustentável engloba o manejo das espécies e todas as suas formas de expressão, incluindo as variedades, as cultivares e as populações, isoladamente, ou em conjunto, os ecossistemas. Para a consecução deste objetivo específico estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- Identificação de espécies da flora brasileira de importância econômica atual ou potencial – "plantas para o futuro", incluindo a identificação, priorização e divulgação, por meio de portfólio, das espécies selecionadas. Esta atividade visa promover o uso, bem como fomentar a agregação de valor às espécies nativas sub-utilizadas, estimulando a utilização pelo pequeno agricultor e abrindo oportunidades de investimento, pelo setor empresarial brasileiro.

- Instrumentos de Fiscalização e Controle de Aspectos Ambientais Relacionados a Biossegurança. Esta ação busca dotar o Ministério dos instrumentos necessários para disciplinar os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos ambientais competentes para o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que façam uso de organismos geneticamente modificados, de modo que uma eventual liberação no meio ambiente desses organismos não venha a comprometer a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.
- Implantação do Projeto: Obtenção, Sistematização e Uso de Informação Taxonômica para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. Esta iniciativa, em parceria com a Colômbia e o México, está direcionada para o usuário de recursos genéticos e prevê, fundamentalmente, o fortalecimento de ações voltadas ao conhecimento, a conservação e de uso sustentável da biodiversidade.
- Valoração da biodiversidade e dos recursos genéticos, Esta ação tem como objetivo básico evidenciar aos proprietários e aos usuários a necessidade de conservar e de utilizar sustentavelmente a riqueza biológica de que somos detentores.

III - Biossegurança dos organismos geneticamente modificados e das espécies exóticas invasoras: As atividades e os empreendimentos levados a efeito com organismos geneticamente modificados (OGMs) e com espécies exóticas invasoras precisam atender a legislação ambiental e de biossegurança. No que diz respeito aos OGMs, a Constituição Federal estabelece em seu Artigo 225, parágrafo 1º, inciso iv, que para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente será necessário realizar Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Da mesma forma, a Lei nº 6.938/81, da Política Nacional de Meio Ambiente e sua regulamentação, que deu origem a Lei nº 10,165/00 exigem o Licenciamento Ambiental Prévio de qualquer empreendimento ou atividade que possa, efetiva ou potencialmente, causar poluição ou degradação ambiental, constantes também das Resoluções do CONAMA nº 001/86; 237/97 e 305/02. A Gerência vem participando ativamente das negociações que ocorrem no Congresso Nacional relativas a aprovação do Projeto de Lei sobre Biossegurança. As espécies invasoras, por sua vez, são consideradas a segunda maior ameaça à biodiversidade mundial. Esta situação tem causado, em consequência, enormes prejuízos ecológicos e econômicos às áreas da agricultura, da pecuária, de florestas, de pesca, entre outros, além de sérios problemas à saúde humana. Cabe ressaltar, também, que a Constituição Federal estabelece, no seu artigo 225, parágrafo 1º, incisos i e ii, que o Poder Público deve preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; e ainda preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País.

IV - Agrobiodiversidade: A utilização de recursos genéticos por comunidades locais tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras), bem como por agricultores que praticam agricultura familiar constitui uma prática tradicional, considerada cada vez mais estratégica na conservação de materiais genéticos. Estas práticas estão sendo fundamentais na consolidação de estratégias voltadas à segurança alimentar e à própria autonomia do pequeno agricultor, garantindo, por consequência, a subsistência e a perpetuidade de suas práticas culturais e a sua permanência no campo. Tais ações envolvem aspectos relacionados ao uso, a manutenção e a valorização da diversidade genética de espécies e variedades de plantas utilizadas rotineiramente por essas comunidades. Dentro do amplo espectro de produtos

potenciais derivados destas práticas agrícolas – a chamada agrobiodiversidade – destacam-se: as espécies alimentícias, as condimentares, as fitoterápicas, as fibrosas, e aquelas produtoras de resinas e de pigmentos, entre outras. Além da conservação do material genético, o conhecimento e a difusão das práticas culturais, tais como as técnicas de manejo agrícola, de intercâmbio de material genético e as tecnologias de processamento, constituem, também, objeto desta linha de ação. Da mesma forma, a legitimação do conhecimento tradicional associado à biodiversidade e aquele relativo à repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da sua utilização são de extrema importância. A implementação de políticas públicas voltadas para o uso e conservação da agrobiodiversidade deve contribuir, efetivamente, para a segurança alimentar e para o aumento da geração de renda no campo.

Objetivo Imediato 3 (Subprojeto 3):

Houve avanço nos processos de negociação entre o governo e o setor produtivo para revisão das legislações e desenvolvimento de planos de gestão referentes ao acesso de recursos sobreexplotados como a lagosta e sardinha e no processo de preparação de planos de gestão e recuperação, preconizados pela IN MMA nº 05/2004, bem como na definição das estruturas desses planos. Está composta uma equipe técnica base que, não obstante seu envolvimento em atividades preparatórias de projetos GEF de grande porte, aponta para o atingimento do objetivo dentro do marco temporal previsto.

Objetivo Imediato 4 (Subprojeto 4):

A Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas, responsável pela execução dos Subprojeto 4, coordena e integra os esforços de implantação, gestão e consolidação das Áreas Protegidas do Brasil em vários níveis. As principais linhas de ação, abordadas na execução desse Subprojeto, são:

- Elaboração de uma política para as áreas protegidas: publicado o Decreto no 5758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; instalada a Comissão Coordenadora Nacional do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.
- Ampliação e gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: em 2006 o SNUC foi ampliado em 11,026 milhões de hectares, resultante da criação de 22 unidades: Área de Proteção Ambiental do Tapajós/PA; Estação Ecológica da Guanabara/RJ; quatro Florestas Nacionais: Amaná/PA, Crepori/PA, Jamanxim/PA, Trairão/PA; cinco Parques Nacionais: Araguaia/PA, Juruena/AM/MT, Rio Novo/PA, Campos Amazônicos/AM/RO/MT, Campos Gerais/PR; duas Reservas Biológicas: Araucárias/PR, Perobas/PR; oito Reservas Extrativistas: Recanto das Araras de Terra Ronca/GO, Arapixi/AM, Canavieiras/BA, Lago do Cedro/GO, Rio Inini/AM, Rio Iriri/PA, Terra Grande/PA, Gurupá-Melgaço/PA e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas/PR.

Objetivo Imediato 5 (Subprojeto 5):

Cerca de 25% das atividades desenvolvidas na Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético foram viabilizadas por meio do Subprojeto 5, de modo que os resultados alcançados se devem à parceria entre a Agência e o

MMA.

Objetivo Imediato 6 (Subprojeto 6):

Nesse subprojeto, são desenvolvidas atividades de apoio e desenvolvimento voltadas aos Biomas Zona Costeira e Marinha, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Sendo assim, cabe destacar as seguintes ações:

- Apoio à realização do 8º encontro nacional dos Conselhos Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da 16ª reunião do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e da Reunião da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera.
- Participação na 10ª reunião da Rede Iberomab (Rede de Comitês do Programa "Homem e a Biosfera" e Reservas da Biosfera Iberoamericanas).

Objetivo Imediato 7 (Subprojeto 7):

A publicação do documento "Diretrizes e Prioridades para o Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – Panbio" que representa elemento norteador para o direcionamento das ações dos programas do PPA, federais e estaduais, relacionados à gestão da biodiversidade, bem como para integrar as agendas da sociedade civil e do setor privado. Os documentos distribuídos durante a COP 8 e a MOP 3, tiveram por objetivo dar maior visibilidade, tanto em âmbito nacional quanto internacional, às ações e projetos operacionalizados no âmbito do MMA, além de servir como excelente fonte para pesquisadores.

Lançamento durante a 12ª Reunião Extraordinária da Conabio, realizada em dezembro de 2006, do Portal Brasileiro sobre Biodiversidade – PortalBio, Ponto Focal Brasileiro do CHM da CDB, disponível no endereço eletrônico <<http://www.mma.gov.br/portaltbio>>. Trata-se de um sítio eletrônico na Internet, cuja missão é se constituir em uma referência nacional para pessoas e instituições que busquem informações sobre a biodiversidade brasileira, e possibilitar o compartilhamento de conhecimentos acerca de questões referentes à gestão da biodiversidade.

A estrutura e funcionamento do PortalBio estão de acordo com o Guia (Toolkit) para o CHM, estabelecido pela CDB, com a missão de promover e facilitar a cooperação técnica e científica. O site tem a seguinte estrutura principal: i) Convenção sobre Diversidade Biológica; ii) Biodiversidade no Mundo; iii) Implementação da CDB no Brasil; iv) Biodiversidade Brasileira; v) Órgãos Colegiados em Meio Ambiente; vi) Cooperação; vii) Links; e viii) Contatos.

Publicação do Terceiro Relatório Nacional para a CDB e do Sumário Executivo do Terceiro Relatório Nacional, ambos lançados durante a COP 8, em atendimento aos compromissos assumidos no âmbito da CDB.

Realização da COP 8 e da MOP 3 que se revestiram de profundo significado político, técnico, simbólico e pedagógico, dada a grandeza da responsabilidade do Brasil em relação à questão ambiental, em nível nacional e global.

Internamente, foi uma oportunidade ímpar para promover maior envolvimento de amplos setores do governo e da sociedade civil no processo global de decisão sobre o tema da biodiversidade, no intercâmbio de experiências e iniciativas e na

ampla divulgação dos temas da biodiversidade. Na esfera global, avançou-se na discussão de questões cada vez mais vitais – em termos ambientais, sociais e econômicos – para toda a humanidade.

A Oitava Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica, ocorrida em Curitiba, de 20 a 31 de março de 2006, adotou 34 decisões sobre os diversos itens em sua extensa agenda. Já a Terceira Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, ocorrida de 13 a 17 de março, também na capital paranaense, produziu, por sua vez, 18 decisões. Naturalmente, alguns desses resultados se destacam em sua relevância para o Brasil.

Importante resultado foi a decisão de avançar na elaboração e negociação de um regime internacional sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. O regime internacional é crucial para promover e salvaguardar a repartição justa e eqüitativa de benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. Para os países em desenvolvimento, detentores da maior parcela da biodiversidade do Planeta, trata-se de questão fundamental para viabilizar os três pilares da Convenção: conservação da diversidade biológica, uso sustentável de seus recursos e repartição dos benefícios decorrentes do acesso a recursos genéticos. A decisão adotada em Curitiba permitirá que esse processo prossiga com prioridade, a partir de texto apoiado pelo Brasil, que tem estado na vanguarda da defesa de um regime internacional.

Outro tema que mereceu atenção especial em Curitiba foi o artigo 8(j) da Convenção, que trata dos conhecimentos tradicionais associados. A decisão adotada versa, entre outros, sobre mecanismos para promover a efetiva participação de comunidades indígenas e locais; do desenvolvimento de elementos para um sistema de proteção dos conhecimentos, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais; e sobre elementos para um Código de Conduta Ética que assegure respeito à herança intelectual e cultural dessas comunidades. Todas as principais demandas brasileiras foram atendidas no documento adotado, inclusive o reconhecimento da especificidade também das comunidades locais (p.e., quilombolas).

Os temas relativos à cooperação técnica, à transferência de tecnologia e à capacitação permearam grande parte das decisões adotadas na COP 8 e na MOP 3. O mesmo ocorreu em relação à necessidade de apoio financeiro para a consecução dos objetivos da Convenção e do Protocolo. O Brasil defendeu com vigor que o cumprimento pelos países em desenvolvimento de seus compromissos está condicionado ao igual cumprimento pelos países desenvolvidos de suas obrigações relativas a recursos financeiros e a transferência de tecnologia, conforme o Artigo 20 da Convenção. Assim sendo, diversas decisões solicitaram ao mecanismo financeiro da Convenção ("Global Environment Facility" - GEF) e aos países desenvolvidos que colaborassem para a efetiva implementação dos diversos programas de trabalho existentes.

No âmbito do Programa de Trabalho sobre Biodiversidade Agrícola, aprovou-se decisão sobre a Iniciativa Transversal sobre Biodiversidade para Alimentação e Nutrição, em linha com a prioridade atribuída ao Brasil no que concerne ao combate à fome e à pobreza. Nesse mesmo contexto, adotou-se decisão sobre o controvertido tema das Tecnologias de Restrição de Uso Genético (GURTS), que reafirmou decisão anterior da COP (Decisão V/5) recomendando que não sejam aprovados para testes de campo produtos que incorporem GURTs até que haja informação suficiente. Foi esta uma reivindicação de diversos setores e posição da maior parte dos países presentes, inclusive do Brasil.

No que se refere especificamente à MOP 3, o principal resultado foi a adoção da Declaração de Curitiba sobre a definição de regras de identificação de carregamentos de organismos geneticamente modificados (OGMs) para uso na alimentação humana ou animal, ou para processamento, objeto do Artigo 18.2(a) do Protocolo de Cartagena. Trata-se de tema polêmico, que permanecia sem solução desde a época da negociação daquele acordo. O entendimento alcançado representa, assim, um marco histórico. As regras de identificação acordadas na MOP 3 - baseadas em proposta brasileira - assegurarão que carregamentos que contenham ou possam conter transgênicos sejam identificados com informações detalhadas, permitindo aos países importadores a adoção das medidas necessárias de biossegurança. Além disso, prevêm, por iniciativa brasileira, a possibilidade de seu aperfeiçoamento futuro.

Os resultados obtidos na COP 8 e na MOP 3 fortaleceram a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. As Conferências ocorridas em Curitiba representaram, assim, momento importante na busca de soluções coletivas para o desafio do desenvolvimento sustentável, de crucial importância para o Brasil.

Os números da Conferência são expressivos: mais de 4000 participantes, sem contar a imensa legião de colaboradores que, embora não contabilizados oficialmente pelo Secretariado da CDB, participaram ativamente de diversos trabalhos, reuniões e eventos. Na MOP 3 participaram 114 governos, sendo 98 Partes do Protocolo de Cartagena e 16 Não-Partes, por meio de 527 delegados. Na COP 8 participaram 163 governos, sendo 160 Partes da CDB e 3 Não-Partes, por meio de 1223 delegados.

Houve uma participação de observadores sem precedentes nas duas reuniões. Na COP 8 participaram 2891 observadores representando 608 entidades: 25 órgãos das Nações Unidas, 21 organismos internacionais, 283 organizações não-governamentais brasileiras, de outros países e redes internacionais (ONGs), 43 órgãos públicos brasileiros federais, estaduais e municipais, 85 instituições e redes científicas e educacionais, 42 empresas e organizações do setor privado, 6 entidades sindicais nacionais e internacionais, 98 organizações de comunidades indígenas e tradicionais brasileiras e de outros países, e 5 consulados e órgãos governamentais de outros países. Na MOP 3 participaram 735 observadores representando 183 entidades das mesmas categorias.

Nas sessões de debate da Reunião de Alto Nível participaram 130 países - 45 representados por seus Ministros do Meio Ambiente e 85 por Vice-Ministros, Embaixadores ou Chefes de Delegação - e seis organismos internacionais representados por seus diretores. A Reunião foi aberta pelo Presidente Lula e foi presidida pela Ministra Marina Silva. Na sessão de pronunciamentos em plenário, 88 países e 5 organismos internacionais informaram a COP sobre suas atividades para a implementação da CDB.

O Governo Brasileiro procurou encorajar a participação qualificada e legitimada da maior variedade possível de atores na COP 8 e na MOP 3. Essa participação tem que ser reforçada e encorajada, sempre. Os diversos eventos paralelos e associados serviram de base para lograr avanços nas discussões e negociações dos temas da agenda oficial da COP 8 e da MOP 3. Não se pode subestimar o impacto e a força desses encontros paralelos e associados que servem como foros de discussão, intercâmbio e aprofundamento, nem sempre possível no formato oficial da COP e da MOP.

Como parte das duas reuniões foram organizados 289 eventos paralelos (32 na MOP e 257 na COP) nas horas de almoço ou após as sessões da tarde, entre seminários, apresentações e debates. Mais de 60 eventos associados – entre simpósios científicos, seminários empresariais, encontros de redes – aconteceram nas universidades, museus e outros espaços na cidade de Curitiba.

O Ministério colaborou com o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS) na organização do Fórum Global da Sociedade Civil. O Fórum ofereceu uma intensa programação de debates sobre biodiversidade e biossegurança durante os 20 dias da MOP e da COP, com uma participação expressiva de palestrantes e debatedores nacionais e estrangeiros. Também ajudou o Comitê Intertribal a construir três ocas no local das reuniões que serviram de espaço de encontros entre os participantes indígenas e com o público e organizou uma Feira de Produtos Sustentáveis que trouxe 38 produtores de 15 estados. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento organizou a Taba Comunitária, um espaço dedicado a encontros e seminários para pequenos projetos comunitários do mundo inteiro participantes na *Equator Initiative*.

O Ministério do Meio Ambiente dedicou um espaço de mais de 10.000 metros quadrados como área de exposições onde 75 expositores nacionais e internacionais – ONGs, órgãos públicos brasileiros e de outros países, organismos internacionais, sociedades científicas, campanhas, editoras e livrarias – mostraram suas atividades em prol da biodiversidade e da implementação da CDB. O Ministério do Meio Ambiente distribuiu mais de oitenta títulos de publicações sobre biodiversidade em seu estande.

Doze mil professores levaram 130 mil alunos e suas famílias a visitarem as exposições, ocas e feira. A Prefeitura de Curitiba organizou uma linha de ônibus especial para levar participantes do centro ao ExpoTrade por meio de 8 ônibus ligeirinhos decorados com temas da biodiversidade, bem como outras dez linhas especiais por meio de 36 ônibus convencionais. Quatro mil voluntários universitários, falando um total de 60 línguas estrangeiras, ajudaram os participantes na cidade, no ExpoTrade, no aeroporto e nos ônibus.

Quatrocentos profissionais de jornais, TV e rádios nacionais e estrangeiras trabalharam nas duas reuniões. Com aproximadamente 400 jornalistas credenciados, os dois eventos realizados em Curitiba (PR) foram noticiados durante os 20 dias de sua duração. Sobre os eventos foram publicadas 660 matérias. Como demonstração da importância dada pela imprensa brasileira aos temas debatidos em Curitiba, a COP 8 teve cobertura diária dos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense. As conferências foram noticiadas também pelos Jornais O Valor e Gazeta Mercantil, além de revistas semanais como Veja, Época e Isto É. Vale destacar ainda o espaço que a COP 8 teve nas publicações e sites especializados.

A mesma importância foi dada pelas emissoras de televisão, que colocaram no ar 96 reportagens sobre a COP 8, totalizando nove horas de material veiculado. Incluem-se aqui matérias divulgadas em rede nacional pelas emissoras Bandeirante, Record, SBT, Globo e Radiobrás, e material jornalístico divulgado pelos jornais locais das emissoras de Curitiba (PR). As emissoras de rádio do país produziram mais de cem matérias sobre os dois eventos, totalizando cerca de 15 horas de transmissão.

A Assessoria de Imprensa do MMA produziu 87 matérias, disponibilizadas no site do Ministério do Meio Ambiente e enviadas a quatro mil endereços eletrônicos de jornalistas e instituições ligadas ao meio ambiente. Contratada para coordenar a

assessoria de imprensa do evento, a empresa IMK Relações Públicas produziu 215 matérias que, além de divulgadas pelo *site* da CDB, foram enviadas a três mil endereços eletrônicos de jornalistas, brasileiros e correspondentes estrangeiros, e organismos não governamentais. A empresa editou ainda 855 fotos, das quatro mil tiradas durante o evento, disponibilizando o material no *site* do evento, todas em alta resolução. O material foi utilizado por inúmeros jornais.

Objetivo Imediato 8 (Subprojeto 8):

Destacam-se as ações relativas à conservação dos recifes de coral, já que representam ecossistemas marinhos altamente produtivos. Os recifes têm importância sócio-econômica destacada por sua relação com os recursos pesqueiros, hoje, comprovadamente sobre-explotados. As ações de mapeamento dos recifes, publicadas no Atlas vem introduzir o Brasil em outros atlas internacionais que não incluíam esses ecossistemas brasileiros, únicos no Atlântico Sul. O monitoramento promovido pelo Reef Check-Brasil permite acompanhar a saúde dos mesmos, indicando, inclusive, alterações globais, como mudanças climáticas, por meio da checagem do seu branqueamento. A adesão do Brasil ao ICRI demonstra os esforços de negociação e articulação para incrementar a participação em fóruns internacionais de cooperação.

Outra ação de destaque foi a conclusão da Atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade nos biomas brasileiros (amazônia, mata atlântica e pampa, cerrado e pantanal, caatinga e zona costeira e marinha) que teve aprovação pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO). A formalização dessas Áreas deu-se pela Publicação da Portaria Ministerial No 9, de 23/01/2007, DOU, 24/01/2007. O novo mapa de áreas prioritárias, que contém indicação de ações e a importância biológica de cada área, facilitando ou permitindo o MMA a orientar as políticas setoriais do governo para o desenvolvimento sustentável. Destaca-se que foi um processo participativo: foram realizadas 13 Reuniões Técnicas, com a participação de mais de 670 especialistas em todos os biomas brasileiros e 10 Reuniões Regionais de consulta, com a presença de mais de 970 representantes dos diversos setores da sociedade.

Em termos de desempenho, observa-se quanto aos **recursos financeiros** colocados à disposição do Projeto:

Ano	Programado	Executado
2006	14.848.686,00	7.327.500,00

Registra-se que em 2006 ocorreu a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB (COP 8) e a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP 3). Para fazer face às despesas o MMA negociou acordos de patrocínio com empresas públicas, de economia mista, privadas ou de organismos internacionais.

Em detalhe observa-se como ocorreram as despesas no ano de 2006:

Ano	Pessoal Administ.	Pessoal Técnico (Consult)	Viagens Nac/Int.	Contratos Pessoa Jurídica	Treinamento	Equipamentos	Custos Missão/Relatórios	Diversos	Custos Adm.
2006	-	1.840.141	1.431.065	4.756.252	477.561	29.969	2.559	8.828	213.422

A análise dos dados levantados sobre a eficiência do Subprojeto indica que a execução em andamento afasta-se um pouco dos conceitos econômicos de maximização dos benefícios e de minimização dos custos, em razão da característica do Projeto de apresentar metas pouco mensuráveis.

Cabe registrar que alguns imprevistos afetaram o Subprojeto no período, a exemplo:

- redução da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros que ocorreu de modo continuado ao longo da implementação do Projeto provocando eventuais atrasos no repasse de recursos aos organismos de cooperação técnica com o adiamento dos planos de compras, contratação de consultores e outras ações previstas nos cronogramas dos Subprojetos.
- a transição advinda do Processo Seletivo Simplificado que ocorreu em outubro/2003, ocasionando "quebra de continuidade" na transição da equipe que se desligou, em dezembro de 2003 e a nova equipe, que assumiu a partir de janeiro de 2004, sem a transferência de conhecimentos para técnicos do quadro do MMA;
- a falta de profissionais com perfil adequado ao desenvolvimento das atividades; e,
- instabilidade de garantir estabilidade da equipe técnica, contratada em caráter temporário,

A despeito dessas limitações de gestão, em princípio, pode-se afirmar que o resultado pleno e eficiente do Projeto foi comprometido ou retardado e que, em boa parte, tornou-se um serviço continuado.

A propósito, no Quadro 04 abaixo, estão resumidos os dados das atividades implementadas pelo Projeto, em termos de programação e realização. Do total das atividades originais (115) foram acrescentadas 230 ao longo da vigência do projeto e somente 16 foram concluídas o que representa uma baixa execução e aponta para um quadro de ineficiência. Portanto, nesse contexto, pode indicar que as ações propostas foram comprometidas na sua conclusão e que, ainda, pelo baixo percentual atingido, exista, também, a sinalização de que outras ações poderão encontrar-se parcialmente concluídas, ou mesmo, em via de finalização.

Quadro 06 – Demonstrativo das atividades realizadas

Especificação	ATIVIDADES				
	Posição Original	Excluídas	Incluídas	Concluídas	Total em Execução em 2006
Objetivo Imediato 1 (Subprojeto 1)	<u>31</u>	<u>9</u>	<u>6</u>	<u>0</u>	<u>28</u>
Resultado 1.1	8	1	0	0	7
Resultado 1.2	7	4	0	0	3
Resultado 1.3	4	4 Transformado Subprojeto 7			0
Resultado 1.4	5	0	3	0	8
Resultado 1.5	3	0	1	0	4
Resultado 1.6	4	0	2	0	6
Objetivo Imediato 2 (Subprojeto 2)	<u>58</u>	<u>17</u>	<u>75</u>	<u>4</u>	<u>112</u>
Resultado 2.1	8	0	7	3	12
Resultado 2.2	7	2	10	0	15
Resultado 2.3	7	0	5	0	12
Resultado 2.4	11	11 Transformado Subprojeto 5			0
Resultado 2.5	5	0	7	1	11
Resultado 2.6	4	4	0	0	0
Resultado 2.7	12	0	0	0	12
Resultado 2.8	4	0	1	0	5
Resultado 2.9	0	0	10	0	10
Resultado 2.10	0	0	10	0	10
Resultado 2.11	0	0	20	0	20
Resultado 2.12	0	0	2	0	2
Resultado 2.13	0	0	3	0	3
Objetivo Imediato 3 (Subprojeto 3)	<u>35</u>	<u>9</u>	0	0	<u>26</u>
Resultado 3.1	5	0	0	0	5

Especificação	ATIVIDADES				
	Posição Original	Excluídas	Incluídas	Concluídas	Total em Execução em 2006
Resultado 3.2	9	0	0	0	9
Resultado 3.3	4	0	0	0	4
Resultado 3.4	3	0	0	0	3
Resultado 3.5	5	0	0	0	5
Resultado 3.6	9	9 Transf. em Ação do PPA	0	0	0
Objetivo Imediato 4 (Subprojeto 4)	<u>41</u>	<u>0</u>	<u>19</u>	<u>6</u>	<u>54</u>
Resultado 4.1	9	0	0	3	6
Resultado 4.2	4	0	5	3	6
Resultado 4.3	7	0	0	0	7
Resultado 4.4	6	0	2	0	8
Resultado 4.5	4	0	1	0	5
Resultado 4.6	5	0	1	0	6
Resultado 4.7	6	0	6	0	12
Resultado 4.8	0	0	4	0	4
Objetivo Imediato 5 (Subprojeto 5)	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>17</u>	<u>2</u>	<u>14</u>
Resultado 5.1	0	1	17	2	14
Objetivo Imediato 6 (Subprojeto 6)	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>18</u>	<u>0</u>	<u>18</u>
Resultado 6.1	0	0	6	0	6
Resultado 6.2	0	0	6	0	6
Resultado 6.3	0	0	6	0	6
Objetivo Imediato 7 (Subprojeto 7)	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>31</u>	<u>4</u>	<u>25</u>
Resultado 7.1	0	0	8	0	8
Resultado 7.2	0	2	9	0	7
Resultado 7.3	0	0	11	1	10
Resultado 7.4	0	0	3	3	0
Objetivo Imediato 8 (Subprojeto 8)	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>64</u>	<u>0</u>	<u>64</u>
Resultado 8.1	0	0	14	0	14
Resultado 8.2	0	0	20	0	20
Resultado 8.3	0	0	15	0	15
Resultado 8.4	0	0	6	0	6
Resultado 8.5	0	0	9	0	9

De qualquer maneira, vale ressaltar que o baixo desempenho do Subprojeto revela a pouca eficiência da execução e que os resultados alcançados até o momento, determinam uma tendência caracterizada de serviço continuado.

4.4.3 Avaliação da Eficácia

A Avaliação de Eficácia mostra o grau de obtenção dos objetivos e metas previstas no Projeto em quantidade, qualidade e tempo, tendo como ênfase as atividades executadas, os produtos obtidos e os efeitos alcançados, independente de custos operacionais incorridos.

Na tentativa de agregar informações ao trabalho avaliativo e de identificar os graus de eficácia do processo de implementação (êxito e problemas), assim como os condicionantes de seus sucessos e bloqueios foi utilizada a aplicação de um Estudo de Campo, com objetivo geral de avaliar o processo de implementação do Projeto, seu desempenho e seus resultados, com levantamento, no sentido de buscar a apreensão das expectativas e percepção dos principais atores e participantes da execução, de modo a indicar ao gestor pontos de estrangulamento, visando à orientação, quanto à continuidade, à necessidade de correções ou mesmo servir de parâmetro de experiência acumulada para subsidiar a elaboração de futuros projetos.

Dessa forma, foi aplicado um Questionário, em um modelo teórico e não-experimental de pesquisa, direcionado ao grupo de implementação (Diretores, coordenadores, servidores e participantes de um modo geral da execução do Projeto), ou seja, foram colhidas informações dos principais atores do Projeto, visando absorver a percepção dos executores, voltada à dimensão institucional e medida pelas evidências do alcance dos objetivos e metas, considerando, principalmente, os aspectos de aceitação, satisfação, tempo e outros registros. Além disso, deveria colher dos gestores os efeitos ou impactos alcançados para a aferição, em conformidade como os critérios estratégicos da relevância, da eficiência, da eficácia e da sustentabilidade, em confronto com os objetivos estabelecidos na concepção ou formulação do Subprojeto.

A pesquisa pretendeu obter informações baseadas na estrutura administrativo-organizacional do Projeto, estratégia metodológica de avaliação que procurou evidenciar a dinâmica da execução do Projeto, utilizando atribuições de conceitos, que foram mensurados percentualmente, tendo como abrangência, variáveis em duas dimensões: a primeira concernente à Gestão Institucional e a segunda compreendendo os aspectos de Infra-Estrutura, Recursos Humanos e Recursos Sociais.

Cabe ressaltar que, as dimensões acima tiveram interface com diversas categorias de análise, que retratam a estrutura operacional e, ao mesmo tempo, reflete medidas de avaliação da eficácia do Projeto, tipo: Estrutura organizacional e de gestão, financiamento, sustentabilidade político institucional, participação ou parcerias, sistema de monitoramento e avaliação, comunicação, recursos humanos, recursos físicos e recursos sociais.

No Quadro 07 estão resumidos os dados referentes à Gestão Institucional do Projeto, analisados a partir da primeira parte do Questionário da Pesquisa de Campo.

O Quadro retrata a pesquisa, demonstram a dinâmica encontrada pelos diversos agente executores do Projeto que, em termos de eficácia revelam algumas práticas nas estruturas de operação.

- **Estrutura Organizacional e de Gestão**, representando os graus e formas de implementação que dispõem da hierarquia dos órgãos, as características da autoridade e o fluxo de decisões – 60% têm a opinião de que o Projeto tem Condições Satisfatórias, mas, 40% representam a insatisfação, o que permite indicar que a estrutura organizacional do Projeto está funcionando com regularidade.
- **Financiamento**, que constitui os mecanismos de alocação e gastos, envolvendo normas e regras de transferência e resultados da execução orçamentária ou financeira não houve demonstração de que o Projeto tem Condições Altamente Satisfatórias, mas 80% demonstraram que tem Condições Satisfatórias, e 20% informaram que as Condições são Insatisfatórias. Portanto, a satisfação da maioria leva a conclusão de que o fluxo de recursos financeiros do Projeto funciona razoavelmente.
- **Sustentabilidade Político-Institucional**, que representa o envolvimento de distintos níveis de governo e organizações sociais 2% demonstraram que o Projeto tem Condições Altamente Satisfatórias, 50% em Condições Satisfatórias e 2% representando a insatisfação, porém 46% não informaram, o que pode indicar que a estrutura organizacional do Projeto não está plenamente funcionando ou não se aplica a alguns dos Subprojetos que compõem o Projeto.
- **Sistema de Monitoramento e Avaliação**, que representa o controle e o mecanismo de acompanhamento e avaliação 2% mostram que o Projeto tem Condições Altamente Satisfatórias, seguidas de 40% em Condições Satisfatórias e 58% representando a insatisfação, o que pode indicar que existe alguma falha nos mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Quadro 07 – Primeira parte da Pesquisa – Gestão Institucional

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES/ASPECTOS AVALIADOS	Condições Altamente Satisfatórias (%)	Condições Satisfatórias (%)	Condições Insatisfatórias (%)	Não se Aplica (%)
Estrutura Organizacional e de Gestão	Grau de centralização e descentralização do Subprojeto. Grau de dependência e autonomia das instâncias do Subprojeto. Grau de articulação intra e inter ministerial. Grau de articulação interestadual e intermunicipal. Grau de articulação com os órgãos gestores nos estados e municípios. Grau de satisfação dos parceiros. Condições de trabalho e operativa das equipes nacional, estadual e municipal. Adequação, agilidade e eficiência das instâncias, instrumentos e processos de gestão (subprojeto, convênio e relatórios).	0	60	40	0
Financiamento	Evolução da captação de recursos financeiros. Informações sobre previsão e execução orçamentária do subprojeto. Grau de suficiência e fluxo dos recursos financeiros. Percentual de execução do orçamento.	0	80	20	0
Sustentabilidade Político-Institucional	Grau de institucionalização do Subprojeto. Grau de articulação da rede de parceiros e apoiadores.	2	50	2	46
Sistema de Monitoramento e Avaliação	Qualidade e adequação dos instrumentos de monitoramento e avaliação. Freqüência e continuidade do processo de monitoramento e avaliação. Quantidade e qualidade da difusão dos resultados. Grau de retroalimentação do	2	40	58	0

No Quadro 08 estão resumidos os dados referentes à Gestão Institucional do Projeto, condensados de forma decrescente e tendo como foco somente duas condições de conceitos: "Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias" e "Condições Insatisfatórias/não se aplica". Os dados permitem visualizar que, em termos de eficácia, as categorias de análise refletem a seguinte classificação:

- **Financiamento** teve a primeira classificação, com 80% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 20% Condições insatisfatórias.
- **Estrutura Organizacional e de Gestão**, ficaram empatados, com 60% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 40% Condições insatisfatórias.
- **Sustentabilidade Político-Institucional**, na segunda colocação, com 52% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 48% Condições insatisfatórias.
- **Sistema de Monitoramento e Avaliação**, com 42% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 58% Condições insatisfatórias.

Quadro 08 – Primeira parte da Pesquisa – Gestão Institucional – Resultados condensados de forma decrescente e em duas dimensões

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES/ASPECTOS AVALIADOS	Condições Altamente Satisfatórias e Condições Satisfatórias (%)	Condições Insatisfatórias ou não se aplica (%)
Financiamento	Evolução da captação de recursos financeiros. Informações sobre previsão e execução orçamentária do subprojeto. Grau de suficiência e fluxo dos recursos financeiros. Percentual de execução do orçamento.	80	20
Estrutura Organizacional e de Gestão	Grau de centralização e descentralização do Subprojeto. Grau de dependência e autonomia das instâncias do Subprojeto. Grau de articulação intra e inter ministerial. Grau de articulação interestadual e intermunicipal. Grau de articulação com os órgãos gestores nos estados e municípios. Grau de satisfação dos parceiros. Condições de trabalho e operativa das equipes nacional, estadual e municipal. Adequação, agilidade e eficiência das instâncias, instrumentos e processos de gestão (subprojeto, convênio e relatórios).	60	40
Sustentabilidade Político-Institucional	Grau de institucionalização do Subprojeto. Grau de articulação da rede de parceiros e apoiadores.	52	48
Sistema de Monitoramento e Avaliação	Qualidade e adequação dos instrumentos de monitoramento e avaliação. Frequência e continuidade do processo de monitoramento e avaliação. Quantidade e qualidade da difusão dos resultados. Grau de retroalimentação do Subprojeto.	42	58

Fonte: Questionário-pesquisa de avaliação

Observação das categorias analisadas e classificadas acima demonstram que as metas propostas exigem um melhor desempenho pois, embora tenha distinguido o aspecto Financeiro, na primeira colocação, observa-se que a execução do Projeto necessita de alguns ajustes, principalmente no que concerne ao monitoramento e avaliação. Entretanto, vale ressaltar que os Relatórios de Progressos anuais registram certo grau de insatisfação com a redução de recursos orçamentários e financeiros

que provocou eventuais atrasos no repasse de recursos ao organismo de cooperação técnica causando adiamento dos planos de compra, contratação de consultores e outras ações previstas nos cronogramas dos Subprojetos.

No Quadro 09, estão resumidos os dados referentes à Infra-Estrutura, Recursos Humanos e Recursos Sociais do Projeto, analisados a partir da segunda parte do Questionário da Pesquisa de Campo.

O Quadro retrata a pesquisa, que demonstra a dinâmica encontrada pelos diversos agente executores do Projeto que, em termos de eficácia, revelam algumas práticas, nas estruturas de operação.

- **Comunicação**, que representa o grau de existência de sistemas de comunicação e informação entre níveis de governo e também com outras organizações 20% têm a opinião de que o Projeto tem Condições Satisfatórias e 80% consideram as condições insatisfatórias. Portanto, os meios de comunicação não estão funcionando na plenitude.
- **Recursos Humanos**, que constituiu o quantitativo, o fluxo de seleção, a existência de atividades de capacitação e a satisfação dos técnicos envolvidos no Projeto. O percentual de 30% em Condições Satisfatórias, seguido de 70% de insatisfação, pode indicar que ainda há carência de pessoal técnico, bem como de pessoal administrativo para melhor desempenho da execução do Projeto.
- **Recursos Físicos**, que representa a disponibilidade e adequação de instalações, equipamentos e disponibilidade dos meios de transportes, 5% mostram que o Projeto tem Condições Altamente Satisfatórias e 70% indicarem que as Condições são Satisfatórias, 13% julgam as Condições Insatisfatórias e 12% não opinaram. Isso possibilita observar que o Projeto está funcionando plenamente.
- **Recursos Sociais**, constituindo a percepção dos benefícios econômicos, sócio-culturais, ambientais advindos do Projeto e níveis e formas de participação social, 20% têm Condições Satisfatórias, 40% consideraram as Condições Insatisfatórias e 40% não se aplica o questionário, o que pode indicar que os benefícios sociais do Projeto não estão claramente definidos de modo a ser avaliado.

Quadro 09 – Segunda parte da Pesquisa – Infra-Estrutura, Recursos Humanos e Sociais

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES/ASPECTOS AVALIADOS	Condições Altamente Satisfatórias (%)	Condições Satisfatórias (%)	Condições Insatisfatórias (%)	Não se Aplica (%)
Comunicação	Adequação e qualidade dos meios e instrumentos de comunicação utilizados. Fluência da informação entre instâncias de gestão e parceiros. Adequação dos meios de comunicação para disseminação de informações junto aos parceiros.	0	20	80	0
Recursos Humanos	Quantidade, suficiência e qualidade dos servidores. Forma de recrutamento e capacitação de recursos humanos.	0	30	70	0
Recursos Físicos	Disponibilidade e adequação de instalações e equipamentos. Disponibilidade dos meios de transportes.	5	70	13	12

Resultados Sociais	Percepção dos benefícios econômicos, sócio-culturais e ambientais advindo do Subprojeto.	0	20	40	40

Fonte: Questionário-pesquisa de avaliação

No Quadro 10, estão resumidos os dados referentes à Infra-Estrutura, Recursos Humanos e Recursos Sociais do Subprojeto, condensados de forma decrescente e tendo como foco somente duas condições de conceitos: "Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias" e "Condições Insatisfatórias/não se aplica". Os dados permitem visualizar, que em termos de eficácia as categorias de análise refletem a seguinte classificação.

- **Recursos Físicos** ficaram com 75% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 25% Condições Insatisfatórias.
- **Recursos Humanos**, com 30% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 70% Condições Insatisfatórias.
- **Comunicação** obteve a primeira classificação, com 20% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 80% Condições Insatisfatórias
- **Recursos Sociais**, com 20% em Condições Altamente Satisfatórias/Condições Satisfatórias e 80% Condições Insatisfatórias.

Quadro 10 – Segunda parte da Pesquisa – Infra-Estrutura, Recursos Humanos e Sociais – Resultados de forma decrescente e condensada em duas condições

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES/ASPECTOS AVALIADOS	Condições Altamente Satisfatórias e Condições Satisfatórias (%)	Condições Insatisfatórias ou não se aplica (%)
Recursos Físicos	Disponibilidade e adequação de instalações e equipamentos. Disponibilidade dos meios de transportes.	75	25
Recursos Humanos	Quantidade, suficiência e qualidade dos servidores. Forma de recrutamento e capacitação de recursos humanos.	30	70
Comunicação	Adequação e qualidade dos meios e instrumentos de comunicação utilizados. Fluência da informação entre instâncias de gestão e parceiros. Adequação dos meios de comunicação para disseminação de informações junto aos parceiros.	20	80
Recursos Sociais	Percepção dos benefícios econômicos, sócio-culturais e ambientais advindo do Subprojeto.	20	80

Fonte: Questionário-pesquisa de avaliação

Observação das categorias analisadas e classificadas acima, demonstra que os Recursos Físicos e os Recursos Humanos foram considerados satisfatórios. Já os setores de Comunicação e Recursos Sociais necessitam de ajustes.

4.4.4 Avaliação do Impacto

A Avaliação de Impacto (ou de Efetividade) é uma dimensão de sucesso que verifica o mérito dos efeitos do projeto, com a medida do grau de sucesso e/ou insucesso (fracasso), que representa mudança de uma situação, quer planejada ou não, positiva ou negativa proporcionada por um projeto. Assim, o impacto é mensurado em consequência dos efeitos do projeto.

Em linhas gerais, pode-se dizer que uma avaliação de impacto tem a finalidade de captar o reflexo de uma intervenção em um contexto mais amplo, que de certo modo, analisa os resultados dos efeitos de um projeto e verifica, não apenas se as atividades previstas foram executadas, mas, também, se os resultados esperados foram igualmente alcançados, ou seja, se o programa realmente produz os benefícios que se espera para os beneficiários e em que intervalo de tempo. Basicamente, o impacto pode ser avaliado somente depois de decorrido um período significativo de funcionamento ou de finalização do projeto. Convém lembrar que nem todos os efeitos aparecem durante o período de exercício do projeto e, em alguns casos, podem se apresentar depois do término.

Portanto, na análise de impacto, observa-se a capacidade do projeto em produzir mudança, em função dos objetivos de impacto estabelecidos, assim como, qual a magnitude da mudança. Desse modo, o impacto se realiza mediante a comparação entre o estado "inicial" da população-objeto (linha de base) e o estado "final", ou "durante" situação existente depois de um período de tempo de operação do projeto (linha de comparação).

Assim, embora os documentos referentes à execução do Projeto não apresentem indicativos que determinem a formulação de uma linha de comparação (medição do "antes") e somente estabelecem (medição do "depois"), teoricamente, poderia impossibilitar o levantamento dos "efeitos líquidos", e em consequência, a não medição da mudança ocorrida, ou impacto da operacionalização do Projeto.

Apesar das dificuldades de transparecer que existem impactos gerados na execução do Projeto, pela falta de indicadores mesuráveis necessários para quantificar as ações executadas, no ponto de vista temporal, a avaliação permite concluir que a implementação posta em prática, a partir de julho de 2001, está produzindo resultados satisfatórios que, de um modo geral, possibilita observar que houve uma mudança nas condições de trabalho do Ministério do Meio Ambiente, pois os resultados parciais dos objetivos do Projeto mostram-se impactantes, tanto no médio quanto no longo prazo.

Dentro desse prisma, o Projeto apresenta significativo impacto no Ministério do Meio Ambiente, com destaque para alguns pontos:

- O Brasil ter sediado a 8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP 8) e a 3ª Reunião do Protocolo de Cartagena (MOP 3) o que realçou a importância do país na condução das negociações sobre conservação, uso sustentável e repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos;
- Foi realizado o levantamento das espécies da flora e da fauna brasileiras ameaçadas de extinção;
- Houve a adesão ao Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação;

- Foi incluído o processo de negociação social participativa para a gestão compartilhada do acesso e uso dos recursos pesqueiros. Houve avanço na formação e trabalhos de comitês gestores. Houve consultas e capacitações para o planejamento do sistema de gestão do uso dos recursos pesqueiros e para a elaboração dos planos de gestão por recurso, bacia hidrográfica ou ecossistema;
- O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação foi implantado e está sendo alimentado e aperfeiçoado;
- Foram criadas várias Unidades de Conservação no País;
- A Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético foi estabelecida;
- Houve apoio à implantação e funcionamento das Reservas da Biosfera brasileiras;
- Foram elaboradas, publicadas e lançadas, durante a COP 8, as Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade;
- Foi publicado e lançado o Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica;
- Realizadas diversas ações para viabilizar a conservação, uso sustentável dos biomas brasileiros da Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, Zona Costeira e Marinha e no âmbito do Programa Antártico Brasileiro.

4.4.5. Avaliação da Sustentabilidade

A Avaliação de Sustentabilidade depende da análise dos critérios propostos no documento de projeto, onde é assegurada a maximização dos benefícios implantados e ao mesmo tempo, permite observar se os mesmos possuem caráter duradouro em diferentes dimensões: técnica, econômica, ambiental, cultural e social. Isto é, uma avaliação que permite medir se os resultados positivos alcançados durante a implementação do projeto têm a probabilidade de se manter após o término da cooperação técnica.

O indicador de sustentabilidade no seu significado representa o instrumento que tem a capacidade de ser sustentado, conservado em bom estado, conservado na mesma posição ou, ainda, mantido no nível apropriado.

Dessa maneira, a Avaliação de Sustentabilidade requer que se examine, entre outros fatores, se os bons resultados tão duramente conquistados serão consolidados, se a infra-estrutura criada será mantida e se a capacidade institucional, que vem sendo construída nos níveis federal, estadual e municipal será preservada.

Portanto, para a realização de uma Avaliação de Sustentabilidade existe a necessidade de se identificar quais os indicadores de sustentabilidade estabelecidos no projeto, isto é, os indicadores que objetivam assegurar que o projeto seja sustentável em todas as suas dimensões.

Por sua vez, no Projeto avaliado, nota-se que na estrutura lógica não estão explicitados os instrumentos capazes de mensurar a sustentabilidade. Desse modo, a Matriz Lógica do Projeto não apresenta critérios com perfil de sustentabilidade, ou indicadores mensuráveis com atributos para tal fim. Existe apenas alguns descritores em formato genérico, qualitativo e, sobretudo, não passível de mensuração no curto prazo. É evidente que os descritores necessitam ser traduzidos em itens mensuráveis, quantificáveis e, conseqüentemente, transformados em indicadores. Ademais, a forma como foi apresentado no documento, possibilita que seja efetuada uma análise de forma longitudinal, por apresentar uma variável de tempo, destinada ao monitoramento e avaliação ao longo da existência do Subprojeto.

De qualquer maneira, cabe ressaltar que o Projeto apresentou diversas limitações que comprometeram o processo de implementação, refletindo assim, no andamento da execução, a exemplo:

- recursos humanos insuficientes;
- fluxo de recursos financeiros insuficientes, necessitando de maior agilidade nos repasse de recursos para o PNUD;
- insuficiência na aquisição de material para divulgação dos eventos;
- atraso generalizado no cronograma de execução do Projeto.

A despeito dessas limitações de Gestão, em princípio, pode-se afirmar que o resultado pleno e eficiente do Projeto foi comprometido ou retardado, e que, em boa parte as atividades tornaram-se um serviço continuado pois, em seis anos de execução, embora com ações parcialmente concluídas ou mesmo em via de finalização, no momento, corresponde a uma baixa execução.

Mesmo assim, espera-se que os resultados positivos alcançados durante a execução do Projeto se consolidem e se mantenham ao longo do tempo, mesmo após o término do Projeto. Assim, poderiam permanecer os ganhos com a infra-estrutura criada no Ministério do Meio Ambiente, a manutenção da capacidade institucional construída nos níveis federal, estadual e municipal e o orçamento preservado, dado a vulnerabilidade do setor de meio ambiente, que provavelmente, não está incluído na prioridade social, e com isso, corre sempre o risco de cortes financeiros.

A manutenção, por mais dois anos, da equipe técnica que foi contratada temporariamente viabilizará a total transição das atividades relacionadas ao projeto. Ademais, o concurso público para a contratação de novos técnicos, realizado em 2005, possibilitou a participação de uma gama de especialistas viabilizando o início dessa transição. Entretanto, o quantitativo disponível ainda não é suficiente.

4.5. Lições Aprendidas da Implementação

As lições aprendidas na implementação do Projeto BRA/00/021, especificadas nos Relatórios de Progressos e nas sucessivas Revisões, refletiram as seguintes questões:

1) Em se tratando dos **problemas** acontecidos em relação ao Projeto foram apontados os abaixo descrito.

- *Descontinuidade da equipe base* – A descontinuidade da equipe base dos subprojetos. Houve uma transição advinda do Processo Seletivo Simplificado que ocorreu em outubro de 2003, ocasionando “quebra de continuidade” na transição da equipe que se desligou em dezembro de 2003 e a nova equipe que assumiu a partir de janeiro de 2004.
- *Mudança na cultura de gestão de projeto* – A mudança exigiu, dentre outros aspectos, o aprimoramento nas atividades de planejamento, licitações e monitoria física e financeira.
- *Morosidade do PNUD* – Morosidade na tramitação dos processos licitatórios, no âmbito do PNUD.
- *Falta de infra-estrutura* – De um modo geral, o Projeto carece de recursos humanos. No início careceu de equipamentos de informática e instalações físicas.
- *Atrasos continuados na liberação de recursos* – Atrasos na liberação de recursos orçamentários e financeiros, de modo continuado, ao longo da implementação do Projeto.

2) Das lições **positivas aprendidas** foram destacadas as abaixo pontuadas.

- A produção de todo o material necessário para a realização da COP 8 e da MOP 3 realizada com a participação de diversos atores.
- Avanços nos processos de negociação entre o Governo e o Setor Produtivo para revisão das legislações e desenvolvimento de planos de gestão referentes ao acesso de recursos pesqueiros subreexplorados.
- Elaboração de uma política para as áreas protegidas.
- Ampliação e gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc.
- Implantação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.
- As Diretrizes e Prioridades para o Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – Panbio.
- Terceiro Relatório Nacional para a CDB.
- Atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade nos biomas brasileiros.

3) Quanto aos **riscos**, que possam afetar a implementação do Projeto foram apontados os abaixo descritos.

- *Baixa disponibilidade de recursos financeiros* – Foi um dos fatores de risco a implementação das metas do Projeto, provocando atrasos na

descentralização de recursos aos organismos de cooperação técnica, com o adiamento dos planos de compras, contratação e outros previstos nos cronogramas dos projetos.

- *Insuficiência de Equipamentos* – no início do projeto foi fator preponderante, mas posteriormente houve mais aquisição de equipamentos.
- *Descontinuidade da equipe base* – A descontinuidade da equipe base do Projeto ocasionou perda de pessoal altamente qualificado e envolvido com a execução do projeto.
- *Falta de infra-estrutura* – De um modo geral, o Projeto carece de recursos humanos e instalações físicas.

4) Quanto aos **imprevistos**, que afetaram o desenvolvimento do Subprojeto foram apontados os abaixo relacionados.

- *Atrasos continuado na liberação de recursos* – Atrasos na liberação de recursos orçamentários e financeiros, de modo continuado, ao longo da implementação do Projeto.
- *Quebra de continuidade* – Outro imprevisto foi à transição advinda do Processo Seletivo Simplificado que ocorreu em outubro/2003, ocasionando “quebra de continuidade” na transição da equipe que se desligou em dezembro de 2003 e a nova equipe que assumiu a partir de janeiro de 2004.

5. CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas a seguir refletem um conjunto de observações sobre os resultados das ações executadas do Projeto BRA/00/021, nos últimos seis anos, e que foram especificadas nos Relatórios de Progressos e nas sucessivas Revisões.

Vale recordar que esta avaliação teve os objetivos seguintes.

- Avaliação de Meio Termo do Projeto BRA/00/021, observando a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade do subprojeto.
- Verificação do cumprimento dos objetivos e do alcance dos resultados propostos pelo Projeto BRA/00/021.
- Apresentação de conclusões, lições aprendidas e recomendações aos órgãos e entidades envolvidas na implementação e execução do Projeto.

A avaliação permitiu constatar que o Subprojeto BRA/00/021 tem cooperado com o empenho nacional de implementar os dispositivos da Conservação sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico para as gerações

futuras, sendo que os seus objetivos e metas, embora de forma lenta, vêm sendo atingidos, e de algum modo, validam o cumprimento do propósito do Projeto.

De um modo geral as conclusões sobre as realizações do Projeto apontam para diversos pontos relevantes, tais como os seguintes relacionados.

- *Estratégia* – O Projeto assegurou estrategicamente à possibilidade de o Ministério do Meio Ambiente definir e executar a política, o plano de ação e o programa de biodiversidade; estabelecer e coordenar ações de gestão de recursos genéticos; promover a sustentabilidade dos recursos pesqueiros; coordenar e integrar esforços para criar e gerir áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal, bem como desenvolver a conservação *ex situ*, a pesquisa e o ensino em botânica tropical.
- *Relevância* – O Subprojeto foi relevante ao País e teve um desenho consistente ao consolidar no Ministério do Meio Ambiente, os preceitos da cooperação técnica internacional.
- *Apoio técnico do PNUD* – O apoio técnico e administrativo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que tem no seu mandato central o combate à pobreza, a utilização sustentável do meio ambiente e os objetivos de desenvolvimento humano sustentável foi importante para o Projeto.
- *Eficiência* – O Projeto proporcionou a Secretaria de Biodiversidade e Florestas executar grande parte das ações programadas.
- *Participação em foros internacionais* – O Projeto proporcionou ao MMA maior participação nos foros internacionais, obtendo mais respeito à área ambiental junto aos demais Ministérios e organismos e foros internacionais (bilaterais, regionais e multilaterais) em que são tratadas as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.
- *Vinculação estratégica* – A vinculação estratégica do Projeto aos programas do Plano Plurianual de Ação do Governo – PPA.
- *Divulgação de documentos* – A elaboração e divulgação de vários documentos conforme mencionado anteriormente.

Diante dos dados levantados sobre as atividades executadas, os estudos revelam uma diversidade de realizações e sugerem que nas dimensões de relevância, de eficiência, de eficácia, de impacto e de sustentabilidade, o Projeto tem-se mostrado assim:

Relevância – **Os objetivos e metas planejados estão sendo atingidos, têm relevância e continuam adequados** ao que foi previsto, especialmente, no atendimento das ações de cooperação técnica internacional no MMA.

Eficiência – É uma dimensão de desempenho que mostra a relação custo/benefício, o que significa dizer, a relação entre os resultados e os custos envolvidos na execução de um projeto.

A análise dos dados levantados sobre a eficiência do Projeto indica que a execução em andamento afasta-se um pouco dos conceitos econômicos de maximização dos benefícios e de minimização dos custos, em razão da característica do Projeto de apresentar metas pouco mensuráveis.

Entretanto, houve uma evolução crescente no Projeto, mas somente no sentido financeiro, porque em termos de resultados na execução das metas, o Projeto apresentou um baixo desempenho, provocando um comprometimento ou retardamento dos resultados previstos, e que em algum momento, aflora uma tendência característica de serviço continuado.

Cabe registrar que alguns imprevistos afetaram o Projeto no período, a exemplo:

- redução da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros que provocou eventuais atrasos no repasse de recursos aos organismos de cooperação técnica, com o adiamento dos planos de compras, contratação e outros previstos nos cronogramas dos projetos;
- a transição advinda do Processo Seletivo Simplificado que ocorreu em outubro/2003, ocasionando “quebra de continuidade” na transição da equipe que se desligou, em dezembro de 2003 e a nova equipe, que assumiu a partir de janeiro de 2004, sem a transferência de conhecimentos para técnicos do quadro do MMA;
- a falta de profissionais com perfil adequado ao desenvolvimento das atividades; e,
- a insuficiência de treinamento sobre normas e procedimentos que envolvam cooperação técnica para melhorar a padronização, unificação e racionalização na execução dos Projetos.

Essas limitações de Gestão do Projeto, de um modo geral, podem ter provocado um retardamento de implementação e a pouca eficiência pode ter levado a uma baixa execução.

É importante observar que, embora tenha sido verificado de que houve um baixo resultado, indicando que as ações propostas foram comprometidas, na sua conclusão, tudo indica que outras ações poderão encontrar-se parcialmente concluídas, ou mesmo, em via de finalização.

De qualquer maneira, ***em termo de desempenho pode-se afirmar que o Projeto foi pouco eficiente e que em boa parte das atividades tomaram um caráter de serviço continuado.***

- > *Eficácia* – Para mostrar o grau de obtenção dos objetivos e metas previstas no Subprojeto, ou seja, as atividades executadas, os produtos obtidos e os efeitos alcançados, independente de custos operacionais incorridos. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de campo, visando colher subsídios dos executores do Projeto.

A pesquisa revelou que os efeitos alcançados pelo Projeto em termo de **Gestão Institucional** encontram-se funcionando regularmente e que é necessário melhorar o

desempenho pois, embora com a distinção do aspecto Financeiro do Projeto (80%), em primeira colocação, seguido da Estrutura Organizacional e de Gestão (60%), da Sustentabilidade Político- Institucional (52%), e do Sistema de Monitoramento e Avaliação (42%), nota-se que último setor apresenta uma classificação abaixo da média, o que leva a um **indicativo da necessidade de ajustes na implementação do Projeto**.

Por outro lado, em termos de **Infra-Estrutura**, com distinção para o setor de Recursos Físicos (75%), que obteve a primeira colocação, seguido de Recursos Humanos (30%), de Recursos Sociais (20%) e de Comunicação (20%) o que se pode aferir que **os últimos setores necessitam de alguns ajustes para funcionar com regularidade**.

- > *Impacto* – Estabelece a comparação de dois grupos, um grupo que recebe o estímulo e outro, o grupo que serve de controle, ou seja, que não é exposto a nenhum estímulo ou recebe tratamento alternativo. A lógica é bastante simples. É uma comparação da situação de “antes” da intervenção com a situação em que se encontram “depois” dela, para verificar se houve quaisquer mudanças ou “efeitos líquidos”, que corresponde ao impacto do projeto.

Assim, embora os documentos referentes à execução do Projeto não apresentem indicativos que determinem a formulação de uma linha de comparação, (medição do “antes”) e somente estabelecem, (medição do “depois”), teoricamente, poderia impossibilitar o levantamento dos “efeitos líquidos”, e em consequência, a não medição da mudança ocorrida, ou impacto da operacionalização do Projeto.

Dentro desse contexto, observa-se que faltaram no Projeto os indicadores necessários para medir as ações de desenvolvimento sustentável, a exemplo: o cumprimento de normas, como a observância da legislação federal, estadual, distrital, municipal ou local, incluindo inclusive as normas internacionais ratificadas no âmbito do ordenamento nacional.

Apesar das dificuldades de transparecer de que existem impactos gerados na execução do Projeto, observa-se no ponto de vista temporal, **a avaliação permite concluir que a implementação posta em prática, a partir de julho de 2001, está produzindo alguns resultados satisfatórios e, de um modo geral, possibilita notar, que houve uma mudança de atuação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente**. nas questões relacionadas à biodiversidade.

- > *Sustentabilidade* – Requer que se examine, entre outros fatores, se os bons resultados tão duramente conquistados pelo Projeto serão consolidados, se a infra-estrutura criada será mantida, ou se a capacidade institucional que vem sendo construída nos níveis federal, estadual e municipal será preservada.

Embora, na estrutura lógica do Projeto não apresente critérios com perfil de sustentabilidade, ou indicadores mensuráveis com atributos para tal fim, existem apenas, alguns descritores em formato genérico, qualitativo e, sobretudo, não passíveis de mensuração no curto prazo. É evidente que os descritores necessitam ser traduzidos em itens mensuráveis, quantificáveis e, conseqüentemente, transformados

em indicadores. Ademais, a forma como foi apresentado no documento, possibilita que seja efetuada uma análise de forma longitudinal, por apresentar uma variável de tempo, destinada ao monitoramento e avaliação ao longo da existência do Subprojeto.

De qualquer maneira, foi ressaltado que o Projeto apresentou diversas limitações que comprometeram o andamento da execução, como: as insuficiências em recursos humanos, no fluxo de recursos financeiros e na aquisição de material, acarretando, assim, um atraso generalizado no cronograma de execução.

Em que pese os transtornos ocorridos na implementação, e a ausência de indicadores de sustentabilidade, **espera-se que os resultados positivos alcançados se consolidem e se mantenham ao longo do tempo**, mesmo após o término do Projeto.

Diante do exposto e a partir dos procedimentos da execução, da visualização do desempenho e dos resultados alcançados, o Projeto permitiu identificar alguns fatores que atuaram como facilitadores ou inibidores do cumprimento de metas.

Mesmo assim, a avaliação permite concluir que a implementação posta em prática, a partir de julho de 2001 está produzindo resultados satisfatórios, em vários níveis, a exemplo alguns pontos abaixo relacionados.

- Os objetivos e metas planejados estão sendo atingidos, têm relevância e continuam adequados na sua proposição.
- O Projeto foi relevante ao País e teve um desenho consistente ao consolidar na Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, os preceitos da biodiversidade.
- Os produtos esperados do Projeto estão sendo alcançados.
- Em termo de eficácia, o Projeto teve as repercussões das deficiências encontradas na execução. Nos efeitos produzidos, os componentes da Gestão Institucional do Projeto, mostraram-se funcionando regularmente, com destaque para o financiamento, mas, apresentou insuficiência na área de Monitoramento e Avaliação. Com referência à infra-estrutura existe um pleno funcionamento dos setores, embora, necessitando de ajustes nas áreas de Recursos Sociais e Comunicação.
- Na avaliação da eficiência, o Projeto apresentou uma evolução crescente no sentido financeiro, mas, por sua vez, mostrou-se ineficiente no cumprimento das metas físicas, apresentando um baixo desempenho e, por conseguinte, um retardamento nos resultados previstos, além de boa parte das atividades despontar como um caráter de serviço continuado.
- Na avaliação de impacto, embora com a impossibilidade de utilização do fator de comparação entre a situação anterior e posterior, por hipótese, e estabelecendo uma relação causal entre a situação atual e as ações do Projeto, o impacto foi plenamente atingido, com a responsabilidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente de implementar os dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e salvaguardar seu patrimônio biológico

para as gerações futuras.

- As ações propostas no Projeto foram comprometidas por dificuldades operacionais, a exemplo: Pessoal, capacitação, fluxo de repasse orçamentário/financeiro, aquisição de equipamentos e serviços, etc.
- Consta que o fluxo de recursos financeiro do Projeto foi insuficiente, necessitando de maior agilidade de repasse de recursos para o PNUD.
- Também o baixo índice de realização do Projeto pode indicar que algumas ações encontram-se parcialmente concluídas ou que estão em via de finalização.
- O Projeto vem desenvolvendo atividades em caráter continuado.
- O Projeto necessita de que seja dado maior ênfase ao Sistema de Monitoramento e Avaliação pois, indicadores revelam que existe necessidade de acompanhamento e avaliação do desempenho dos programas e projetos do MMA.
- O Projeto necessita de ajustes em alguns setores.

Em suma, o Projeto teve avanços na implementação mas, pelas dificuldades ocorridas, apresenta-se com uma execução muito lenta e que alguns pontos precisam ser superados e, por isso, surge a necessidade de ajustes para a correção de rumos.

Ademais, o projeto de cooperação técnica BRA/00/021 abriga, no momento, a contratação de 62 Temporários. O MMA necessita contar com essa força de trabalho, pelo menos, por mais dois anos enquanto o Ministério realiza concurso público para contratação definitiva de pessoal técnico e administrativo. Este último está sendo fornecida por meio de contratação terceirizada. No presente a SBF/MMA conta com 51 servidores efetivos.

6. RECOMENDAÇÕES

Diante dos diversos entraves ocorridos na implementação do Projeto BRA/00/021, nos últimos cinco anos, e que foram especificadas nos Relatórios de Progressos e nas sucessivas Revisões, este trabalho de avaliação, sugere algumas alternativas para a superação dos graves obstáculos.

A seguir as principais recomendações formuladas pelos executores para melhorar o desempenho do Projeto:

- Garantir a liberação do orçamento em tempo de sua execução.
- Buscar melhoria da eficiência do Projeto por meio da realização de concurso público definitivo para contratação de novos técnicos e pessoal de apoio que poderão absorver as ações como atividades perenes do MMA e dar continuidade às mesmas.
- Ampliar interesse dos beneficiários, envolvendo os diversos setores da sociedade, particularmente, o governamental, o não governamental, o acadêmico científico e o empresarial.

- Buscar alternativas para captação de recursos.
- Incrementar as ações relacionadas ao diagnóstico do público alvo e ao desenvolvimento de atividades de difusão e comunicação sobre o funcionamento de gestão do acesso ao patrimônio genético aos conhecimentos tradicionais associados.
- Definir estratégias, otimizando os esforços financeiros e de pessoal, evitando sobreposições de ação e disposições contrárias devido às diversas iniciativas que vêm surgindo de integração dos programas e projetos desenvolvidos no âmbito do MMA e de suas entidades vinculadas.
- Elaborar a Revisão Substantiva do Projeto BRA/00/021 ajustando a Estrutura Lógica às atuais necessidades da execução; revendo a Matriz Lógica do Projeto para refletir melhores indicadores e meios de verificação da execução; e estendendo a vigência do Projeto para 31 de dezembro de 2009. Prever programas de treinamento para os novos analistas ambientais que forem aprovados no novo concurso.
- Elaborar estudos para incorporar o projeto no MMA.
- Elaborar estudos com vistas a identificar a necessidade de elaborar novos projetos de cooperação internacional.